

número 159

re vis ta

Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

dezembro • 2020

número 159

ISSN 1678-3484

re vis ta

Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 100, n.159, 2020.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1921-.

Descrição baseada em: número 158 (2020)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

261p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/08/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Fabricio Souza.

Ilustração: Quadro de Sócios Fundadores do IHGRGS, acervo IHGRGS.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@gmail.com / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2018-2020

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo

Diretor Administrativo: Hilda Agnes Hubner Flores

Diretor Financeiro: Hilda Agnes Hubner Flores

Diretor Operacional: Euclides Pinto Torres

Conselho Fiscal

José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos e Moacyr Flores

Membros Efetivos

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Antonio Carlos Hohlfeldt, Ápio Cláudio Beltrão, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Carla Renata A. de Souza Gomes, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Eduardo Cunha Müller, Euripedes Falcão Vieira, Éverton Quevedo, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, Jefferson Teles Martins, José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos, Loiva Otero Felix, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Paulo Estivallet Flores Pinto, Paulo Gilberto Fagundes Visentini, René Ernaini Gertz, Tassiana Maria Parcianello Saccol, Vera Lucia Maciel Barroso.

Membros Correspondentes

Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Djiovan Vinicius Carvalho, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Gustavo Castagna Machado, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Jorge Forjaz, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Pesquisadores

Alexandre Pena Matos, Alexandre Veiga, Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Ana Inês Arce, Anelda Pereira de Oliveira, Arnoldo Walter Doberstein, Beatriz Correa Pires Dornelles, Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, Carlos André Bulhões Mendes, Carlos Roberto Winckler, César Andre Luiz Beras, César Bastos de Mattos Vieira, Clarissa Maroneze Garcia, Daniela Marzola Fialho, Doris Bittencourt Almeida, Eduardo Cristiano Hass da Silva, Fábio Caetano Tovo, Fabrício Antônio Antunes Soares, Fernando Borgmann Severo de Miranda, Gabriel Santos Berute, Henrique Montagner Fernandes, Hilda Jaqueline Fraga, Homero

Dornelles, Jaqueline Custódio, João Batista Santafé Aguiar, Jorge Stocker Junior, José Daniel Craidy Simões, José Newton Cardoso Marchiori, Letícia Pimenta, Letizia Nicoli, Luciana Gransotto, Marcos Pascotto Palermo, Marcus Vinicius Martins Antunes, Maren Guimarães Taborda, Maria Helena Câmara Bastos, Maria Stephanou, Mário Bernardo Sesta, Marlise Maria Giovanaz, Nádia Maria Weber Santos, Pedro Câncio da Silva, Renata Soares Costa, Roberto Monte da Rocha, Ronaldo Marcos Bastos, Sergio Augusto Pereira de Borja, Simone Steigleder Botelho, Valdevi de Lima Maciel, Vanessa Gomes de Campos, Virgílio Ribeiro Muxfeldt.

Membros Colaboradores

Ayres Cerutti, Carlos Roberto Winckler, Jorge Alberto Benitz, Lourdes Maria Agnes, Rafael José dos Santos, Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Membros Honorários

Altino Berthier Brasil, Francisco Pereira Rodrigues, Earle Diniz Macarthy Moreira, Raphael Copstein, Sérgio da Costa Franco.

Membros Licenciados

Cláudio Francisco Accurso, Coralio Bragança Pardo Cabeda.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (IHGRGS)

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Fábio Kuhn (UFRGS),
Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFPEL), Márcia Piva Radtke (UFRGS),
Priscila Pereira Pinto (FEEVALE), Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS),
Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Secretária

Priscila Pereira Pinto (FEEVALE)

Avaliadores

Adriano Malikoski (UCS), Andréa Cesco (UFSC),
Carlos Gregório dos Santos Gianelli (UFSC), Diego Souza (UFSM),
Eliana Gasparini Xerri (UCS), Fabricio José Nazzari Vicroski (UPF),
Fernando Henrique Araujo Torres (UDESC), Hermes Gilber Uberti (UNISINOS),
Ivana Karine Aver (UFRGS), Jessica Caroline de Oliveira (UEPG),
Josiane Beloni de Paula (UFSC), Marcel Oliveira de Souza (UNIPLAC),
Margarita Baretto (UFSC), Margarita Baretto (UFSC),
Maria Isabel da Silveira Bordini (UFPR), Marta Rosa Borin (UNISINOS),
Maurício Couto Polidori (UFRGS), Rodrigo Barcelos Pinto (UFSM),
Rosani Úrsula Ketzer Umbach (UFSM), Rute Teixeira (UFPEL),
Sibele Paulino (UFPR), Vânia Maria Oliveira de Freitas (UNICRUZ),
Verônica Daniel Kobs (UFPR)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL



PREFÁCIO

A revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul lança seu número ordinário 159 em dezembro de 2020, após um ano de excepcionalidades e desafios para tantos e, como esperado, diversos reflexos sobre o Instituto. Apesar disso, o número é lançado com tranquilidade, dentro da periodicidade e seguindo editais públicos anteriores. O processo novamente seguiu seu agir transparente, utilizando o método duplo cego de avaliação e práticas editoriais éticas dentro das ciências e, em especial, da área de História.

O periódico manteve o objetivo de publicar estudos sobre o Rio Grande do Sul. As publicações devem ser pesquisas acadêmicas, aceitas pessoas escrevendo de dentro ou fora do estado. Mantemos nossa relação com este objetivo, aceitando, enquanto estiverem ligados a ele, artigos sobre as mais diversas áreas - neste número, o destaque especial foram a literatura e o patrimônio cultural, acompanhados dos diversos trabalhos históricos sobre política e sociedade do Rio Grande do Sul. Procurando cumprir esse objetivo, nos mantemos na trajetória de ser um veículo de apresentação de pesquisas sobre o Rio Grande do Sul, um meio para a sociedade gaúcha se expressar sobre sua história e temas atuais nas mais diversas áreas das ciências.

Durante o ano, em função da pandemia, aspectos do Instituto Histórico e Geográfico ficaram com funcionamento afetado. A revista não passou incólume por isso. No entanto, com esforço - que muitas vezes foi além de meramente profissional - todos os quatro números planejados estão publicados e este sai dentro de sua periodicidade. Cabe um agradecimento público a estes esforços, alguns pouco visíveis, mas que permitiram à revista ser publicada enquanto tantos outros assuntos internos e externos precisaram esperar. Assim, aos envolvidos em produzir mais um número nessas difícil condições, ficam as felicitações pelo sucesso e os renovados agradecimentos.

A revista, além disso, está agora em processo de ser indexada em mais uma base de dados reconhecida na área de História. Logo, poderemos inserir a notícia e o logo no site. É um esforço contínuo, que agora dura anos, para que os artigos sejam visíveis e tenham autorização para serem indexados, arquivados e, tentando seguir os passos rápidos da tecnologia, acessados por um número cada vez maior de pessoas. A revista tem tido acesso mensal na casa dos milhares de maneira consistente, um excelente resultado para um periódico científico.

Assim, desejamos a todos uma excelente leitura. Foram artigos sobre a trajetória de pessoas e grupos como João Soares Lisboa, que teve papel relevante na corte da independência, sobre os esforços abolicionistas de mulheres em Porto Alegre. Estão publicados também dois artigos envolvendo o autor Érico Veríssimo, um deles em comparação com Philip Roth. Há um artigo sobre os apontamentos iniciais da Vila de Estrela e dois sobre os cuidados com o patrimônio cultural. Por fim, um deles sobre a cena musical e o Rock. Em suma, uma vasta gama de tema reunidos sob o viés de estudar o estado que sedia o Instituto e a revista.

Esperamos que todos os leitores e pesquisadores saiam engradecidos do contato com o número. E os autores vejam reconhecidos os seus esforços! Desejamos a todos um ano novo de melhoras, avanços nos desafios sanitários, e também de boas pesquisas.

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2020.

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo
**Presidente do Instituto Histórico e
Geográfico do Rio Grande do Sul**

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt
Dr. Fábio Kühn
Me. Heinrich Hasenack
Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado
Bel^a. Márcia Piva Radtke
Bel^a. Priscila Pereira Pinto
Ma. Thais Nunes Feijó
Dr. Wagner Silveira Feloniuk
Comissão Executiva

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 13 **A trajetória mercantil de João Soares Lisboa: de “Comerciante de Porto Alegre” a Negociante de Grosso Trato na corte do Rio de Janeiro (1800-1818)**
João Soares Lisboa's mercantile trajectory: from “Tradesman of Porto Alegre” to de Grosso Trato Merchant at the court of Rio de Janeiro (1800-1818)
Paula Botafogo Caricchio Ferreira
- 41 **“Anjos da caridade”: as mulheres integrantes do Centro Abolicionista de Porto Alegre (Séc. XIX/ RS)**
“Angels of charity”: the members of the Abolitionist Center in Porto Alegre (19th Century / RS)
Tuane Ludwig Dihl
- 67 **As transformações do Séc. XIX e a imigração dos Brummer e dos jesuítas para o Rio Grande do Sul**
The transformations of the 19th Century and the immigration of Brummer and jesuits to Rio Grande do Sul
Carlos Eduardo Piassini
João Vitor Sausen
- 91 **Apontamentos iniciais acerca da Vila de Estrela/RS (1870-1900)**
Initial notes about Vila de Estrela/RS (1870-1900)
Gabriela Schmitt
- 115 **Duas visões sobre o fantástico: Philip Roth e Erico Verissimo**
Two views on the fantastic: Philip Roth and Erico Verissimo
Bruno Brizotto
- 129 **A stimmung na relação entre o vento e Ana Terra em O Tempo e o Vento, de Erico Verissimo**
The stimmung in the relation between the wind and Ana Terra in O Tempo e o Vento by Erico Verissimo
Ana Lúcia Corrêa Darú
Greicy Pinto Bellin

- 147 Sombra fresca e rock no quintal: a identidade contracultural da Banda Almôndegas**
Fresh shadow and rock in the backyard: a contracultural identity of the Almôndegas Band
 Edemilson Antônio Brambilla
 Alexandre Saggiorato
- 165 Novo mundo, novos patrimônios**
New world, news heritages
 Ana Lúcia Goelzer Meira
- 183 Da colônia ao colonizado: uma análise do sistema de tutela do patrimônio cultural no Brasil e em Portugal**
De la colonia al colonizado: una analice del sistema de tutela del patrimonio cultural in el Brasil e in Portugal
 Michael Schneider Flach

RESENHAS

- 213 Resenha do livro “IHGRGS: 100 anos de produção histórica e custódia de acervos”**
 Jefferson Teles Martins

DOCUMENTAÇÃO

- 221 As Revistas do IHGRGS**
 Alexandre Veiga
 Simone Steigleder Botelho
- 227 À guisa de comentário do quadro “Sócios Fundadores” do IHGRGS**
 Jefferson Teles Martins
- 231 Atas das reuniões da diretoria da União Operária de Alegrete (1940 - 1941)**
 Anderson R. Pereira Corrêa
 Vanessa Gomes Campos

ARTIGOS

A TRAJETÓRIA MERCANTIL DE JOÃO SOARES LISBOA: DE “COMERCIANTE DE PORTO ALEGRE” A NEGOCIANTE *DE GROSSO TRATO* NA CORTE DO RIO DE JANEIRO (1800-1818)

JOÃO SOARES LISBOA'S MERCANTILE TRAJECTORY: FROM “TRADESMAN OF PORTO ALEGRE” TO *DE GROSSO TRATO* MERCHANT AT THE COURT OF RIO DE JANEIRO (1800-1818)

Paula Botafoego Caricchio Ferreira¹

RESUMO

O artigo trata dos primeiros passos de João Soares Lisboa na América, quando, vindo do Minho, prosperou como um *Perfeito Negociante*. Ascendeu exemplarmente de “comerciante de Porto Alegre” e *vivandeiro* das tropas portuguesas nos conflitos que percorriam o sul do Império e a Banda Oriental (1810-1812) a negociante *de grosso trato* da Corte do Rio de Janeiro (1818). A despeito disto e graças à redação do *Correio do Rio de Janeiro* (1822-1823), sua trajetória pública é reconhecida e sintetizada como tendo sido o redator mais radical e, por vezes republicano, da província fluminense a participar do processo de *Independência* do Brasil. Para além de seu protagonismo como redator, o artigo demonstra a importância de se examinar também a formação e itinerância de Soares Lisboa em redes mercantis a fim de analisar sua trajetória pública, inserida em um grupo particular da cultura política liberal do início do século XIX na América.

Palavras-chave: Trajetória mercantil. Comerciantes. Rio Grande de São Pedro. Junta de Comércio.

ABSTRACT

The article is about the first steps of João Soares Lisboa in America, when, coming from Minho, he prospered as a Perfect Trader. He rose exemplarily as a “tradesman of Porto Alegre” and as a *vivandeiro* for the Portuguese troops in the conflicts that took place in the south of the Empire and the Banda Oriental (1810-1812), to a *grosso trato* merchant at the Court of Rio de Janeiro (1818). Despite this and because of his composition of the *Correio do Rio de Janeiro* (1822-1823), his public trajectory is recognized and synthesized as having been the most radical and, sometimes republican, writer in the province of Rio de Janeiro to participate in the process of Independence of Brazil. In addition to his role as a writer, the article demonstrates the importance of also examining Soares Lisboa's formation and itinerancy in mercantile networks in order to analyze his public trajectory, inserted in a particular group

¹ Doutorado em História Social Unicamp pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil(2017). Pesquisadora de Pós-Doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Brasil.

of the liberal political culture of the early 19th century in America.

Keywords: *Mercantile trajectory. Merchants. Rio Grande de São Pedro. Junta de Comércio.*

INTRODUÇÃO

Em maio de 1822, no *Correio do Rio de Janeiro*, João Soares Lisboa recordava sua vinda à América portuguesa, relatando que, por volta do ano de 1800, com cerca de catorze anos e vindo de Portugal, ingressara na colônia lusitana em busca da “abundância” do Brasil para sua “melhora de fortuna”, o que seu “pátrio lar lhe negava” (FERREIRA, 2017, 45-46). Natural do Porto, era um dentre inúmeros rapazes lusitanos que desejosos de ingressar na carreira comercial imigravam para outras cidades, na península ibérica ou na América. Em geral, quando completavam a idade de Soares Lisboa e dominavam as letras, operações aritméticas e a moral mercantil, tornavam-se aprendizes de um negociante e exerciam a ocupação de seu caixeiro ou guarda-livros (PEDREIRA, 1995, 260). Era uma etapa essencial no que o historiador Jorge Pedreira chama “regime de aprendizagem mercantil”, uma vez que dependia de e alimentava redes de imigração controladas por negociantes que envolviam laços não somente comerciais, mas, em muitos casos, também de parentesco (PEDREIRA, 1995, 01-61). Os negociantes que recebiam os ingressantes eram, por vezes, seus familiares, como tios ou primos, ou tão somente atendiam às indicações de outros comerciantes. Dessa maneira, distribuía-se toda uma geração de primos e irmãos por Cádis, Brasil, Porto e Lisboa (PEDREIRA, 1995, 244-245).

Essa publicação de João Soares Lisboa expressava o seu anseio de ascensão social e enriquecimento na colônia. Era o de muitos minhotos, especialmente aqueles que, como ele, não tinham origem nobiliárquica. A uniformidade dos mecanismos de mobilidade social na totalidade do Império Português - somada à ressignificação processada no ultramar de condições, significados e qualidades do ser súdito - (XAVIER, HESPANHA, 1993, 381-394) tornava o Brasil destino para muitos portugueses que pretendiam ingressar na carreira mercantil, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, quando os laços coloniais foram refeitos e o comércio ganhou papel relevante nesta empreitada (SANTOS, 2013, 121-181). Neste momento de modernização da economia lusitana pelo governo pombalino, o comércio e seus agentes foram centrais ao tomarem as primeiras iniciativas para a promoção e profissionalização dos negociantes². No cam-

2 As reformas pombalinas promoveram o acesso dos comerciantes à nobreza, ao mesmo tempo, institucionalizaram um corpo de negociantes privilegiados, distinguindo o comércio de grosso trato e o de retalho, regulado pela Junta de Comércio. Dessa maneira, consolidou a organização interna dos negociantes e reservava à Coroa a normatização das funções e a

po das ideias, valorizou-se o comércio por sua relação com a *civilização* e a *sociabilidade*, fundamentada por leituras de vertentes jusnaturalistas e pela definição de uma moral que deveria subordinar as operações mercantis, o que Jorge Pedreira chama de *economias morais* e Lourenço Vaz de *economia civil* (PEDREIRA, 1995; VAZ, 2002; SLEMIAN, CHAVES, 2012).

Depois, nos anos de 1796 e 1803, quando o Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho estava no centro do poder, as relações comerciais mantiveram seu protagonismo. Elas eram vistas como fundamentais para a rearticulação econômica e dos vínculos entre metrópole e colônias do Império Português e reorganizadas em um projeto ilustrado e reformista que pretendia rever as bases da exploração colonial e estabelecer a unidade política em um Império Luso-Brasileiro. Nesse sentido, o sucesso que João Soares Lisboa almejava alcançar na carreira mercantil dependia da qualidade moral dos serviços que prestava à Coroa na colônia. Sua promoção na carreira mercantil estava subordinada à “imposição de padrões morais [...] que não [tinham] a ver com o cálculo econômico e [introduziam] por assim dizer um desvio na sua racionalidade própria” (PEDREIRA, 1995, 427), contudo, eles propiciariam a prosperidade e unidade do Império Português.

João Soares Lisboa é um caso típico de sucesso. De “comerciante de Porto Alegre” e *vivandeiro* das tropas portuguesas na região da Banda Oriental (1810-1812), ascendeu na carreira mercantil à matrícula como negociante de *grosso trato* da Corte do Rio de Janeiro, em 1818. Apesar disso, é lembrado como sendo um dos redatores mais radicais da província fluminense a atuar no processo de Independência do Brasil e o primeiro e único a ser condenado por “conluio republicano” na história do Império. Por conta disso, sua formação e trajetória mercantil não fizeram parte da análise da sua trajetória pública; muitas vezes, nem foi reconhecido como negociante (FERREIRA, 2017, 14-29).

Este artigo trata da mobilidade de João Soares Lisboa em malhas de comércio que ligavam o extremo sul do Império Português à sua região norte e aos domínios hispano-americanos. Sua formação mercantil norteou sua produção textual, definindo uma cultura de escrita e leitura que demonstra sua capacidade de manejar o vocabulário e a moral mercantil. Mais do que classificar as elaborações econômicas em “economia moral”, “cívica” ou “política”, destaca-se que a formação mercantil de Soares Lisboa sofreu impacto dos debates iluministas e liberais que, a partir de fins do século XVIII, transformaram o entendimento de “governo dos povos”, “lei natural” e “contrato social” e, conseqüentemente, o do papel do comércio e

codificação do seu estatuto. (PEDREIRA, 1995, 46-95.).

dos comerciantes (Cf. CARDOSO, 1989, 2001; PEDREIRA, 1995; VAZ, 2002).

No decurso do processo de valorização do comércio ocorrido desde a segunda metade do século XVIII em função das reformas pombalinas e de acordo com as teses de autores jusnaturalistas, os negociantes eram agentes de sociabilidade cruciais ao “governo dos povos” e, para cumprir esta tarefa, deveriam seguir uma determinada moral em seus negócios (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2000, 655-660). Grosso modo, entendia-se que a negociação e os acordos realizados entre homens de forma recíproca e livre e movidos por interesse mútuo possibilitavam a conservação da sociedade. O comércio enquanto “ramo importante de sociabilidade” ou de “civilização” (SLEMIAN, CHAVES, 2012, 22) teria a função de estabelecer e reforçar os laços de comunidade por meio de cooperação mútua, desenvolvendo a “sociabilidade natural” dos homens (VAZ, 2002, 28-29; SCHULTZ, 2008, 287). Entretanto, para isto, nem todo tipo de prática comercial era bem quisto. Tratava-se do “comércio moderado” (VAZ, 2002, 28-29), subordinado a certas “condutas” aceitas e moralmente pactuadas (SLEMIAN, CHAVES, 2012, 22) que eram disseminadas em impressos destinados aos caixeiros, comerciantes e homens de negócio, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII e início do XIX (Cf. PEDREIRA, 1995; CHAVES, 2007, 2009; SLEMIAN, CHAVES, 2012). Assim, para ser “bem sucedido na sua profissão”, o comerciante deveria ter “todo o cuidado em exercitá-la como deve”, agindo desde seu ingresso com “[...] muito estudo, grande experiência, as mais prudentes considerações, e o laborioso exercício, que ela [a profissão mercantil] requer para chegar a conseguir utilidade do seu fim ultimada [...]” (MENDONÇA, 1823, 136-137).

1 JOÃO SOARES LISBOA, VIVANDEIRO DAS TROPAS PORTUGUESAS (1810-1812)

O primeiro registro de João Soares Lisboa no Brasil data de 1808, quando é relacionado no *Almanaque da vila de Porto Alegre* dentre os comerciantes dessa vila pelo Capitão Manoel Antonio de Magalhães (MAGALHÃES, 2008, 136). Residente e um dos negociantes mais proeminentes da praça de Porto Alegre de 1799 e 1808, Magalhães, o *contratador*, foi administrador dos contratos do dízimo e do munício das tropas entre 1800 e 1803, cargo que, no último ano, ocupou em sociedade com José e João Rodrigues Pereira de Almeida e Antônio dos Santos (KÜHN, 2008, 105-106)³. Em 1808,

3 Nas primeiras duas décadas do século XIX, João Rodrigues Pereira de Almeida foi um dos negociantes que integravam esses elos mercantis do Império Português e um dos principais importadores de produtos gaúchos para o Rio de Janeiro. Em sociedade com Miguel Ferreira Gomes, em 1812, detinham mais de 10% das consignações enviadas do Rio Grande para o porto

o Capitão enviou ao governador ultramarino D. Fernando José de Portugal suas “reflexões políticas e interessantes sobre o estado atual dessa Capitania do Rio Grande de São Pedro, seu clima, produções, comércio, navegação, agricultura” (MAGALHÃES, 2008, 120). Ao final, apresentou uma relação do que dizia serem “todos” os comerciantes existentes na capitania de São Pedro⁴.

O registro de João Soares Lisboa no *Almanaque da vila de Porto Alegre* indica que, em 1808, ele já era um comerciante conhecido na capitania. Isso quer dizer que já preenchia as credenciais de formação mercantil, era capaz de investir em outras atividades e de participar de maior número de transações para além das vinculadas ao seu ingresso. Além disso, a menção de Manoel Antonio Magalhães sinaliza que Soares Lisboa fazia parte do quadro de intermediários que movimentava os contratos régios sulinos, administrados por este Capitão em Porto Alegre.

Nesse momento, os negociantes do Rio de Janeiro controlavam o abastecimento do mercado interno, arrematavam a maioria destes contratos régios de abastecimento e de recolhimento dos dízimos e dirigiam redes mercantis com ramificações na capitania do Rio Grande de São Pedro, ligadas a grupos que dominavam a economia regional. De acordo com Helen Osório, o trânsito entre Rio de Janeiro, São Pedro e Porto Alegre era realizado por homens com trajetórias, digamos, semelhantes às de Soares Lisboa (OSÓRIO, 2007). Ela demonstra que, dentre os negociantes do Rio Grande, havia uma prevalência de naturais de Portugal, a maioria oriunda do Minho⁵. A autora conclui que a elite econômica da capitania de São Pedro era formada, sobretudo, por negociantes e, pode-se dizer, cuja trajetória era da “imigração qualificada” descrita por Jorge Pedreira, no caso, de Portugal ao Rio de Janeiro, tendo São Pedro como destino final. Também afirma que era comum os bem-sucedidos irem à capitania fluminense, como foi o caso de Soares Lisboa e demarcou sua ascensão social e seu sucesso na carreira mercantil (OSÓRIO, 2007, 280-281).

O monopólio do arremate de contratos régios era instrumento central para os negociantes *de grosso trato* do Rio de Janeiro dominarem a malha mercantil na região sul do Império Português. Pagavam à Coroa pelo direi-

fluminense. Ao lado de nomes como José Alves Duarte e José Carvalho Ribeiro, sua família dominava o comércio de produtos gaúchos na região fluminense no período de 1810 a 1820 (OSÓRIO, 2000, 110-111).

4 Sua relação totalizava 156 agentes mercantis, sendo sete em Porto Alegre, 43 em Rio Grande, 36 em Rio Pardo, 14 na ilha de Santa Catarina e seis em Laguna (MAGALHÃES, 2008, 135-140).

5 Dos 40% de negociantes em atividade no ano de 1808, que eram oriundos da metrópole lusitana e faleceram entre 1775-1825, 58,3 % eram naturais do Minho (OSÓRIO, 2007, 283).

to de cobrança do dízimo – imposto cobrado pelo monarca e pago à Igreja e equivalente a um décimo do valor de toda a produção – e do Registro de Viamão – taxa cobrada por cada animal das tropas que passasse de uma região a outra (OSÓRIO, 2007, 228-229, 255). Por sua vez, o contrato de farinhas e carnes para munício das tropas era estabelecido de antemão, por ocasião do arremate. Definia-se o valor que a Fazenda Real pagaria por alqueire de farinha e por arroba de carne a serem distribuídos para abastecer as tropas. Desde a década de 1750, estes contratos haviam sido arrematados pelos negociantes do Rio de Janeiro, com exceção do período de ocupação do Rio Grande pelos espanhóis, quando três negociantes locais arremataram o contrato de munício de carnes para as tropas (OSÓRIO, 2007, 101, 230; 2015, 382). Com o tempo, os valores a serem pagos pela Fazenda eram definidos de forma diretamente proporcional à distância, em que as tropas acampavam dos domínios portugueses, à dificuldade de acesso e ao risco da localização (OSÓRIO, 2007, 231). Não obstante o domínio destes contratos régios pelos negociantes do Rio de Janeiro, o funcionamento e a prosperidade destes negócios em Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre contavam, nos circuitos internos de abastecimento da região, com a participação de negociantes e contratadores sulistas, que eram responsáveis pela distribuição e comercialização de charque, trigo, couros e sebo, bem como pelo recolhimento do dízimo (OSÓRIO, 2007, 240, 319).

Até este ponto, pode-se dizer que a ascensão na carreira mercantil dos comerciantes da capitania do Rio Grande de São Pedro estava diretamente vinculada aos circuitos mercantis dirigidos por negociantes *de grosso trato* da família Pereira de Almeida ou subordinados à ela. A menção de Manoel Antonio Magalhães de João Soares Lisboa como “comerciante de Porto Alegre” aponta para a sua participação como um dos intermediários no exercício dos contratos régios na capitania do Rio Grande. Outra evidência são os relatos apresentados por militares portugueses nos anos de 1813 e 1816 sobre as suas atividades comerciais no abastecimento de tropas portuguesas na Banda Oriental (1810-1812), que descrevem seu envolvimento como súdito português na disputa por territórios na região. Além disso, demonstram que Soares Lisboa dominava os pedidos de mercês reais, o espanhol necessário à circulação e comercialização em territórios hispano-americanos e o vocabulário e os debates célebres sobre a moral mercantil.

A região sul do Império Português era uma zona reconhecidamente ocupada por tropas em decorrência de inúmeros conflitos com populações indígenas e das pretensões espanholas de expandir seus domínios. A proximidade dessa região com os territórios hispano americanos é elemento fundamental para o entendimento das relações políticas, econômicas e sociais em torno da região sul do Império Português, sobretudo nos anos

de 1810 e 1812, momento de grandes transformações e incertezas sobre o futuro das colônias hispano-americanas depois das invasões napoleônicas à Espanha e da eclosão do *movimento junteiro* (Cf. CHUST, 1999; GUERRA, 1992; PIMENTA, 2017). Ao pensar a fronteira como algo dinâmico e a militarização como elemento que integrava a paisagem, Helen Osório demonstra uma ampla comunicação entre os negociantes de Buenos Aires, da Banda Oriental e da capitania do Rio Grande (OSÓRIO, 2007, 55-75). Comerciantes em geral e produtores portugueses e espanhóis integravam o que ela denomina uma mesma “estrutura produtiva” que formava uma única “paisagem agrária”, facilitando o intercâmbio entre eles (OSÓRIO, 2007, 39).

Em outubro de 1810, munido de “víveres e fazendas”⁶, João Soares Lisboa chegou ao acampamento de São Diogo, às margens do rio Ibirapuitã, e foi recebido em audiência pelo Comandante Joaquim Xavier Curado⁷. Sob seu comando tinha um contingente de militares formado por dois batalhões de infantaria, duas baterias de artilharia da Legião de Tropas Ligeiras de São Paulo, um Regimento de Dragões, um Esquadrão de Milícias de Rio Pardo e uma Companhia de Guaranis (MIRANDA, 2006, 110-111; CHAVES, 1978, 125). Nessa época, dez anos após sua chegada, ainda jovem, ao Brasil, João Soares Lisboa prosperara na carreira mercantil e já era reconhecido como “comerciante da Praça de Porto Alegre”. Tinha às suas ordens uma nova geração de caixeiros, que ingressava no comércio. Também tratava com Xavier Curado e outros militares de altas patentes do Exército Pacificador, prestigiados com as mercês honoríficas da Ordem de Avis ou da Torre e Espada. Desta maneira, participava do abastecimento do norte e oeste do Rio Grande, inclusive com intermediários no Rio Pardo, importante posto militar. Logo, reunia as condições privilegiadas para executar a tarefa de *vivandeiro* dessa Coluna, “[...] obrigando-se a suprir com os Víveres, e Fazendas, que pudessem ser precisas para comodidade das Tropas da Coluna”⁸. De acordo com João Soares Lisboa, em 1810, depois de ter sido aceito como *vivandeiro* pelo comandante Joaquim Xavier Curado:

[...] executou por espaço de anos, com indizível detrimento pessoal acompanhando o Exército em todas as suas mar-

6 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Divisão de Manuscritos, Documentos Biográficos, C-0523, 001, n. 001, 002 e 003, f. XIV; XXV.

7 Primeiro militar nascido no Brasil a galgar os mais altos postos no Exército; em 1810, já havia feito várias incursões na região platina. Governava Santa Catarina desde 5 de março de 1800, quando enviou à Coroa portuguesa um relatório detalhado sobre as condições militares no Vice-Reinado do Prata para arquitetar a ocupação da região (AZEVEDO, 2002, 161-165).

8 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Divisão de Manuscritos, Documentos Biográficos, C-0523, 001, n. 001, 002 e 003, f. XI-XIV.

chas, e suprindo-o não só com os víveres e fazendas de que necessitava, mas adiantando em Maldonado dois meses de soldo a todo o Exército quando este se achava na mais rígorosa necessidade e suprindo além disso por diferentes vezes as Caixas Militares com avultadas somas de dinheiro para pagamentos a Tropa e tudo isto sem o menor desconto ou rebate [...]⁹

Desta maneira, João Soares Lisboa participou, por meio do comércio e com “indizível detrimento pessoal”, da manutenção dos domínios portugueses nas fronteiras do sul do Império. Em janeiro de 1811, ele deixou o acampamento de São Diogo para “providenciar o necessário para satisfazer a obrigação” de *vivandeiro*¹⁰. Alguns meses depois, em maio, os negociantes de Montevidéu, concorrentes na comercialização de seus congêneres de Buenos Aires, opondo-se à determinação da Junta lá organizada, deram guarida ao Vice-Rei do Prata, Francisco Elío, ainda fiel à Coroa espanhola. Sitiado em Montevidéu sob domínio das tropas de Artigas, este pediu auxílio à Coroa portuguesa (ALEXANDRE, 1993, 249–250). Diante da solicitação, D. Diogo de Souza ordenou que todas as forças da capitania se encontrassem em Bajé. A coluna chefiada por Joaquim Xavier Curado partiu do acampamento de São Diogo e uniu-se à coluna comandada por Manuel Marques de Sousa. O Exército Observador passou a se denominar de Exército Pacificador e ultrapassou as fronteiras lusitanas em direção a Maldonado (MIRANDA, 2006, 111–112).

Em agosto de 1811, as tropas não estavam mais em território português. Dois meses mais tarde, chegavam a Maldonado, e dias depois foi assinado um armistício entre Montevidéu e Buenos Aires que deu fim ao sítio à capital da Banda Oriental (ALEXANDRE, 1993, 250). Nele definiu-se a retirada das tropas de Buenos Aires, assim como a partida das tropas portuguesas da região. João Soares Lisboa chegou pouco tempo depois, em novembro do mesmo ano. Conduziu suas mercadorias “por mar e por terra, apesar do grande custo dos transportes” e, em março de 1812, seguiu “marcha” com a Coluna para Montevidéu¹¹. Segundo o depoimento do Coronel Xavier Curado e de outros soldados, Soares Lisboa supriu as tropas “sem dificultar a vinda pela demora do seu em bolso que só podia ter lugar nas

9 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Divisão de Manuscritos, Documentos Biográficos, C-0523, 001, n. 001, 002 e 003, f. XII.

10 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Divisão de Manuscritos, Documentos Biográficos, C-0523, 001, n. 001, 002 e 003, f. XI-XXXI.

11 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Divisão de Manuscritos, Documentos Biográficos, C-0523, 001, n. 001, 002 e 003, f. XVIII.

ocasiões de pagamento ao Exército”¹². Como se não bastasse, também forneceu “algumas porções de dinheiro aos cofres do mesmo Exército, para vir receber igual quantia na Capital de Porto Alegre”. Finalmente, em julho de 1812, as tropas portuguesas, acompanhadas por João Soares Lisboa, chegaram finalmente ao território lusitano, instalaram o acampamento que ficou conhecido como Conceição, e permaneceram até janeiro de 1813, quando se recolheram no quartel do Rio Pardo¹³.

Meses depois, em outubro do mesmo ano, Joaquim Xavier Curado descreveu, em documento oficial, os serviços prestados por João Soares Lisboa, atestando que ele havia executado o prometido, “[...] conformando-se sempre com **muita capacidade e satisfação da mesma Tropa**, e sofrendo os incômodos que são inevitáveis nas marchas por **terrenos insultos despo-voados e [por] faltas de providências**”. Outros coronéis, tais como Joaquim de Oliveira Alves, da Legião de Tropas Ligeiras de São Paulo, José Ignácio da Silva, da Cavalaria e Ajudante das Ordens da capitania de São Pedro do Rio Grande, e o Brigadeiro dos Reais Exércitos e também Ajudante das Ordens do governo da mesma capitania, Miguel Lino de Moraes, também relataram a dedicação de Soares Lisboa ao apoio das tropas portuguesas. Em seus relatos, enfatizaram o valor dos seus serviços diante das “marchas muito penosas e longas, com grande despesa sua” e “das dificuldades, que se encontram nos serviços destas Campanhas e de que se faz ideia se não por aqueles, que as experimentam”¹⁴.

Ao analisar os atestados dos coronéis, é possível não somente acompanhar as transações e movimentos de João Soares Lisboa como *vivandeiro*, mas também indagar quais eram os valores e princípios que definiam a *probidade* de caráter e o *desinteresse* de suas transações comerciais. São descrições da prática mercantil de Soares Lisboa formuladas a partir dos seus pedidos realizado nos anos de 1813 e 1816 e enviados a esses militares, no qual solicitava que eles, na qualidade de “testemunhas oculares de tudo”, lhe conferissem:

[...] a graça de informar os seus serviços feitos a Sua Alteza Real nas Campanhas próximas passadas em o risco de sua vida, bens e fazendo por Mar e Terra acudindo, e suprimindo o

12 Em bolso é o reembolso, pela Coroa, dos gastos do comerciante com mercadorias fornecidas ou soldos pagos às tropas.

13 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Divisão de Manuscritos, Documentos Biográficos, C-0523, 001, n. 001, 002 e 003, f. XI-XXXI. Cf. o trânsito de João Soares Lisboa como *vivandeiro* (FERREIRA, 2017, 379).

14 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Divisão de Manuscritos, Documentos Biográficos, C-0523, 001, n. 001, 002 e 003, f. XVIII (grifo meu); XI-XIII.

Exército Pacificador nas ocasiões mais críticas, e calamitossas, não só com víveres e utensílios, mas com dinheiro para pagamento das mesmas Tropas, seguindo as sempre em suas marchas e Abarracamentos nos quais ao grande custo de Transporte proporcionava os meios de mais rigorosa necessidade, ordenando a seus Caixeiros vendessem, sem que hesitassem sobre pagamentos [...]¹⁵

Nestes seus pedidos, João Soares Lisboa os instruiu sobre as qualidades da sua atuação enquanto *vivandeiro*. Indicou, por exemplo, o risco de vida e bens e a periculosidade de terrenos “despovoados” como elementos críticos para conferir dramaticidade às suas atestações¹⁶. Informou sobre os agravos e encargos ocorridos quando era responsável pelo abastecimento das tropas, de modo a qualificar seus serviços e demonstrar que ele dominava o vocabulário e conhecia os debates célebres sobre a moral mercantil, tais como sobre a realização de um *comércio moderado*, tratando de *preços* e *juros justos*, baseado em uma prática comercial que privilegiava o interesse da monarquia em detrimento ao particular. Além disto, suas operações mercantis demonstravam sua habilidade no abastecimento das tropas com víveres e capacidade econômica para realizar empréstimos à Coluna de Xavier Curado para reforma de uniformes e adiantamento de soldos.

João Soares Lisboa instruiu os militares para, em suas atestações, descrevê-lo como *perfeito negociante* (CHAVES, 2007, 2009) e, logo, *súdito leal*, imaginando que os relatos de sua atuação como *vivandeiro* das tropas portuguesas de 1810 a 1812, no sul do Império, “[justificassem] sua conduta” e lhe rendessem mercês aos serviços prestados à monarquia. Pedido este, aliás, que foi realizado nos anos de 1821-1822 (FERREIRA, 2017, 68-93). Para além do benefício imediato, garantindo a transação comercial do abastecimento de fazendas, utensílios e víveres às tropas, Soares Lisboa demonstrava dominar o vocabulário e o modo de proceder e conhecer a importância de seu papel para a monarquia, o que poderia lhe abrir um amplo campo de possibilidades de retribuição pela Coroa.

Diante das corriqueiras dificuldades do Tesouro Real, era comum comerciantes fazerem empréstimos para o pagamento de soldos aos solda-

15 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Divisão de Manuscritos, Documentos Biográficos, C-0523, 001, n. 001, 002 e 003, f. XI-XIII.

16 Ele menciona o “risco de sua vida, bens e fazendo por Mar e Terra acudindo, e suprimindo o Exército Pacificador nas ocasiões mais críticas, e calamitosas”; “sofrendo os incômodos que são inevitáveis nas marchas por terrenos insultos despovoados e faltas de providências” e “apesar das dificuldades, que se encontram no serviço destas Campanhas e de que se faz ideia senão por aqueles, que as experimentam” (Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Divisão de Manuscritos, Documentos Biográficos, C-0523, 001, n. 001, 002 e 003, f. XVII-XVIII; XX).

dos, reformas de uniformes e compra de munição (Cf. MIRRANDA, 2006). Ao mesmo tempo, o provimento das tropas com víveres e uniformes era fundamental para manter a estabilidade da Coluna. De acordo com Helen Osório, na zona de fronteira a deserção era comum nas épocas de paz e de guerra; era, portanto, elemento constitutivo da dinâmica fronteiriça dos territórios hispano e luso, estabelecida durante o século XVIII. As deserções eram motivadas por atraso no pagamento do soldo, falta de uniformes e pela rigidez da disciplina militar. Outro fator significativo era a falta de carne nas rações do Exército, especialmente em uma região, em que a carne bovina era elemento básico da alimentação. A conjunção destes fatores deprimia a moral e honra dos soldados e do Exército em geral (OSÓRO, 2007, 58-59). Portanto, Soares Lisboa tinha clareza de que o *vivandeiro* era peça chave para a manutenção das tropas e de que ele, ao desempenhar esta função, servia à monarquia portuguesa, o que posteriormente poderia ser compensado com mercês reais.

Os militares descreveram que as transações de João Soares Lisboa privilegiavam o ganho lícito, o sacrifício dos interesses individuais pela honra em satisfazer às diligências do Império e que suas atitudes valorizavam mais a “retidão” e “honradez” do que o fim de prosperar sua riqueza. De acordo com estas descrições, ele estaria “ambicionando mais satisfação de ser útil ao Exército, e granjear a vontade dos superiores de que acumular grandes lucros ao seu negócio”. Mesmo com a garantia de “pagamentos de soldos incertos”, “liberalizou desde o primeiro oficial inferior até o último soldado, a sua fazenda, uma vez fosse abonado pelo seu respectivo capitão”. Não cobrava “descontos e rebates” na troca de letras ou títulos de crédito dos militares, nem dificultava a vinda dos meios necessários ao exército por falta de reembolso de seus gastos. Colaborou para a “urgência” da reforma dos uniformes da tropa, “sem outro interesse de que ser indenizado daquelas somas pelos cofres da Real Fazenda desta Capitania”, além de emprestar “avultadas somas de dinheiro para pagamentos à Tropa”. Concluíram que o *vivandeiro* merecia “constantemente a estimação e bom conceito do Excelentíssimo General Comandante em Chefe [ilegível], de seus imediatos, e dos mais empregados no sobredito Exército”¹⁷.

As narrativas destes militares tinham como base as condutas estabelecidas nos debates do meio mercantil sobre realização de empréstimos e determinação de juros, definição de um preço legítimo, valor atribuído à ganância, usura e conflito entre interesse particular e público, este identificado com o da *res publica*. Nesses termos, a discussão da política se asso-

17 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Divisão de Manuscritos, Documentos Biográficos, C-0523, 001, n. 001, 002 e 003, f. XVII-XXIV.

ciava à pauta sobre condutas, julgadas e estabelecidas conforme virtudes e vícios de cada um, o que colocava em questão o foro interno, inclusive do negociante. Neste sentido, Soares Lisboa orientou os militares em seus atestados e descreveu sua atuação como negociante que gozava de *crédito* conforme os princípios, valores e conduta dignos de um homem moral, virtuoso e que promovia a *civilização* através do comércio (FERREIRA, 2017, 49-67).

De acordo com *O Guarda Livros Moderno*, o *crédito* era a “boa opinião”, a reputação pública, da qual gozava o negociante e que era formada por alguns predicados assim definidos: “a verdade, a boa fé, a pontualidade, a prudência, a economia, a aplicação, a inteligência da Profissão mercantil, e a exatidão dos seus Livros de contas.”. Era um elemento fundamental que expressava a opinião a respeito desta formação moral dos negociantes. Apesar de o lucro ser o “fim” último do comerciante, advertia que “mais negócios se fazem certamente com o crédito do que com o dinheiro”, por isto, era “evidente” que “[...] o crédito é a base fundamental da utilidade do Negociante, e que o seu principal cuidado deve ser de o adquirir.” (MENDONÇA, 1816, 129).

A riqueza do negociante era indicativo de crédito, todavia não era garantia nem mais relevante do que as virtudes mencionadas. De acordo com esta lógica, em tese seria preferível um comerciante moralmente virtuoso a um de grande *cabedal*. Desta maneira, a “[...] riqueza adquirida [era] mais como efeito, do que como causa do crédito, pois que as ditas virtudes é que causam o crédito, e do crédito se produz a riqueza [...]”. Assim, o comerciante ideal era o que praticasse o “conjunto dessas virtudes”, sendo que “[...] a menor falta em alguma delas o [diminuiria]; [e] desta falta nascem o prejuízo dos Negociantes, a sua ruína, e o dano geral da Sociedade.” (MENDONÇA, 1816, 129). Da mesma maneira, em um tratado de comércio intitulado *Tesouro Descoberto*, o autor advertia que para os comerciantes serem vistos “com brio”, deveriam até mesmo “sacrificar” seus interesses (1815 *Apud* MENDONÇA, 1816, 129). Era um estilo de vida que o negociante deveria seguir: viver de acordo com certas condutas de comportamento de modo a demonstrar um caráter “virtuoso”, manter-se “livre de vícios” e construir, desde o início de sua carreira, uma reputação favorável (MENDONÇA, 1816, 141-142).

Nas instruções de João Soares Lisboa aos militares para a emissão dos atestados, destacava suas qualidades morais como as de um comerciante que tratava dos seus negócios com *desinteresse*, *boa-fé*, *generosidade*, *probiidade*, *pontualidade* e que sacrificava os seus interesses particulares em benefício da defesa e da prosperidade do Rei, da monarquia, do Império, como

prova de amor à sua pátria. Segundo Jorge Pedreira, isto quer dizer que a bonança da monarquia promovia a dos seus súditos, não sendo possível o caminho inverso. Por isto determinava-se que o particular se subordinasse ao coletivo. Seguindo o aconselhado pelas obras de “literatura mercantil”, nas operações de transporte e venda de mercadorias e de empréstimos, Soares Lisboa não se aproveitava da situação de emergência da tropa para lucrar, cobrando juros abusivos sobre os “adiantamentos” ou estabelecendo preços exorbitantes para os víveres. Pelo contrário, seus sacrifícios para executar os serviços de abastecimento davam ainda mais valor à descrição de sua atuação em seus pedidos de mercês reais (PEDREIRA, 1995, 416-417, 439; FERREIRA, 2017, 45-67).

A concessão dos pedidos de mercês reais era um mecanismo fundamental de mobilidade social. Apelavam ao lado paternal do rei e à louvação dos feitos do súdito. O requerente descrevia a sua dedicação e valor à Coroa no cenário de guerra, narrando a superação das dificuldades que colocaram sua vida e bens em risco para amparar os interesses da monarquia portuguesa (OLIVAL, 2001; XAVIER, HESPANHA, 1993, 381-394). Na sua narrativa, João Soares Lisboa reuniu a expressão de uma prática comercial moralmente aceita por ser inspirada em virtudes preconizadas por uma longa tradição de filosofia moral com o que a historiadora Fernanda Olival chama de “mercês onerosas”. Conforme a autora, esses pedidos eram realizados por súditos que diziam lutar batalhas por amor ao rei ou patriotismo. Descreviam o risco de vida e eram realizados na “antevisão” de um “contrato bilateral, onde um dos outorgantes era a Monarquia ou um poderoso”. Concedidos desde as Ordenações Afonsinas às Filipinas, essa tradição oferecia aos requerentes maior segurança de êxito. Eram irrevogáveis e equivaliam a pagamentos. Na prática, este tipo de mercês era, em sua maioria, por serviços prestados, realizados na época tendo em vista a compensação futura (OLIVAL, 2001, 28-29).

O abastecimento das tropas portuguesas realizada por Soares Lisboa indica outros elementos importantes de sua trajetória: primeiro, a sua inserção dentre militares, dos quais muitos também eram comerciantes. Segundo, a sua plena inclusão nas redes mercantis características da praça de Porto Alegre como partícipe de suas práticas comerciais de crédito de uma rede mercantil que cobria a região da Banda Oriental em suas comunicações transimperiais. Isso somado a sua menção por Magalhães dentre os “comerciantes de Porto Alegre”, são elementos que reforçam a hipótese da participação de Soares Lisboa nos contratos régios monopolizados pela família Pereira de Almeida, no extremo sul do Império Português. Ademais, esses indícios também são verificados nas informações obtidas em procurações inscritas no cartório notarial de Porto Alegre, registros de títulos da

Provedoria da Fazenda¹⁸ e dados dos *Cadernos de Informadores* da Câmara de Porto Alegre dos anos de 1814 e 1818¹⁹.

Em 23 de julho de 1814, foi registrada na Câmara de Porto Alegre uma relação de nomes selecionados por “homens bons”, com uma série de informações prestadas pelos próprios sobre cada um deles, que atestavam que estes indivíduos cumpriam as credenciais ou “qualidades” necessárias para ocuparem a vereação daquele ano (COMISSOLI, 2011, 93). As Câmaras eram ocupadas por homens de conduta e modo de vida proeminentes na municipalidade, muitas vezes de origem humilde, sem sangue nobre. Apesar disso, muitos conquistavam enobrecimento por serviços prestados à Coroa e como retribuição por ações heroicas, que comprovavam sua *honra* e *lealdade* ao rei, ou pelo bom exercício de cargos em favor da *respublica* (Cf. BICALHO, 1998, 251–580).

De acordo com Adriano Comissoli, a Câmara de Porto Alegre, assim como a maioria das câmaras no Império, não tinha critérios rígidos para a seleção de indivíduos que a comporia. Em geral, escolhiam-se moradores com maior prestígio na vila. No decorrer do século XVIII, verificou-se na composição das Câmaras do Rio de Janeiro e das localidades, que formavam, nestas condições, o que estudiosos como Maria Helena Coelho e Joaquim Romero Magalhães chamam de “nobreza civil ou política” (COELHO, MAGALHÃES, 1986). Em Porto Alegre e outras localidades que mantinham relações mais intensas com os circuitos comerciais, verifica-se uma ascensão de mercadores em detrimento de proprietários rurais (COMISSOLI, 2011, 90–91).

Em 1814, esta lista formulada pela Câmara foi enviada ao governo da Corte fluminense, que, destes nomes, selecionou os oficiais que a comporiam. Apesar de reduzirem a autonomia da municipalidade quanto à escolha de seus vereadores, as informações prestadas nesta relação garantiam algum controle dos “homens bons” no processo (COMISSOLI, 2011, 93). Dentre os nomes relacionados, figurava o de João Soares Lisboa com as seguintes informações:

[...] casado, natural de Portugal, cuja Pátria, e Pais ignoram; não tem servido os Cargos de governança, [ilegível] de idade trinta anos, pouco mais ou menos, não é Criado de S. A. R., nem o tem sido de outrem, vive de seu Negócio, cuja

18 A referência e informações contidas nestes documentos foram gentilmente cedidos pelo Dr. Gabriel Santos Berute, Prof. Dr. Adriano Comissoli e Prof.^a Dr.^a Helen Osório.

19 Caderno de informadores da vila de Porto Alegre (1814 e 1818). Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Mesa do Desembargo do Paço, caixa 187, pacote 02, doc. 18.

Fazenda consiste em uma Estância no distrito da freguesia do Triunfo deste Termo, não tem Servido ofício mecânico, não é Cavalheiro de ordem alguma, e não tem Parentesco, Amizade, ou ódio entre indivíduos [ilegível] com os retro nomeados.²⁰

Com este registro, reconhecia-se não somente a riqueza de João Soares Lisboa, mas também *virtude* e *honra* que o capacitavam a essa posição social significativa e ao cumprimento de expectativas e deveres para o exercício camarário (COMISSOLI, 2011, 90–91). Ele também se encaixava no perfil social identificado por Adriano Comissoli para os elegíveis à Câmara de Porto Alegre: a maioria tinha, em média, 30 anos de idade, eram nascidos no norte de Portugal, casados²¹ e comerciantes, o que aponta para uma confluência entre os circuitos migratórios e os de ingresso mercantil (COMISSOLI, 2011, 99-110)²². Além disto, destaca-se que a “qualidade” de Soares Lisboa, que o credenciava a vereador, não consistia em parentesco, título ou cargo ocupado, mas tão somente fundamentava-se em sua ocupação como negociante e nas suas possessões, fruto da estância em Triunfo. Ao serem pesquisados, os títulos da Provedoria da Fazenda dos anos de 1815 e 1816 apontam dois registros em seu nome: de 3 de março de 1815 para uma estância²³ na freguesia chamada Triunfo, pertencente à vila de Porto Alegre²⁴, e de outubro de 1816, uma “carta de título de chãos” na Rua da Graça da mesma vila²⁵ onde mantinha residência²⁶.

É também dos *Cadernos de Informadores* de Porto Alegre do ano de 1814 que se obtém a única informação sobre a sua genealogia. Dentre os

20 *Caderno de informadores da vila de Porto Alegre (1814)*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Mesa do Desembargo do Paço, caixa 187, pacote 02, doc. 18.

21 Não foi encontrada nenhuma informação relativa ao matrimônio de João Soares Lisboa, apesar de se declarar casado em 1818 (FERREIRA, 2017, 386).

22 Cf. sobre a confluência entre os circuitos migratórios e de ingresso mercantil (MONTEIRO, 2009, 63).

23 Helen Osório adverte que, nos séculos XVIII e XIX, o termo estância não significava uma propriedade exclusivamente agropecuária; em sua maioria, também possuíam foices de trigo e atafonas ou rodas de ralar mandioca. Em quase todas as estâncias a mão de obra consistia de escravos; nas atividades pecuárias destacavam-se os escravos campeiros e domadores. Estâncias menores dividiam o trabalho entre os membros da família e podiam ter até de um a cinco cativos. De acordo com a autora, os escravos geralmente complementavam o trabalho realizado pelo grupo doméstico (OSÓRIO, 2007, 327–328).

24 Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1995). Porto Alegre, Brasil. Carta de Título de terras no distrito da freguesia do Triunfo. Porto Alegre, 9 mar. 1815, p. 499.

25 Informação gentilmente cedida pela Prof. Dra. Helen Osório, retirada do Livro de Registro da Provedoria da Fazenda de Porto Alegre, 07 out. 1816.

26 Em julho de 1822, João Soares Lisboa menciona que residia em Porto Alegre antes de se transferir para a Corte (Correio do Rio de Janeiro, n. 77, 16 jul. 1822, 306).

qualificados para cargo de vereador, registrava-se que João da Silva Lisboa Júnior era primo de segundo grau de João Soares Lisboa. Natural da Bahia, solteiro, morador de Porto Alegre, tinha aproximadamente os mesmos trinta anos de seu primo. Apesar de “não ter servido os Cargos de governança [...] [tinha] todas as qualidades necessárias para os Servir” e “vivia [...] de seu Negócio, e de duas Embarcações próprias, que navegam desta Capitania [Rio Grande] para as mais do Norte”. Seu nome foi repetido na lista de 1818. Neste momento, registrava-se que era casado com a irmã de José Leal de Azevedo, um dos então vereadores da Câmara de Porto Alegre²⁷.

A relação comercial entre João Soares Lisboa e João da Silva Lisboa Júnior oficializou-se em 12 de setembro de 1814, quando o primeiro recebeu uma procuração para atuar em nome de seu primo, “comerciante do porto de Rio Grande”²⁸. As procurações mercantis criavam laços de confiança cruciais para a realização de transações comerciais a longa distância e indicavam uma maior integração e diversificação do negócio (SAMPAIO, 2008, 233–246; COSTA, ROCHA, SOUSA, 2013). Procuradores e constituintes não eram necessariamente hierarquizados; ambos eram homens de negócio e possuíam certa autonomia de decisão (COSTA, ROCHA, 2007, 94–95).

No caso da procuração outorgada a João Soares Lisboa, e, segundo Gabriel Berute, na maioria das procurações registradas na vila de Porto Alegre, o escrivão obedecia a um modelo que era seguido com pequenas variações (BERUTE, 2011, 218). Ele indicava o local do registro do documento, apresentava os outorgantes e procuradores e as praças, nas quais eram válidas, e determinava os poderes outorgados. Em geral, as procurações não especificavam sua finalidade e concediam amplos poderes aos procuradores. Essas podiam ser usadas tanto para responder pelo outorgante em procedimentos jurídicos, representando-o enquanto autor e réu em processos, como conferiam diversos poderes a respeito de atividades econômicas.

Os procuradores tinham autorização para cobrar dívidas, receber pagamento de heranças e legados, realizar transações de bens móveis e de raiz, ouro e prata e dinheiro em espécie. Também eram agentes ativos de seus outorgantes, tendo direito a realizar em seu nome “transações, e amigáveis composições” que, segundo Gabriel Berute, poderiam ser tais como “a compra e venda de mercadorias, de escravos, o fretamento de navios mercantes, consignação de mercadorias e a contratação ou dissolução de

27 *Caderno de informadores da vila de Porto Alegre (1814 e 1818)*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Mesa do Desembargo do Paço, caixa 187, pacote 02, doc. 18.

28 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. 1o Tabelionato de Porto Alegre. Transmissões e Notas. 12 set. 1814, Códice 916, Livro 38, f. 40v.

sociedades comerciais” (BERUTE, 2011, 218-219). Assim, a procuração de João da Silva Lisboa Júnior, outorgada a João Soares Lisboa, registrava o seu envolvimento no circuito comercial do primeiro, que se concentrava no transporte de mercadorias “para mais o Norte” do Império Português.

O mapeamento da atividade comercial de João da Silva Lisboa Júnior pela imprensa permite particularizar os negócios, com os quais Soares Lisboa estava envolvido a partir da relação com seu primo. Verifica-se que as duas embarcações de João da Silva Lisboa Júnior, o bergantim *Serpente* e a sumaca *Borboleta*, transportavam particularmente produtos gaúchos para a Bahia. Tratava-se, sobretudo, de carne, sebo e couros. De lá, ele exportava sal para o Rio Grande. Sal era um produto essencial aos negociantes de Porto Alegre que, tal como João Soares Lisboa, intermediavam mercadorias para o entorno da capital da capitania (Cf. OSÓRIO, 2007, 183-223). A partir de 1813, João da Silva Lisboa Júnior também passou a ser dono da sumaca *Nova Sorte*. Segundo Gabriel Berute, os negociantes *de grosso trato* dessa vila eram os mais prósperos e se destacavam por concentrarem parcelas consideráveis de investimentos em transações que envolviam embarcações e de concessão de crédito²⁹. Isto indica que João da Silva Lisboa Júnior dispunha de capacidade financeira considerável ou, ao menos, concentrava recursos no transporte de mercadorias, já que era dono do tipo de embarcação de maior valor médio na capitania (BERUTE, 2011, 192).

Os produtos gaúchos transportados por suas embarcações chegavam à Bahia de Todos os Santos e eram desembarcados no porto de Salvador, na região central, área densamente povoada. Em seguida, as mercadorias eram levadas até a parte baixa, onde se localizavam os inúmeros conjuntos de Cais, como os da Farinha e das Amarras (Cf. BAETA, CARDOSO, 2014). Em um deles, no cais Dourado, o primo de Soares Lisboa era proprietário de um armazém, onde negociava produtos e mantinha administradores³⁰. João da Silva Lisboa Júnior era um parceiro comercial de grande importância nessa rota para qualquer comerciante, pois dominava não somente o transporte, mas também o armazenamento de mercadorias, e era

29 Nas primeiras décadas do século XIX, estruturou-se uma área agrícola no entorno de Porto Alegre, o que contribuiu para o aumento do movimento de seu porto e tornou a vila um ponto intermediário de escoamento da produção entre as praças do Rio Pardo, Cachoeira e Santo Antônio da Patrulha e o porto do Rio Grande, mantendo com este uma relação de complementariedade. Homens de Porto Alegre negociavam os produtos do norte e oeste da capitania por mercadorias da capital e as transportavam, por via fluvial e lacustre, até Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo e Taquari. As localidades de Cachoeira, Santa Maria, a fronteira oeste e Missões eram abastecidas por via terrestre, a partir de Rio Pardo (BERUTE, 2011, 96-214.).

30 *Idade de Ouro da Bahia*, n. 29, 10 abr. 1812; n. 02, 6 jan. 1815; n. 26, 29 mar. 1816.

referência para a venda de produtos gaúchos à vista e a prazo na Bahia³¹.

O reconhecimento do parentesco nos *Cadernos de Informadores* de Porto Alegre do ano de 1814 e a procuração trocada entre eles permitem associar a comercialização da produção da estância de João Soares Lisboa, transportada do Rio Grande ao “norte” do Império – no caso, a Bahia – com os negócios de seu primo João da Silva Lisboa Júnior nesse transporte. Esta hipótese também é reforçada pelos pedidos de mercês régias enviados por Soares Lisboa à Coroa, em novembro de 1820 e, novamente, em março de 1821. Neles ele demonstra ter conhecimento dos interesses dos negociantes baianos e domínio da logística portuária da Bahia, utilizados com a finalidade de justificar a criação do cargo de Despachante Marítimo da Bahia, que seria ocupado por ele, e definir uma estratégia econômica e de organização desse Porto (FERREIRA, 2017, 79-93).

Em 1814, enquanto João Soares Lisboa acumulava as funções de comerciante e *estancieiro* em Porto Alegre, João da Silva Lisboa Júnior conduzia seus negócios, mantendo uma ampla rede de contatos a partir da outorga de procurações, sendo registrado tanto como outorgante quanto como outorgado nas praças de Porto Alegre e Bahia³². Ademais, como era comum entre negociantes, João da Silva Lisboa Júnior ingressou no grupo de militares do Império e, em 1812, foi promovido a Alferes do 8º Regimento de Milícias da cidade da Bahia, cargo que ocupou até 1824³³. Segundo os registros dos *Cadernos de Informadores* da Câmara de Porto Alegre, ele e João Soares Lisboa não possuíam pais proeminentes, tanto que eram registrados nestes documentos como “ignorados”³⁴. Para os de origem modesta, era corriqueiro associar uma carreira mercantil à militar para alcançar ascensão social em Portugal (OLIVAL, 2001, 374-384). João da Silva Lisboa Júnior a percorreu no Brasil. Apesar de registrar moradia em Porto Alegre, em 1815, Lisboa Júnior era relacionado no jornal *Idade de Ouro do Brasil* como parte do corpo de comércio da Bahia. Tal circulação era parte determinante para sua participação no transporte de mercadorias de Porto Alegre ao porto de Salvador³⁵.

Neste ano de 1815, os primos Silva Lisboa Júnior e João Soares Lisboa não foram selecionados pelo governo da Corte fluminense como ve-

31 *Idade de Ouro da Bahia*, n. 29, 10 abr. 1812.

32 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. 1o Tabelionato de Porto Alegre. Transmissões e Notas. Informações gentilmente cedidas pelo Dr. Gabriel Santos Berute.

33 *Idade de Ouro da Bahia*, n. 34, 28 abr. 1812; *Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 78, 30 set. 1815.

34 *Caderno de informadores da vila de Porto Alegre* (1814). Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Mesa do Desembargo do Paço, caixa 187, pacote 02, doc. 18.

35 *Idade de Ouro da Bahia*, n. 28, 7 abr. 1815.

readores da Câmara de Porto Alegre, apesar de terem sido devidamente qualificados pelos “homens bons” desta. Contudo, os negócios de João Soares Lisboa continuaram a prosperar e, pela primeira vez, ele passou a ter um representante no Porto: em 10 de maio de 1815, registrou o negociante Antônio Raimundo de Seabra e Souza como seu procurador³⁶. De acordo com a dita procuração, era permitido ao negociante realizar transações comerciais em nome de Soares Lisboa em todo o Reino de Portugal. Anos depois, em 1818, apesar de qualificado à vereação da Câmara de Porto Alegre, João da Silva Lisboa Júnior novamente não foi sancionado pelo governo da Corte. Por sua vez, o nome de João Soares Lisboa não constava no mesmo documento e ele já havia se retirado para a Corte, onde se tornara correspondente de produtos gaúchos e referência para outros comerciantes do extremo sul do Império Português.

2 JOÃO SOARES LISBOA NEGOCIANTE DE GROSSO TRATO NA CORTE (1818-1821)

Em 1817, o nome de João Soares Lisboa ganhava pela primeira vez as páginas dos jornais. Em duas oportunidades, a *Gazeta do Rio de Janeiro* o cita como consignatário de mercadorias vindas do Rio Grande para a Corte³⁷. De acordo com Jorge Pedreira, os correspondentes eram agentes essenciais às transações comerciais (PEDREIRA, 1995, 391). Deveriam cuidar dos negócios alheios com o mesmo zelo com que administravam os seus próprios: remeter e devolver mercadorias, executar as instruções que acompanhavam os carregamentos, informar o estado do carregamento, aconselhar sobre investimentos e, em alguns casos, agir, com certa autonomia, em nome dos seus parceiros; escolher compradores, vendedores e navios para o transporte de mercadorias (PEDREIRA, 1995, 393). Soares Lisboa passou a ser reconhecido como um intermediário de produtos gaúchos na província fluminense, associando-se lá a negociantes que atuavam na distribuição destas mercadorias, especialmente de víveres a militares.

Em outubro de 1817, junto com a requisição de matrícula como negociante *de grosso trato* na praça do Rio de Janeiro, Soares Lisboa – pelos poderes nele investidos através da procuração outorgada por João da Silva Lisboa Júnior – requisitou à Junta de Comércio da Corte, a matrícula de seu primo como homem de negócios de Porto Alegre³⁸. Os dois processos

36 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. 10 Tabelionato de Porto Alegre. Transmissões e Notas. 10 mai. 1815, Códice 1040, Livro 38, f. 143.

37 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 87, 29 out. 1817; n. 69, 29 ago. 1818.

38 Dentre as modificações operadas na capitania fluminense a partir da transferência da Corte portuguesa para a América portuguesa, está a criação, em agosto de 1808, da Real Junta

caminharam juntos, foram executados na mesma data e justificados igualmente pelos testemunhos de João Antônio da Silveira e Manoel Joaquim da Silva Porto³⁹. Além de expressarem sua ascensão na carreira mercantil e de serem imprescindíveis para prosperarem nos negócios, também ampliavam suas chances de inserção nos cargos da monarquia e formalizavam o reconhecimento de suas qualidades. Ao mesmo tempo, Soares Lisboa e Lisboa Júnior por não terem cursado as Aulas de Comércio, integravam um nicho específico de negociantes que, apesar de disputarem cargos na institucionalidade da monarquia e prosperarem suas fortunas, não tinham acesso a lugares mais prestigiados na Fazenda, diferentemente de homens de negócio como José da Silva Lisboa, engajado na profissionalização de negociantes pelas Aulas de Comércio (Cf. KIRSCHNER, 2009, SLEMIAN, CHAVES, 2012).

Em geral, o processo de matrícula iniciava-se com o requerimento pelo aspirante a negociante *de grosso trato*, em que ele incluía uma *justificação* aos agentes da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações. A finalidade era demonstrar que o comerciante cumpria com a série de requisitos de ordem econômica, moral e de instrução. O requerimento desta *graça* era submetido a análise por uma espécie de “conselho” formado por deputados da Junta e, se aprovado, recebia rubrica régia (LOPES, 2009, 106). Após a aprovação do pedido, suas testemunhas, que já eram negociantes de *grosso trato* matriculados, tinham que se apresentar à Junta de Comércio e declarar que o negociante “se achava estabelecido com crédito, fundos, boa fé e inteligência da escrituração Mercantil” na respectiva praça comercial, “com Comércio de grosso trato” e “que importava e exportava gêneros.”⁴⁰ (FERREIRA, 2017, 70-71).

Os termos de juramento e a identificação dos procuradores nas

do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Organizada conforme o mesmo modelo de sua análoga do Reino, a Junta do Comércio seguia os mesmos regimentos e tinha atribuições semelhantes, executando as mesmas funções judiciais e administrativas. (ANDRADE, 1980, 4).

39 Vale ressaltar que a matrícula de negociante *de grosso trato* passou a ser exigida no governo pombalino e era uma demarcação hierárquica que diferenciava comerciantes *de grosso trato* dos de *retalho*. A exigência era uma tentativa do governo da monarquia de controlar práticas internas à comunidade mercantil e demonstrava a valorização do comércio e dos comerciantes. Cabia à Junta de Comércio avaliar se o negociante que requisitou a matrícula como *de grosso trato* comprovadamente possuía “créditos e fundos necessários para o giro de seu comércio, Instrução dos Livros Mercantis” e se ele preenchia os requisitos da “probidade, da boa fama, e da verdade, e boa fé” 1770 *Apud* PEDREIRA, 1995, 07,70-73, 431).

40 Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Juramento das testemunhas dos Negociantes de grosso trato que se pretendem matricular. Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (Código 170), Juramento das testemunhas dos Negociantes de grosso trato que se pretendem matricular, vol. 2, f. 23-23 v.

etapas do processo de matrícula permitem vislumbrar uma rede de solidariedade entre eles, seguramente estabelecida por interesses mercantis. Contudo, muitas vezes também é possível identificar confluências entre os trânsitos comerciais e rotas de imigração e relações de parentesco. Também é marcante a heterogeneidade das ocupações dos negociantes. Nesses documentos, percebe-se uma continuidade dos mecanismos de ingresso na carreira mercantil, o que aponta para circuitos mercantis estruturados em trânsitos que cobriam o Império Português transatlântico. Neste sentido, os juramentos de João Soares Lisboa – tanto na figura do que jura e declara, de procurador ou requerente – expressavam este universo em microescala.

A primeira ligação entre João Soares Lisboa e João da Silva Lisboa Júnior, primos e parceiros de negócios, foi que apresentaram as mesmas testemunhas para justificarem seus pedidos de matrícula como negociante *de grosso trato*: João Antônio da Silveira e Manoel Joaquim da Silva Porto. Em seus testemunhos à Junta, no dia 2 de abril de 1818, eles os reconheceram como homens de negócios e também Félix de Abreu e Sá, este como negociante da praça da vila do Rio Pardo⁴¹. De imediato, os testemunhos indicam que ambos integravam, no Rio de Janeiro, a rede de sociabilidade de comerciantes da capitania do Rio Grande.

João Antônio da Silveira era negociante registrado desde 1812 na qualidade *de grosso trato* na praça de Porto Alegre e militar ligado aos corpos da capitania do Rio Grande. Ele era um caso exemplar da “heterogeneidade ocupacional” característica da ocupação comercial, já que existia uma “documentada porosidade entre milícias, administração colonial e comércio” (COSTA, ROCHA, SOUSA, 2013, 130). A literatura relativa à sua trajetória concentra-se em sua atuação como militar entre 1835 e 1845: primeiro, como Coronel dos Dragões, depois no comando da 2ª Divisão e, enfim, como destacado General da República Riograndense (DONATO, 1996, 252; 515; 561). Todavia, antes disso estava inserido em um circuito mercantil de transações de abastecimento do entorno da vila de Porto Alegre e de produtos gaúchos no Rio de Janeiro, sendo uma das referências dos comerciantes de São Pedro na Corte. Por exemplo, foi mestre da sumaca *Cidade e Labirinto* e do bergantim *Flor da Caridade*, no período de 1811 a 1817. Nestas embarcações acompanhava o trânsito de produtos gaúchos entre o Rio Grande e o Rio de Janeiro e entre este e a Bahia. Ademais, mantinha ligações com a família Velho da Silva, no Rio de Janeiro, pertencente à elite de negociantes

41 Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Juramento das testemunhas dos Negociantes de grosso trato que se pretendem matricular. Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (Código 170), Juramento das testemunhas dos Negociantes de grosso trato que se pretendem matricular, vol. 2, f. 23 v.

enriquecida, em grande medida, através do tráfico de escravos (FERREIRA, 2017, 376, 380-387).

Em 1818, a declaração de Antônio da Silveira no processo de matrícula de João Soares Lisboa lhe garantiu aprovação à categoria de *grosso trato* e ampliou as possibilidades de acesso a poderosas redes mercantis, inclusive, ao provimento de tropas. Esta estratégia de ascensão social resgatou o que havia aprendido quando comerciante de Porto Alegre e *vivandeiro* das tropas portuguesas na Banda Oriental (1810-1812). Também marca o crescimento de seus negócios desde então, o que ampliou a sua rede de negociantes, credenciando-o, via Exército, a se articular na Corte com destacados homens de negócios, como Antonio da Silveira. Ao se analisar a trajetória de Manoel Joaquim da Silva Porto, a outra testemunha no processo de matrícula de Soares Lisboa como de *grosso trato*, pode-se dizer que essa aliança complementava e ratificava o seu investimento no abastecimento das tropas como uma via de ascensão social na Corte.

Assim como a grande maioria dos negociantes vindos de Portugal, Manoel Joaquim da Silva Porto era minhoto, natural do Porto. Por mercê da Coroa, havia sido concedido a ele e a seu irmão, João Alves da Silva Porto, autorização para construir armazéns e trapiches na Ilha das Cobras, onde eram carregados e estocados artigos destinados à Armada Real. De acordo com Cecília Helena de Salles Oliveira, os irmãos e Soares Lisboa faziam parte de um grupo negociantes que estabeleciam a ligação com empregados do Arsenal do Exército, dentre eles, oficiais e soldados que abasteciam as tropas com gêneros. Por esta via, os irmãos Silva Porto e Soares Lisboa estabeleceram uma aliança com Joaquim Gonçalves Ledo que retornara ao Brasil em 1808, vindo de Portugal, após interromper seus estudos na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Em decorrência do falecimento de seu pai herdara uma loja e uma fazenda no distrito de Santo Antônio de Sá (OLIVEIRA, 1999, 109-110, 213). Em 1819, suas atividades comerciais estavam relacionadas à propriedade do bergantim *Boa Esperança*, construído na Vila do Conde, no Porto⁴². Em 1821, Joaquim Gonçalves Ledo ocupava cargo de contador do Arsenal do Exército na Alfândega do Rio de Janeiro.

42 A embarcação realizava o transporte de mercadorias entre o porto de Santos e a cidade do Porto, com escalas nas ilhas do Cabo Verde e no Rio de Janeiro. Arquivo Ultramarino. Lisboa, Portugal. Rio de Janeiro. 6 mai. 1819, CU-017-rolô 278, d. 19858.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1818, com a matrícula no *grosso trato*, João Soares Lisboa e João da Silva Lisboa Júnior passaram a “gozar de todas as Honras, Graças, Isenções e Privilégios” determinados na carta de lei de 30 de agosto de 1770⁴³. Desta maneira, o negócio de abastecimento de tropas, no Rio de Janeiro, recebeu um incremento em relação ao que Soares Lisboa já realizava no extremo sul do Império. Atuando ao lado de Antonio da Silveira, dos irmãos Silva Porto, de Joaquim Gonçalves Ledo e de contatos – tal como os militares Joaquim Xavier Curado e Miguel Lino de Moraes – que mantinha de quando era “comerciante em Porto Alegre”, Soares Lisboa se posicionou ao centro da distribuição de víveres no Brasil. Ele negociava com comerciantes e oficias que participavam da cúpula de poder do governo da Corte, o que incrementava suas chances de reconhecimento, prestígio e enriquecimento.

Através da análise do microcosmo que envolvia a matrícula de João Soares Lisboa no *grosso trato*, vislumbram-se vínculos entre homens de negócios, que acumulavam outras ocupações (livreiros, tipógrafos, militares e mestres de embarcações), evidenciando o entrelaçamento do exercício de uma rede mercantil com redes estruturadas de parentesco. Tais elementos expressam uma das características fundamentais do trato mercantil: a circulação não somente de mercadorias, mas também do negociante. Neste sentido, a carreira mercantil implicava na ampliação de malhas comerciais tecidas territorialmente e em controles internos de ingresso e reprodução do corpo mercantil. Ainda que fosse gerido pelo órgão do governo imperial da Junta de Comércio, o trato mercantil era regulado por certos homens de negócios já estabelecidos, apresentava uma lógica interna, um percurso pré-definido e restrito para a ascensão na carreira. Isso dependia da participação do comerciante em determinados circuitos mercantis, definida por suas transações e crédito econômico e moral.

De 1808 a 1818, João Soares Lisboa realizou uma carreira de ascensão mercantil exemplar: de “comerciante de Porto Alegre” a negociante de *grosso trato* da Corte do Rio de Janeiro. Credenciou-se no quadro da economia controlada pela monarquia e de uma sociedade hierarquizada do Antigo Regime e foi recompensado com enriquecimento e ascensão social, habilitado por sua instrução mercantil, cabedal e sua qualidade moral. Dominava as operações mercantis a longa distância, o pedido de mercês reais, a *boa fé*, *prudência*, *economia* e todas as outras virtudes exigidas pela moral mercantil

43 Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Matrículas dos Negociantes de grosso trato. Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (Código 7X), caixa 444, pacote 1 (1809-1820), (Código 170), (Código 171), v. 1, fl. 76; Juramento das testemunhas dos Negociantes de grosso trato que se pretendem matricular, vol. 1, f. 33.

e que deveriam subordinar suas operações comerciais. Essa reconstrução da trajetória de João Soares Lisboa evidencia a superficialidade e limitação da associação de sua figura à condição de radical e republicano redator do *Correio do Rio de Janeiro* e colaboram para uma compreensão das redes de comércio e negociação política no Rio Grande do Sul e sua integração com outras partes do Império Português no contexto do início do século XIX.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império*. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993.
- ANDRADE, Rômulo Garcia. *Burocracia e economia na primeira metade do século XIX: a Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro, 1808-1850*. 1980. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1980.
- AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800-1808)*. Topoi, v. 5, n. 2, p. 161-183, 2002.
- BAETA, Rodrigo Espinha; CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes. *O frontispício de Salvador e seu impacto na paisagem urbana da cidade no século XIX*. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; et al (Orgs.). *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/frontispicio-salvador-e-seu-impacto-na-paisagem-urbana-da-cidade-no-seculo-xix>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: Negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BICALHO, Maria Fernanda. *As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de História, v. 18, n. 36, p. 251-580, 1998.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Jusnaturalismo*. In: *Dicionário de Política*. Brasília/São Paulo: Editora UNB/Imprensa Oficial, v. 1 (A-J), 2000, p. 655-660.

- CARDOSO, José Luís. *Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho*. In: A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 64–109.
- CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII*. Lisboa: Estampa, 1989.
- CARDOSO, José Luís. *Uma “Notícia” esquecida: o ensino na Aula do Comércio*. Estudos de Economia, v. I, n. 1, p. 87-102, 1984. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/9722>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Arte dos negócios: saberes, práticas e costumes mercantis no império luso-brasileiro*. América Latina en la Historia Económica, v. 16, n. 1, p. 169–193, 2009.
- _____. *As aulas de comércio no Império luso-brasileiro: o ensino prático profissionalizante*. In: TEXTOS DAS COMUNICAÇÕES APRESENTADAS NA VII JORNADA SETECENTISTA, 2007, p. 267–276.
- CHUST, Manuel. *La Cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz: (1810-1814)*. Valência: Centro Francisco Tomás y Valiente UNED Alzira-Valencia, Fundación Instituto Historia Social, 1999.
- COELHO, Maria Helena da C.; MAGALHÃES, Joaquim Antero Romero. *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.
- COMISSOLI, Adriano. *A serviço de vossa Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- CORREIO DO RIO DE JANEIRO. *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela. *Remessas do ouro brasileiro: organização mercantil e problemas de agência em meados do século XVIII*. *Análise Social*, v. XLII, n. 182, p. 77–98, 2007.
- COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. *Ouro do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.
- DONATO, Hernâni. *Dicionário de Batalhas Brasileiras*. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural Ltda, 1996.

- FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. *Negócios, impressos e política: a trajetória pública de Joao Soares Lisboa (1800-1824)*. 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- GAZETA DO RIO DE JANEIRO. *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: MAPFRE, 1992.
- IDADE DE OURO DA BAHIA. *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- KÜHN, Fábio. O *Almanaque da vila de Porto Alegre*: uma leitura do Rio Grande em 1808. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, v. 143, p. 105–117, 2008.
- LOPES, Walter de Mattos. A “*Real Junta do Commercio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Estado do Brazil e Seus Domínios Ultramarinos*”: um Tribunal de Antigo Regime na Corte de dom João (1808-1821). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- MAGALHÃES, Manuel Antônio. *Almanaque da vila de Porto Alegre com reflexões políticas interessantes sobre o estado atual da Capitania do Rio Grande de São Pedro*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, v. 143, p. 119–140, 2008.
- MENDONÇA, Manuel Teixeira Cabral de. *O Guarda-livros moderno, ou curso completo de instruções elementares sobre as operações do comercio*. Lisboa: Impressão Régia, 1823. Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa, Portugal. Fundo Geral Monografias. Cota: TR. 4132 P.
- MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. 2006. Tese (Doutorado) – Curso de História Econômica, Economia Aplicada, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808)*: algumas notas. Tempo, n. 27, p. 51–67, 2009.
- OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. São Paulo: USF, 1999.

- OSÓRIO, Helen. *Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa*. Revista Brasileira de História, v. 20, n. 39, p. 99-134, 2000.
- _____. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.
- PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*. Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia e Economia Históricas) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.
- PIMENTA, João Paulo G. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c. 1780-c. 1830)*. São Paulo: Entr[H]istória, 2017.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Relações mercantis entre a praça carioca e Portugal na primeira metade do século XVIII*. In: SOUSA, Fernando de (Org.). *A Companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Porto: CEPES/Edições Afrontamentos, 2008, v. 1, p. 233-246.
- SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SLEMIAN, Andréa; CHAVES, Cláudia Maria das Graças (Orgs.). *Obras de Manoel Luis da Veiga*. São Paulo: Edusp, 2012.
- VAZ, Francisco António Lourenço. *Instrução e economia: as ideias econômicas no discurso da ilustração portuguesa (1746-1820)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- XAVIER, Angela Barreto; HESPANHA, António M. *As redes clientelares*. In: HESPANHA, António M. (Org.). *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 381-394.

Recebido em 14/09/2020

Aprovado em 11/12/2020

“ANJOS DA CARIDADE”: AS MULHERES INTEGRANTES DO CENTRO ABOLICIONISTA DE PORTO ALEGRE (SÉC. XIX/ RS)

“ANGELS OF CHARITY”: THE MEMBERS OF THE ABOLITIONIST CENTER IN PORTO ALEGRE (19TH CENTURY / RS)

Tuane Ludwig Dhl¹

RESUMO

O artigo apresenta um estudo sobre o perfil das mulheres integrantes do Centro Abolicionista de Porto Alegre, denominadas pelo secretário da agremiação como “Anjos da Caridade”. Buscamos compor uma cartografia social das 23 senhoras que identificamos como contribuintes no Centro, desvelando a naturalidade, faixa etária, status civil e filiação do grupo. Para tanto, foram consultadas fontes de naturezas diversas, como habilitações de casamento, registros de batismo e casamento, inventários *post-mortem*, testamentos, processos-crime, cartas de alforrias e imprensa. De modo geral, constatamos que se tratavam de jovens mulheres, sendo a maioria porto-alegrense, recém-casadas ou em vias de contrair matrimônio. Provenientes das classes abastadas e médias, essas abolicionistas tiveram acesso e domínio da cultura letrada, o que as tornou aptas para o exercício das atividades no Centro.

Palavras-chaves: Mulheres. Abolicionismo. Centro Abolicionista.

ABSTRACT

The article presents a study on the profile of women members of the Abolitionist Center in Porto Alegre, called by the secretary of the association as “Anjos da Caridade”. We seek to compose a social cartography of the 23 ladies we identified as contributors in the Center, in order to unveil the group’s naturalness, age group, civil status and affiliation. To this end, sources of various kinds were consulted, such as marriage qualifications, baptism and marriage records, post-mortem inventories, wills, criminal proceedings, letters of freedom and the press. In general, we found that they were young women, most of them from Porto Alegre, newlyweds or in the process of getting married. Coming from the wealthy and middle classes, these abolitionists had access to and mastered the literate culture, which made them able to carry out activities in the Center.

Keywords: Women. Abolitionism. Abolitionist Center.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista CAPES/ Prosuc.

INTRODUÇÃO

O Centro Abolicionista de Porto Alegre foi organizado oficialmente no dia 28 de setembro de 1883, num dos salões do Teatro São Pedro. A iniciativa partiu de Joaquim de Salles Torres Homem e de Júlio Cesar Leal que alegavam a necessidade de aglutinar os esforços abolicionistas existentes na capital, a fim de encaminhar a transformação do trabalho escravo. Aproximadamente dois meses depois da sessão de sua criação, o Centro Abolicionista compôs o diretório e a mesa administrativa exclusivamente com homens provenientes da elite econômica e política local que, por sua vez, ligavam-se aos três principais partidos políticos da época – o Liberal, o Conservador e o Republicano.² Reunidos sob a mesma bandeira, eles buscaram garantir para si, tanto a liderança no abolicionismo, como o capital simbólico intrínseco à causa dos escravizados³.

No ano de 1883, a agremiação de fato empreendeu poucas ações de efeito prático, dedicando-se mais à promoção de eventos públicos e manifestações de propagandas, como banquetes e discursos notáveis (MOREIRA, 2003, p. 169). Nessa fase, a presença ou participação feminina não foi mencionada nos registros oficiais, tampouco nas publicações da imprensa, ainda que certamente algumas acompanhassem os pais ou maridos. A partir de meados de 1884, entretanto, o que encontramos foi um quadro bem diferente, onde a participação feminina nas atividades do Centro não só foi divulgada, como também incentivada pelos homens da dita agremiação.

Nos registros oficiais do Centro Abolicionista, *Livros de Ouro e de Ata*,

2 Foram nomeados: Coronel Joaquim Pedro Salgado, Joaquim de Salles Torres Homem, Aquiles Porto Alegre, Júlio César Leal, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Dr. Severino Prestes, Dr. Antônio Lara da Fontoura Palmeiro, João Fernandes Damasceno Vieira, Dr. Edmundo Palmeiro Pereira da Cunha, Dr. Joaquim Pedro Soares, Sóter Caio da Silva, Dr. Artur Luiz Cadaval, João Duval, Inácio Vasconcelos Ferreira, João Teófilo Vieira da Cunha, Norberto Antônio Vasques, Antônio Cândido da Silva Job, Leopoldo Masson, Cândido Antônio da Costa e Dr. João Luiz de Andrade Vasconcelos.

Dias depois, reunidos os membros do diretório, ficou assim composta a sua mesa administrativa: Presidente – Coronel Joaquim Pedro Salgado; 1º Secretário - Torres Homem; 2º Secretário - Júlio César leal; Tesoureiro - Norberto Antônio Vasques. (AHPAMV - Câmara Municipal de Porto Alegre, Livro de Assuntos Diversos nº. 10 - O Centro Abolicionista à Câmara Municipal, Porto Alegre em 07 set. 1884, p. 3)

3 A preferência pelo termo “escravizado” ao invés de “escravo”, relaciona-se com os significados e os usos discursivos desses vocábulos. De acordo com Elizabeth Harkot-de-La-Taille e Adriano Rodrigues (2012), o vocábulo escravo conduz ao efeito de sentido de naturalização e de acomodação psicológica e social à situação, reduzindo o ser humano à mera condição de mercadora, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria. O vocábulo escravizado, por outro lado, remete a um campo mais dinâmico, onde o escravo é sujeito com poder de agir, pensar e até viver por si, de uma situação transitória, não permanente (HARKOT-DE-LA-TAILLE, SANTOS, 2012).

identificamos a presença e a colaboração de vinte e três mulheres.⁴ Essas personagens não foram apontadas como integrantes regulares e tampouco eram convidadas formalmente para as reuniões, mas colaboraram com a grande maioria das atividades empreendidas pela agremiação. Na verdade, todas elas integraram as chamadas Comissões Libertadoras. Esses grupos foram estabelecidos numa reunião do dia 6 de agosto de 1884, no salão do Teatro São Pedro, quando o diretório da agremiação nomeou os cavalheiros e as senhoras que seriam responsáveis por promover a libertação dos escravizados em diferentes distritos de Porto Alegre e Pedras Brancas (*Jornal do Comércio*, 07.08.1884, p. 2; *A Reforma*, 08.08.1884; *A Federação*, 08.08.1884, p. 2).

De modo geral, a historiografia sobre o abolicionismo local e regional ainda não se dedicou ao estudo do ativismo feminino. Nos trabalhos sobre o assunto é possível encontrar alguns referências sobre as mulheres do Centro, como nos de Margareth Bakos (1982), Veronica Monti (1985), Paulo Moreira (2003) e Maria Angélica Zubaran (1998). Um pouco mais denso são os estudos de Roger Kittleson (2005, 2006), que se dedicou aos usos discursivos que os representantes da elite política local fizeram da participação feminina na campanha pelo fim da escravidão. Sua argumentação é baseada no que ele chamou de *feminização* do abolicionismo, onde a agência feminina foi incentivada e visibilizada unicamente com o intuito de criar um consenso moderado contra a escravidão e de, assim, driblar as disputas partidárias travadas em torno da causa. Ainda assim, a historiografia existente oferece uma visão limitada e superficial acerca das integrantes do Centro e de sua participação no abolicionismo, conservando uma versão de que os homens foram os únicos ou pelo menos os principais protagonistas nesse processo histórico.

Por tudo isso é que propomos para este artigo apresentar quem foram as mulheres que se envolveram no abolicionismo organizado local por meio do Centro Abolicionista de Porto Alegre. Ou seja, o objetivo é traçar o perfil das vinte e três abolicionistas identificadas, pesquisando quem eram e a qual universo socioeconômico pertenciam.⁵

4 O *Livro de Atas* e o *Livro de Ouro* juntos são considerados os documentos que guardam a memória oficial da abolição em Porto Alegre, datada de 7 de setembro de 1884, cerca de quatro anos antes da lei nacional. Ambos os documentos se encontram sob a guarda do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. No primeiro desses registros encontramos informações sobre a gestão, os integrantes e a descrição de algumas atividades da agremiação; enquanto o segundo foi criado para registrar o nome dos senhores e das senhoras que contribuíram com a assinatura de alforrias aos escravos e escravas que possuíam.

5 A pesquisa sobre o perfil e as práticas abolicionistas das integrantes do Centro Abolicionista faz parte da tese de doutoramento da autora que ainda está em construção.

1 OS “ANJOS DA CARIDADE”

As vinte e três mulheres nomeadas pelo Centro Abolicionista nas chamadas Comissões Libertadoras compuseram o coletivo que ficou conhecido publicamente como *Anjos da Caridade*. Essa expressão que nos pareceu ter se tornado síntese do núcleo feminino, foi cunhada pelo secretário do Centro Abolicionista, Joaquim Torres Homem. Tal termo, por si só, já diz muito sobre como as abolicionistas e suas contribuições à campanha local pelo fim do trabalho escravo foram consideradas pelos colegas homens e pela sociedade em geral. O termo *anjos*, na realidade sintetiza o tipo ideal de mulher daquela época, ou seja, a que compreendia seu papel secundário, neste caso no abolicionismo. Além disso, evoca toda uma significação religiosa cristã. Enquanto que o complemento, *caridade*, elucida a natureza moral da função feminina na causa, cujas motivações se deram por suas *naturezas* bondosas, humanitárias e sentimentalistas. A correspondência entre essa visão e a ação concreta das mulheres do Centro não serão discutidas aqui, pois está inserida numa pesquisa maior.

De acordo com a documentação oficial da agremiação, as Comissões Libertadoras para atuação abolicionista em Porto Alegre foram divididas por sexo para os 1º, 2º e 3º distritos e para a Freguesia de Belém:

Quadro 1 - Composição por distrito, freguesia e gênero das Comissões Libertadoras para Porto Alegre

Região	Mulheres	Homens
1º distrito	Alice Fontoura	Antônio de Azevedo Lima
	Adelaíde Cardoso	Domingos de Souza Brito
	Amália Haensel	Ernesto Carneiro da Fontoura
	Júlia dos Santos Lara	Germano Hasslocher
	Júlia Dias de Castro	Leopoldo Masson
	Maria Carlota Vieira	Olímpio da Cunha Brochado
	Maria Jesuína Gay	Ramiro Fortes de Barcelos
	Maria Luiza Fernandes	
	Barcellos	
2º distrito	Afonsina dos Reis	Ângelo Inácio de Barcellos
	Cândida de Oliveira Vale	Antônio Neco da Silva
	Carolina Koseritz	Bernardo Figueira
	Elisa Camargo	Edmundo da Cunha
	Júlia Köehler	João Alves Canteiro
	Leopoldina Chaves	Justino Machado da Rocha
	Mathilde Hasslocher	Vicente José Barcelos
	Sofia Veloso	

3º distrito	Francisca Menezes Lara	Antônio Onofre da Fontoura
	Honorina de Castilhos	Cândido Pacheco
3º distrito	Ignês Cordeiro	João Batista de Oliveira Vale
	Julietta de Oliveira	José Pedro Alves
	Miguelina Werna	Júlio de Castilhos
	Margarida Salgado	Mariano José do Canto
		Miguel de Werna
Freguesia de Belém		Alexandre José Bernardes
		Camilo José Mendes Ribeiro
		Francisco Antônio de Barcelos
		Francisco Pereira
		José Manuel Correia
		Sebastião Correia da Silva
		Serafim Francisco de Souza e Silva

Fonte: AHPAMV - Câmara Municipal de Porto Alegre, Livro de Assuntos Diversos n°. 10 - O Centro Abolicionista à Câmara Municipal, Porto Alegre em 07 set. 1884, p. 4-5.

Na mesma reunião de 6 de agosto de 1884, o Centro Abolicionista também compôs comissões por distritos para a região de Pedras Brancas.⁶ Para essa localidade, a distinção de gênero não foi necessária, pois, somente uma mulher foi nomeada: Isabel Perpétua Gonçalves.

Levando em consideração o quadro para Porto Alegre e os números referentes ao 1º, 2º e 3º distritos – para onde praticamente todas as mulheres nomeadas foram designadas – notamos que tal presença foi significativa. As senhoras totalizaram 22 comissionadas, enquanto os senhores somaram 21; logo, elas representaram um percentual de cerca de 51%. Diante desses dados, é factível afirmar que as mulheres não constituíram uma presença desprezível em termos estatísticos.

Visando vislumbrar melhor quem foram essas 23 mulheres, buscamos a partir de agora compor uma *cartografia social* delas. Essa cartografia social assemelha-se ao método prosopográfico, mesmo que a sua plena execução encontre muitos percalços, devido ao caráter fragmentado dos indícios biográficos encontrados sobre essas mulheres, militantes da campanha abolicionista local:

6 Cabe mencionar que a freguesia de Pedras Brancas (criada pela lei provincial n° 358, em 17.02.1857) pertencia a Porto Alegre, mas ficava na outra margem do rio Guaíba, sendo uma região eminentemente rural. Esse local emancipou-se da capital do Estado apenas em 1926. (FORTES & WAGNER, 1963, p. 257).

A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história, por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos deste universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação (STONE, 2011, p. 115).

Ainda que façamos somente uma aproximação à prosopografia, é necessário apontar que nos guiamos por alguns de seus princípios, especialmente no que tange à construção de um *questionário biográfico* como ponto de partida para o estudo da *população* estabelecida (CHARLE, 2006). No nosso caso, tratando-se a investigação sobre as abolicionistas integrantes do Centro Abolicionista de Porto Alegre, pontuamos os seguintes itens: naturalidade, faixa etária, status civil e filiação. As informações coletadas foram dispostas numa tabela no *Excel*, da qual, posteriormente, extraímos os dados a serem apresentados.

O nome foi o que nos guiou nos arquivos e nas fontes à procura das informações sobre as referidas abolicionistas. Consideramos que as linhas que convergem para o nome e que dele partem formam “uma malha fina” que dá “ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG, 1989, p. 175). Assim, a pesquisa nominal, nesses moldes, contribuiu para a visualização das ativistas da abolição tanto em suas individualidades, como em suas redes de sociabilidades.⁷ As *vicissitudes biográficas* dessas fragmentadas trajetórias, nos permitiram visibilizar essas mulheres em suas aparições na cena pública marcada pela campanha pela emancipação dos cativos, nos últimos anos do Império.⁸

7 A investigação das redes de sociabilidades ocorrerá através da identificação dos grupos familiares e das relações políticas, sociais e econômicas existentes entre eles. Tratam-se de quadros incompletos que, na verdade, servem-nos para endossar tanto o pertencimento das abolicionistas aos mesmos estratos sociais, como para a convivência delas nos mesmos espaços culturais citadinos.

8 Quando falamos em trajetórias, pensamos como ensinado por Pierre Bordieu (1998, p. 189-190): “[...] como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir é submetido a transformações

Ainda que a aproximação ao perfil coletivo das mulheres abolicionistas do Centro seja o principal objetivo neste artigo, é necessário destacar que, por se tratar de um grupo pequeno, em alguns momentos será proposta uma análise mais individualizada. Até porque, sobre algumas dispomos de bem mais informações que outras, o que nos permitiu um vislumbre melhor de certas personagens. Nesse ponto, estamos nos baseando na ideia de que deve ser papel do historiadores captar a complexidade da realidade humana por meio de uma narrativa que demonstre a utilização consciente dos recursos materiais e imateriais pelos indivíduos históricos, mostrando-os agindo dentro de suas realidades normativas, muitas vezes opressora (LEVI, 2000). Assim, buscando estudar a racionalidade humana em sua pluralidade e (in) coerência, é que não pensamos nas 23 abolicionistas como um grupo homogêneo.

As fontes utilizadas para atender aos pressupostos teóricos-metodológicos alinhados acima foram de naturezas variadas. No geral, procuramos pelos nomes das abolicionistas e de seus familiares mais próximos em habilitações de casamento e em registros de batismo e casamento do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), e no banco de dados do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) - onde basicamente destacaram-se os inventários *post-mortem*, testamentos, processos-crime e cartas de alforrias. A imprensa também foi de grande valia, possibilitando-nos, sobretudo, uma aproximação ao universo socioeconômico dessas mulheres. Nosso olhar sobre essas fontes foi substancialmente qualitativo, ficando restrito às informações biográficas que procurávamos. Mesmo assim, o perfil traçado sobre os “Anjos da Caridade” é incompleto, de modo que não conseguimos dispor de todas e das mesmas informações para cada uma das integrantes desse grupo. Isso justifica o fato dos quadros e das tabelas construídos não apresentarem sempre as mesmas personagens.

O principal percalço encontrado nessa etapa da pesquisa referiu-se à grande quantidade de homônimos existentes em relação a alguns nomes mais comuns das mulheres do Centro. Ocasionalmente conseguimos contornar tal dificuldade tendo por base a identificação temporal dos documentos ou tendo por referência o nome de familiares da senhora. Por outro

incessantes. [...] Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. [...] Isso é, não podemos compreender uma trajetória, a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo é que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis”.

lado, principalmente por esse motivo, não conseguimos rastrear nenhuma informação sobre as vidas de Afonsina Isabel dos Reis, Francisca de Menezes, Inês Cordeiro, Julia dos Santos Lara e Maria Luiza Fernandes Barcelos. Sobre elas, tivemos acesso somente ao que foi publicado na imprensa acerca de suas atuações no movimento abolicionista.

2 O PERFIL DAS ABOLICIONISTAS

Das 23 mulheres que integraram o Centro Abolicionista, conseguimos rastrear dados de caráter civil referentes à 14 delas. No quadro abaixo, dispomos informações sobre a naturalidade, faixa etária e status civil das abolicionistas referentes ao momento histórico em que elas ingressaram a referida agremiação, ou seja, agosto de 1884:

Quadro 2 – Naturalidades, idades e status civis das abolicionistas no momento de ingresso ao Centro Abolicionista

Abolicionista	Naturalidade	Idade	Status civil
Alice Fontoura	-	-	Casada
Amália Haensel	Rio Pardo	20 anos	Solteira
Cândida de Oliveira Vale	Porto Alegre	28 anos	Solteira
Carolina Koseritz	Porto Alegre	19 anos	Solteira
Clara de Abreu e Silva	Porto Alegre	19 anos	Solteira
Isabel Perpétua	-	63 anos	Viúva
Honorina Costa Castilhos	Cruz Alta	22 anos	Casada
Júlia Dias de Castro	Porto Alegre	19 anos	Solteira
Júlia Köehler	-	-	Casada
Leopoldina Chaves	-	-	Solteira
Margarida Salgado	Porto Alegre	21 anos	Casada
Maria Carlota Vieira	Porto Alegre	-	Solteira
Maria Jesuína Araponga Gay	São Gabriel	19 anos	Casada
Maria Miguelina Werna	Porto Alegre	17 anos	Solteira
Maria Mathilde Hasslocher	Porto Alegre	23 anos	Solteira
Sofia Veloso	Porto Alegre	28 anos	Casada

Fonte: elaboração da autora.

Podemos observar que a faixa etária das abolicionistas variou entre 17 a 63 anos, sendo a mais jovem Miguelina Werna e a mais velha Isabel Perpétua Gonçalves. Também é notório que a maioria das abolicionistas, na verdade, tinha em torno de 20 anos. Apenas três delas não nasceram em Porto Alegre, caso de Amália Haensel, Honorina Castilhos e Maria Jesuína Gay que eram naturais, respectivamente, de Rio Pardo, Cruz Alta e São Gabriel. Sobre Alice Fontoura, Isabel Perpétua Gonçalves, Leopoldina Chaves e Julia Köehler infelizmente não encontramos tais informações. Pelo que nos foi possível verificar, todas eram, senão *brancas*; *socialmente brancas*, uma vez que não encontramos identificação de cor nos registros históricos sobre elas.⁹ Característica que, com a análise do perfil socioeconômico familiar delas, ficará ainda mais evidente.

Em relação ao status civil, a maioria era solteira (9 mulheres), algumas casadas (6 mulheres) e apenas uma viúva. Em relação às senhoras, Sofia Veloso já era casada desde 1875 com Francisco José Veloso;¹⁰ Margarida Salgado e José Cristino Bittencourt uniram-se em 1881¹¹ e Maria Jesuína Araponga e Nemézio Gay, em 1882.¹² Quanto ao casamento de Alice Fontoura, ocorrido em maio de 1884, com Silvio Ferreira Rangel, não encontramos *habilitação matrimonial*. Entretanto, deparamo-nos com a informação numa

9 Compreendemos a própria branquitude com uma construção e não como algo que está naturalmente compreendido na realidade social (CARDOSO, 2014; ROEDIGER, 2013; SCHUCMAN, 2012; WARE, 2004).

10 Quando se casou, Sofia era órfã e menor de idade, dessa forma, além dos trâmites eclesiásticos, o casamento dela com Francisco também teve de atender às diligências do Juízo de Órfãos de Porto Alegre. Foi o irmão mais velho e seu tutor, Antônio Paradedá, que encaminhou a licença para tal matrimônio (AHCMPA – Ano: 1875, nº 128, caixa: 285, noivo: Francisco José Veloso, noiva: Sofia Paradedá Veloso).

11 José Cristino Bittencourt, foi batizado na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário em 10 de outubro de 1849. Nasceu em 24 de junho de 1849, era filho legítimo de Francisco Antônio da Silva Bittencourt e Maria Tereza Pinheiro Bittencourt, seus avós paternos eram Elesbão da Silva Bittencourt e Tereza José de Bittencourt, e maternos o Visconde e a Viscondessa de São Leopoldo (AHCMPA – Ano: 1881, nº 233, caixa: 302, noivo: José Cristino Pinheiro Bittencourt, noiva: Margaria Carlota Salgado).

12 Nemézio Gay foi integrante da Sociedade Emancipadora Rio Branco. Ele era reconhecido como filho natural ilegítimo de um padre, o Cônego Honorário João Pedro Gay.

João Pedro Gay era Vigário Colado da Freguesia de São Francisco de Borja em Missões e de Uruguaiana. Possuía em São Borja um campo de meia légua de extensão e 14 de largura, quase todo fechado. Vigário da Vara, Juiz de Casamentos de Uruguaiana (1881), sócio correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiro e Rio Grandense, Oficial da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro da de Cristo, Condecorado com a medalha da Capitulação de Uruguaiana. Nasceu em Altos Alpes (20.11.1815) e faleceu em Uruguaiana (19.05.1891); ordenado sacerdote na França, professor de Matemática e Francês, historiador. (AHRs - Requerimentos, maço 101 (1863), 163 (1873) e 198 (1881) / Villas-Bôas, Pedro. Notas de Bibliografia Sul-Rio-Grandense. Porto Alegre, IEL, 1974:212 e Martins, Op. Cit., 1978: 244).

nota na imprensa, na qual foi noticiado que a cerimônia ocorreu num “oratório particular” (*A Federação*, 11.05.1884, p. 1). Tais aspectos, então, sugerem-nos que possivelmente os noivos não fossem católicos. Desse grupo de casadas, somente Honorina Castilhos era mãe, tendo dado a luz a primeira filha, Júlia Prates de Castilhos, em abril de 1884 - fruto do matrimônio com Júlio Prates de Castilhos, ocorrido em Pelotas, em 1883.¹³

A pesquisa nas habilitações matrimoniais do AHCMPA foi bastante relevante na investigação do status civil, pois por intermédio dela pudemos identificar quando e com quem algumas delas eram desposadas e também que seis das solteiras não demoraram a contrair matrimônio.¹⁴ A documentação referente apresentou datas entre 1884 a 1886. Julia Dias de Castro¹⁵ casou-se no fim de 1884, Clara de Abreu e Silva,¹⁶ Maria Mathilde Hasslocher¹⁷

13 Além de Júlia, o casal teve mais três filhas – Eugênia, Otília e Ambrosina – e dois filhos – Honório e Edmundo.

14 O período anterior as núpcias, quando os nubentes buscavam observar as normativas e conseguir a autorização eclesiástica para casarem-se, refletem-se nas fontes conhecidas, então, como *habilitações de casamento*. Tais documentos eram forjados por três motivos principais: para investigar denúncias sobre a existência de impedimentos entre os noivos e/ou para fins de comprovação documental do batismo e/ou para requerer licenças para a forma da realização da cerimônia propriamente. As questões de natureza documental constituíam boa parte dos motivos pelos quais um processo de habilitação matrimonial era forjado, levando em conta, ao menos, aqueles que se observou para essa pesquisa. Os principais documentos exigidos pela Igreja para o casamento eram as certidões de batismo dos noivos e, se um deles fosse viúvo, a certidão de óbito do cônjuge falecido. Quando os nubentes haviam sido batizados na paróquia em que iriam contrair núpcias, não havia problema, uma vez que toda documentação eclesiástica ficava sob guarda da própria instituição. Porém, quando eram freguesias distintas, era necessário entrar com requerimento junto ao provisor do bispado solicitando que a certidão fosse copiada e enviada ao pároco responsável pelas núpcias. Por isso que em algumas *Habilitações de casamentos* encontramos e transcritas as certidões de batismo de um ou mesmo dos dois noivos. O mesmo procedimento deveria ser observado nos casos de comprovação da viuvez com a certidão de óbito.

15 O então futuro esposo de Julia Dias de Castro era Carlos Lisboa, natural de Porto Alegre, batizado na Igreja Nossa Senhora Madre de Deus em julho de 1859, sendo filho legítimo de Francisco Pereira da Silva Lisboa e de Juliana Mafalda Araújo Lisboa. (AHCMPA – ano: 1884, caixa: 67, noivo: Carlos Lisboa, noiva: Julia Dias de Castro). Carlos era médico, tendo trabalhado ao longo da vida no Hospício São Pedro e em sua clínica particular. Morreu em 1888, com cerca de trinta anos de idade, vítima de “enfermidades”. (*A Federação*, 27.04.1888, p. 2).

16 Clara de Abreu e Silva casou-se com João Pereira Machado, natural de Porto Alegre, nascido em 28 de maio de 1858 e batizado na freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus. Seus pais eram João Pereira Machado e Iria Vilhena Loureiro Machado, também naturais da dita capital. (AHCMPA – ano: 1885, nº 222, caixa: 316, noivo: João Pereira Machado Filho, noiva: Clara de Abreu e Silva).

17 Ela casou-se com Artemon Mazon, filho de Artemon Mazon (já falecido naquele ano; era natural da França) e de Maria Aurora Mazon. O noivo nasceu em Rio Grande, no dia 27 de março de 1852, tendo sido batizado na Madre de Deus de Porto Alegre, em 24 de junho de

e Maria Carlota Vieira¹⁸ no decorrer do ano de 1885 e, em 1886, Leopoldina Chaves¹⁹ e Miguelina Werna.²⁰ Seguiam elas, assim, o curso apropriado para mulheres (principalmente de elite) do século XIX: a constituição da vida conjugal e familiar.

A análise das *habilitações matrimoniais* também permitiu uma aproximação à religiosidade das abolicionistas e suas famílias, indicando-nos que pelo menos nove delas eram católicas e paroquianas nas três principais freguesias de Porto Alegre: Nossa Senhora Madre de Deus, Nossa Senhora do Rosário e na Nossa Senhora das Dores. Ainda que não tenhamos investigado muito sobre o assunto, sabemos que no grupo também tinham àquelas ligadas às religiões evangélicas (família Koseritz), protestantes e até mesmo ao espiritismo.

Tais apontamentos também revelam que as abolicionistas residiam nas zonas centrais da capital sul-rio-grandense, estando praticamente todas elas muito próximas, também, geograficamente. Sendo um número significativo das senhoras filhas ou esposas de homens públicos de Porto Alegre – adiante falaremos sobre o assunto – foi fácil rastrear seus endereços. Além disso, durante os preparativos da quermesse, algumas das que se tornaram organizadoras do evento noticiaram a localização de suas casas para que as pessoas pudessem remeter suas doações. Com base em tal investigação, delimitamos a seguinte área na planta onde elas certamente moravam e circulavam:

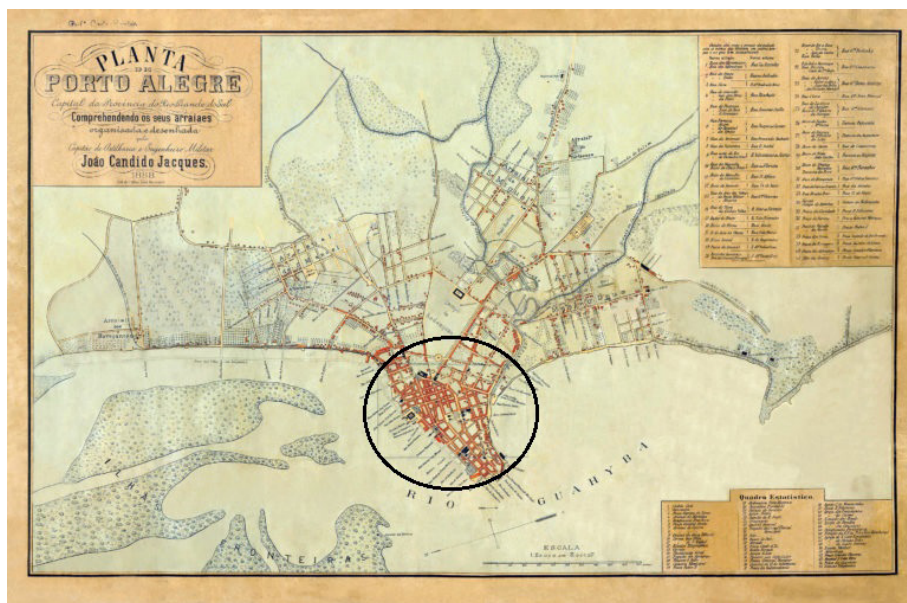
1853 (AHCMPA – ano: 1885, nº 338, caixa: 317, noivo: Artemon Mazon, noiva: Maria Matilde Hasslocher).

18 O futuro noivo era Carlos Bastian, filho legítimo de João Bastian e de Cristina Carolina Bastian, natural da província, católico e residente na freguesia Madre de Deus (AHCMPA - ano: 1885, nº 203, noivo: Carlos Bastian, noiva: Maria Carlota Vieira).

19 De fato não encontramos a habilitação de casamento referente ao casamento de Leopoldina Chaves com Argemiro, mas no jornal *A Federação* (02.01.1886, p. 1), foi publicado uma nota sobre o casamento do colega: “unem-se hoje em matrimônio o nosso correligionário político dr. Argemiro Galvão e a exma. jovem Leopoldina Chaves, filha do sr. Joaquim Gonçalves Chaves, negociante desta praça”.

20 Casou-se com João da Mota Coelho, nascido em 08 de fevereiro de 1855, paroquiano na Igreja Madre de Deus, filho legítimo de José Antônio Coelho Júnior (natural de Porto Alegre) e de Dona Maria Elvira da Silveira Coelho (natural do Rio Pardo). (AHCMPA - ano: 1886, nº 193, caixa: 319, noivo: João da Mota Coelho, noiva: Maria Miguelina Werna).

Figura 1 - Área aproximada de residência das integrantes do Centro Abolicionista, delimitada sobre a planta da cidade de Porto Alegre e seus arraiais de 1888



Fonte: Preservação do acervo cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/CapVII.htm. Acesso em: 30.06.2020.

A disposição geográfica delas, certamente facilitou na atuação e na presença na campanha local pela emancipação dos escravizados e das escravizadas. Em primeiro lugar, porque muitos dos eventos empreendidos pelo Centro Abolicionista ocorreram no Teatro São Pedro, assim como as manifestações públicas que também eram realizadas nas ruas principais da região central – onde muitas delas residiam e puderam acompanhar de suas janelas, calçadas ou varandas. E, em segundo lugar, embora algumas das atividades tenham exigido certo deslocamento das abolicionistas de casa em casa, ainda assim foram desenvolvidas nas próprias vizinhanças e comunidades onde estavam familiarizadas.

De modo geral, as atividades abolicionistas desenvolvidas pelos *Anjos da Caridade* exigiram-lhes um conjunto de habilidades específicas, entre elas o domínio da língua escrita, para dar conta de questões burocráticas exigidas pelo Centro Abolicionista, e a capacidade de exposição ao público. Logo, a maior parte de jovens senhoras deveria possuir bom domínio e acesso à cultura letrada, sendo fruto das primeiras gerações de mulheres que tiveram acesso à uma educação mais institucionalizada. Ainda assim, a base curricular escolar da época era destinada para a

formação doméstica feminina, adequada para o exercício de suas funções matrimoniais e maternas. No Rio Grande do Sul, a Carta de Lei que regia a educação na província desde o início do século XIX, evidenciava sobre essa diferenciação da educação de meninas. Deveriam ser ensinadas a elas as seguintes matérias: Leitura, Escrita, Quatro Operações Aritméticas, Gramática da Língua Nacional, Princípios de Moral Cristã e da Doutrina da Religião Católica Apostólica Romana e Prendas da Economia Doméstica. Essas instituições deveriam também ser regidas por professoras (MUNIZ, BARCELLOS, SANTI, 1993).

No fim do século XIX, contudo, a educação feminina passou a ser foco de vários debates. Especialmente esse era um assunto discutido pelos adeptos e simpatizantes das ideias positivistas, que viam a mulher enquanto um sujeito ativo em tal projeto e lhe atribuíam funções específicas nele. O discurso baseado nas ideias de Augusto Comte, era contrário ao trabalho feminino, de modo que o lar seria o campo de atuação feminino. Para que pudesse dirigir a iniciativa doméstica, a educação dos filhos e o aconselhamento do marido, a mulher não poderia estar exposta à ignorância. Isto é, para ter êxito no desempenho de suas funções, a mulher deveria estudar e "ter clarezas a respeito de tudo" (LEAL, 2003, p. 118).

Como é sabido, o ideário positivista foi muito incorporado pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), organizado em 1884. Julio Prates de Castilhos e Argemiro Galvão eram, em 1884, dois representantes desse projeto político, que alguns anos depois foi concretizado. Esses advogados e políticos foram respectivamente casados com as então abolicionistas Honorina Castilhos e Leopoldina Chaves. No caso do casal Castilhos, a correspondência trocada por eles, meses antes de casarem-se, deixou clara a preocupação do noivo com os estudos de sua futura esposa.²¹ Ele cobrava que a futura esposa estudasse todos os dias, tendo organizado para ela um cronograma de estudos onde lhe indicava as leituras clássicas do positivismo (LEAL, 2003). Além disso, ela demonstrava interesse por canto e música, enquanto Castilhos determinava que a noiva deveria se dedicar mais à pintura. Não é à toa que durante a campanha abolicionista ela tenha se destacado mais pela doação de quadros – cuja venda era destinada à compra de alforrias – que por apresentações artísticas – como foi comum para outras de suas colegas de Centro.

Em relação ao casal Galvão, que se uniu em 1886, não temos pistas

21 Quem estudou a correspondência trocada entre o casal Castilhos, foi Elisabete Leal (2003). A autora analisou as 16 cartas trocadas entre Julio e Honorina, nos três meses que antecederam o casamento, ele vivendo na Fazenda da Reserva, na região de Santa Maria, e depois em Porto Alegre, e ela em Pelotas.

similares. Pela data do casamento, é provável que no contexto abolicionista Leopoldina ainda não se relacionasse com Argemiro, não sendo assim pressionada por tais parâmetros como Honorina Castilhos já era. É de nosso conhecimento que esta senhora dava aulas de canto e desenho, porém, não sabemos se ela abandonou essa atividade ao casar-se com o republicano. Interessante pontuar que Júlio de Castilhos, inclusive, foi testemunha no casamento de Argemiro Galvão, apontando para a existência de laços afetivos, bem como para um convívio entre essas duas famílias.

Honorina Castilhos e Leopoldina Chaves, tinham em 1884 ou tiveram no decorrer de suas vidas, as concepções positivistas muito presentes. Logo, tratou-se de mulheres bastante intelectualizadas, porém dedicadas à vida familiar e conjugal, sendo a atuação nas causas sociais e filantrópicas (como foi a abolicionista) circunstâncias oportunas de socialização e de envolvimento em atividades distintas. Pelo que sabemos, entre as abolicionistas do Centro, essas duas parecem ter sido minoria, uma vez que os pais e/ou maridos da maioria eram ligados ao Partido Liberal. O que obviamente não significou ausência de expectativas, cobranças e limitações sobre a vidas de todas aquelas mulheres.

Dessa maneira, entre os *Anjos da Caridade* também existiam trajetórias diferentes, cuja intelectualidade foi *autorizada* a ser usada no exercício de algum ofício. Os casos mais significativos entre as abolicionistas foram, ainda, os de Carolina Koseritz e de Amália Iracema Haensel, respectivamente escritora e cantora de ópera – que hoje dão nomes àquelas ruas de Porto Alegre mencionadas no início do capítulo. Curiosamente, das colegas de Centro, elas também foram as que se casaram com mais idade.²² Carolina casou-se (sobre forte influência da mãe) pela primeira vez em meados de 1892, aos 27 anos, com o militar Rodolfo Brasil, de quem se divorciou anos depois. Amália foi esposa do fotógrafo Jacinto Ferrari, não encontramos a data exata dessa união, mas ambos só começam a aparecer nas fontes nesta condição a partir de 1915, quando ela teria em torno de 50 anos de idade. Fatos que, por sua vez, demonstram excepcional foco por parte das duas abolicionistas em suas próprias carreiras/ trajetórias.

22 Na verdade, Cândida de Oliveira Vale foi a abolicionista que se casou com mais idade, aos 45 anos. Ela uniu-se em matrimônio ao Tenente Coronel José Victorino da Rocha, de 52 anos de idade. O casal recebeu a licença da igreja para casarem-se em março de 1901 (AHCMPA – Ano: 1901, nº 41, caixa: 343, noivo: José Vitorino da Rocha, noiva: Cândida de Oliveira Vale). Cândida era filha legítima e primogênita de João Batista Oliveira Vale e de Cândida Gomes de Oliveira Vale. A mãe faleceu em 1905, sem deixar testamento; tendo sido o viúvo seu inventariante, os bens arrolados resumiram-se a três imóveis residenciais na zona central de Porto Alegre. Não constou o auto de partilha dos bens (APERS – Ano: 1905, nº 166, maço: 41, inventariada: Cândida Gomes de Oliveira vale, inventariante: João Batista de Oliveira Vale)

À altura do abolicionismo, Carolina Koseritz já havia publicado obras de traduções que tiveram ampla repercussão positiva, não só na província, mas também na Corte. Na verdade, meses antes de ter se engajado no abolicionismo local, ela colhia os frutos do seu segundo trabalho. Uma das notas que encontramos na imprensa carioca sublinhou sobre tal publicação:

Literatura – Tivemos ocasião de ler a versão, em prosa portuguesa, do poema *Hermann e Dorothea* do grande poeta alemão Goethe, feita pela inteligente senhora D. Carolina von Koseritz.

Perfeita conhecedora dos segredos das duas línguas, tão rivaís, a Sra. D. Carolina deu-nos uma tradução tão amena e tão como soe ser o original do inspirado poeta.

Nós, brasileiros e portugueses, bem temos o que nos orgulhar com este trabalho: - além de tudo, por ser feito por uma mulher, que além dos elogios merecidos, precisa de animação e aplausos. E nunca seremos nós a sonega-los à mulher, onde, rara e timidamente ela entra no campo da literatura. Já conhecíamos a ilustre literata por sua versão do *Requieu*, de Dranmor.

Avante! Que é mister aparecer a mulher brasileira (*Campeão Lusitano*, Rio de Janeiro, 26.05.1884, p. 3).

Semelhantes avaliações também foram publicadas na *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, 02.04.1884, p. 1), na *Gazeta Literária* (Rio de Janeiro, 31.03.1884, p. 252-253); *Mercantil* (Petrópolis, 06.08.1884, p.1). Todas elas elucidadavam a qualidade de sua escrita, bem como a fidelidade de sua tradução, ainda que, como o trecho citado acima deixa claro, marcada pelas concepções de gênero. Afinal, naquela época era mais aceitável as mulheres serem ouvintes ou leitoras que produtoras de cultura, padrão que determinou a marginalização e a omissão de muitas escritoras brasileiras (MUZART, 1999). Não esqueçamos, ainda, que Carolina Koseritz foi a autora daquele texto que conclamou as mulheres à causa abolicionista, citado anteriormente.

Amália Iracema Haensel, por sua vez, ainda se preparava para alçar uma carreira internacional futuramente, estudando e apresentando-se em palcos regionais. Em Porto Alegre, inclusive, o movimento abolicionista abriu algumas oportunidades para essa jovem mostrar o talento enquanto cantora de ópera. Conforme veremos melhor no decorrer deste capítulo, Amália Haensel e Carolina Koseritz foram duas entre outras colegas do Centro que souberam utilizar de modo muito engenhoso as habilidades que possuíam em prol do abolicionismo, endossando suas performances individuais e projetando-se no mundo público.

Levando em conta que ao se analisar a história de mulheres, não devemos desconsiderar sua interação com os homens, buscamos investigar algumas informações sobre os pais e maridos das abolicionistas, visando nos aproximar de seus universos socioeconômicos no ano de 1884. Durante a leitura das fontes o frequente uso de insígnias de poder antecedendo o nome dessas figuras, como “Dr.”, “tenente”, “coronel” e “general”, já nos indicavam que se tratavam de indivíduos que dispunham de certo prestígio social, *brancos* ou *socialmente brancos*. E, que uma parte das abolicionistas deveria ser filha e/ ou esposa de integrantes do Centro.

A organização das informações sobre suas profissões e ocupações nos permitiram confirmar tais suposições. A definição dessa categoria guiou-se pela forma como os personagens foram identificados na documentação ou mesmo na historiografia existente sobre eles. Sabemos que se trata de classificações frágeis, uma vez que muitos desses homens dedicaram-se a mais de uma ocupação profissional ao longo da vida. Ainda assim, buscamos sistematizar as informações coletadas em dois quadros, o primeiro relacionando todas as abolicionistas aos seus respectivos pais, à ocupação econômica deles e à participação ou não no Centro Abolicionismo; no segundo fizemos o mesmo, mas somente com as abolicionistas casadas, relacionando-as aos respectivos maridos:

Quadro 3 – Os pais das abolicionistas

Abolicionistas	Pai	Ocupação	Participação no Centro Abolicionista
Amália Haensel	Frederico Haensel	Comerciante/ político	Não
Alice Fontoura	Ernesto Carneiro da Fontoura	Comerciante	Comissão Libertadora
Cândida de Oliveira Vale	João Batista de Oliveira Valle	-	Comissão Libertadora
Carolina Koseritz	Carlos Von Koseritz	Jornalista/ político	Não
Clara de Abreu e Silva	Florêncio Carlos de Abreu e Silva (falecido)	Político	Não
Elisa Camargo	Antônio Eleutério de Camargo	Político	Não

Honorina de Castilhos	Francisco Antônio da Costa	-	Não
Júlia Dias de Castro	João Dias de Castro (falecido)	Político	Não
Leopoldina Chaves	Joaquim Gonçalves Chaves	Comerciante e militar	Não
Margarida Salgado	Joaquim Pedro Salgado	Militar/ Político	Presidente
Maria Carlota Viera	Manoel José Vieira	-	Não
Maria Jesuína Araponga Gay	Policarpo Araponga do Amaral	Médico	Não
Maria Miguelina Werna	Miguel de Werna	Jornalista	Comissão Libertadora
Maria Mathilde Hasslocher	Germano Hasslocher	Comerciante e jornalista	Comissão Libertadora
Sofia Veloso	Jaime Paradedda Veloso (falecido)	-	Não

Fonte: elaboração da autora.

Com base no levantamento acima, foi possível perceber que os pais de três abolicionistas já eram falecidos em 1884 – Florêncio Abreu e Silva, João Dias de Castro e Jaime Paradedda Veloso. Afora esses casos, cinco das outras 13 senhoras elencadas no quadro compartilharam o espaço do Centro Abolicionista com seus pais. Dessas, quatro eram solteiras (Alice Fontoura, Cândida de Oliveira Vale, Maria Miguelina Werna) e apenas uma era casada - Margarida Salgado, filha do presidente da agremiação, Joaquim Pedro Salgado. A presença deles ao lado das filhas nas Comissões Libertadoras pode também ser entendida como uma forma de supervisão. Levando em consideração que se tratava de famílias abastadas (conforme as ocupações deles deixaram claro), e sendo três deles homens públicos na cidade, era esperado que mantivessem o controle sobre os comportamentos e os corpos das mulheres sob suas responsabilidades. Especialmente em relação às filhas solteiras, era necessário garantir a preservação de suas virgindades, castidade e, consequentemente, da honra da família toda.

No que se referiu às senhoras casadas do Centro Abolicionista, a presença dos maridos também se fez presente:

Quadro 4 – Os maridos das abolicionistas casadas

Abolicionistas	Marido	Ocupação	Participação no Centro Abolicionista
Alice Fontoura	Silvio Ferreira Rangel	-	Não
Honorina de Castilhos	Júlio Prates de Castilhos	Advogado/ jornalista	Comissão Libertadora
Júlia Köehler Prestes	Severino Prestes	Advogado/ político	Diretório
Margarida Salgado	José Cristino Bittencourt	Militar	Não
Maria Jesuína Araponga Gay	Nemézio Gay	-	Não
Sofia Veloso	Francisco José Veloso	Político	Não

Fonte: elaboração da autora.

Nesses casos, destacam-se os casos de Honorina Castilhos e Júlio de Castilhos, ambos integrantes da Comissão do 3º distrito, e de Júlia Köehler Prestes e Severino Prestes, ela integrante da Comissão Libertadora do 2º distrito. Margarida Salgado, embora o marido não tenha participado da agremiação, já apontamos que o pai era o presidente do Centro Abolicionista.

Além disso, tiveram homens e mulheres que colaboraram de modo mais informal nas atividades, mas que receberam certo destaque nos registros da referida agremiação. Foram os casos de Carlos Koseritz, pai de Carolina Koseritz, e de Nemézio Gay e Policarpo Araponga do Amaral, respectivamente marido e pai de Maria Jesuína Araponga. Podemos destacar também o casal Maria José Palmeiro e Júlio César Leal. Embora ela não tenha integrado oficialmente a agremiação ao lado das demais abolicionistas, veremos adiante que acabou participando da atividade da quermesse. O marido, já mencionado anteriormente, foi integrante do diretório e fundador do Centro ao lado de Joaquim Torres Homem.

Com base nos dados abordados nos dois quadros acima, em relação às ocupações socioeconômicas dos familiares das abolicionistas, foi possível identificar uma significativa presença de comerciantes e profissionais liberais. Alguns deles, inclusive, figuras públicas conhecidas na capital e que ocupavam naquela época cargos políticos, caso dos deputados Antônio

Eleutério de Camargo, Carlos Koseritz, Frederico Haensel, Joaquim Pedro Salgado e do senador Francisco José Veloso. Todos eles filiados ao Partido Liberal. Muitos eram jornalistas ou mesmo correspondentes nos periódicos locais, o que, como veremos, serviu para algumas abolicionistas promoverem e divulgarem suas atividades na campanha. Quanto aos comerciantes, é importante apontar que eles faziam parte do *Clube do Comércio*, onde suas filhas e esposas organizavam festas e eventos, além de socializarem.

Outra característica importante, e que endossa o pertencimento dessas famílias aos universos socioeconômicos referenciados, é o fato de que foram proprietárias de escravos e escravas. Ao investigarmos as cartas de alforrias passadas pelos familiares (pais e/ ou maridos) das abolicionistas, chegamos aos seguintes resultados:

Quadro 5 – Cartas de alforrias passadas pelos familiares das abolicionistas

Senhor	Data	Alforriada ou alforriado	Características
Ernesto Carneiro da Fontoura	22.08.1884	Bendita	Gratuita com cláusula de prestação de serviço
	22.08.1884	Felisberta	Gratuita com cláusula de prestação de serviço
Francisco Antônio da Costa	28.11.1879	Perpétua	Paga e imediata
	19.12.1881	Mathias	Imediata
	24.01.1883	Mercedes	Gratuita e imediata
João Batista de Oliveira Vale	10.05.1867	Balduíno	Paga e imediata
Joaquim Gonçalves Chaves	20.05.1876	Maria de Nação	Gratuita e imediata
Joaquim Pedro Salgado	09.03.1870	Maria Emília	Gratuita com cláusula de prestação de serviço
	09.06.1876	Arão	Gratuita e imediata
Policarpo Araponga do Amaral	10.02.1871	Maria Tomásia	Gratuita e imediata
	16.03.1871	Conrada	Gratuita e imediata
	16.03.1871	Rosalia	Gratuita e imediata

Fonte: elaboração da autora.

Os senhores apontados no quadro acima eram respectivamente os pais de Alice Fontoura, Honorina Castilhos, Cândida de Oliveira Vale, Leopoldina Chaves, Margarida Salgado e Maria Jesuína Araponga. A maior parte das alforrias datam da década de 1870, momento de repercussão da Lei do Ventre Livre (1871), e pontuam a liberdade imediata às alforriadas e aos alforriados. Fatos que, por sua vez, indicam a contribuição dessas famílias com o abolicionismo local desde antes do movimento estourar com força, e, até mesmo uma provável posição desses indivíduos quanto ao fim da escravidão. O pai de Alice Fontoura, entretanto, apresentou-se como uma exceção, pois somente no contexto das campanhas libertadoras do Centro é que registrou as alforrias das duas escravas, tendo feito de forma condicional, visando explorar a mão de obra delas por mais um tempo. Pelas datas, é possível que as abolicionistas tenham convivido apenas uma pequena parte de suas vidas com aqueles escravizados e/ou escravizadas pertencentes à família. Contudo, as alforrias também foram em maior medida destinadas às cativas, o que pode ter incidido de alguma forma na posterior atuação na campanha pelo fim da escravidão.

Destacamos dessas famílias, o caso dos Dias de Castro, pois encontramos mais de trinta cartas de liberdade registradas pelo pai da abolicionista Júlia, individual e em conjunto com a esposa, Josefa Machado Dias de Castro. João Dias de Castro foi Vice-Presidente da província pelo Partido Conservador, assumindo a administração entre 12 de setembro e 20 de outubro de 1871. (MOREIRA, 2013). Das cartas registradas pela família, a última, datada de 30 de agosto de 1884, foi justamente passada pela abolicionista Júlia Dias de Castro. Em relação às colegas do Centro Abolicionista, somente essa senhora e Isabel Perpétua Gonçalves tiveram a oportunidade de contribuir de tal modo. A primeira, em 1884, era solteira e o pai já falecido - o que lhe proporcionou um pouco mais de autonomia civil; enquanto a segunda, era viúva e administradora de seus negócios. O documento feito por Júlia de Castro foi em benefício da escrava de nome Branca, de modo gratuito e imediato, ou seja, sem cláusulas de prestação de serviços.²³ Característica que, por sua vez, tomamos como indicativo do posicionamento da abolicionista frente à causa. Não encontramos vestígios nas fontes sobre qual foi a posição das demais abolicionistas frente à forma de encaminhamento da transformação do trabalho, se gradual ou imediata. De modo que não tomamos as 23 abolicionistas como um grupo homogêneo, acreditamos que elas divergissem nesse tópico - tal qual ocorreu entre os homens do Centro Abolicionista.

Por fim, é necessário pontuar algumas relações sociais de maior

23 APERS – Tabelionato do município de Porto Alegre, Registros Diversos, livro 27, p. 198.

proximidade que se estabeleciam entre os e as integrantes do Centro Abolicionista, principalmente de natureza social, mas também de laços étnicos e por vezes familiares. Entre as famílias Haensel, Hasslocher e Koseritz existiam laços étnicos, uma vez que eram todas famílias de imigrantes alemães. Os pais de Amália Haensel e de Carolina Koseritz, foram ambos alemães que vieram ao Brasil como legionários contratados para atuarem na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) a serviço do império brasileiro (integraram a Legião Alemã de soldados Brummer) e primeiros deputados provinciais do Rio Grande do Sul de origem alemã (PIASSINI, 2017, p. 15). Portanto, compartilhavam e conviviam na cena pública de Porto Alegre - fatos que, mesmo indiretamente, atingiam suas famílias.

Por outro lado, entre Amália Haensel e Maria Matilde Hasslocher, também se somavam ligações familiares. A mãe de Amália, Ernesta Hasslocher Haensel, provavelmente era irmã ou prima de Germano Hasslocher, pai de Maria Mathilde. Além disso, percebemos vestígios da proximidade familiar no fato de que Ernesta Hansel foi escolhida por Amália Haensel para ser madrinha em seu casamento com Artemon Mazon.²⁴ Frederico Haensel (pai de Amália Haensel) também foi sócio do avô de sua esposa, Nicolau Hasslocher, na empresa conhecida como Haensel & Hasslocher, uma das proprietárias do vapor Guaíba. Essa união, tanto a matrimonial quanto a econômica, representou o enlace das duas famílias (PIASSINI, 2017, p. 86).

É provável que senão todas, talvez boa parte, das integrantes dos *Anjos da Caridade* já se conhecesse antes da atuação conjunta no abolicionismo. Certamente se encontravam em eventos citadinos, em espaços tradicionalmente frequentados por suas famílias, como os espetáculos no Teatro São Pedro, e os bailes do Clube Comercial e do Salão da *Soirée*. Especialmente em relação ao espaço do teatro, mesmo antes do contexto abolicionista, o nome de várias dessas personagens já aparecia juntos em anúncios de espetáculos em benefícios, oferecidas ao “gentil sexo Porto Alegrense”, das quais elas eram apontadas como representantes. (*A Federação*, 23.04.1884 e 24.04.1884, p. 3). Fato que, por sua vez, reforça a pré-existência de uma interação social entre elas.

24 AHCMPA – ano: 1885, nº 338, caixa: 317, noivo: Artemon Mazon, noiva: Maria Matilde Hasslocher.

3 ISABEL PERPÉTUA GONÇALVES: BREVES APONTAMENTOS DE UMA BIOGRAFIA EXCEPCIONAL

Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros constituiu-se num caso excepcional em relação ao núcleo feminino do Centro Abolicionista de Porto Alegre. Quando participou das atividades empreendidas por essa agremiação, ela era uma senhora de 63 anos de idade, viúva do Major Manoel Alves de Medeiros, falecido em 1874, com quem não teve filhos e de quem foi a segunda esposa.²⁵ Isabel Gonçalves era administradora legal de seus, assumidos por ela após a morte de Manoel de Medeiros, principalmente da fazenda em Pedras Brancas, onde morava e de onde tirava seus proventos econômicos por meio da criação de gado bovino.²⁶ Tratava-se de uma mulher que, se não analfabeta, com uma alfabetização muito frágil, uma vez que nas documentações judiciais e nos registros cartoriais em que identificamos seu nome, no geral foram conduzidos por procuradores. Certamente seus conhecimentos não iam muito além da leitura, escrita e das operações matemáticas básicas, essenciais para que ela mantivesse os negócios em ordem.

Isabel Perpétua era, assim, uma mulher da estância, ambientada na zona rural, cujos hábitos e padrões sociais eram substancialmente diferentes daqueles citadinos que falávamos anteriormente. No caso do Rio Grande do Sul, local marcado pelas lutas e pela consolidação da fronteira até mais ou menos a década de 1870, a situação concreta das mulheres abastadas da campanha diferenciou-se muito daquelas que viviam nas cidades. Com a situação de guerra que mantinha os homens fora por longos períodos, as esposas eram obrigadas a assumirem periodicamente a direção da

25 Com a primeira esposa, Manoel Alves de Medeiros teve cinco filhas (Maria Luiza Alves de Medeiros, Maria da Conceição Alves de Medeiros, Maria Manoela de Medeiros Pires, Maria do Carmo Medeiros Pires e Maria José Alves de Medeiros) e um filho (Marciano Alves de Medeiros). (APERS – Data, 01/01/1874, nº 483, inventariado: Major Manoel Alves de Medeiros, inventariante: Isabel Perpetua Gonçalves de Medeiros).

26 No inventário de Manoel Aves os bens arrolados referiram-se a algumas propriedades em Pedras Altas, a fazenda e a casa da família com o mobiliário descrito, 8 escravos (5 homens e 3 mulheres), e inúmeros animais de criação que nos apontaram, então, tal atividade econômica. Foram elencados: 1806 rezes chucras de criar, 144 novilhos, 208 rezes mansas de criar, 30 bois mansos, 150 éguas xucras de criar, 6 éguas mansas, 4 potros, 53 cavalos mansos e 130 ovelhas (APERS – Data, 01/01/1874, nº 483, inventariado: Major Manoel Alves de Medeiros, inventariante: Isabel Perpetua Gonçalves de Medeiros, p. 12).

A atividade pecuarista foi bastante intensa em Pedras Brancas, uma vez que essa região oferecia boas condições de acesso e de menores distâncias em relação ao comércio com as cidades do outro lado do lago Guaíba, principalmente Porto Alegre. Além disso, outros fatores como significativas áreas de terras planas e de vegetação menos densa também facilitavam o desenvolvimento da pecuária, especialmente a apreensão e o transporte dos animais (BARBOSA, 2012, p. 13).

estância e dos negócios, tomando frente das atividades econômico-financeiras (PESAVENTO, 1991, p. 63). Isabel Gonçalves certamente vivenciou experiências afins, as quais podem ter contribuído para que ela se mantivesse à frente dos negócios de sua fazenda até sua morte, em 1901.

Uma vez que, geográfica, social e culturalmente Isabel Gonçalves estava distante das demais abolicionistas, é muito provável que a relação entre essa senhora e as outras 22 companheiras de Centro não tenham sido estreitadas. Acreditamos, então, que ela tenha agido de uma maneira mais individualizada. Sua atuação no abolicionismo organizado não recebeu atenção na imprensa por parte do Centro Abolicionista, assim, não encontramos evidências sobre como Isabel Gonçalves conduziu sua participação nas campanhas de ruas em Pedras Brancas.²⁷ Todavia o convencimento da vizinha senhorial a emanciparem seus escravos e escravas, não deve ter sido algo difícil para uma senhora que, ao que tudo indica, era bem relacionada nas redondezas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo foi possível perceber que as chamadas “Anjos da Caridade” constituíam um grupo composto por jovens senhoras, porto-alegrenses na maioria, recém-casadas ou em vias de contrair matrimônio. Algumas eram filhas ou esposas de integrantes da agremiação e todas pertenciam aos círculos abastados da sociedade, possuindo bom domínio da cultura letrada. Residentes na região central da capital, estavam acostumadas a frequentar eventos culturais citadinos, como os espetáculos teatrais e bailes. Diferente do perfil predominante, encontramos Isabel Perpétua Gonçalves, uma senhora mais velha, viúva, ambientada na zona rural, proprietária e administradora de sua fazenda.

Enfim, consideramos ainda incompleto o perfil traçado das integrantes do Centro Abolicionista, de modo que as componentes do grupo podem ser melhor investigadas individualmente. Por outro lado, acreditamos que mesmo assim já foi possível iluminar a memória dessas mulheres que até então permaneciam nas sombras dos homens, tanto na documentação histórica, quanto na historiografia do assunto.

27 APERS – Protestante Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros, Protestado Isidoro Belmonte Ursua de Montajol. Data 01/01/1884, nº 2344, Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

- BAKOS, Margaret. *RS: escravidão & abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BARBOSA, Michel da Silva. *Parente e aliados: o compadrio entre escravos da freguesia de nossa senhora do livramento das Pedras Brancas (1842-1872)*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CARDOSO, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre branquitude no Brasil*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2014.
- CHARLE, Christophe. *História de elite e método prosopográfico*. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1963.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o conto: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlos; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (org.). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p.165-178.
- HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth; SANTOS, Adriano Rodrigues dos. *Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade*. III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) dilemas e desafios na contemporaneidade. Unicamp, São Paulo, 2012.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRS). *Preservação do acervo cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Disponível em: https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/CapVII.htm. Acesso em: 30 jun. 2020.
- KITTLESON, Roger. Women and notions of womanhood. In: SCULLY, Pamela; PATON, Diana (ed.). *Gender and Slave*. Emancipation in the Atlantic World. Durham and London: Duke University Press, 2005, p. 99-117.
- _____. *The Practice of Politics in Postcolonial Brazil: 1845-1895*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2006.
- LEAL, Elisabete. Castilhos e Honorina: fragmentos biográficos em cartas de amor. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 3, p. 109-127, 2003.

- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MOREIRA, Paulo Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre – 1858-1888. Porto Alegre: EST Edições, 2003.
- _____. Ingênuas mortes negras: doenças e óbitos dos filhos do ventre livre (Porto Alegre RS – 1871/ 1888). *Revista território & fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 2, 2013.
- MONTI, Verônica A. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul -1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.
- MUZART, Zahidé L. (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora mulheres, Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 1999. v. 1.
- MUNIZ, Paulo Ricardo, BARCELLOS, Jorge Alberto Soares e SANTI, Rita. *Lugar de Mulher: pequena história da educação feminina em Porto Alegre (1820 -1940)*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Mulheres e história: a inserção da mulher no contexto cultural de uma região fronteiriça (Rio Grande do Sul, Brasil). *Travessia*, n. 23, p. 54-72, 1991.
- PIASSINI, Carlos Eduardo. Imigração alemã e política. *Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brügggen e Bartholomay*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.
- ROEDIGER, David. E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça. In: FORTES, Alexandre. et al. *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013. p. 29-59.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2012
- STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, UFPR, v. 19, n.39, p. 115-137, 2011
- WARE, Vron. (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária / Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004.

ZUBARAN, Maria Angélica. *Slaves and Contratados*: the politics of freedom in Rio Grande do Sul, Brasil, 1865-1888. Tese (Doutorado em História.). State University of New York at Stony Brook, New York, 1998.

Recebido em 08/09/2020

Aprovado em 09/11/2020

AS TRANSFORMAÇÕES DO SÉC. XIX E A IMIGRAÇÃO DOS *BRUMMER* E DOS JESUÍTAS PARA O RIO GRANDE DO SUL

THE TRANSFORMATIONS OF THE 19TH CENTURY AND THE IMMIGRATION OF BRUMMER AND JESUITS TO RIO GRANDE DO SUL

Carlos Eduardo Piassini¹

João Vitor Sausen²

RESUMO

É de grande relevância que estudos dedicados aos movimentos migratórios direcionados ao Rio Grande do Sul durante o século XIX atentem para as rupturas e continuidades desse processo. Nesse sentido, torna-se necessário olhar para os contextos que levaram à migração de grupos humanos e de que forma impactaram suas experiências e modos de vida transplantados ao Rio Grande do Sul. Com base nestes pressupostos e considerando o contexto político da região alemã durante o oitocentos, percebe-se que o conflituoso horizonte que conduziu à formação de um Estado-Nação alemão em 1871 expeliu grupos que se opuseram ou ofereceram alternativas, em determinados momentos, às formatações políticas vigentes. Assim, o presente trabalho apresenta transformações do século XIX referentes ao contexto político alemão que resultaram na migração de dois importantes grupos de alemães para o Rio Grande do Sul, os *brummer* e os jesuítas.

Palavras-chave: Imigração. Brummer. Jesuítas. Alemanha.

1 Doutorando (Bolsista CAPES/DS) do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Área de Concentração: História, Poder e Cultura; na Linha de Pesquisa: Fronteira, Política e Sociedade, com período de Doutorado Sanduíche CAPES (Edital CAPES PDSE 47/2017) na Universidade de Coimbra (Portugal), entre novembro de 2018 e abril de 2019 sob orientação do Prof. Dr. João Paulo Avelãs Nunes. Mestre em História (Bolsista CAPES/DS) e Graduado em História (Bacharelado e Licenciatura Plena) pela Universidade Federal de Santa Maria/RS. Professor Colaborador do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria. Membro do Grupo de Pesquisa “História Platina: sociedade, poder e instituições”. Dedica-se a pesquisas sobre a Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, séc. XIX, sobretudo questões relacionadas a participação e atuação política de imigrantes alemães.

2 Estudante de Mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM), onde possui Bolsa CAPES. Graduado em História - Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria. Graduado em História - Licenciatura pela mesma instituição. Foi bolsista de Iniciação Científica Probic/FAPERGS/UFSM entre março de 2018 a janeiro de 2020, vinculado ao Grupo de Pesquisa História Platina: sociedade, poder e instituições e ao Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da Associação de Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM). Participou do programa de mobilidade discente da AUGM na Universidad Nacional del Litoral (UNL), Santa Fe, Argentina, entre agosto e dezembro de 2018.

ABSTRACT

It is of great relevance that studies dedicated to migratory movements directed to Rio Grande do Sul during the 19th century pay attention to the ruptures and continuities of this process. In this sense, it is necessary to look at the contexts that led to the migration of human groups and how they impacted their transplanted experiences and ways of life in Rio Grande do Sul. Based on these assumptions and considering the political context of the German region during the 19th century, it is clear that the conflicting horizon that led to the formation of a German nation-state in 1871 expelled groups that opposed or offered alternatives, at certain times, to the current political formations. Thus, the present work presents transformations of 19th century regarding the German political context that resulted in the migration of two important groups of Germans to Rio Grande do Sul, the Brummer and the Jesuits.

Keywords: *Immigration. Brummer. Jesuits. Germany.*

INTRODUÇÃO

Os estudos voltados às migrações humanas, pensa-se, devem vir acompanhados de uma perspectiva que não inicie nos navios e no desembarque dos imigrantes nos portos brasileiros. Eles devem, quando possível, buscar uma análise que vislumbre continuidades e rupturas entre os contextos deixados e as novas realidades encontradas. Nesse sentido, em relação a imigração alemã para o Rio Grande do Sul, Giralda Seyferth (1994) comenta que a passagem pelo Oceano Atlântico parece determinar uma ruptura na experiência dos imigrantes, o que pode ser constatado por meio do horizonte alcançado pelas memórias familiares de descendentes de imigrantes alemães: a viagem de navio e a chegada ao solo brasileiro, o que demonstra desconhecimento ou esquecimento sobre a vida de seus antepassados em solo alemão.

Ao mesmo tempo, constata-se que grande parte da historiografia que trata da colonização alemã no Rio Grande do Sul durante o séc. XIX reserva pouca atenção ao contexto europeu e suas consequências que incentivaram a vinda desses grupos para o Brasil. O tema é tratado em seus aspectos gerais, com destaque para as mudanças sociais decorrentes do avanço do capitalismo em território alemão. Além disso, estes estudos apresentam os fatores de atração que fizeram os emigrantes alemães escolherem o Brasil como destino.³ Sobretudo, foram convencidos pelos benefícios que o

3 O Império do Brasil, ao longo do séc. XIX, empreendeu esforços para atrair grupos europeus, sobretudo dos territórios germânicos, com diferentes objetivos: adensar a população da província de Rio Grande de São Pedro afim de garantir a hegemonia brasileira na fronteira meridional; incentivar o trabalho livre, a pequena propriedade e a produção agrícola para o abastecimento do mercado interno; fornecer mão-de-obra para as lavouras de monocultura do Sudeste frente às pressões para a abolição da escravidão; e branquear a população (ROCHE, 1969; HERÉDIA, 2001).

governo imperial oferecia. Assim, percebe-se uma lacuna da historiografia brasileira e sul-rio-grandense quanto a estudos mais detalhados quanto ao contexto alemão do séc. XIX. Nesse sentido, o presente estudo procura contribuir para modificar tal percepção ao tratar das transformações políticas do território alemão que vieram a definir as experiências migratórias de dois grupos de imigrantes alemães que vieram para o Brasil, os *Brummer* e os Jesuítas.

1 A RELAÇÃO ENTRE A DINAMARCA, OS DUCADOS DE SCHLESWIG E HOLSTEIN E A IMIGRAÇÃO DOS BRUMMER

O século XIX alemão iniciou com uma série de conflitos causados pelas conquistas napoleônicas e findou com a formação de um forte Império, que mais tarde seria desmantelado após a Primeira Guerra Mundial. Neste processo, marcado por profundas transformações, muitos alemães deixaram o território alemão e migraram para países como os Estados Unidos e o Brasil. No início do século XIX, ainda não existia o Estado-Nação da Alemanha, como hoje conhecemos, mas uma série de pequenos Estados com populações de fala alemã, organizados sob o Sacro Império Romano Germânico. De acordo com Eric J. Hobsbawm:

O império do Sagrado Imperador Romano compreendia seus principados particulares, acumulados durante os séculos e jamais adequadamente padronizados ou unificados (...) e a autoridade imperial sobre uma variedade de territórios que iam desde grandes potências por si mesmas, como o reino da Prússia (...) passando por principados de todos os tamanhos, até repúblicas de cidades-Estados independentes e ‘cavaleiros imperiais livres’ cujas propriedades, frequentemente apenas alguns acres de terra, não tinham senhores mais altos. Cada uma dessas áreas, por sua vez, se bastante grande, demonstrava a mesma falta de unidade territorial e de padronização, dependendo dos caprichos de uma longa história de aquisições fragmentárias, divisões e reunificações da herança de família (2016, p. 150).

Portanto, os Estados alemães não compartilhavam de uma mesma unidade política, estando ligados entre si por meio de uma espécie de confederação. Ainda não havia uma identidade nacional, apenas traços linguísticos próximos que permitiam os identificar como povos alemães. Além da fragmentação política e da ausência de um sentimento nacional, as diferenças religiosas atuavam como importante fator contrário a integração, questão que já havia causado conflitos, como a Guerra dos Trinta

Anos.⁴ Segundo Christopher Clarck:

Católicos e protestantes estavam concentrados em regiões específicas do Império (os protestantes, falando amplamente, no norte, nordeste e regiões centrais, os católicos na periferia oriental polonesa, o oeste e o sudeste). Nas extensas áreas de confissão mista, como a Renânia, Francônia, Bavária, Württemberg e Alsácia, as duas confissões tinham certa distância nos perfis ocupacionais e culturais. Católicos eram em média mais pobres que os protestantes; era menos provável que completassem o ensino secundário; e muito menos provável que frequentassem universidades ou trabalhassem em alguma das profissões liberais. Mesmo em áreas rurais de confissão mista, os católicos tendiam a cultivar pequenas e menos férteis áreas de terra. Tais diferenças estruturais emprestaram uma aparência de permanência e imutabilidade sobre a divisão. Elas levaram à diferença confessional a se relacionar – em muitas áreas – com diferenças na mentalidade, atitude, riqueza e oportunidade (2008, p. 93)⁵.

Neste sentido, durante o séc. XIX as diferenças religiosas continuavam atuando como dissonâncias de ordem social, econômica e cultural. As diferenças religiosas se expressavam geograficamente, como é possível perceber no Mapa 1, em que se observa a localização das três religiões com mais adeptos no Sacro Império Romano Germânico ao ano final da Guerra dos Trinta Anos (1648):

4 Segundo Jason P. Coy (2011), A Guerra dos Trinta Anos foi um conflito motivado pelas tensões religiosas entre calvinistas, católicos e protestantes no interior no Sacro Império Romano Germânico, assim como foi um choque entre rivalidades dinásticas europeias. Desta maneira, seus lados opostos não são uma simplificação de católicos versus protestantes e calvinistas, mas sim, campos que criaram alianças a partir de interesses mútuos contra inimigos comuns.

5 Tradução nossa do original em inglês: “Catholics and Protestants were concentrated in specific regions of the empire (the Protestants, broadly speaking, in the north, north-east, and central regions, the Catholics on the Polish eastern periphery, the west, and the south-east). In the very extensive areas of mixed confession, such as the Rhineland, Bavarian Franconia, Württemberg, and Alsace, the two confessions had quite distinct occupational and cultural profiles. Catholics were on average poorer than Protestants; they were less likely to complete secondary school; and they were far less likely to attend university or to work in one of the ‘liberal’ professions. Even in rural areas of mixed confession, Catholics tended to farm smaller and less fertile plots of land. These structural differences lent an appearance of permanence and intractability to the confessional divide. They meant that confessional difference correlated – in many areas – with differences in mentality, attitude, wealth, and opportunity”.

Mapa 1 – Alemanha confessional:
O Sacro Império Romano Germânico, 1648.



Fonte: Versão com traduções inseridas publicada em SAUSEN, João Vitor. **A nacionalização dos nacionais:** as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945). Monografia de Conclusão de Graduação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2019. O mapa original pode ser consultado em: COY, James P.. **A brief history of Germany.** York: Maple Press, 2011, p. 79.

Esse cenário começou a mudar a partir da conquista de grande parte do território alemão pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte e pela expansão das ideias liberais em toda Europa e para além de suas fronteiras, baseadas no uso da razão e na defesa dos direitos individuais. Tudo isso constituiu grave ameaça ao absolutismo (SCHEIDT, 2008; BOBBIO, 1998). Na França, a revolução de 1789 destituiu o rei de seu direito divino e agiu como real ameaça aos poderes monárquicos baseados no ideal absolutista. Assim, houve a aproximação de Estados monarquistas apoiados por contrarrevolucionários franceses em um esforço para impedir o avanço do exemplo revolucionário francês (CAPUANO, 1999).

Durante o período do terror, quando houve a execução de lideranças na guilhotina, o exército francês ganhou importância no contexto da Revolução Francesa ao reprimir movimentos internos e agir contra ameaças externas. Em meio a tudo isso, Napoleão Bonaparte construiu sua trajetória militar e recebeu o título de Comandante Geral do Exército do Interior, em 1795. No ano seguinte, envolvido no processo de expansão francesa, assumiu o comando das tropas revolucionárias encarregadas de conquistar o território da Península Itálica. Ao retornar a Paris, após o êxito de sua campanha, foi recebido como um grande conquistador (CAPUANO, 1999).

Em 1798, Napoleão partiu para campanhas no Egito e na Síria, não obtendo os resultados esperados. Ao saber da complicada situação política francesa, interna e externamente, ocasionada por sucessivas crises do Diretório, ele resolveu retornar a Paris. Deixou as dificuldades da guerra no Oriente para ser aclamado como Salvador da República. Em 1799, ascendeu ao poder após o golpe do 18 Brumário, quando a câmara foi dissolvida pela ameaça militar e o Diretório deixou de existir, instalando-se o Consulado, formado por três cônsules provisórios, dentre eles Napoleão. Ambicioso, tomou o poder e se corou Imperador da França, ampliando a expansão francesa na Europa (CAPUANO, 1999).

A desarticulação territorial, a permanência de estruturas feudais e a falta de um poder central tornaram o território alemão suscetível ao expansionismo de Napoleão que, em 1810, tinha apenas a Suécia, o Reino Unido, Irlanda, Portugal, Sardenha-Piemonte e Sicília hostis a ele. A ocupação francesa do território alemão começou nos primeiros anos do séc. XIX, pela margem esquerda do Reno, resultando em diversas mudanças no desenho de seu mapa. Em 12 de julho de 1806, Napoleão assinou um tratado com 16 aliados alemães, incluindo os importantes estados de Baden, Baviera, Hesse-Darmstadt, Saxônia e Württemberg. Esses aliados se retiraram formalmente do Sacro Império Romano Germânico e formaram uma coalização conhecida como *Rheinbund* (Confederação do Reno), que funcionou como um Estado-satélite destinado a proteger a fronteira oriental da França. Os

membros da Confederação tiveram de fornecer alimentos, armas e homens para as forças militares de Napoleão, obtendo em troca autorização para tomar territórios que haviam ficado de fora daquela aliança (COY, 2011; RIBEIRO, 2009).

Em 8 de agosto de 1806, diante das conquistas francesas e de um ultimato de Napoleão, o imperador Francisco II abdicou formalmente como imperador e proclamou a dissolução do Sacro Império Romano Germânico, cuja existência remontava a mais de 1000 anos. Assim, quase todos os Estados alemães resolveram participar da Confederação do Reno, exceto a Áustria (governada por Francisco II), a Prússia, e a Pomerânia sueca. Sob a influência dinamarquesa, Schleswig e Holstein também ficaram de fora (RIBEIRO, 2009).

As conquistas francesas e seu domínio sobre o território alemão, bem como a dissolução do Sacro Império Romano Germânico, ajudaram a promover um crescente sentimento de nacionalismo alemão. Ao mesmo tempo em que as tropas francesas triunfavam nos campos de batalha, tiveram de despendar recursos para suprimir diversas revoltas em território alemão. Com o passar do tempo, parte da população alemã ficou cada vez mais unida em sua oposição ao domínio francês. Assim, o período napoleônico, além de desestruturar o mapa do território alemão, fomentou um movimento romântico e nacionalista voltado à construção de uma identidade nacional antagônica à supremacia francesa (RIBEIRO, 2009).

O poderio napoleônico sobre parte importante da Europa encontrou seu fim a partir de 1812, com a desastrosa campanha russa que destruiu a maior parte de seus exércitos. Em 1813, Napoleão foi derrotado pela coalizão formada por Áustria, Prússia, Rússia e Suécia na Batalha de Leipzig, também conhecida como Batalha das Nações. Aquela foi a maior batalha em solo europeu antes da Primeira Guerra Mundial, envolvendo mais de meio milhão de soldados. A Batalha das Nações serviu como um elemento importante para os nacionalistas alemães, que a romantizaram como uma luta do povo alemão contra os invasores franceses, imortalizada no final do séc. XIX por meio da construção de um monumento em Leipzig. A vitória aliada levou os principais Estados alemães da Confederação do Reno, como a Baviera, Saxônia e Württemberg, a mudar de lado. A coalizão invadiu a França e depôs Napoleão, restaurando a monarquia Bourbon e exilando-o na ilha de Elba. Assim, sem o apoio francês, a Confederação do Reno entrou em colapso (COY, 2011; CAPUANO, 1999).

**Mapa 2 – Confederação do Reno em 1812,
demarcada com o tracejado roxo**



Fonte: Haacks geographischer Atlas. Gotha/Leipzig: Instituto Cartográfico Geográfico VEB Hermann Haack, 1ª ed., 1979.

Houve, então, a tentativa de Restauração, ou seja, o esforço para apagar os vestígios do período revolucionário com a intenção de restabelecer o espírito monárquico, além da tentativa de evitar o aparecimento de um “novo Napoleão”, promovido por líderes conservadores e encabeçado pelo príncipe Klemens von Meternich, Ministro das Relações Exteriores da Áustria. Os vencedores se reuniram no Congresso de Viena (1814-1815), assim como praticamente todos os estados e dinastias aristocráticas da Euro-

pa (COY, 2011; HOBSEBAM, 2016).

O Congresso de Viena redesenhou o mapa europeu. Em relação aos territórios alemães, a Áustria, que havia sofrido gravemente durante as guerras napoleônicas, teve a maioria desses reveses desfeitos. Os Habsburgo recuperaram o Tirol, Salzburgo, Lombardia-Veneza e território-chave na Dalmácia. A Prússia, tendo desempenhado um papel fundamental na derrota final de Napoleão, ganhou um território significativo: parte da Saxônia, uma parte de Varsóvia e da Vestfália, a Pomerânia sueca e o porto estratégico de Danzig. Os principais estados alemães da Confederação do Reno, tendo abandonado Napoleão após sua derrota na Batalha de Leipzig, também obtiveram concessões territoriais. O Congresso de Viena reconheceu as aquisições de Baden, Baviera, Hesse-Darmstadt e Württemberg durante a guerra. O mais importante foi a criação da Confederação Alemã, composta por mais de 30 Estados alemães, como uma forma de substituir a extinta Confederação do Reno (COY, 2011).

Mapa 3 – Europa após o Congresso de Viena, 1815



Fonte: DUBY, Georges. **Atlas Histórico Mundial**. Madrid: Editorial Debate, 1987, p.82.

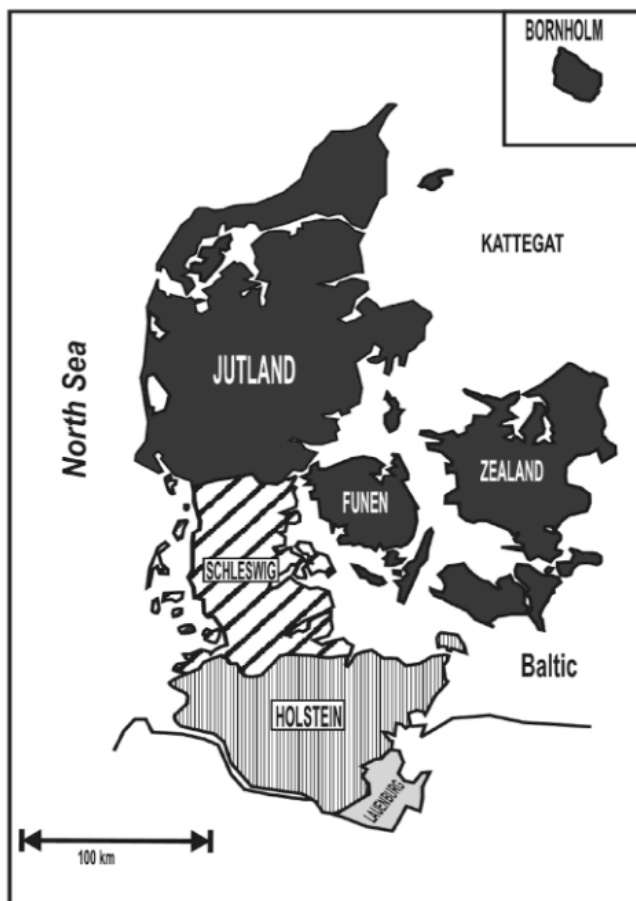
Durante o Congresso de Viena, o ducado de Holstein se tornou membro da Confederação Alemã, diferentemente de Schleswig, afastado

dessa possibilidade por conta da oposição do rei da Dinamarca, Frederico VI, que afirmou ser Schleswig um território dinamarquês. Em 1822, Schleswig tentou se incorporar à Confederação Alemã, apesar dos protestos do rei dinamarquês. A falta de apoio para seu objetivo, entretanto, travou-o durante oito anos. Em Viena, a Dinamarca acabou perdendo a Noruega, que passou a pertencer a Suécia. Como compensação, Frederico VI recebeu o Ducado de Lauenberg, ao Sul de Holstein, tornando-se Rei da Dinamarca e Duque de Schleswig, Holstein e Lauenberg (Mapa 4) (SVENDSEN, 2007). Esses ducados, apesar de sua maior proximidade social e cultural com o território alemão, continuaram subordinados ao reino dinamarquês (PIASSINI, 2016).

As guerras napoleônicas deixaram consequências nos territórios sob influência dinamarquesa. Desentendimentos com os britânicos, com o ataque de Copenhague em 1807, levaram os dinamarqueses a apoiarem os franceses. Os territórios predominantemente alemães da Dinamarca ficaram descontentes com essa aproximação. As últimas batalhas do período napoleônico ocorreram em Schleswig e Holstein, onde as tropas desses ducados, assim como as dinamarquesas, lutaram juntas, pela última vez, contra as tropas aliadas da Suécia, Rússia e da Confederação do Reno. Em 1813, após o fim das hostilidades, Holstein foi ocupado por tropas suíças e prussianas. Ao fim desse período, houve o aumento da influência germânica em Schleswig, Holstein e Lauenberg. Os dinamarqueses passaram a corresponder apenas a 40% da população dos reinos da Dinamarca (SVENDSEN, 2007).

Apesar dos esforços das monarquias europeias para frear o avanço dos ideais revolucionários, amplificados com a Revolução Francesa e com as conquistas de Napoleão, movimentos liberais surgiram em toda Europa nas décadas seguintes ao Congresso de Viena, inclusive na Dinamarca e em Schleswig e Holstein. O objetivo principal desses grupos era a elaboração de constituições de cunho liberal e a formação de parlamentos. Na Dinamarca houve prisões e perseguições (SVENDSEN, 2007).

Mapa 4 – Territórios da Dinamarca, Schleswig, Holstein e Lauenberg



Fonte: SVENDSEN, Nick. **The first Schleswig-Holstein war 1484-50**.
West Midlands: Helion & Company Ltd, 2007, p. 16.

Em 1848, os movimentos contestando o poder absoluto dos reis e exigindo maior participação de outros setores sociais nas decisões políticas tomaram a Europa naquilo que ficou conhecido como a “Primavera dos Povos”. Com relação aos estados alemães, além de bandeiras como a liberdade de imprensa ou a formação de um parlamento, muitos revoltosos clamaram pela unificação alemã (COY, 2011). Ainda que por um curto período, a onda revolucionária resultou na formação de um parlamento que representaria os alemães, em Frankfurt, junto ao qual houve o clamor pela unificação alemã a partir da liderança da Prússia, em uma exclusão dos austríacos. O Parlamento outorgou uma Constituição que acabou não sendo reconhecida por alguns dos maiores reinos da Confederação Alemã, como a Áustria, a Prússia, a Bavária e a Saxônia (COY, 2011).

Com o colapso da Assembleia, seguido de diversos movimentos esparsos e fracassados, o destino de grande parte das lideranças de 1848 foi a morte, prisão ou exílio. A maioria das medidas que haviam logrado com o Parlamento de Frankfurt foram banidas nos anos posteriores. Muitos dos revolucionários descontentes com os resultados de seus esforços optaram por emigrar (COY, 2011).

Além dos esforços de unificação por parte de grupos liberais nacionalistas, os movimentos de 1848 também geraram embates entre bandeiras. Este foi o caso da Primeira Guerra de Schleswig (1848-1851), centrada na querela entre alemães e dinamarqueses pelo controle das províncias de Schleswig e Holstein. O estopim foi a intervenção prussa em um levante nacionalista em 1848, e, após três anos de combates infrutíferos os alemães foram forçados a recuar e assinar um tratado intermediado pelos ingleses. Neste (O Protocolo de Londres de 1852), a Prússia reconhecia o direito dinamarquês sobre os dois ducados, apesar de impedir futuras absorções do território (BREUILLY, 1996).

Em relação a Schleswig e Holstein:

Na década de 1840, o reino da Dinamarca passou a adotar uma política oficial de integração dos dois ducados. Para isso, procurou impor a eles uma nova ordem mediante a neutralização cultural e administrativa da população alemã residente em Schleswig e Holstein. Assim, houve a gradual substituição de germânicos por dinamarqueses em cargos do serviço público e militar. A população germânica desses ducados não aceitou as imposições do reino dinamarquês em vista da ligação que possuíam com suas origens germânicas, e sublevoou-se. O conflito teve início em 1848, somando-se aos inúmeros outros levantes que sacudiam a Europa naquele momento, motivados, sobretudo, por questões nacionais e liberais. Schleswig e Holstein formaram um governo provisório e buscaram apoio na Confederação Germânica, da qual Holstein já fazia parte e Schleswig veio a compor assim que o conflito tomou forma (PIASSINI, 2016, p. 66).

Após sucessivas derrotas, a Dinamarca pediu ajuda para a Inglaterra, Rússia e Áustria, que atenderam o clamor para intervir no conflito. As potências acionadas exigiram o afastamento da Prússia do conflito. A Áustria, sob o temor da unificação alemã, impôs aos prussianos um ultimato, o “Tratado de Olmütz”, afastando de vez a Prússia da questão dinamarquesa e exigindo que os militares envolvidos na causa dos ducados fossem consi-

derados delinquentes revolucionários, ameaçando-os com retaliação militar caso não depusessem as armas. A Prússia fez cumprir o tratado. Com isso, Schleswig e Holstein, que contavam com o apoio prussiano, ficaram sozinhos em sua luta. Houve a retirada das tropas regulares germânicas. Assim, realizou-se uma campanha de alistamento de voluntários em toda a Confederação Alemã para combaterem os dinamarqueses. A convocação teve êxito (LEMOS, 2015; PIASSINI, 2016):

(...) esses heroicos voluntários que constituíram o Exército de Schleswig-Holstein, classificado pelos oficiais prussianos como 'abaixo da média' e que chegou a atingir o efetivo de 36.000 homens (...) decididamente não eram soldados. Gente urbana, artistas, intelectuais, estudantes, boêmios (...). Além disso, chegaram ao campo de batalha quando a situação militar já estava praticamente definida em favor da superioridade bélica dos dinamarqueses (LEMOS, 2015, pg. 61).

As tropas de Schleswig-Holstein foram derrotadas em várias frentes de batalha e os ducados acabaram derrotados na primeira guerra de Schleswig-Holstein. Os ex-combatentes ficaram com a sensação de que haviam sido abandonados e traídos pela Confederação Alemã. Os resultados desse conflito tiveram consequências para a colonização alemã empreendida no Rio Grande do Sul ao longo do século XIX. Dentre as diversas levas de imigrantes oriundos do território alemão com destino ao Brasil, destacaram-se os *Brummer*, um grupo constituído por cerca de 1800 homens contratados como mercenários pelo governo imperial brasileiro para engrossar suas fileiras na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), um conflito de caráter internacional que envolveu interesses dos países envolvidos no espaço fronteiriço platino⁶. Parte importante dos *Brummer* adveio da dissolução do exército de voluntários que atuou na Primeira Guerra de Schleswig e Holstein. Vieram para o Brasil para atuar em um conflito fronteiriço, fugindo das consequências de sua atuação em um conflito que também teve caráter fronteiriço (PIASSINI, 2016).

Após a derrota de Schleswig e Holstein, muitos soldados procuraram refúgio na cidade portuária de Hamburgo, estratégica para escapar da

6 Segundo Maria Medianeira Padoin (2001), o *espaço fronteiriço platino* se constituiu através de relações sociais e econômicas, com caráter de região, onde circularam homens, ideias, culturas e mercadorias. Não estava associado a delimitações físicas e políticas, pois era um espaço dinâmico e mutável que compreendeu o atual território de Buenos Aires e Províncias litorâneas da Bacia do Prata, o território atual do Uruguai e a região da Campanha do Rio Grande do Sul.

perseguição política que iriam encontrar em suas terras de origem, uma vez que passaram a ser traidores. O recrutamento dos agentes brasileiros surgiu como a alternativa ideal para escapar daquele contexto. Muitos duvidaram que teriam, de fato, que atuar no conflito para o qual estavam sendo contratados. Perceberam aquela oportunidade como um meio de ir para as Américas e começar uma nova vida (PIASSINI, 2016).

A missão de recrutar mercenários para atuarem na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) ficou a cargo do Tenente-Coronel Sebastião do Rego Barros, que também deveria adquirir armamentos e uniformes para os recrutados. Esse trabalho foi realizado por uma rede de agenciadores espalhados em diversas cidades do território alemão. Em seis meses conseguiram engajar cerca de 1800 homens e os enviar ao Brasil antes que as forças auxiliares do Império partissem para o Uruguai. A agilidade, porém, não garantiu a excelência do corpo de recrutados, uma vez que vieram a apresentar insuficiente capacidade militar. Segundo Cláudio Moreira Bento (1981), não houve seriedade na contratação de cabos e sargentos. Os agenciadores ficaram desobrigados de maiores critérios para a seleção dos contratados para os cargos de patente superior. A única exigência era terem prestado serviço no extinto exército de Schleswig-Holstein. Assim, soldados foram contratados como sargentos e mais de 150 sargentos foram contratados como soldados.

Parte desse grupo era formado por indivíduos bem situados socialmente, com elevado padrão cultural e moral, sendo que muitos deles eram membros da nobreza alemã. Esses homens constituíram uma força de voluntários da mais variada configuração (BENTO, 1981; PIASSINI, 2016). De acordo com o legionário Cristóvão Lenz, os *Brummer* eram um grupo multiétnico, com integrantes de diversas partes do território alemão. Havia jovens e velhos, assim como homens de poucos modos e outros de fina educação. A maioria já experimentara a vida de soldado. Entre os recrutados que mais chamaram a atenção de Lenz, estava um alemão de pele negra, filho de pai africano e mãe alemã. Os traços físicos, lábios e nariz, eram acentuadamente europeus, enquanto o cabelo e a cor da pele traziam a herança paterna (FLORES, 1997).

Após a assinatura do contrato, recebiam uma identificação imperial, sempre respeitada pela polícia de Hamburgo. Quem passava dificuldades recebia alimentação e moradia gratuita enquanto não partisse para o Brasil (PIASSINI, 2016):

Na situação em que muitos se encontravam, impedidos de retornar a suas respectivas cidades por questões de perseguição política, desempregados, desassistidos, até mesmo

estigmatizados, o contrato brasileiro ofereceu grande oportunidade. Não só receberiam soldos durante o tempo de serviço, assistência durante a permanência em Hamburgo, passagem paga para o Brasil, uniformes, armamento e um adiantamento, como havia a promessa, para o fim do serviço militar, o qual poderia acabar dois anos antes do tempo estipulado no contrato de acordo com a vontade do governo brasileiro, de terras ou passagens de volta a Europa acompanhadas de gratificação (PIASSINI, 2016, p. 70).

Após a prestação de serviço militar, muitos legionários permaneceram no Rio Grande do Sul, sobretudo, nas regiões de colonização alemã. A trajetória anterior de alguns deles facilitou o caminho para que se destacassem como lideranças locais. Diferentemente dos colonos alemães, dedicados ao trabalho agrícola, parte dos *Brummer* atuou como médicos, advogados, agrimensores, professores e comerciantes. Como destaca Telles (1974, p. 19), nas palavras de Carlos von Koseritz, atuaram como “fermento” nas regiões de colonização alemã, uma vez que estimularam àquela população a buscar a ampliação de direitos, a cultivar a cultura alemã e a desenvolver o associativismo (PIASSINI, 2016). Essa posição destacada de alguns *Brummer* e o papel transformador que exerceram na comunidade alemã sul-riograndense, foram reflexo de suas experiências anteriores a vinda ao Brasil e das condições que encontraram na nova pátria (PIASSINI, 2016).

Assim sendo, as ideias liberais espalhadas pela Revolução Francesa e Napoleão Bonaparte, bem como o nacionalismo, fizeram florescer a primavera na Europa, solapando o absolutismo em muitos lugares. Ao mesmo tempo, o Império brasileiro tomava medidas para se proteger contra as pretensões expansionistas de Rosas, em Buenos Aires. Portanto, conflitos fronteiriços serviram como agentes mobilizadores da migração do contingente de cerca de 1800 mercenários da Legião Alemã dos *Brummer* para o Brasil, onde muitos deles permaneceram e vieram a se tornar lideranças nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul.

2 A UNIFICAÇÃO E A KULTURKAMPF

Entre as inúmeras possibilidades de formações para uma “Alemanha”, figuravam, no século XIX, a *Großdeutschland*, uma forma de unificação completa que incluía a Áustria; e a *Kleindeutschland*, que visava apenas os estados alemães ao norte do Reino supracitado (GALLERO, 2009).

Em 1862 o rei prusso Wilhelm I nomeou Otto von Bismarck, então embaixador na França, como Ministro-Presidente (BREUILLY, 1996). Naquele período, a disputa pela hegemonia com os austríacos na Confe-

deração Alemã, além de uma perspectiva de que uma unificação alemã nas bases da *Kleindeutschland* iria fortalecer os prussos, levaram a diversos movimentos diplomáticos e militares por parte de Bismarck.

O primeiro deles veio na Segunda Guerra de Schleswig. Nesta, a Confederação Alemã derrotou os dinamarqueses, de forma que Schleswig ficou sob a esfera dos prussos e Holstein foi anexada pelos austríacos (BREUILLY, 1996). Pouco mais de um ano depois, um novo conflito no interior da Confederação, a Guerra Austro-Prussiana, motivada pelo controle de Holstein opôs, de um lado, a Prússia (junto a alguns estados alemães do norte) e a Itália (que buscava a anexação do Vêneto); e de outro, a Áustria com o que lhe restava de apoio, especialmente dos alemães do sul, como os bávaros (COY, 2011). Este conflito, apesar do grande número de estados envolvidos, foi breve.

As superioridades bélica e logística prussas conduziram a uma rápida vitória. Desta maneira, a Confederação alemã foi dissolvida e substituída pela Confederação Norte Alemã; os prussos eram, a partir de então, a liderança incontestável de uma futura Alemanha; diversos aliados austríacos foram anexados (como Hannover, Nassau e Hesse-Kassel); Schleswig e Holstein foram absorvidas ao território prusso; A Saxônia foi forçada a participar da Confederação; e a Áustria havia sido eliminada de qualquer possibilidade de participação em uma futura Alemanha. Para além disso, a participação italiana do lado prusso lhe garantiu o direito de anexar o Vêneto (COY, 2011).

O ato final da unificação dos alemães veio em 1870. A partir de uma grande jogada diplomática, o “Despacho de Ems”⁷, bem como em meio a uma grande crise internacional, a Prússia logrou com que a França lhe declarasse guerra, de forma que, como agressora, o tivesse que fazer sozinha. Na sequência, a partir de um rápido conflito, os prussos e seus aliados acabaram por anexar os territórios da Alsácia e Lorena, assim como, de maneira imensamente simbólica, realizaram a coroação de Guilherme I como imperador da Alemanha no Corredor dos Espelhos do Palácio de Versalhes (COY, 2011). Estava findada a unificação territorial alemã, como pode ser observada no mapa 5.

A recém unificada Alemanha, sob o reinado de Guilherme I e a chan-

7 O contexto 1870 era de uma disputa entre franceses e prussos pelo futuro do trono espanhol. O Despacho de Ems foi um relato da reunião do Embaixador francês com o rei Wilhelm I, onde o tema central era a crise em voga e um pedido francês para que os prussos desistissem de reclamar o trono. Bismarck, por seu lado, utilizou o relato original da reunião, o alterou e vazou para a mídia, de forma que estivesse em um formato humilhante para os franceses, que responderam com uma declaração de guerra (COY, 2011).

celaria de Otto von Bismarck encontrava diante de si uma população que apesar do ideal de unificação nacional, não era homogênea. Desta maneira, diversas medidas foram conduzidas para a unificação interna da população alemã. Para o chanceler alemão, não bastava apenas uma Alemanha unida, mas também os alemães ideais para a habitar (LERMAN, 2008).

Mapa 4 – Alemanha Imperial



Fonte: A Prússia, através de inúmeros esforços bélicos e diplomáticos, logrou a unificação e comando do Império, além de ter, ao longo do processo, anexado grandes partes dos estados alemães para si. Figura original publicada por RETALLACK, James (org.). **Short Oxford History of Germany: Imperial Germany 1871-1918.** Imperial Germany, 1871-1918. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 314-315, com a união das duas partes do mapa, além de modificações para inserção de traduções realizada em SAUSEN, João Vitor. **A nacionalização dos nacionais:** as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945). Monografia de Conclusão de Graduação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2019.

Katherine Lerman (2008) observa que a Unificação Alemã ocorrida em 1871 não significou que houvesse uma unidade entre os grupos compri-

midos no interior do Império. Ao longo do território alemão estavam espalhados grupos católicos (que tradicionalmente viam na Áustria a sua referência alemã); minorias dinamarquesas no norte (em Schleswig); minorias francesas no oeste (nas recém anexadas Alsácia e Lorena); além de cerca de dois milhões de poloneses nas províncias ao leste. Em suma, a nova Alemanha era tudo menos unificada. Além disso, havia um olhar para os milhões de alemães que viviam fora do território.

Do ponto de vista político, tampouco houve uma grande reconfiguração das partes que passaram a compor o Império e este permanecia como uma federação de variados formatos políticos, com três Reinos, seis Grão-Ducados, cinco Ducados, sete Principados, três Cidades Livres (Cidades Estado) e o Território Imperial da Alsácia-Lorena, como podemos observar no mapa anterior (5). Somado a todos os problemas de unidade, entre os anos de 1870 e 1871 surgiu com força um partido político católico, que passou a dar voz a grupos que não estavam incluídos na nova Alemanha dominada pelos protestantes (LERMAN, 2008). O denominado “*Zentrumspartei*” (Partido de Centro, em uma tradução livre), somou-se aos socialistas entre os principais partidos de oposição ao governo Bismarck (COY, 2011).

Ao final da década, aproveitando-se do apoio liberal e do forte anticlericalismo, Otto von Bismarck e o governo prusso conduziram uma enorme resposta à organização política dos católicos. Esta resposta veio na forma da “*Kulturkampf*” (que pode ser traduzida como “luta cultural”), assim:

O controle estatal foi estabelecido sobre a educação e a indicação do clero; o casamento civil compulsório foi introduzido; a Ordem Jesuíta, vista como uma presença alienígena que servia a um poder hostil [O Vaticano, liderado pelo Papa Pio IX], foi expulsa da Alemanha. Todavia, diversos excessos foram cometidos durante o conflito. Padres foram presos, paróquias foram deixadas sem clero e propriedades da Igreja foram confiscadas (LERMAN, 2008, p. 35)⁸.

Estas ações por parte do governo de Bismarck auxiliaram o Partido de Centro a unificar diversos grupos, criando uma coesão de oposição. Desta forma, foram reunidos católicos (cerca de um terço da população), particularistas, polacos, *guelfos* (hannoverianos descontentes), federalistas,

8 Tradução nossa do original em inglês: “State control was established over education and the appointment of the clergy; compulsory civil marriage was introduced; and the Jesuit Order, seen as an alien presence that served a hostile power, was expelled from Germany. But many excesses were committed during the struggle. Priests were imprisoned, parishes were left without clergymen, and church property was confiscated”.

democratas, bem como alguns protestantes. Teve ainda mais poder de coesão o fato de o governo alemão também ter dirigido medidas de repressão e homogeneização contra poloneses, franceses ou dinamarqueses que viviam no seu território (LERMAN, 2008). Desta maneira, em busca de dar fim a diferenças, acabou criando coesões. No entanto, além de favorecer fortes oposições internas, as medidas de repressão ao catolicismo causaram fortes impactos na Alemanha:

No final de 1878, mais de 1.800 padres católicos alemães haviam sido presos ou exilados e mais de 16 milhões de marcos [moeda alemã da época] em propriedades tinham sido confiscados. Somente nos primeiros quatro meses de 1875, 241 padres, 136 editores de jornais católicos, 210 leigos católicos foram multados ou presos, 20 jornais confiscados, 74 casas católicas revistas, 103 ativistas políticos católicos foram expulsos ou internados e 55 associações ou clubes católicos foram fechados. Tão tarde quanto 1881, um quarto de todas as paróquias prussas permaneciam sem padres (CLARCK, 2008, p. 86).⁹

Para além das consequências sobre o clero e as organizações católicas, a resistência a *Kulturkampf* gerou associações que visavam o auxílio cultural dos alemães católicos, das quais podemos destacar a *Volksverein für das katholische Deutschland* (Sociedade Popular para a Alemanha católica), em 1890 (NUNES, 2015, p. 31). Esta associação é um exemplo da tendência polarizada que o país vivia rumo a criação de associações culturais de cunho confessional (CLARCK, 2008, p. 91). De acordo com Maria Nunes, a associação alemã teve como finalidade:

“[...] a preocupação com a questão social derivada do aumento da indústria e do proletariado. Em vez de abafar as associações menores com interesses semelhantes, arregimentou-as e colocou-as sob sua proteção. Uma finalidade complementar foi a defesa da religião católica, da Igreja e da sua doutrina (2015, p. 32).

9 Tradução nossa do original em inglês: “By the end of 1878, more than 1.800 German Catholic priests had been incarcerated or exiled and over 16 million Marks Worth of ecclesiastical property seized. In the first four months of 1875 alone, 241 priests, 136 Catholic newspaper editors, and 210 Catholic laymen were fined or imprisoned, 20 newspapers were confiscated, 74 Catholic houses were searched, 103 Catholic political activists were expelled or interned, and 55 Catholic associations or clubs were closed down. As late as 1881, one-quarter of all Prussian parishes remained without priests”.

Desta forma, a *Volksverein* esteve relacionada a questões sociais, assim como a defesa da religião católica e interesses religiosos. Por seu caráter e apelo, teve pronto crescimento, pois, de acordo com Maria Nunes (2015) “em 1891, um ano depois da fundação, eram 109.889 associados. Em 1896, erma 290.000 (...) em 1911, o número de associados chegou a 700.000 (...)” (p. 31).

Para além de seus adeptos, as experiências católicas alemãs de resistências a medidas estatais durante a *Kulturkampf*, bem como alguns dos impactos foram transplantados junto aos imigrantes que cruzaram o Atlântico e se direcionaram ao Rio Grande do Sul. Um exemplo pode ser observado nos jesuítas alemães ou de fala alemã, que trabalharam nos núcleos coloniais teuto-gaúchos, como é o caso de Max von Lassberg.

Este padre alemão e de orientação jesuíta, estava em plena formação religiosa quando sua congregação foi expulsa da Alemanha. Por consequência, realizou os estudos de seu noviciado nos Países Baixos (JUNGBLUT, 2015). Já no final da década de 1880, Max von Lassberg se dirigiu às colônias alemãs no Rio Grande do Sul. Nestas, junto a Theodor Amstad (padre jesuíta suíço), bem como diversos grupos de imigrantes alemães de fé católica, fez parte da formação da *Volksverein für die deutschen katholikhen in der Rio Grande do Sul* (Sociedade Popular para os alemães católicos do Rio Grande do Sul). Além disso, Lassberg atuou ativamente em diversos projetos de colonização que envolveram migrantes das velhas colônias do Rio Grande do Sul, seja para o noroeste gaúcho, nordeste argentino ou o oeste catarinense (JUNGBLUT, 2015).

A *Volksverein* gaúcha, por sua vez, era fortemente inspirada pela sua quase homônima alemã e tinha como um de seus princípios norteadores a preservação étnica de alemães e seus descendentes, desde que fossem de fé católica. De acordo com André Carlos Werle (2001), a *Volksverein* era “(...) uma associação civil de leigos que apresentava um forte caráter religioso e que tinha como objetivo assumir os interesses materiais, espirituais e religiosos dos imigrantes alemães e seus descendentes católicos” (p.49). Assim, a Sociedade Popular estava incumbida de zelar pelos interesses do grupo que lhe cabia, o que poderia incluir, naquele contexto, o auxílio financeiro, feito, segundo Werle (2001), a partir das *Sparkasse* (Caixas de Crédito), uma das precursoras do sistema cooperativo de crédito no Rio Grande do Sul.

Uma das atividades pelas quais a *Volksverein* obteve um grande destaque foi a condução de esforços colonizatórios, no qual a colônia catarinense de Porto Novo recebeu uma maior ênfase. Esta foi destino especialmente de alemães ou seus descendentes que fossem exclusivamente de fé católica (o que acabou não sendo uma regra geral), e que eram provenien-

tes majoritariamente das colônias velhas no Rio Grande do Sul (SAUSEN, 2019). Desta forma, percebemos, em um olhar contínuo, as inspirações do projeto na resistência a políticas de caráter homogeneizante.

Todavia, a experiência estatal alemã de buscar uma homogeneização forçada de sua população, em um esforço de unificação interna, serviu para amplificar ainda mais a cisão religiosa (LERMAN, 2008). Este panorama, acabou inevitavelmente sendo transplantado ao Rio Grande do Sul, através dos imigrantes que cruzaram o oceano, especialmente com a instalação de sociedades de caráter confessional, inspiradas na vivência anterior, como é caso da citada *Volksverein*, para o caso católico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflituoso processo de unificação alemã, ora belicoso ora diplomático, foi um campo de disputas entre os mais variados grupos e, desta maneira, foram expostas as mais variadas possibilidades de configuração. Em princípio, a frágil identidade formulada a partir do conflito com Napoleão, levou, ainda em 1848, às primeiras tentativas de construção de um Estado-Nação, a partir do Parlamento de Frankfurt.

A negativa dos estados alemães, bem como a dissolução do congresso, geraram uma multidão de descontentes, que optou por cruzar o Atlântico e se estabelecer em novos horizontes. Entre os integrantes do movimento de 1848 estavam os *Brummer*, cujos membros que se estabeleceram no Rio Grande do Sul participaram de conflitos bélicos, como a Guerra contra Oribe e Rosas, assim como foram nomes ativos no horizonte político gaúcho.¹⁰ Fez parte do movimento migratório, por sua vez, a experiência dos *Brummer* no conflito alemão em torno de uma possível unificação, assim como os ideais que levaram para o Rio Grande do Sul. Porém, apesar do caso específico dos *Brummer*, não foram somente os processos fracassados de unificação que expeliram grupos políticos.

Com a Unificação alemã em 1871 sob o comando da família real prussa, teve início um processo de unificação da população que estaria no interior do jovem Estado-Nação. Neste sentido, a *Kulturkampf*, acabou por definir os coerentes e incoerentes com o processo, o que, por consequência, transformou os jesuítas alemães em empecilhos ao processo. O que se seguiu foi a perseguição, prisão ou exílio de muitos membros da Companhia

10 O primeiro grupo de estrangeiros naturalizados eleitos para o cargo de Deputado Provincial no Rio Grande do Sul, após a promulgação da Lei Saraiva, em 1881, contou com quatro imigrantes alemães que vieram para o Brasil como mercenários *Brummer*: Carlos von Kahlden, Frederico Haensel, Guilherme ter Brüggem e Carlos von Koseritz (PIASSINI, 2017).

de Jesus, que, entre diversos destinos possíveis, muitas vezes optaram pelo Rio Grande do Sul e para lá transplantaram suas experiências. Desta forma, percebe-se os *Brummer* e os jesuítas como representantes de grupos que se chocaram com as possibilidades políticas vigentes, seja no período pré ou pós Unificação.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Claudio Moreira. *Os Brummer: A Legião Alemã a Serviço do Brasil na Guerra 1851-1852*. São Leopoldo: Oferta ao Museu Visconde de São Leopoldo, 1981.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BREUILLY, John. *The formation of the first German Nation-State (1800-1871)*. New York: St. Martin's Press, 1996.
- CAPUANO, Yvonne. *De Sonhos e Utopias... Anita e Giuseppe Garibaldi*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999.
- CLARCK, Christopher. Religion and confessional conflict. In: RETALLACK, James (org.). *Short Oxford History of Germany: Imperial Germany 1871-1918*. Imperial Germany, 1871-1918. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 83-101.
- COY, Jason P. *A brief history of Germany*. New York: Facts on File, 2011.
- DUBY, Georges. *Atlas Histórico Mundial*. Madrid: Editorial Debate, 1987.
- FLORES, HILDA. Prefácio. In: *Memórias de Brummer*. Porto Alegre: EST, 1997.
- GALLERO, María Cecilia. *Con la patria a cuestas: la inmigración alemana-brasileña en la Colonia Puerto Rico, Misiones*. Buenos Aires: Araucania Editora, 2009.
- HAACKS GEOGRAPHISCHER ATLAS. Gotha/Leipzig: Instituto Cartográfico Geográfico VEB Hermann Haack, 1ª ed., 1979.
- HERÉDIA, Vania. A Imigração Europeia no Século Passado: O Programa de Colonização no Rio Grande do Sul. In: *Scripta Nova*. nº. 94, v. 10, 1 ago. 2001.
- HOBSBAWM, Eric J.. *A Era das revoluções (1789-1848)*. 36ª ed. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.
- JUNGBLUT, Roque. *Max von Lassberg: vida, obra, tributos*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.

- LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Brummers: A Legião Alemã contratada pelo Império Brasileiro em 1851*. Porto Alegre: Edigal, 2015.
- LERMAN, Katherine Anne. Bismarckian Germany. In: RETALLACK, James (org.). *Short Oxford History of Germany: Imperial Germany 1871-1918*. Imperial Germany, 1871-1918. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- NUNES, Maria Zilles Magno. *O Começo de Porto Novo: uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial no sul-brasileiro (1912-1933)*. Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2015).
- PADOIN, Maria Medianeira. *Tito Lívio Zambeccari: A Produção Historiográfica Brasileira e Platina (uma síntese)*. Anais da XXI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Rio de Janeiro, 2001.
- PIASSINI, Carlos Eduardo. A Participação Política de Imigrantes Germânicos no Rio Grande do Sul: os *Brummer* Kahlden, Haensel, Koseritz e ter Brüggen, 1851-1881. 2016. 239 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.
- _____. *Imigração Alemã e Política*. Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brüggen e Bartholomay. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2017.
- RIBEIRO, Guilherme. Luta pela autonomia e pelo território: geografia e os estados alemão e francês na virada do século XIX ao século XX. *Mercador – revista de geografia da UFC*, ano 8, nº. 15, 2009, p. 19-28.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, vol. 1, 1969.
- SAUSEN, João Vitor. *A nacionalização dos nacionais: as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2019.
- SCHEIDT, Eduardo. *Carbonários no Rio da Prata: Jornalistas italianos e a circulação de ideias na Região Platina (1727-1860)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira em uma perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 11-27.
- SVENDSEN, Nick. *The first Schleswig-Holstein war 1484-50*. West Midlands: Helion & Company Ltd, 2007.
- TELLES, Leandro. *Do deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha*. 1858-1974. Porto Alegre: Globo, 1974.

WERLE, André Carlos. *O Reino Jesuítico Germânico nas margens do Rio Uruguai: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga)*. 2001. 203 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

Recebido em 08/06/2020

Aprovado em 09/11/2020

APONTAMENTOS INICIAIS ACERCA DA VILA DE ESTRELA/RS (1870-1900)

INITIAL NOTES ABOUT VILA DE ESTRELA/RS (1870-1900)

Gabriela Schmitt¹

RESUMO

Nesse artigo se busca elencar alguns apontamentos iniciais sobre a vila de Estrela/RS no período de 1870 até 1900, considerando seus precedentes e configurações iniciais, ressaltando que os resultados aqui dispostos são parte de um trabalho de pesquisa que originou um Trabalho de Conclusão de Curso. Para tanto, além de revisão de literatura foram empregados dados provenientes de construções de séries, baseados na metodologia serial, as fontes para tal empreendimento foram os inventários *post-mortem* do Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, que estão alocados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS). No desenvolvimento da escrita foi possível contactar definições e conceitos que auxiliaram na caracterização da região no período escolhido, ajustando a composição da constituição da vila. Além disso, as investigações de ordem teórica foram articuladas com os dados obtidos através da pesquisa com os documentos, descortinando um panorama sobre a região e trazendo informações, como em relação às localidades, à sociedade e economia e aos aspectos rurais e urbanos. Concluiu-se que a vila de Estrela passou por diversas experiências até sua constituição, desde a Fazenda Estrela, passando por seu loteamento colonial e posterior emancipação. Também se percebeu uma presença forte da elite local nas regiões de margem, fortificando as conexões com Porto Alegre, bem como, presença dos povos originários e escravizados. Há, portanto, uma diversidade de informações a ser exploradas, sendo parte delas aqui dispostas, mas com possibilidades de produções posteriores.

Palavras-chave: História Agrária. Vale do Taquari. Estrela.

ABSTRACT

This article seeks to list some initial notes about the village of Estrela / RS in the period from 1870 to 1900, considering its precedents and initial configurations, emphasizing that the results presented here are part of a research work that originated an Undergraduate thesis. For this purpose, in addition to the literature review, data from series constructions were used, based on the serial methodology, the sources for this undertaking were the post-mortem inventories of the Cartório de Órfãos e Absentes de Estrela, which are allocated in the Arquivo Público do (APERS). In the development of writing it was possible to contact definitions and concepts that helped in the characterization of the region in the chosen period, adjusting

¹ Licenciada e Bacharel em História na Universidade Federal de Santa Maria. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: schmitt.gabriela@hotmail.com.

the composition of the constitution of the village. In addition, the theoretical investigations were articulated with the data obtained through the research with the documents, unveiling an overview of the region and bringing information, such as in relation to localities, society and economy and rural and urban aspects. It was concluded that the village of Estrela went through several experiences until its constitution, from Fazenda Estrela, through its colonial subdivision and subsequent emancipation. There was also a strong presence of the local elite in the margin regions, strengthening connections with Porto Alegre, as well as the presence of native and enslaved peoples. There is, therefore, a diversity of information to be explored, part of which is displayed here, but with possibilities for later productions.

Keywords: *Agrarian History. Vale do Taquari. Estrela.*

INTRODUÇÃO

Este artigo se insere nos estudos sociais acerca do século XIX no Brasil, localizado no contexto da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e nas particularidades da região que hoje compõe o Vale do Taquari, especialmente o município de Estrela. Já o recorte temporal compreenderá as décadas de 1870, 1880 e 1890, adensando as reflexões sobre os três primeiros decênios após a emancipação do município de Estrela da então Vila de São José do Taquari em 1876 e o contexto geral de fins do século XIX.

Partindo dessas colocações, a base de composição da pesquisa centrar-se-á no estudo da composição do município de Estrela, que, como supracitado é parte da fragmentação da então vila de São José do Taquari. Com isso, o recorte escolhido se dá a partir da divisão político-administrativa, sem desconsiderar as dinâmicas espaciais, territoriais e sociais associadas e as características holísticas desses processos.

Partindo desse recorte espaço-temporal, o eixo temático voltar-se-á para algumas temáticas específicas e suas inter-relações, quais sejam: apontamentos iniciais sobre as atividades econômicas, a infraestrutura, os grupos sociais e os espaços rurais e urbanos. Com isso, a pesquisa desdobra-se em algumas linhas gerais de concentração, especialmente dentro do contexto socioeconômico, a fim de endossar os estudos de base sobre o recorte escolhido.

As problemáticas de pesquisa que orientaram a construção das elaborações perscrutadas são as seguintes: Quais aspectos contribuem para pensar a composição do município de Estrela no recorte espaço-temporal proposto? Quais elementos da constituição do município podem auxiliar a compreender possíveis desigualdades sociais?

Essas questões foram motores dos objetivos do estudo que são os seguintes: perceber qual era o panorama geral do espaço geográfico (regional) escolhido e sócio-histórico, ou seja, como essa sociedade apresenta-se

historicamente; compreender os fenômenos sócio-históricos particulares, porém, deslocando essas compreensões para realidades ampliadas.

As fontes² de informação temporal centram-se na documentação conhecida como inventários *post-mortem*. Os inventários são os documentos produzidos após a morte dos sujeitos, a partir deles é possível ter acesso ao patrimônio possuído no momento da morte, sua distribuição entre os herdeiros e, por vezes, as últimas vontades, descritas nos testamentos.

O inventário enquanto fonte é espaço privilegiado de informações, já que apresenta registros de bens de diversas naturezas. Ainda assim, é importante frisar que se reconhecem as problemáticas provenientes de uma documentação que, ainda que possua viés oficial, está inserida em um contexto passível de erros, como omissão de bens, super ou subavaliações. Todavia, considerou-se que as vantagens em relação ao seu uso superam os riscos de não os considerar como fonte histórica genuína no recorte escolhido.

No que tange à metodologia a proposta para a pesquisa histórica, os dados para o artigo em questão são provenientes da metodologia serial, contendo também aspectos de análise qualitativa. A massa documental foi composta por 99 inventários provenientes do Cartório de Órfãos e Ausentes, que se encontram no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS)³.

Já as técnicas, fundamentais para a preparação de ordem prática, foram adequadas à natureza do objeto de investigação, sendo em boa parte, adaptadas de outras disciplinas. Assim, é possível destacar as técnicas de manejo com os documentos, desde a fotografia realizada no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), passando pela a leitura dessa mesma documentação, com o auxílio da paleografia, até o uso do Microsoft Office Access para o gerenciamento de dados.

A representação dos acontecerá em forma de representações gráficas, percebendo suas relações e evolução temporal. Esses dispositivos não só serão importantes para a apresentação dos dados obtidos, como o processo de pesquisa, tendo em vista que dele serão extraídas perguntas que endossarão estudos posteriores.

2 Fonte como conceituada por BLOCH (2001, p. 54): “todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo.”

3 Respectivamente, dos anos 1873, 1875, 1878, 1883, 1885, 1888, 1893, 1895 e 1898. Essa escolha se deu devido a maior recorrência de documentação nos anos terminados em 3 e 8, já que formam o quinquênio adequado para a construção de séries. Os anos terminados em 5 foram adicionados para expandir o volume de informações em cada década e por situarem-se no entremeio dos anos terminados em 3 e 8, visto que, a quantidade de inventários disponíveis por década não seria suficientemente expressiva para as proporções propostas.

Por fim, este artigo é parte das pesquisas realizadas para o Trabalho de Conclusão de Curso em História, no qual foi analisada a sociedade e a economia da região de Estrela em fins do século XIX. Portanto, as informações aqui apresentadas são apontamentos iniciais que serão mais bem aprofundados em pesquisas e publicações posteriores.

1 DE FAZENDA ESTRELA À SANTO ANTÔNIO DA ESTRELA

Nesse tópico será apresentado o percurso de desenvolvimento que transcorreu desde a criação da Fazenda Estrela em 1794 até a formação da colônia de Estrela, a partir do loteamento colonial ocorrido em 1856. Assim, uma pequena síntese das mudanças ocorridas auxiliará no entendimento acerca desses processos. Dessa forma, tem-se que após a criação da fazenda e seu loteamento colonial, a então vila de Santo Antônio de Estrela — formada a partir da dita colônia — se emancipa de Taquari em 20 de maio de 1876, ao passo que a instalação do município ocorre em 21 de fevereiro de 1882. Tal município foi declarado cidade com denominação de Estrela em 31 de março de 1938 (GREGORY, 2015). Dito isso, seguem os apontamentos acerca da ocupação sistemática ocorrida na região e seus desdobramentos.

Acerca da doação de sesmarias na região que viria compor a Fazenda Estrela, Gregory (2015) aponta que:

Os irmãos João Ignácio Teixeira e José Ignácio Teixeira, no ano de 1794 receberam por doação de sesmarias a Fazenda Estrela, sendo que aqueles que recebiam terras desta forma tinham como dever abrir estradas e construir pontes facilitando o transporte de matéria-prima, já que a fonte econômica da época era principalmente de madeira, pois diversificada era a flora da região. (GREGORY, 2015, p. 21-22).

O recebimento da Fazenda Estrela teria ocorrido em decorrência de trocas de favores para com a Corte no ano de 1794, sendo a localização privilegiada por encontrar-se às margens do rio Taquari, o que facilitaria o escoamento da produção. Territorialmente, as delimitações do atual município de Estrela conformavam-se a então existente Fazenda Estrela (1794-1856) que, entre seus proprietários, contou com o Coronel Victorino José Ribeiro. Os limites eram os que seguem: “ao norte o Arroio grande da Boa Vista, ao sul o Arroio do Ouro, a direita a fazenda dos Barros e a esquerda o rio Taquari.” (GREGORY, 2015, p. 24). Nas pesquisas de Vedoy (2015), esse autor indica algumas informações acerca da fazenda constantes no auto de medição da mesma:

Dizem o Coronel Vitorino José Ribeiro e sua mulher Dona Ana Emilia de Sampaio Ribeiro, que sendo eles legítimos senhores e possuidores de uma Fazenda de cultura e matos, denominada Estrella na qual residem, cita a margem esquerda do rio Taquary, neste município, contendo trez mil e nove centos braços de frente ao referido rio, e légoa e meia de fundos para essa, com divisas e confrontações indicados no respectivo Título de compra e confirmação que junto oferecem, cuja Fazenda a compra fizeram no ano de 1830 a José Inácio Teixeira Junior e sua mulher [...] (AUTO DE MEDIÇÃO de 1860, nº 12 *apud* VEDDY, 2015, p 52).

Acrescenta-se que diversas fazendas foram criadas na região do Vale do Taquari e geralmente não contavam com a presença dos proprietários, provenientes em geral, de outras regiões. Dentre essas se cita: Boa vista (atual Estrela); Santo Antônio e Beija Flor (atual Colinas); Demanda e São Gabriel (atual Cruzeiro do Sul); São Caetano (atual Arroio do Meio); Lajeado, Conventos e São Bento (atual Lajeado) (CHRISTILLINO, 2004).

Ao pesquisar documentos relacionados à Fazenda Estrela Gregory (2015) pontua que no momento da negociação esta teria 6:000:000 braços quadradas comportando vasta vegetação, com uma ampla qualidade de madeiras. Existiam, nesse período, duas sedes próximas ao rio, nas quais se abrigavam os proprietários, tornando plausível a constatação da importância da proximidade fluvial para o transporte de mercadorias e locomoção. As casas, construídas com pedras e tijolos, assoalhadas e envidraçadas, destoavam da maioria das construções de pau-a-pique e capim, demonstrando a superioridade econômica desse núcleo de povoamento.

Gregory (2015) também encontra em suas investigações indicações de que próximas às sedes havia um engenho de serrar tábuas e uma ferraria, além de cavalos e charretes. As vias de acesso da região já estavam sendo construídas e, por elas, encontram-se outras duas residências, uma casa coberta de tábuas na localidade Glória e uma residência junto às terras de campos e matos na localidade Glória e Santa Rita. É possível que nesses espaços residissem os escravizados da fazenda, que atuavam na extração de madeira que seria usada para a construção da casa dos imigrantes alemães, o que evidencia as ligações intrínsecas e estruturantes dessa sociedade.

Partindo desse espaço, realizaram-se as negociações com os imigrantes alemães que chegaram em 1856, caracterizando o expediente de formação de lotes coloniais. Nesse processo, a Fazenda Estrela esteve em mãos de três diferentes proprietários até ser dividida e negociada entre os supracitados imigrantes. Contudo, evidencia-se que foi na administração de Vitorino José Ribeiro que a propriedade se cristalizou como negócio imobiliário.

Victorino José Ribeiro aparece como Coronel e suplente na Legislação do Rio Grande do Sul, além disso, existem indicadores de prestígio e poder legados pela quantidade de posses territoriais de indivíduos no século XIX. Observa-se que esse terceiro proprietário, como os anteriores, foi morador de outras vilas, quais sejam, a de Taquari e Porto Alegre, e nas ditas propriedades usava mão-de-obra escravizada (GREGORY, 2015).

Victorino teria sido um homem com forte capital político-familiar “sendo que fora chefe de uma loja maçônica em Porto Alegre e o Vice-Consulado de Portugal na mesma cidade.” (GREGORY, 2015, p.25). Casou-se com Anna Emilia Sampaio Menna Barreto em 1827, viúva de José Luís Menna Barreto, rico estancieiro da região de Rio Pardo, além de coronel dos batalhões Imperiais, este faleceu em 1825 em uma batalha no Uruguai, restando quatro filhos desse casal. Ao casar-se, Victorino se torna tutor dos bens dos herdeiros de Anna Emilia e José Luís, o que favorece suas negociações, dentre essas, a permutação dos bens dos tutelados.

Algumas hipóteses sobre a formação da fazenda são de que teria sido erguida próxima ao Rio Taquari para facilitar o escoamento da produção. E as negociações de propriedade foram realizadas devido aos interesses da elite estancieira. Já a divisão em lotes para ocupação por imigrantes alemães teria ocorrido como desdobramento econômico posterior à Farroupilha, que teria atingido negativamente a fazenda (GREGORY, 2015).

Importa observar que a fazenda passa para as mãos de Victorino justamente no decorrer de processos como a Farroupilha, em 1835. As disputas territoriais associadas a locais próximos das bacias hidrográficas incidem, sobremaneira, nos esforços de fortificar as sedes das fazendas, nas quais habitavam pessoas ligadas à política e ao militarismo. Ainda assim, como informado por Christillino (2004) as tensões e conflitos intrínsecos à região eram evidentes, em 1840 um escravizado teria falecido em um ataque praticado por indígenas aos matos nos quais eram extraídas as madeiras.

Para o ano de 1836, Vedoy (2015) encontra uma correspondência que demonstra como a perseguição aos indígenas consolidou-se na Fazenda Estrela sob a administração de Victorino:

[...] e querendo mandar seguir a estes infieis receby ao mesmo tempo hum officio do Sr. Juiz Municipal para fazer seguir huma expedição de Cem. G. N. para se reunirem ao Tenente Coronel Antonio Manuel de Azambuja o9 me parece bastante difficil sahir este número de gente pella divergência de opinioens que ainda reina, e pella falta de disciplina nas Companhias que se escondem aos avisos e mesmo respei-

to a ameaças que tenho sofrido aqui com tiros de oras em roda da povoação a que não posso descobrir quem seja tendo sido em vão todas as diligencias a esse respeito, e como os comprometidos deste lugar ainda se achão escondidos ou pellos subúrbios desta Freguezia ou por districtos visinhos por avisos que tenho tido e que ainda tentão pela festa que esta mui próxima fazer reunioens para insultarem ou atacarem aos cidadãos legais desta Freguezia. Por estes motivos rogo a V. Ex. hum pedido de munições. Deus Guarde a V. Ex^a. (CORRESPONDENCIA de 19 de dezembro de 1836 *apud* VEDDY, 2015, p. 57).

No ano de 1845, outra correspondência é localizada tratando de supostas incursões indígenas, demonstrando as tensões geradas pelos contatos entre estancieiros, preocupados com as demarcações das fronteiras territoriais, e os Kaingang, lutando contra a gradual diminuição de seus territórios tradicionais:

Em resposta tenho significar-lhe que logo dei execução as ordens de V. S^a como se vê da cópia N^o 1, porem tendo apparecido os indígenas no dia 29 de Janeiro na Fazenda do cidadão Victorino José Ribeiro onde lhe assassinarão hum escravo que estava falquejando dezejava que alli fosse a entrada para serem perseguidos porem isto não se efectivou como se vê da cópia N^o 2 e eu nada pude fazer a bem da segurança daquella Fazenda e seus visinhos não só por que V. S^a se encarregou a perseguição dos selvagens ao Delegado do termo como porque houve falta de armamento e munição para semelhante diligencia. Não posso deixar de significar a V. S^a que não mi consta que este Distrito fosse invadido pelos selvagens, antes do dia 29 de Janeiro dia em que V. S^a datou seo Officio, e que a requisição foi feita por prevenção para guardar-se lugares que o ano passado forão amiaçados e que por isso fiquei privado de fazer a perseguição onde elles apparecerão por estar esperando que seria atendida a requisição que fis ao mesmo Delegado. V. S^a deve estar ao facto que os selvagens todos os veroens costumão descer a serra e atacar as habitações dos pacíficos moradores, não só deste districto como do Cahy, Santo Amaro e como ultimamente aconteeo nas Fazendas de Francisco Silvestre Ribeiro, Maria Francisca do Rosário, Amaro Rodrigue [...] (CORRESPONDÊNCIA de 15 de fevereiro de 1845 *apud* VEDDY, 2015, p. 59).

No ano de 1861 Victorino realizou dois processos de legitimação de

terras, um na já fundada colônia particular de imigração Estrela, contendo área de 10.122 hectares, utilizando títulos de concessões adquiridos junto de seus concessionários. Em seguida, entrou com pedido de medição de uma área com 500 hectares, proveniente de uma data de terras doada para Delfina Joana de Lima. Este pedido não foi inicialmente aceito, tendo em vista a transferência ter sido feita após a publicação do Regulamento da Lei de Terras, entretanto, o presidente da Província, Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, o aprova em 1862 (CHRISTILLINO, 2004).

No desenrolar desse processo, importa perceber algumas minúcias, já que houve um pedido de embargo por parte de Schilling e Cia, empresa colonizadora que foi responsável pela fundação da Colônia Teutônia, alegando avanço por suas terras, ainda que, nem tivessem sido citados como confrontantes. Assim, percebem-se as estratégias de Victorino ao assegurar partes de terras em detrimento dos confrontantes, já que, quando ocorreu a legitimação dos títulos na área, o mesmo já havia vendido 43 lotes coloniais (CHRISTILLINO, 2004).

Considerando os processos de legitimação nas áreas da fazenda Estrela, é importante perceber como esse espaço tem uma movimentação intensa no Vale do Taquari, tanto em relação dos Kaingang quanto em relação às expansões comerciais. As primeiras legitimações de terras no Vale do Taquari teriam ocorrido nos fundos da Fazenda Estrela, a fim de garantir as posses e expandir a colonização (CHRISTILLINO, 2004).

Economicamente, percebe-se que por volta de 1850 o Vale do Taquari alcançará certa proeminência, especialmente na extração de tábuas de pinho possuindo, então, 14 engenhos. As relações comerciais eram facilitadas pela proximidade de Porto Alegre “para onde as madeiras eram levadas amarradas pelas correntezas do Rio Taquari”. (CHRISTILLINO, 2004, p.37). A extração de erva-mate era importante para Santo Amaro, sendo o segundo produto em importância na região, ao passo que a extração de pedras de pedreiras ou das margens do rio ocupava o terceiro lugar. Além dessas, os cultivos de trigo, mandioca, feijão e milho eram importantes para subsistência e a criação de porcos, a partir dos quais se produzia a banha, óleo de origem animal.

Entretanto, Christillino (2010) aponta uma diminuição da extração de madeira na região já em 1854, em virtude do esgotamento provocado pela superexploração sem reflorestamento. Essa decadência segundo Gregory (2015) teria sido um dos motores da divisão da propriedade em lotes a serem vendidos aos imigrantes. Ainda que, nas décadas seguintes, a madeira continuasse a ser o produto de destaque para a região.

Outra face muito importante de se destacar dentro dos âmbitos so-

cioeconômicos é a presença de escravizados nos momentos de apropriações das terras por parte dos ocupantes da região no período que tange à presença portuguesa. Nesse sentido, pesquisas atuais questionam as visões que idealizam o Vale do Taquari como local no qual a escravidão teria inexistido. Pesquisando o inventário de José Victorino Ribeiro, Gregory (2015) realiza levantamentos acerca da população escravizada que compunha a Fazenda da Estrela. No total encontrou 10 indivíduos.

As ponderações realizadas sobre essa população dizem respeito à elevada idade dos escravizados no momento da avaliação dos bens do inventário, sublinhando-se aqui que os dados apresentados nas avaliações podem se constituir como aproximações e não fatos incontestáveis. Também se observa a presença de uma única mulher, o que pode indicar certa preferência pela mão-de-obra masculina para a exploração da madeira (GREGORY, 2015).

Dessa maneira, a maior lucratividade apresentada pela Fazenda Estrela teria sido nos últimos anos da administração de Victorino José Ribeiro, que soube equilibrar-se tanto nos períodos de exploração da madeira, quanto no momento de loteamento colonial. O montante mór do referido proprietário correspondeu à 75:000\$rs, sendo a fazenda um dos bens melhores avaliados (GREGORY, 2015).

Em Victorino José Ribeiro também é possível encontrar certo esforço de manutenção de poder local, já que além de manter-se por 26 anos na administração da fazenda, também criou um círculo familiar no local através do casamento de duas de suas filhas com proprietários vizinhos. Conforme Christillino (2004) Maria José Sampaio Ribeiro casou-se com o Tenente coronel Manoel Lopes Teixeira Júnior, proprietário da Fazenda Beija Flor e da Fazenda Santo Antonio. Já Eudorica Emilia de Sampaio Ribeiro casou-se com o Tenente Coronel Pedro Alvares Cabral da Silveira da Cunha Goldofim, também proprietário da região.

Gregory (2015) identifica Victorino e seus genros como pertencentes ao grupo dos coronéis, sobre o qual Felix (1987) diz se tratar de chefes políticos com poderes locais. Christillino (2010) ao se referir à Victorino no contexto da Farroupilha ressalta uma inicial neutralidade, que se modifica, quando da invasão de suas fazendas. Nesse momento, Victorino revida com cerca de 400 homens, dentre escravizados, vizinhos e agregados. Por esse contexto torna-se Tenente-coronel da Guarda Nacional em 1845. Ainda assim:

O período posterior a Revolução Farroupilha, continuou com problemas bastante semelhantes aos que os estancieros

ros e sesmeiros rio-grandenses enfrentavam na primeira metade do século XIX. No que se refere a Victorino José Ribeiro a situação não foi diferente, pois se por um lado, manteve-se em cargos públicos para conservar seu prestígio social, por outro lado, recorreu a divisão em lotes de parte da área da Fazenda da Estrella, já que a extração de madeira não era mais suficiente para garantir a continuidade de seu poder econômico. (GREGORY, 2015, p.38).

Nesse contexto, diversos processos se desenrolavam na Europa, provenientes do período posterior à desestruturação das antigas monarquias europeias, especialmente relacionados aos impactos da industrialização nas relações de trabalho e da dissolução de vínculos senhoriais. Esses processos refletiram nas modernizações que afetaram as produções artesanais, técnicas agrícolas e apropriações de terras, criando excedentes de trabalhadores nas cidades. Nas décadas de 1820 e 1830 essas problemáticas foram sentidas nos estados alemães, fragmentando o campesinato local e impulsionando a migração para a América.

Com isso, a imigração ganhou exponenciais motivações, estando o Brasil em uma das rotas mais visadas. Já em 1824 a província recebe os primeiros imigrantes de origem alemã:

Até a década de 1850, as extensões florestais do Vale do Taquari estavam praticamente abandonadas pelos seus primeiros concessionários, e a maioria das mesmas ainda não haviam sido doadas, constituindo as chamadas áreas devolutas. Mas estas terras, neste período, estavam localizadas entre as prósperas colônias imigrantes do Vale do Rio Caí e a Colônia de Santa Cruz no Vale do Rio Pardo. Ao passo que em sua direção se dirigia a expansão das colônias particulares de imigração, e diante dos investimentos realizados pelo Governo Provincial na colonização de terras por trabalhadores europeus, as áreas do Vale do Taquari sofreram uma grande valorização após o término da Revolução Farroupilha. (CHRISTILLINO, 2004, p.143).

No período da Farroupilha não houve distribuição de lotes coloniais, contudo, conforme a ocupação colonial se expandia, as áreas que eram vistas como “devolutas” eram apropriadas pelas elites locais, ou por comerciantes de Porto Alegre. Já a função desses espaços seria de produzir alimentos para o mercado interno e para as tropas do governo (CHRISTILLINO, 2004, p.145.). Ressaltando-se aqui o interesse das elites em iniciar a transição da mão-de-obra escravizada para a mão-de-obra livre.

Esse povoamento era também justificado pela “necessidade” de povoar territórios, tendo em vista os conflitos históricos do sul. Pretendia-se então aumentar a densidade demográfica, para também “estabelecer, nestas povoações, os mercenários militares tão úteis ao Batalhão do Imperador desde a Independência, para os quais se dispensaria o pagamento efetivo nos períodos de paz.”(CHRISTILLINO, 2004, p.147). Politicamente essas ocupações também seriam interessantes já que o elemento imigrante estaria disperso das lutas políticas, e com isso, mais predisposto às causas da Coroa, bem como, fazendo frente aos nacionais no meio rural. Tudo isso contornado por processos de favorecimento das elites agrárias e de políticas de branqueamento da população, considerando um contexto etnocêntrico e racista.

Com isso é possível pensar como se deu o avanço da fronteira agrária no Vale do Taquari, que teria ocorrido em dois momentos, primeiro com a “ação dos lavradores nacionais sobre as áreas florestais integrando-as economicamente ao mercado, e uma segunda com a colonização de imigrantes europeus, os quais intensificaram a estrutura e a dinâmica da primeira.”(CHRISTILLINO, 2004, p.162). As áreas povoadas por indígenas foram sistematicamente ocupadas por imigrantes, afastando-os e, por vezes, exterminando-os. Destacando a importância e resistência dessas populações, que atacavam e, por vezes, afastavam os elementos exógenos.

Partindo desses pressupostos, é possível visualizar em que contexto se deu a formação e a desagregação da Fazenda Estrela, considerando os interesses da Coroa, as tensões da província sulina e as pretensões dos líderes locais. No próximo tópico adentraremos nas experiências da vila de Estrela.

2 A VILA DE ESTRELA: CONFIGURAÇÕES E APONTAMENTOS INICIAIS

O que se entendeu como colônia da Estrela foi a formação ocorrida a partir de 8 de março de 1856, segundo dados obtidos por Gregory (2015), tendo seu caráter particular antecedido o oficial em consequência da expansão dos mercados de terra no Vale do Caí (CHRISTILLINO, 2004). A Fazenda Estrela, na margem esquerda do rio Taquari, e a Fazenda Conventos, na margem direita, foram negociadas por iniciativas particulares, considerando a adequação do solo para atividades agrícolas e pecuárias.

Importante perceber que o estabelecimento de lotes coloniais a ser negociados na região de Estrela não está isolado das dinâmicas que já eram estruturantes da região. Com isso, todos os desdobramentos sucedi-

dos foram frutos desses processos de apropriações que envolviam graus de interesses da elite local, provincial e imperial. Nesse contexto, a vila estava inserida nos mercados regionais já consolidados, englobando uma série complexa de colônias já formadas e em expansão. Fenômeno parecido ocorreu com a formação da colônia de Caxias do Sul no mesmo período, que se inseriu nos mercados já formados pelas colônias de Conde D'Eu e Dona Isabel (STORMOWSKI, 2005).

Assim, conforme estudos de Flores (2004) foi Antonio Victor Sampaio Menna Barreto, enteado de Victorino José Ribeiro, quem dividiu a propriedade da Fazenda Estrela, que foi povoada por migrantes de São Leopoldo. Ainda que, como constatado por Gregory (2015) tenha sido o próprio Victorino o primeiro a dividir a propriedade em lotes no ano de 1856. Informa-se sobre essa divisão que a fazenda fora dividida em 45 lotes coloniais, contendo todos casa de moradia e cultura.

Estrela, nesse contexto, abrangia uma série de outras colônias e picadas até o momento das respectivas emancipações, dessa forma, o presente estudo trouxe em sua massa documental os inventários *post-mortem* encontrados no então Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela. Para compreender como se estruturavam as sub-regiões e enriquecer o debate acerca das características locais, faz-se interessante perceber quais as localidades específicas nas quais viviam os inventariantes e as inventariantes de Estrela.

Ressalta-se, contudo, que tais apontamentos foram feitos através de leitura qualitativa das fontes, o que compreendeu considerações acerca dos endereços desses sujeitos, e também da localização das casas de moradia dos mesmos. Todavia, é importante lembrar que tais análises não são definitivas, nem esgotam a totalidade de possíveis localidades de Estrela em tal período, mas ajudam a delinear o perfil socioeconômico da região.

Tabela 1 – Localizações específicas que indicam provável residência dos inventariados

Localizações específicas	Quantidade de inventários
Arroio do Ouro	2
Boa Vista	4
Bom Retiro	1
Chacrinha	1
Colônia de Teutônia	20

Colônia Santa Emília	1
Conventos	2
Conventos Vermelhos	5
Corvo	2
Estrela	31
Linha Arroio Seco	1
Linha Nova Teutônia	1
Nova Alemanha	1
Picada Catharina	1
Picada Constança	1
Picada Delfina	1
Picada Frank	1
Picada Geraldo	1
Picada Glória	1
Picada Gluch	1
Picada Harmonia	2
Picada Hermann	2
Picada Krupp	1
Picada Lenz	2
Picada Novo Paraíso	2
Picada São José	1
Picada Schmitt	4
Picada Winck	2
Rincador	2
Santo Amaro	1
Santo Antônio	2
São Bento	1
Serrinha	1

Fonte: elaboração própria a partir de 99 inventários *post-mortem*, 1870-1900 (APERS).

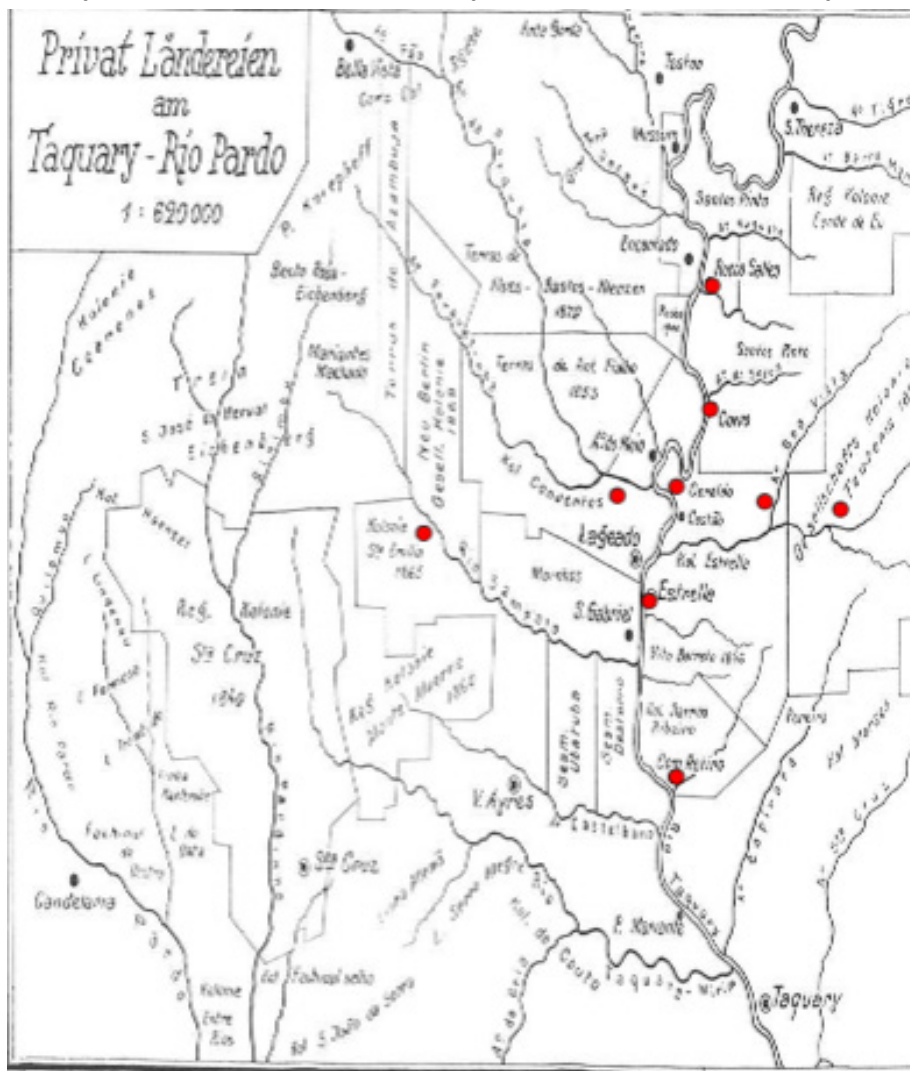
A leitura dos 99 inventários estudados traz um total de 35 localidades encontradas⁴, dessas, 2 possuíam já em seu título a designação de colônias, elemento que com o tempo será assimilado à designação de localidades rurais na região. Já 15 apresentam a designação de picada, termo que pode indicar locais florestais que foram “desbravados” para a construção de comunidades. Entre os endereços dos inventariados também se encontram os centros regionais, como Estrela e Santo Amaro.

Percebe-se através da quantia de inventários por localidade que 31 desses eram prováveis moradores do primeiro distrito de Estrela, ao passo que 20 eram prováveis moradores da colônia de Teutônia (atual Teutônia) e 5 eram moradores de Conventos Vermelhos (atual Roca Sales). Os outros 47 inventariados e inventariadas são prováveis moradores de uma série de localidades, linhas e picadas, tendo em vista a fragmentação que ocorre na distribuição de inventários por localidade.

Assim, o mapa a seguir ajuda a visualizar tais localizações, indicando quando possível, os possíveis endereços constantes nos inventários. Ainda que o mapa não dê conta de mostrar todas as subdivisões que foram encontradas nos inventários, uma consideração em particular pode ser feita. Tal consideração diz respeito ao fio condutor que o rio Taquari forma, interligando as comunidades que então compunham a vila de Estrela, bem como, a presença de afluentes próximos a todas as localidades destacadas. Por si só, tal visualização já demonstra como a escolha dos territórios a ser apropriados durante a colonização da margem esquerda (objeto do estudo), privilegiou esse aspecto natural.

4 Cabe salientar que até o momento não se encontrou uma pesquisa abrangente acerca de tais localidades, nem precisão quanto à quantidade de subdivisões que comportavam a vila de Estrela no período, apenas mapas indicativos.

Mapa 1 – Lotes coloniais formados próximos aos rios Pardo e Taquari



Fonte: elaboração própria a partir de CHRISTILLINO, Luís Cristiano. Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880). Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

Ao estudar qualitativamente os inventários *post-mortem* dispostos para a pesquisa é possível encontrar nas localizações de bens de raiz algumas especificações acerca de terrenos e colônias que indicam uma proximidade efetiva ao rio. Essa característica fez com que, possivelmente, esse elemento, valorizasse e tornasse essas áreas preferenciais. Assim, seguem algumas informações que evidenciam tal apontamento.

Nossa primeira evidência encontra-se no inventário aberto em 1873 por Francisco José de Campos, agricultor e inventariante dos bens de seu irmão André Ferreira Guimarães. André, agricultor e carpinteiro, teria falecido no distrito de Santo Amaro, na fazenda São Gabriel, sendo solteiro, mas com uma herdeira menor de 15 anos. Anna Francisca de Jesus, sua filha, recebeu entre os bens deixados pela herança de seu pai um terreno na localidade São Bento, esse terreno possuía “200 braças de frente e fundos de légua e meia” (INVENTÁRIO POST-MORTEM, 1873, APERS). e estava disposto na margem direita do rio Taquari. Tendo em vista que o *monte-mór*⁵ do inventariado correspondeu a £905,414 e esse terreno foi avaliado em £672,000, percebe-se que tal terreno correspondeu à 74,2% do patrimônio total do inventariado.

Um caso parecido é encontrado no inventário aberto em 1878 por Catharina Caye viúva de Pedro Heberle, colono agricultor. Entre os bens inventariados encontram-se dois que possuem a mesma característica de proximidade ao rio Taquari. Trata-se de uma colônia na Picada Boa União, que possuía “152 braças de frente ao rio e fundos à Picada Travessão” (INVENTÁRIO POST-MORTEM, 1878, APERS)., e uma meia colônia na localidade Conventos, com área de “75 mil braças quadradas, fazendo frente ao rio Taquari e margem direita ao arroio Forqueta” (INVENTÁRIO POST-MORTEM, 1878, APERS).. A primeira foi avaliada em £152,000 e a segunda em £142,500, levando em conta que o *monte-mór* do inventariado correspondeu à £1013,940, essas duas propriedades representaram 29% do patrimônio do inventariado. Pedro possuía mais três bens de raiz e pelo menos um desses foi considerado urbano na presente pesquisa, a respeito dos outros dois não foi possível indicar que margeassem o rio, mas a proximidade ao mesmo é provável, tendo em vista que se tratava de propriedades eminentemente rurais e bem avaliadas.

Outra evidência é o caso de Adão Mallmann, que tendo falecido, teve seu inventário aberto pela viúva Maria Catharina Mallmann, no ano de 1885. O casal possuía terras em Arroio do Ouro, as delimitações eram as que seguem: “terras e matos, divide pelo lado de baixo com terras do Capitão Paulo Mallmann, pelo lado de cima com terras de Jacob Schossler, pelos fundos com terras do Coronel Antonio Victor de Sampaio Menna Barreto, e pela frente com o Rio Taquari.” (INVENTÁRIO POST-MORTEM, 1885, APERS). Neste caso, não há indicação da extensão da propriedade, contudo, possivelmente se tratava de um amplo lote, já que sua avaliação correspondeu à £770,833, propriedade com a maior avaliação entre os inventários

5 Patrimônio total avaliado no inventário *post-mortem*.

estudados para as décadas de 1870 e 1880⁶.

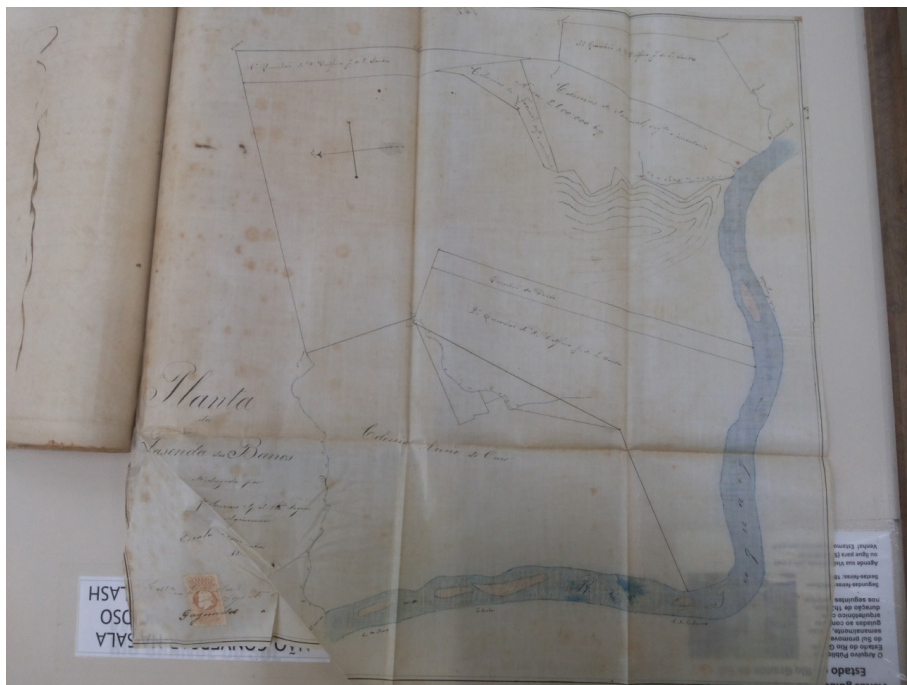
Adão Mallmann teve seu *monte-mór* avaliado em £2068,995, assim o terreno correspondeu à 37,25% desse patrimônio. Ainda relacionado ao caso de Adão, encontraram-se indícios sobre a posse de seu filho Henrique Mallmann, viúvo de Catharina Koch, que herda um “quinhão de terras sita na margem esquerda do Taquari no primeiro distrito da vila, com uma área superficial de 22.798 braças quadradas, pouco mais um menos, que lhe tocou em partilha do inventário do sogro Henrique Pedro Koch” (INVENTÁRIO POST-MORTEM, 1883, APERS). Tal quinhão foi avaliado em £49,270 e correspondeu à 28,8% do *monte-mór* da inventariada, que foi de apenas £170,82.

Já Carolina Koch, filha de Adão Mallmann e viúva de Henrique Jacob Koch, falecido em 31 de dezembro de 1887, herdou de seu pai parte das terras no Arroio do Ouro, que estão inclusas no *monte-mór* do inventário de seu marido. O patrimônio total avaliado de Henrique foi de 285,075, ao passo que essas terras foram avaliadas em £241,5, o que equivaleu à 84,7% do total. Compondo a vizinhança do Arroio do Ouro, encontravam-se as terras do falecido João Hass, que teve seu inventário aberto em 1888 pela viúva Ana Maria Hass. As confrontações eram as que seguem: “50 mil braças quadradas, pela frente com o Taquari, fundos com herdeiros Santos Guçima (?), norte com Luiz Augusto Koch, sul com Jori Meurer.” (INVENTÁRIO POST-MORTEM, 1888, APERS). O *monte-mór* de João Hass correspondeu à £761,775, ao passo que a propriedade no Arroio do Ouro foi avaliada em £262,5, o que equivaleu à 34,4% desse patrimônio.

No mapa a seguir, encontrado na planta da Fazenda dos Barros, anexado no inventário de Antônio Israel Ribeiro e Anna Martins Ribeiro aberto em 1880, é possível encontrar indicações acerca do local onde se encontrava a localidade de Arroio do Ouro (em destaque). Essa planta evidencia que efetivamente a localidade tinha o rio Taquari em uma das suas confrontações.

6 Visto que os indexadores para perceber a flutuação de câmbio do real baseado em médias anuais em pence inglês não foram localizados para a década de 1890.

Planta 1 – Localização de Arroio do Ouro



Fonte: elaboração própria a partir de Inventário *post-mortem*, 1880, APERS.

O Arroio do Ouro, nesse sentido aparece como uma região muito valorizada dentre as propriedades aqui destacadas. Com isso, para as décadas de 1870 e 1880, de um total de 42 inventários estudados, encontra-se que 61,9% não eram margeados pelo rio, ao passo que 14,2% não foram identificados e 19% tinham acesso direto. Importa destacar que tais observações comportam as informações descritas acerca dos bens de raiz nos inventários estudados, o que torna essa verificação uma amostragem do que pode ter ocorrido na região. Esses percentuais indicam, portanto, que as terras juntas ao rio possivelmente eram sim mais valorizadas e, consequentemente, ocupadas pelas elites locais. Tal ponto foi verificado, já que os possuidores dessas terras, além de possuírem o rio Taquari como fio condutor, tiveram também as maiores fortunas encontradas na amostragem⁷.

Além de localizar os possíveis locais nos quais os inventariados moravam e enriquecer o conhecimento acerca das subdivisões presentes na região e a provável valorização das regiões de margem, ao fazer uso de inventários *post-mortem* é possível acessar amostragens acerca de algumas

7 Todavia, esses resultados não serão empregados nesse artigo, podendo ser melhor discutidos em futuras publicações.

configurações do Vale no contexto que compreende as décadas de 1870, 1880 e 1890. Assim, logo após a efetiva emancipação da vila de Estrela de Taquari, percebe-se que a região continuou caracterizando-se como um espaço predominantemente rural.

As análises mostraram que 73,3% dos núcleos investigados apresentaram características rurais⁸, ao passo que 20,6% não foram identificados, muitos por se tratarem de Autos de Pobreza, e que somente 6% apresentaram-se como urbanos. Esses apontamentos levaram em conta elementos como localização, tipos de propriedades, presença expressiva – dentro dos parâmetros da região – de animais, além de instrumentos e equipamentos de trabalho.

Tabela 2 – Distribuição de inventários rurais e urbanos em Estrela por década (1870-1890)

	1870	1880	1890	Totais (1870-1890) (%)
Rurais	11	22	40	73,3%
Urbanos	0	2	4	6%
Não identificados	1	6	13	20,2%

Fonte: elaboração própria a partir de 99 Inventários *post-mortem* do Cartórios de Órfãos e Ausentes de Estrela (APERS)

Tal consideração implica algumas comparações com outra área da província, observando as devidas proporções. Se comparada a região de Pelotas a diferença entre núcleos rurais e urbanos é expressivo, tendo em vista que em Pelotas “[...] é possível que um índice próximo dos 40% ou 50% de moradores na cidade devesse ser a realidade pelotense entre as décadas de 1850 e 1880” (VARGAS, 2013, p. 159). É provável que tais índices sejam tão diversos por conta das próprias especificidades de cada região, visto que Pelotas alcança grandes poderes econômicos, tendo em vista o complexo charqueador, enquanto Estrela está, nesse momento, em processo de lotea-

8 Para fins metodológicos de análise qualitativa observou-se: ficha de bens de raiz; ficha de animais; ficha de cultura; ficha de mercadoria; ficha de instrumentos; ficha de equipamentos; ficha de dívida ativa e passiva.

mento colonial⁹. Contudo, a comparação se faz interessante, na medida em que, torna possível observar como duas regiões da província comportavam-se de maneira tão diversa dentro do mesmo recorte temporal.

Visualizar as categorias de propriedades encontradas para embasar tais apontamentos torna-se interessante, já que tal leitura aproxima o entendimento acerca do que se compreende como rural e do que se compreende por urbano em uma área que, como apontado, se analisada qualitativamente, aparece como predominantemente rural:

Tabela 3 – Tipos de propriedades em Estrela (1870-1890)

Tipos de propriedade	%
Terras/Terreno	38,3%
Lotes coloniais	28,2%
Meio lote colonial	15,1%
Sítio	1%
Moradia/Negócio	1%
Não identificados ¹⁰	16,4%
Total	100%

Fonte: elaboração própria a partir de 99 Inventários *post-mortem* dos cartórios de Estrela (APERS).

As categorias apresentadas não estão absolutamente desvinculadas uma da outra, tornando-se difícil a explicitação caso a caso do que representavam dentro dos respectivos inventários. Contudo, é importante visualizar que, se somadas às terras/terrenos, os lotes e meios lotes coloniais e os sítios, que apresentam características rurais, alcança-se 99% do total de tipos de propriedade da região, ao passo que somente 1% ficaria a cargo do que se entende como urbano representado pela categoria Moradia/Negócio. Contudo, tais apontamentos são somente um indício de como se estruturava a região, já que, diferentes tipos de atividades poderiam ser exercidas nesses núcleos.

Como apontado pelo estudo de Stormowski (2005) sobre a Colônia de Caxias do sul, os mercados locais são complexos, várias atividades manufatureiras, artesanais e comerciais podem compor o campo de possibi-

⁹ Importa destacar que não foram encontrados índices demográficos para a região de Estrela nesse período.

¹⁰ Não foi possível obter informações sobre propriedades nos Autos de Pobreza.

lidades de ação dentro de um determinado contexto. Ainda que, conforme Roche (1969) que observa aspectos da colonização alemã no Rio Grande do Sul, esta teria sido voltada especialmente para produção de bens de consumo não duráveis, segundo esse autor tal procedimento acontecia, na medida em que, esses colonos comerciavam em Porto Alegre os seus produtos, e compravam produtos para serem revendidos na região. Assim, a produção artesanal em núcleos menores de colonização poderia ter sido menor graças à concorrência dos produtos importados. Contudo, observa-se um exemplo do que pode ser compreendido como produção manufatureira para região de Estrela.

No ano de 1888 Carolina Hessel, viúva de Gustavo Hessel, inicia o inventário de seu falecido marido. Gustavo foi lido a partir da análise qualitativa de seu inventário como funileiro, já que possuía uma oficina com mais de 74 itens na ficha de instrumentos, dentre esses se cita: máquinas para arredondar folhas (provavelmente de alumínio) que continham o formato das letras do alfabeto de A até Z, além de diversos produtos constantes da sua produção na mesma oficina, são descritos, por exemplo, conchas de alumínio, latinhas para goiabada, funis para encher linguiça, cuscuzeira de alumínio e urinóis.

Este inventário se encontra entre os que representam as faixas mais ricas da região, além de urbano. Além desse caso, encontram-se mais três casos de produção artesanal voltadas para a carpintaria, um para marcenaria e um para serralheria. Desses, dois foram considerados urbanos, um rural e um não foi identificado dentro dessas categorias. Considerando a pouca presença de propriedades urbanas para a região, se pode perceber que, dentro dos apenas 6% de inventários considerados urbanos, em ao menos 3 desses existiam manufaturas ou produções artesanais. Apesar de não serem representativas dentro da amostragem, as informações constantes até aqui, não podem ser desconsideradas.

Stormowski (2005), ao estudar os livros de impostos, encontra para a colônia de Caxias do Sul quantidades expressivas de núcleos de produção artesanal, como serrarias, moinhos, alambiques, sapatarias e alfaiatarias. Para o caso de Estrela, as fontes aqui empregadas não dão conta de especificações muito amplas, que podem ser melhores desenvolvidas em estudos posteriores.

Por fim, considerando os elementos dispostos anteriormente, são esboçadas novas questões para debate, essas questões serão contempladas em produções posteriores, visando discutir como se inseriam socioeconomicamente os sujeitos presentes na pesquisa. Para tanto, serão analisadas tanto questões relativas à economia, quanto as desigualdades e as problemáticas entrelaçadas às suas vivências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As apreciações realizadas acerca da constituição de Estrela, considerando as diversas ocupações e configurações demonstraram a diversidade de acontecimentos e conformações ocorridas na região do Vale do Taquari, possibilitando relacionar com o contexto do próprio Rio Grande de São Pedro. Ademais, foi possível, através de revisão de literatura, conhecer os antecedentes da vila de Estrela, quais sejam, a Fazenda Estrela e a colônia de Estrela, compreendendo aspectos relevantes como as apropriações de terra, a presença dos povos originários e escravizados, bem como, as estruturas propostas pelas elites locais e provinciais.

Considerando a pouca produção científica a respeito da região, especialmente para o fim do século XIX, se endossou o debate com novas informações. Dessa forma, conheceu-se uma parte da diversidade de localidades estabelecidas naquele período. Além disso, também se observou que as regiões de margem foram ocupadas pelas elites regionais. Tal apontamento também oportunizou perceber a importância que as margens do rio Taquari tinham naquele período para o escoamento da produção, percebendo as conexões da região com Porto Alegre e uma crescente formação das elites regionais, o que incide nas desigualdades.

Essas visões mais panorâmicas propiciadas pelo estudo de base serial com os inventários *post-mortem* trouxeram informações acerca do caráter rural da região, ainda que, outros tipos de atividades pudessem ser caracterizadas a partir de aspectos urbanos, ou de modernização. Observa-se, a partir disso, que a região de Estrela possuía particularidades importantes, quando comparada a outras regiões da província.

Colocando em perspectiva os exemplos e apontamentos até aqui registrados percebe-se que a história social pode ser composta através de diversos meandros, já que se optou por considerar como relevantes aspectos dos inventários que poderiam passar despercebidos. Com isso, compreende-se que os estudos histórico-sociais demandam a observação de diversas dimensões da sociedade, como as conformações econômicas, as relações com os aspectos naturais e locais, a distribuição dos recursos e os aspectos culturais em construção. Salienta-se, com isso, que estudos de base são importantes para não enevoar as interpretações a partir de fenômenos isolados, e, sobretudo, para gerar perguntas acerca desses fenômenos.

Entende-se que a existência de fenômenos regionais específicos é fruto de relações entre grupos sociais distintos, ambientes diversos, organizações políticas e elementos culturais. Perceber que as terras que margeavam o rio no contexto de apropriações e loteamento colonial eram ocupadas, especialmente, pela elite regional implica compreender dimensões

sociais. Tais dimensões se associam com as conformações econômicas, predominantemente rurais e conectadas com a província através do rio, bem como, as relações com os aspectos naturais (rios, terras, etc.), a distribuição dos recursos, já que ao perceber a constituição de elites, também se evidencia a existência da pobreza e, conseqüentemente, das desigualdades sociais e, por fim, a construções de uma cultura local.¹¹

Há que se ressaltar que os processos que envolveram a formação do município de Estrela no fim do século XIX são complexos e podem ser observados a partir de temáticas específicas, a exemplo dos estudos sobre a imigração e o Pós-Abolição. Contudo, a produção acadêmica sobre a região não é expressiva, o que demanda aprofundamentos em diversos sentidos, como na construção de aspectos basilares. O presente estudo, portanto, é um desses esforços iniciais, além disso, por ser um artigo proveniente de parte de um trabalho, algumas considerações não puderam ser contempladas, esses elementos serão apresentados em publicações posteriores.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Marc Leopold B. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CHRISTILLINO, Luís Cristiano. *Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- _____. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004.
- _____. *A tensão nos ervais: a resistência dos homens livres e pobres frente ao avanço da imigração no rio grande do sul*. João Pessoa (UFPB): Saeculum. v.8, p. 143-160, jan/jun. 2008.
- FÉLIX, Otero Loiva. *Coronelismo, Borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

11 Aspectos bem trabalhados na vasta literatura sobre a Imigração e o Pós-Abolição. Ver: “VENDRAME, Maria Inês. O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses italianos (Brasil-Italia). São Leopoldo: Oijos, 2016.” e “ROSA, Marcus Vinicius Freitas da. Além da invisibilidade. História social do racismo em Porto Alegre durante o Pós-Abolição (1884-1918). Campinas: UNICAMP, Tese de doutorado em História, 2014.”

- FLORES, Hilda A. H. *História da imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.
- GREGORY, Josemir José. *Fazenda da Estrella: um estudo de caso envolvendo posse territorial e negociações no sul do Brasil durante o século XIX*. 2015. Monografia (Graduação em História) - Universidade do Vale do Taquari UNIVATES, Lajeado, 2015.
- Inventários *post mortem* do Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, todos constantes dos anos 1873, 1875/57, 1878, 1883, 1885, 1888, 1893, 1895 e 1898.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- STORMOWSKI, Marcia Sanocki. *Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias – 1875-1910*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de Charqueadas em Pelotas*. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- VEDOY, Moisés Ilair Blum. *Contatos interétnicos: sesmeiros, fazendeiros, imigrantes alemães e indígenas kaingang em territórios das bacias hidrográficas do Taquari-Antas e Caí*. Monografia (Graduação em História) - Universidade do Vale do Taquari UNIVATES, Lajeado, 2015.

Recebido em 08/06/2020

Aprovado em 09/11/2020

DUAS VISÕES SOBRE O FANTÁSTICO: PHILIP ROTH E ERICO VERISSIMO

TWO VIEWS ON THE FANTASTIC: PHILIP ROTH AND ERICO VERISSIMO

Bruno Brizotto¹

O fantástico do século XIX, produto refinado do espírito romântico, logo passou para a literatura popular. (Poe escrevia para jornais.) No século XX, é um uso intelectual (e já emocional) do fantástico que se impõe: como jogo, ironia, piscadelas, e também como meditação sobre os pesadelos ou os desejos ocultos do homem contemporâneo.

Italo Calvino

RESUMO

Partindo do fato de o fantástico, tão importante no século XIX, não ter perdido sua relevância nos séculos XX e XXI (ROAS, 2014), pretendemos examinar a perspectiva de dois romancistas sobre o assunto em questão, a saber, a do norte-americano Philip Roth (1933-2018) e a do brasileiro Erico Verissimo (1905-1975). Para tanto, leva-se em consideração entrevistas dos autores selecionados (ROTH, 2016b; VERISSIMO, 1974 *apud* BORDINI, 1995), as quais apresentam aspectos significativos para a compreensão do fenômeno fantástico, seja produzido em território estadunidense, seja em espaço brasileiro. Comum a ambos é a preocupação em tornar transparente a compreensão relativa à operacionalidade do fantástico em textos de ordem literária. Com o intuito de examinar as duas perspectivas, a exposição encontra-se organizada em quatro eixos: a credulidade do leitor, o tratamento dado ao elemento fantástico, a capacidade do autor em dar credibilidade ao insólito, e a operação fantástica em sua totalidade. Consequentemente, o fantástico apresenta meios de qualificar-se como uma das mais interessantes e pertinentes perspectivas que visam representar e problematizar o real sob o ponto de vista da ficção.

Palavras-chave: Literatura fantástica. Realismo. Philip Roth. Erico Verissimo.

1 Graduação em Letras (UCS, 2012), mestrado em Letras (UCS, 2014) e doutorado em Letras (UFRGS, 2019). Docente de Língua Inglesa na ON Idiomas, em Caxias do Sul. Áreas de atuação: Estéticas da recepção e do efeito, Erico Verissimo, Memória, Língua e literatura inglesa. E-mail: brunobrizotto@gmail.com.

ABSTRACT

*Based on the fact that the fantastic, so important in the 19th century, did not lose its relevance in the 20th and 21st centuries (ROAS, 2014), we intend to examine the perspective of two novelists on the subject at hand, namely, the North American Philip Roth (1933-2018) and the Brazilian Erico Verissimo (1905-1975). To this end, interviews with the selected authors (ROTH, 2016b; VERISSIMO, 1974 *apud* BORDINI, 1995) are taken into account, which present significant aspects for the understanding of the fantastic phenomenon, whether produced in the United States or in Brazilian space. Common to both is the concern to make transparent the understanding regarding the operability of the fantastic in literary texts. In order to examine both perspectives, the exposition is organized in four axes: the reader's credulity, the treatment given to the fantastic element, the author's ability to give credibility to the unusual, and the fantastic operation in its entirety. Consequently, the fantastic presents ways to qualify as one of the most interesting and pertinent perspectives which aim to represent and problematize the real from the point of view of fiction.*

Keywords: *Fantastic Literature. Realism. Philip Roth. Erico Verissimo.*

INTRODUÇÃO

A literatura fantástica inclui uma variedade de obras de ficção que empregam o sobrenatural, o maravilhoso e o estranho. Exemplos podem ser encontrados no Romantismo alemão (Tieck, Hoffman), na ficção gótica inglesa (Shelley, Stevenson, Stoker), na literatura francesa do século XIX (Nodier, o Maupassant tardio), e nas representações do século XX de universos oníricos (Carroll) ou de mundos e eventos aparentemente impossíveis (Kafka, Borges). A crítica moderna igualmente têm se ocupado com os mistérios do fantástico, como atestam, por exemplo, as investigações de Bessière (1974), Rabkin (1976), Todorov (1979, 2004), Jackson (1981), Armitt (1996), Cornwell (1990), Ceserani (2006), Furtado (1980), Alazraki (1990) e Roas (2014). Partindo do fato de o fantástico, tão importante no século XIX, não ter perdido sua relevância nos séculos XX e XXI (ROAS, 2014), pretendemos examinar a perspectiva de dois romancistas sobre o assunto em questão, a saber, a do norte-americano Philip Roth (1933-2018) e a do brasileiro Erico Verissimo (1905-1975). Para tanto, leva-se em consideração entrevistas dos autores selecionados (ROTH, 2016b; VERISSIMO, 1974 *apud* BORDINI, 1995), as quais apresentam aspectos significativos para a compreensão do fenômeno fantástico, seja produzido em território estadunidense, seja em espaço brasileiro.

Escritor nascido em Cruz Alta, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em 17 de dezembro de 1905, Erico Verissimo estabeleceu-se, na década de 1930, em Porto Alegre, cidade na qual construiu uma bem-sucedida carreira de tradutor, editor e ficcionista. Na capital gaúcha, tornou-se, em 1932, diretor da *Revista do Globo* e trabalhou ao lado de Henrique Bertaso na Editora

Globo. Estreou na literatura com um volume de contos intitulado *Fantoches*, em 1932. Romances como *Clarissa* (1933), *Caminhos cruzados* (1935), *Olhai os lírios do campo* (1938), *O resto é silêncio* (1943), *O tempo e o vento* (1949-1962), *O senhor embaixador* (1965) e *Incidente em Antares* (1971), assim como narrativas de viagens, de memórias e de outros gêneros consolidaram Erico Verissimo como um dos mais importantes narradores brasileiros do século XX. Entre as diversas premiações recebidas, está o Prêmio Machado de Assis, em 1954, concedido pela Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto de sua obra. Faleceu em Porto Alegre, em 28 de novembro de 1975, vítima de um infarto.²

Por seu turno, Philip Milton Roth, nascido em 19 de março de 1918, em Newark, New Jersey, Estados Unidos da América, consagrou-se como romancista e autor de contos cujas obras caracterizam-se por diálogos certeiros e agudos, uma preocupação com a vida da classe média judaica e os dolorosos emaranhados do amor sexual e familiar. Nos últimos anos de atividade literária, seus trabalhos orientaram-se cada vez mais para uma nítida preocupação com a mortalidade e as consequências do envelhecimento em relação ao corpo e à mente. Debutou nas letras americanas em 1959 com *Adeus Columbus*, coletânea de textos que abarca uma novela, a qual dá título ao volume, assim como cinco contos que, em diferentes cenários, retratam distintas experiências de protagonistas de origem judia. Foi com *O complexo de Portnoy*, editado em 1969, que Roth obteve enorme sucesso junto ao público e a crítica, ao compor um audacioso retrato satírico de um homem judeu contemporâneo em conflito com sua mãe dominadora e obcecado com a sua própria sexualidade. Nos anos que se seguiram, produziu uma vasta gama de obras, dentre as quais destacamos: *O seio* (1972), *Minha vida de homem* (1974), *O professor do desejo* (1977), *Zuckerman acorrentado* (1985), *O avesso da vida* (1993), *Pastoral Americana* (1997), *Complô contra a América* (2004), *Homem comum* (2006) e *Nêmesis* (2010). Recebeu os mais prestigiados prêmios literários de seu país, como o *National Book Award*, o *Pulitzer* e o *PEN/Faulkner Award for Fiction*, bem como o *Man Booker International Prize*, concedido no Reino Unido. Em 2012, Roth anunciou sua aposentadoria do ofício de escritor. Faleceu em Nova York, em 22 de maio de 2018, devido a uma insuficiência cardíaca congestiva.³

2 Para maiores informações sobre o autor de *Clarissa*, sugerimos, além dos dois volumes de suas memórias, *Solo de clarineta* (VERISSIMO, 2005a, 2005b), o *Catálogo Memorial Erico Verissimo*, organizado por Rilha, Silva e Ungaretti (2014); a coleção de ensaios breves organizada por Bordini (1990); a edição dos *Cadernos do Instituto Moreira Salles* lançada em 2003 em homenagem ao autor gaúcho; e o trigésimo oitavo número do periódico *Ciências & Letras*, que, em 2005, dedicou um dossiê à vida e à obra de Erico.

3 Ao leitor interessado na vida e obra de Philip Roth, sugerimos, entre outros, a leitura de Roth (2016a), Pierpont (2015), Parrish (2007), Nadel (2011), Gooblar (2011), Royal (2005), bem

1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A LITERATURA FANTÁSTICA

Tendo sido teorizado e extensivamente discutido ao longo de sua longeva e profícua existência, o gênero literário conhecido como fantástico qualifica-se como uma das mais interessantes e pertinentes perspectivas que visam representar e problematizar o real sob o ponto de vista da ficção. Mais do que simplesmente refletir sobre a realidade que embasa o relato insólito e agir sobre o horizonte de expectativas (JAUSS, 1994) do indivíduo que entra em contato com tal modalidade textual, “the fantastic seeks to spread beyond the threshold of the real, beyond our borders of perception, beyond the socially authorized including religion and sexuality, and also beyond our temporal and spatial context”⁴ (LÓPEZ-VARELA, 2008, p. 2).

Para David Roas (2014), o fantástico não é sinônimo de fantasia, nem mesmo do maravilhoso, tal qual praticado por J. R. R. Tolkien. De acordo com Alvarez (2014, p. 24), “o fantástico, para o escritor espanhol, nutre-se do real, é profundamente realista, porque sempre oferece uma transgressão dos parâmetros que regem a ideia de realidade do leitor.” Nesse sentido, no âmbito do espaço representado pelo texto, o leitor deve reconhecê-lo e igualmente se reconhecer, uma vez que a ambientação fantástica, ao causar inquietação no sujeito, é capaz de subverter o entendimento que ele possui do mundo no qual habita. Desse modo, ao propor “uma abordagem caleidoscópica do fantástico, apoiada na incursão em diversos campos do conhecimento, o estético, linguístico, científico e filosófico”, Roas nos convida “a adentrar no território sempre inquietante do fantástico” (ALVAREZ, 2014, p. 26).

Em primeiro lugar, para que uma história possa ser compreendida enquanto fantástica, faz-se necessária a criação de um espaço semelhante ao do leitor, “um espaço que se verá assaltado pelo fenômeno que transtornará sua estabilidade” (ROAS, 2014, p. 31). Ao se dar conta que determinado acontecimento sobrenatural desafia as leis da física, que entra em choque com o que toma por crível e dado como certo, o leitor é levado a questionar sua própria realidade. Assim, “a literatura fantástica manifesta a validade relativa do conhecimento racional, iluminando uma zona do humano onde a razão está condenada a fracassar” (ROAS, 2014, p. 32). Em segundo, o crítico espanhol discorda de Todorov (1979, 2004) no que concerne à hesitação do leitor como principal elemento definidor do fantástico, bem como

como o *Philip Roth Studies*, periódico semestral publicado desde 2005 pela Philip Roth Society.

4 “o fantástico busca se propagar além do limiar do real, além de nossas fronteiras de percepção, além do socialmente autorizado, incluindo religião e sexualidade, e também além do nosso contexto temporal e espacial.” Todas as traduções de textos em língua estrangeira são de inteira responsabilidade do autor deste trabalho.

da conceituação que o linguista búlgaro credita ao gênero em exame. Para este, “o fantástico puro [seria] representado [pela linha] que separa o fantástico-estranho do fantástico-maravilhoso; essa linha corresponde bem à natureza do fantástico, fronteira entre dois domínios vizinhos” (TODO-ROV, 1979, p. 156). Discorrendo sobre esse duplo problema, Roas (2014, p. 43) assevera que:

[...] a vacilação não pode ser aceita como único traço definitivo do gênero fantástico, pois não comporta todas as narrativas que costumam ser classificadas assim [...]. Em contraste, minha definição inclui tanto as narrativas em que a evidência do fantástico não está sujeita a discussão, quanto aquelas em que a ambiguidade é insolúvel, já que todas postulam uma mesma ideia: a irrupção do sobrenatural no mundo real e, sobretudo, a impossibilidade de explicá-lo de forma razoável.

Note-se que a definição acima proposta não apenas engloba um significativo número de narrativas fantásticas, como também atua enquanto ferramenta que, por sua vez, auxilia a uma constante atualização dos textos agrupados sob a égide do insólito ao longo do tempo. Em terceiro lugar, destaca-se, na argumentação do crítico, a presença ativa do leitor, na medida em que o fantástico “vai depender sempre do que considerarmos real, e o real depende diretamente daquilo que conhecemos”, afirma Roas (2014, p. 45-46). No âmago desse processo, instaura-se uma relação de forte interdependência entre o discurso ficcional e o contexto sociocultural. Em relação a esse ponto, Barrenechea (1985, p. 45 *apud* ROAS, 2014, p. 46-47) declara que:

[...] não se pode escrever contos fantásticos sem contar com um quadro de referência que delimite o que é que ocorre ou não ocorre em uma situação histórico-social. Esse quadro de referência está dado ao leitor por certas áreas da cultura de sua época e pelo que ele sabe de outros tempos e espaços que não os seus (contexto extratextual). Mas, além disso, sofre uma elaboração especial em cada obra porque o autor – apoiado também no quadro de referência específico das tradições do gênero – inventa e combina, criando regras que regem os mundos imaginários que propõe (contexto intratextual).

Por fim, Roas (2014) apresenta uma definição de fantástico que busca integrar as esferas do real e do sobrenatural no âmago da tessitura textu-

al. Para o autor, “a convivência conflituosa entre *possível* e *impossível* define o fantástico e o distingue de categorias próximas, como o maravilhoso ou a ficção científica, nas quais esse conflito não se produz” (ROAS, 2014, p. 76). Nesse ponto, uma questão se coloca: como identificar determinado fenômeno como impossível? Indubitavelmente, estabelecendo comparação com o elemento compreendido como o seu oposto, o real, situação na qual as diferenças entre eles despontariam com nitidez. Corolário disso é a determinação de uma condição fundamental para o funcionamento do texto fantástico: “os acontecimentos devem se desenvolver em um mundo como o nosso, isto é, construído em função da ideia que temos do real” (ROAS, 2014, p. 76). Nesse debate constante que mantém com o real extratextual, a narrativa insólita instaura o seu propósito primordial, a saber, “refletir sobre a realidade e seus limites, sobre nosso conhecimento em relação a ela, e sobre a validade das ferramentas que desenvolvemos para compreendê-la e representá-la” (ROAS, 2014, p. 89). Além disso, precisamente no momento em que o fenômeno sobrenatural irromper em nosso universo, subvertendo “nossos códigos de realidade” (ROAS, 2014, p. 94), poder-se-ia falar em presentificação do fantástico diante do leitor. O fantástico constitui-se, assim, como uma maneira *sui generis* de refletir e questionar a realidade que nos cerca, bem como se qualifica como uma possibilidade de acessar o real que só o discurso literário tem a capacidade de empreender.

2 PHILIP ROTH E ERICO VERISSIMO: LITERATURA FANTÁSTICA E REPRESENTAÇÃO DO REAL NA FICÇÃO

Conhecidos pela escrita de obras marcadamente realistas, na qual problematizam a realidade circundante, Philip Roth e Erico Verissimo decidiram buscar no território do fantástico novas ferramentas para compreender o real do qual se valem para estruturar suas narrativas ficcionais. Nesse sentido, pode-se falar da presença ativa do realismo no fantástico, uma vez que “a literatura fantástica é aquela que oferece uma temática tendente a pôr em dúvida nossa percepção do real” (ROAS, 2014, p. 51). Portanto, para que a presentificação do insólito ocorra faz-se necessário que o texto evidencie um mundo o mais crível possível, a fim de que, na sequência do ato de leitura, sejamos capazes de compará-lo com o acontecimento sobrenatural. Sob esse ponto de vista, “o realismo se converte [...] em uma necessidade estrutural de todo texto fantástico”, arremata Roas (2014, p. 51).

Em 1972, ano de publicação de *The Breast* (O seio), única novela de natureza fantástica redigida por Roth, é publicada no *The New York Review of Books* entrevista concedida pelo autor a Alan Lelchuck a respeito da obra

editada no período em questão. Discorrendo, entre outros tópicos, sobre a origem, recepção e questões de linguagem, o romancista norte-americano igualmente dá espaço para a discussão sobre o caráter fantástico que caracteriza o dilema de seu protagonista: certa manhã, o jovem professor de literatura David Alan Kepesh acorda transformado em um gigantesco seio feminino. Dois anos depois, no Brasil, é publicada entrevista de Erico Verissimo a revista *Banas*, de São Paulo, na qual, entre diversos assuntos, o escritor de Cruz Alta pronuncia-se sobre a presença do aspecto fantástico na ficção em geral e, poderíamos acrescentar, em sua própria obra, destacando-se o conto “Sonata” – narrativa breve que narra a história de um inominado professor de música em direção a um passado idealizado e autoengendrado –, publicado em 1958, integrante da coletânea de escritos *O ataque*. Comum a ambos é a preocupação em tornar transparente a compreensão relativa à operacionalidade do fantástico em textos de ordem literária. Com o intuito de examinar as duas perspectivas, dividimos a exposição em quatro eixos: a credulidade do leitor, o tratamento dado ao elemento fantástico, a capacidade do autor em dar credibilidade ao insólito, e a operação fantástica em sua totalidade.

Primeiramente, o criador de textos fantásticos deve levar em consideração o leitor e seu respectivo horizonte de expectativas, o qual é essencial para a concretização do ato da leitura. Para Roth (2016b, p. 57):

[...] one difficulty in writing this kind of story is deciding what sort of claim to make on the reader's credulity: whether to invite him to accept the fantastic situation as taking place in the recognizable world (and so to respond to the imagined actuality from that vantage point, with that kind of concern) [or] whether to ignore the matter or belief and move into other imaginative realms entirely – the worlds of dream, hallucination, allegory, nonsense, play, literary self-consciousness, sadism, and so on.⁵

Erico, por seu turno, assevera que “um conto ou romance em que tudo seja insólito, excepcional, sobrenatural não terá força para fazer o leitor aceitar todas as fantasias do escritor” (VERISSIMO, 1974, p. 44 *apud* BORDINI, 1995, p. 86).

5 “Uma dificuldade em escrever esse tipo de história é decidir que tipo de reivindicação deve ser feita sobre a credulidade do leitor: ou convidá-lo a aceitar a situação fantástica como ocorrendo no mundo reconhecível (e, assim, responder à realidade imaginada a partir desse ponto de vista, com esse tipo de preocupação)” ou “ignorar a questão da crença e mudar para outros reinos inteiramente imaginativos – os mundos do sonho, alucinação, alegoria, absurdo, jogo, autoconsciência literária, sadismo, e assim por diante.”

De saída, verifica-se que ambos abordam uma questão fundamental para a composição de um texto fantástico, a saber, a ambientação, podendo ser feita ora no contexto reconhecível, ora no estritamente imaginário (Roth), ou situada preferencialmente em um mundo cognoscível (Erico). Percebe-se, ainda, que os autores levam realmente a sério a perspectiva do leitor em face da narrativa fantástica que este tem diante de si, notadamente no que diz respeito à plausibilidade do relato a ser experienciado pelo indivíduo receptor, assim como à importância da interdependência entre realismo e fantástico no cerne do escrito insólito, conforme apontado por Roas (2014) anteriormente.

Em segundo lugar, são tecidas considerações a respeito do modo pelo qual o fantástico pode ser abordado no âmbito textual. Tomando como exemplo *The Breast*, Roth (2016b, p. 58) declara que:

[...] my approach to the outlandish seems to me to be something like a blending of the methods that I've just described. I want the fantastic situation to be accepted as taking place in what we call the real world, at the same time that I hope to make the reality of the horror one of the issues of the story.⁶

Erico, tomando a ficção fantástica em geral, afirma que:

[...] outra coisa importante é não tentar explicar o “impossível”, mas fazer o leitor aceitá-lo com naturalidade. Afinal de contas, a linha entre o real e o imaginário não é tão nítida como em geral imaginamos, particularmente nestes nossos dias, quando a ficção mais descabelada está empalidecendo quando comparada à realidade (VERISSIMO, 1974, p. 44 *apud* BORDINI, 1995, p. 86).

Pode-se argumentar, então, que a presença do elemento insólito não deve ser explicada de forma explícita pelo narrador, uma vez que a irrupção do fantástico no texto necessita ser feita da maneira mais natural possível. A voz narrativa precisa ser capaz de fazer o leitor incorporar em seu horizonte estético-recepcional o aspecto sobrenatural, ao mesmo tempo em que lhe possibilita estabelecer comparações entre o seu mundo e aquele representado pela obra, circunstância que caracteriza o próprio fantástico, ou seja, o possível e o impossível coexistindo lado a lado.

6 “a minha abordagem do estranho me parece uma mistura dos métodos que acabei de descrever. Quero que a situação fantástica seja aceita como ocorrendo no que chamamos de mundo real, ao mesmo tempo em que espero tornar a realidade do horror uma das questões da história.”

Assim compreendida, a literatura fantástica erige-se como “um gênero profundamente subversivo”, registra Roas (2014, p. 56), baseado nos estudos de Jackson (1981). O crítico espanhol sustenta que tal característica não se restringiria apenas ao aspecto temático, mas também abarcaria o nível estilístico, na medida em que “altera a representação da realidade estabelecida pelo sistema de valores compartilhado pela comunidade, postulando a descrição de um fenômeno impossível dentro desse sistema” (ROAS, 2014, p. 56). Consequentemente, o narrador fantástico se vale de uma estratégia eficaz para convencer o leitor a aceitar o insólito, a saber, transporta o mundo extratexto ao intratexto mantendo a mais absoluta cotidianidade inerente àquele. Ou seja, por mais que o sujeito estranhe, num primeiro momento, o que está acontecendo com a personagem em questão, dispõe da realidade reconhecível para situar-se e reposicionar-se diante do ocorrido. “O espaço criado em suas páginas é sempre um âmbito em que tudo deve parecer normal [...]. quanto maior for o ‘realismo’ com que ele é apresentado, maior será o efeito psicológico provocado pela irrupção do fenômeno insólito nesse âmbito tão cotidiano”, arremata Roas (2014, p. 165).

Em terceiro lugar, o criador de textos fantásticos necessita ser capaz de dar credibilidade ao tratamento do sobrenatural, demonstrando que possui condições de dominar o ofício de situar a ação narrada no conflito entre possibilidade e impossibilidade. Nesse ponto, novamente baseado em *The Breast*, Roth (2016b, p. 58-59) afirma que a novela procede, de fato, “by attempting to answer the objections and the reservations that might be raised in a skeptical reader by its own fantastic premise. It has the design of a rebuttal or a rejoinder, rather than a hallucination or a nightmare.”⁷ E, acima de tudo, o romancista acredita que “it would be in the story’s best interest to try to be straightforward and direct about this bizarre circumstance, and for the protagonist to be no less intelligent that the reader about the implications of his misfortune”⁸ (ROTH, 2016b, p. 59). Verissimo (1974, p. 44 *apud* BORDINI, 1995, p. 86), por sua vez, declara: “O romancista tem de conseguir dar credibilidade ao incrível. Para conseguir isso, não deve fazer demasiados apelos à capacidade de crer do leitor e ao mesmo tempo evitar o perigo de cair no puro grotesco.”

No âmago do dilema enfrentado por Kepesh encontra-se belamente tematizada a problematização das implicações da ordem do dito impossível.

7 “tentando responder às objeções e reservas que podem ser levantadas em um leitor cético por sua própria premissa fantástica. Tem o modelo de uma refutação ou réplica, em vez de uma alucinação ou um pesadelo.”

8 “seria do interesse da história tentar ser franco e direto sobre essa circunstância bizarra, e que o protagonista não fosse menos inteligente que o leitor sobre as implicações de seu infortúnio.”

vel que vem a desafiar o real e, por conseguinte, os preconceitos (GADAMER, 2008) do leitor em face de um homem acordar transformado em um seio feminino. Após a transformação, acompanhamos passo a passo o herói em sua jornada de redescobrimento identitário. E uma vez que não temos acesso total à consciência da personagem, narrador e leitor estão juntos na tarefa de compreender a situação bizarra vivenciada por Kepesh. Visando dar credibilidade ao narrado, Roth apresenta, através da narração em primeira pessoa, a história do seu professor de literatura de forma “franca e direta”, sem rodeios e acúmulos de informações desnecessários. Como exemplo, veja-se a frase de abertura da novela: “It began oddly. But could it have begun otherwise, however it begun?”⁹ (ROTH, 1994, p. 3). Na sequência, Kepesh reflete explícita e seriamente sobre sua situação, declarando que “what has happened to me is like nothing *anyone* has ever known: beyond understanding, beyond compassion, beyond comedy”¹⁰ (ROTH, 1994, p. 12). Portanto, ao qualificar nitidamente o acontecimento que o está acometendo como insólito, o herói impele o receptor a ler a narrativa referencialmente, ou seja, “obriga o leitor a confrontar continuamente sua experiência da realidade com a dos personagens” (ROAS, 2014, p. 53).

No que diz respeito ao tratamento dado por Erico Verissimo a esse ponto, é bastante proveitoso o exemplo proveniente do conto “Sonata”. Aqui, consegue-se “dar credibilidade ao incrível” recorrendo-se ao recurso de uma “solução ilusória”¹¹ (LUKÁCS, 2000, p. 121) – a fuga da realidade presente em direção a um passado idealizado – para explicar o “drama da adaptação” (CHAVES, 2001, p. 115) que assola o protagonista. Trata-se de um caso de memória construída pela evasão da realidade, ao contrário da experiência memorial usual, conforme vista nos demais contos de Erico (VERISSIMO, 2007). Portanto, graças à noção “de que a verdade nem sempre é aceitável, devendo o criador cuidar antes da probabilidade, também o romance fantástico pode ser verossímil” (BORDINI, 1995, p. 85-86). Nessa linha de raciocínio, o texto fantástico demanda uma exigência dupla para a verossimilhança, uma vez que “devemos aceitar – acreditar em – algo que o próprio narrador reconhece, ou estabelece, como impossível” (ROAS, 2014, p. 51-52). Basta lembrar, nesse sentido, do excerto acima transcrito de *The Breast* sobre a caracterização que o próprio herói faz do seu dilema, assim

9 “Começou estranhamente. Mas poderia ter começado de outra maneira, por mais que tenha começado?”

10 “o que aconteceu comigo é como nada que *alguém* já conheceu: além da compreensão, além da compaixão, além da comédia.”

11 Acerca dessa questão, o filósofo húngaro afirma: “A criação puramente artística de uma realidade que corresponda a [um] mundo de sonhos ou que pelo menos lhe seja mais adequada que o mundo de fato existente é apenas uma solução ilusória” (LUKÁCS, 2000, p. 121).

como um trecho do conto de Erico citado: “O que aconteceu é impossível, portanto não preciso dar explicações a ninguém nem a mim mesmo. Basta que eu acredite. E eu acredito, ó meu Deus, como acredito!” (VERISSIMO, 2007, p. 256).

Desse modo, ao escrever e, posteriormente, incluir uma narrativa fantástica no conjunto de sua ficção, Verissimo oferece a seu leitor a oportunidade de refletir sobre “o modo de construção da verossimilhança no gênero fantástico” (BORDINI, 1995, p. 86), que consiste “em dosar os elementos não aceitáveis pelo senso comum [...]” (BORDINI, 1995, p. 86). São bastante significativas, nesse sentido, as seguintes palavras de Roth (2016b), as quais permitem que tomemos as reflexões do autor de *Operação Shylock* e de *O tempo e o vento* em conjunto. Por conseguinte:

[...] a novelist doesn't persuade by what he is “trying to say”, but by a sense of fictional authenticity he communicates, the sense of an imagination so relentless and thoroughgoing that it is able to convert its own nonconvertible currency whatever the author has absorbed through reading, thinking, and “raw experience.”¹² (ROTH, 2016b, p. 59-60)

Em quarto lugar, a operação fantástica em sua totalidade implica o somatório dos pontos de vista precedentes, bem como exige de seu criador não somente o domínio da técnica romanesca, em geral, e do insólito, em particular, mas igualmente uma postura de trabalho árduo, na medida em que compete a ele articular os elementos considerados reais com aqueles vistos como irreais. Novamente valendo-se do exemplo de *The Breast*, Roth (2016b) afirma que “whether it is or isn't a dream, a hallucination, or a psychotic delusion, is no small matter to my hero (or to me) – consequently, I didn't choose to render the problem unproblematical by a wave of the author's magic wand”¹³ (ROTH, 2016b, p. 58). E, mais adiante, ao falar sobre a inutilidade de perseguir o significado profundo (*deep meaning*) da obra, declara: “instead, try to absorb that issue, the issue of meaning, into the story – along with the issues of literary antecedents and the ‘reality’ of the horror”¹⁴ (ROTH, 2016b, p. 59). Erico, por seu turno, assim se posiciona: “A

12 “Um romancista não convence pelo que ‘está tentando dizer’, mas por um senso de autenticidade ficcional que ele comunica, o senso de uma imaginação tão implacável e completa que é capaz de converter sua própria moeda não conversível, seja o que for que o autor absorveu através da leitura, pensamento e ‘experiência bruta’.”

13 “Se é ou não é um sonho, uma alucinação, ou uma ilusão psicótica, não é uma questão menor para o meu herói (ou para mim) – consequentemente, não escolhi tornar o problema não problemático por um aceno da varinha mágica do autor.”

14 “em vez disso, tente absorver essa questão, a questão do significado, na história – ao lado

operação é delicada como a de procurar atravessar um abismo numa frágil pinguela feita de palavras e imagens. Eis uma acrobacia que o escritor deve fazer de tal modo que o leitor não perceba em nenhum momento que ele está com medo da fragilidade da ponte ilusória ou do abismo” (VERISSIMO, 1974, p. 44 *apud* BORDINI, 1995, p. 86).

À vista disso, a operação fantástica qualifica-se, em última instância, como uma atividade profundamente complexa e dinâmica, haja vista a dupla relação que mantém com a realidade: não só se encontra permanentemente inscrita nela, como também se apresenta “como um atentado contra essa mesma realidade que [a] circunscreve” (ROAS, 2014, p. 52). Nesse contexto, a verossimilhança não atua como mero acessório estilístico, constituindo-se, assim, como aspecto vital para o andamento eficaz do texto, conforme sugerido nas citações acima transcritas de Erico e Roth. Assim, é o próprio gênero que a demanda, pois se trata de “uma necessidade construtiva necessária para o desenvolvimento satisfatório da narrativa. E não é só isso; toda história fantástica também se apresenta como um acontecimento real para conseguir convencer o leitor da ‘realidade’ análoga do fenômeno sobrenatural” (ROAS, 2014, p. 52).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto insólito qualifica-se, portanto, enquanto elemento vital para a compreensão que temos acerca de nós mesmos e do mundo que nos cerca. Dessa forma, “we do not need fantasy to compensate for dull lives [...] we need it for spiritual regeneration and to contemplate alternatives to our harsh realities. More than titillation, we need the fantastic for resistance”¹⁵ (ZIPES, 2008, p. 2). Resistência que, somada à problematização e interrogação do real por meio do fantástico, auxilia-nos a interpretar o mundo de acordo com as mais diferentes perspectivas.

Em vista disso, o fantástico dá expressão indireta a dúvidas que a sociedade, por si mesma, se recusa a enfrentar se forem declaradas diretamente. A irrupção do insólito surge, assim, do desejo de expressar aspectos do eu que a coletividade condena e para os quais a linguagem necessita encontrar diferentes recursos de expressão, como demonstram as visões do fantástico defendidas por Philip Roth e Erico Verissimo.

das questões dos antecedentes literários e a ‘realidade’ do horror.”

15 “não precisamos da fantasia para compensar vidas monótonas [...] precisamos dela para regeneração espiritual e para contemplar alternativas às nossas duras realidades. Mais do que excitação, precisamos do fantástico para resistência.”

REFERÊNCIAS

- ALAZRAKI, Jaime. ¿Qué es lo neofantástico? *Mester*, Los Angeles, v. 19, n. 2, p. 21-33, 1990.
- ALVAREZ, Roxana Guadalupe Herrera. Apresentação do autor. In: ROAS, David. *A ameaça do fantástico: aproximações teóricas*. Tradução de Julián Fuks. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 11-27.
- ARMITT, Lucie. *Theorising the fantastic*. Londres: Arnold, 1996.
- BESSIÈRE, Irene. *Le recit fantastique: la poetique de l'incertain*. Paris: Larousse Université, 1974.
- BORDINI, Maria da Glória (org.). *Erico Verissimo: o escritor no tempo*. Porto Alegre: Sulina, 1990.
- BORDINI, Maria da Glória. *Criação literária em Erico Verissimo*. Porto Alegre: L&PM, 1995.
- CADERNOS de literatura brasileira: *Erico Verissimo*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 16, nov. 2003.
- CESERANI, Remo. *O fantástico*. Tradução de Nilton Tripadalli. Curitiba: Ed. UFPR, 2006.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *Erico Verissimo: o escritor e seu tempo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- CIÊNCIAS & Letras, n. 38, jul./dez. 2005.
- CORNWELL, Neil. *The literary fantastic: from gothic to postmodernism*. Nova York, Londres e Toronto: Harvester Wheatsheaf, 1990.
- FURTADO, Filipe. *A construção do fantástico na narrativa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GOOBLAR, David. *The major phases of Philip Roth*. Londres: Continuum, 2011.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.
- JACKSON, Rosemary. *Fantasy: the literature of subversion*. Nova York: New Accents, 1981.
- LÓPEZ-VARELA, Asunción. Cultural scenarios of the fantastic. *Comparative Literature and Culture*, West Lafayette, n. 4, v. 10, p. 1-10, 2008.
- LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

- NADEL, Ira Bruce. *Critical companion to Philip Roth: a literary reference to his life and work*. Nova York: Facts on File, 2011.
- PARRISH, Timothy (org.). *The Cambridge companion to Philip Roth*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- PIERPONT, Claudia Roth. *Roth libertado: o escritor e seus livros*. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- RABKIN, Eric S. *The fantastic in literature*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1976.
- RILHO, Ana Helena Diniz Soares; SILVA, Márcia Ivana de Lima e; UNGARETTI, Regina Leitão. *Memorial Erico Verissimo*. Porto Alegre: Backstage, 2014.
- ROAS, David. *A ameaça do fantástico: aproximações teóricas*. Tradução de Julián Fuks. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- ROTH, Philip. *The Breast*. New York: Vintage International, 1994.
- ROTH, Philip. *Os fatos: a autobiografia de um romancista*. Tradução de Jório Dauster. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.
- ROTH, Philip. On *The Breast*. In: ROTH, Philip. *Reading myself and others*. Londres: Vintage, 2016b. p. 56-64.
- ROYAL, Derek Parker (org.). *Philip Roth: new perspectives on an American author*. Westport: Praeger, 2005.
- TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. Tradução de Leyla Perone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. Tradução de Maria Clara Correa Castello. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- VERISSIMO, Erico. *Solo de clarineta: memórias*. 20. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005a. v. 1.
- VERISSIMO, Erico. *Solo de clarineta: memórias*. 20. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005b. v. 2.
- VERISSIMO, Erico. *Fantoches e outros contos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ZIPES, Jack. Why fantasy matters too much. *Comparative Literature and Culture*, West Lafayette, n. 4, v. 10, p. 1-12, 2008.

Recebido em 06/06/2020

Aprovado em 09/11/2020

A STIMMUNG NA RELAÇÃO ENTRE O VENTO E ANA TERRA EM O TEMPO E O VENTO, DE ERICO VERISSIMO

THE STIMMUNG IN THE RELATION BETWEEN THE WIND AND ANA TERRA IN O TEMPO E O VENTO BY ERICO VERISSIMO

Ana Lúcia Corrêa Darú¹

Greicy Pinto Bellin²

RESUMO

Este artigo pretende analisar a relação entre o vento, a *Stimmung* e a personagem Ana Terra na novela homônima do escritor Erico Verissimo (1905-1975), a qual consta como o segundo episódio do volume *O Continente* (1949) na trilogia *O tempo e o vento*. Observa-se uma inegável relação entre o vento e a protagonista Ana Terra, a qual será analisada com base no conceito de *Stimmung*, explorado por Hans Ulrich Gumbrecht em seu livro *Atmosfera, ambiência, Stimmung: sobre um potencial oculto da literatura*. Destacaremos, nesta análise, o componente simbólico do vento enquanto elemento natural, bem como sua importância na narrativa de formação histórica do Rio Grande do Sul e sua representação em momentos chave da novela de Erico Verissimo.

Palavras-chave: Ana Terra. Vento. Minuano. Rio Grande do Sul. *Stimmung*.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the relationships between the wind, Stimmung and the character Ana Terra in the novel with the same title written by Erico Verissimo (1905-1975), which is the second episode of the volume O Continente (1949) on the trilogy O tempo e o vento. It is possible to observe an undeniable relationship between the wind and the character Ana Terra, which will be analyzed with a basis on the concept of Stimmung, explored by Hans Ulrich Gumbrecht in his book Atmosphere, mood and Stimmung. We will emphasize, in this analysis, the symbolic component of the wind as a natural element, as well as its importance in the narrative of the historical formation of Rio Grande do Sul, and its representation in key moments in Erico Verissimo's narrative.

Keywords: Language. Ana Terra. Wind. Minuano Wind. Rio Grande do Sul, *Stimmung*.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária da UNIANDRADE.

2 Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária da UNIANDRADE.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar a relação entre o vento e a personagem Ana Terra na trilogia *O tempo e o vento*, de autoria de Erico Verissimo (1905-1975), mais especificamente em *Ana Terra*, segundo episódio do volume *O Continente* (1949), que compõe a primeira parte da trilogia, a qual trata da formação histórica do Continente de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, desde 1745 até o fim do Estado Novo, em 1945. A obra, de magnitude épica, também se compõe de *O retrato*, publicado em 1951, e *O arquipélago*, publicado em 1961. Segundo Massaud Moisés (1996, p. 230), “Com *O tempo e o vento*, o escritor encontrava sua maneira mais funda de ser, como homem e profissional das letras: a estrutura de novela, a serviço da epopeia de seu povo”.

O vento é de fundamental importância na narrativa, e obviamente não figura nela por acaso, considerando que Verissimo escolheu para a obra um título em que consta esta palavra. A relação estabelecida entre o vento e a protagonista Ana Terra será considerada enquanto representação material nas situações desencadeadas pela presença deste elemento e, por extensão, de seus efeitos na constituição do enredo. Para atingir este objetivo consideraremos o conceito de *Stimmung*, explorado por Hans Ulrich Gumbrecht em seu livro *Atmosfera, ambiência, Stimmung: sobre um potencial oculto da literatura*, publicado em 2014. No *Dicionário Michaelis*, a palavra *Stimmung* aparece traduzida para o português como ambiente, “atmosfera”, “tendência”, “humor”, “ânimo”, “disposição”. Na visão de Gumbrecht, este “humor” ou “disposição” aparece nos textos literários como resultado de impactos físicos e psíquicos gerados no leitor a partir de representações materiais e não necessariamente relacionadas ao significado, conforme observaremos no romance de Erico Verissimo.

Antes de partir para a análise propriamente dita, faz-se necessário uma breve contextualização do romance e do referencial teórico que será utilizado, dada sua importância não apenas para este artigo, mas para a teoria literária como um todo. Além do conceito gumbrechtiano de *Stimmung*, trabalharemos também com a simbologia do vento de acordo com o *Dicionário de Símbolos* de Chevalier e Gheerbrant, o qual nos fornecerá subsídios para a análise que será desenvolvida.

1 O TEMPO E O VENTO E O CONCEITO DE *STIMMUNG*: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

A parte intitulada *O Continente* compõe-se de *A Fonte*, *Ana Terra*, *Um certo Capitão Rodrigo*, *A Teiniaguá*, *A Guerra*, *Ismália Caré* e *O Sobrado*. A questão histórica retratada em *O tempo e o vento* é costurada por meio de eventos relevantes da época e de cenas em que personagens convivem com personalidades da históricas, entre eles o Major Rafael Pinto Bandeira (1740-1795). Nascido no Rio Grande, o major comandou batalhas para manter as posses portuguesas no estado, tendo sido o primeiro gaúcho a comandar forças militares do Continente de São Pedro. Bandeira aparece já no início de *Ana Terra*, sendo que sua presença é relacionada ao vento, relação que se torna marcante no seguinte trecho: “Estava claro que ventava também na manhã em que o Maj. Pinto Bandeira e seus homens passaram pela estância, a caminho do forte de Santa Tecla, onde iam atacar o inimigo” (VERISSIMO, 1999 p. 10).

Ao longo da narrativa, há muitas outras citações de militares que fizeram parte da consolidação do estado do Rio Grande do Sul, entre eles José Marcelino de Figueiredo (1735-1814), governador da Capitania de Rio Grande de São Pedro, de 1769 a 1771 e de 1773 a 1780; Pedro Ceballos (1715-1778) militar espanhol ligado ao Brasil por questões de comando em batalhas para a manutenção de posses espanholas no Sul do Brasil; e o general português Veiga Cabral (1742-1801), governador da capitania do Rio Grande de São Pedro entre os anos de 1780 e 1801. O convívio com figuras de relevância histórica se observa em toda a trilogia e atinge seu ápice em *O arquipélago*, em que o dr. Rodrigo Cambará, neto do capitão Rodrigo, possui grande atividade política no contexto do Estado Novo sob a tutela de Getúlio Vargas.

A obra de Verissimo é percebida por muitos estudiosos, entre eles o próprio Massaud Moisés, como sendo uma epopeia pelo seu caráter de representação das ações e lutas heroicas de um povo. Outros estudiosos utilizam o termo *saga* para caracterizar uma narrativa muito longa, organizada em capítulos, cujas personagens dão sequência a seus descendentes por gerações. Dessa forma, a saga, ou epopeia, dos Terra-Cambará, troncos familiares dos quais descendem as personagens mais importantes de *O tempo e o vento*, pode ser também classificada como um romance histórico que remonta a uma época marcada por lutas, mortes, violência, força e determinação de homens e mulheres gaúchos. Como afirma Umberto Eco (1994, p. 112), “um dos acordos ficcionais básicos de todo romance histórico é o seguinte: a história pode ter um sem-número de personagens imaginárias, porém o restante deve corresponder mais ou

menos ao que aconteceu naquela época no mundo real”.

É nessa perspectiva que Verissimo constrói sua longa narrativa, em um país ainda atrelado a Portugal como colônia de exploração, e organizado em capitanias hereditárias administradas por pessoas próximas à monarquia portuguesa. Todavia, há também, entre Brasil e Portugal, uma distância cultural, identitária e socioeconômica, “distâncias” essas que desencadeiam uma sensação de abandono e insegurança nos habitantes do Brasil e geram um ambiente de conspiração, disputas, lutas e inseguranças. Sendo, na época, geograficamente distante dos centros urbano-portuários do Brasil como as cidades de Salvador e Rio de Janeiro, o Continente de São Pedro era alvo constante de ataques de espanhóis que almejavam conquistar mais territórios para a corte espanhola. Os conchavos políticos, a crescente exploração de recursos naturais, e a inconsistência das leis proporcionavam desafios enormes aos gaúchos. São estes gaúchos, por sinal, que tem a sua história ambientada por Verissimo, em representações que resgatam a coragem e a persistência de homens e mulheres no enfrentamento aos invasores.

Considerando todas essas questões, a leitura do episódio *Ana Terra* traz uma representação afetada pela complexidade sociocultural, étnica e climática do Rio Grande do Sul nessa época turbulenta, o que justifica a importância de se analisar a ambiência e a *Stimmung* enquanto elementos preponderantes no texto literário.

Em *Atmosfera, ambiência e Stimmung* (2014), Hans Ulrich Gumbrecht desvenda a *Stimmung*, conceito que surge no século XVIII primeiramente em relação à música, pois, etimologicamente, *Stimme* significa voz, e *Stimmen* significa *estar correto* no que diz respeito a afinar um instrumento. Na esfera da teoria literária, o termo alcança outras acepções, como apresenta Arlenice Almeida da Silva (2016, p. 53): “*Mut*, coragem ou brio, e de *Gemüt*, índole ou ânimo; daí sua tradução mais frequente como sentimento ou disposição subjetiva.” A polissemia do termo *Stimmung* ainda abarca os sinônimos em inglês *mood* (sensação interior) e *climate* (algo objetivo que exerce influência física nas pessoas). Importa destacar que tanto atmosfera quanto ambiência e *Stimmung* convergem para percepções sensoriais que podem não estar explícitas no texto, constituindo efeitos específicos captados pela intuição de um leitor atento, gerando significados além de si mesmos. Tratam-se de efeitos com as quais os seres vivos mantêm uma conexão, pois desencadeiam interpretações atreladas a estados físicos, emocionais e psicológicos: “Ser afetado pelo som ou pelo clima atmosférico é uma das formas de experiência mais fáceis e menos intrusivas, mas é, fisicamente, um encontro (no sentido literal de *estar-em-contra*: confrontar) muito con-

creto com nosso ambiente físico.” (GUMBRECHT, 2014, p. 13).

Gumbrecht se refere à atmosfera como algo que está no texto, ainda que nem sempre de forma explícita, e que é capaz de afetar o leitor: “(...) os textos afetam os “estados de espírito” dos leitores da mesma maneira que o clima atmosférico e a música” (GUMBRECHT, 2014, p. 14). A *Stimmung*, portanto, pode ser definida como a presença de algo que atinge a psique do leitor, apresentando um potencial dinâmico, o qual acaba por “tornar-se presente” (GUMBRECHT, 2014, p. 30). Ainda segundo o estudioso, “ler com atenção voltada ao *Stimmung*” sempre significa prestar atenção à dimensão textual das formas que nos envolvem, que envolvem nossos corpos, enquanto realidade física – algo que consegue catalisar sensações interiores sem que questões de representação estejam necessariamente envolvidas” (GUMBRECHT, 2014, p. 14). Tais elementos aparecem com frequência em *O tempo e o vento*, e não apenas pela presença do termo “vento” no título da trilogia, mas por simbolizar a dinâmica das ações que envolvem os personagens, bem como o impacto da ambiência nos estados de espírito da própria Ana Terra, conforme analisaremos a seguir.

O vento enquanto metáfora aparece em muitas narrativas, entre elas *Gone with the Wind* (*E o vento levou*), romance histórico de Margaret Mitchell publicado em 1936 pela editora britânica Macmillan Publishers. É importante destacar que esta obra é citada em *O arquipélago*, terceiro volume da trilogia, em uma conversa entre Floriano Cambará, um dos últimos descendentes do clã dos Terra-Cambará, e sua namorada norte-americana Mandy Patterson, que afirma que ele teria sucesso como escritor se escrevesse a saga de sua família. Sob este aspecto, é importante ressaltar que *E o vento levou* é, assim como *O tempo e o vento*, uma narrativa épica que trata da Guerra da Secessão nos EUA, o que confere relevo e importância à afirmação de Mandy e às possíveis relações de intertextualidade entre as duas obras, especialmente tendo em vista que o próprio Veríssimo morou nos Estados Unidos, tendo lecionado na Universidade de Berkeley, na Califórnia.

O vento também impulsiona as ações em outro romance famoso da literatura inglesa: *O Morro dos Ventos Uivantes*, lançado em 1847, de autoria de Emily Brontë. A narrativa transcorre em uma região rural da Inglaterra envolvendo a história de uma casa que ficava no alto de uma colina castigada sempre por intensos e constantes ventos. Esta casa é habitada pela família do Sr. Earnshaw, um senhor abastado que encontra um órfão abandonado e faminto nas ruas de Liverpool e o leva para casa, onde mora com a governanta e dois filhos, Catherine e Hindley. Ao órfão é dado o nome de Heathcliff (*cliff* significa “penhasco” em inglês); com o passar do tempo ele

ganha a confiança de Catherine e acaba por apaixonar-se por ela. É possível, de certa maneira, comparar a adoção do órfão na família do Sr. Earnshaw, de *O Morro dos Ventos Uivantes*, à entrada de Pedro Missioneiro na família de Maneco Terra, em *O tempo e o vento*. Em ambas as narrativas os agregados desencadeiam grandes mudanças nas personalidades das heroínas, sendo que no romance de Verissimo a mudança é maior e mais consistente.

Na mitologia grega, o vento corresponde a uma manifestação divina: “entre os gregos, os ventos eram divindades inquietas e turbulentas, contidas nas profundas cavernas das Ilhas Eólias” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2003, p. 936). Na simbologia, o vento é materialmente diverso em consequência da multiplicidade de formas de se apresentar na natureza:

Nas tradições bíblicas, os ventos são o sopro de Deus. O sopro de Deus ordenou o caos primitivo; animou o primeiro homem. A brisa nos olmos anuncia a chegada de Deus. Os ventos também são instrumentos da força divina; dão vida, castigam, ensinam; são sinais e, como os anjos, portadores de mensagens. São manifestações de um divino, que deseja comunicar as suas emoções, desde a mais terna doçura até a mais tempestuosa cólera. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2003, p. 936)

Das muitas acepções e metáforas que são encontradas em textos literários, dicionários ou em livros sagrados, o que se pode afirmar é que o vento é ar, elemento essencial para os seres vivos. Portanto, pode-se depreender que as sensações físicas e psíquicas criadas a partir das referências ao vento enquanto personificação dentro do texto literário são capazes de construir *Stimmung*, sendo algo concreto, e orgânico na relação com a personagem Ana Terra, conforme destaca Gumbrecht (2014, p.32): “O que me interessa são os ambientes e as atmosferas absorvidos pelas obras literárias, enquanto forma de “vida”- ambientes com substância física, que nos toca “como se de dentro”.

Em *Ana Terra*, a palavra *vento* é mencionada vinte e seis vezes e as derivadas desta, como, ventando, ventosos, ventava, ventania, aparecem nove vezes. Somadas todas essas menções juntamente com a palavra *minuano*, são trinta e nove referências no episódio. As circunstâncias em que essas palavras aparecem estão relacionadas à personagem Ana Terra, às suas percepções mediadas pelo narrador. Em apenas três ocasiões isso não ocorre: quando a palavra *ventania* é citada por Pedro Missioneiro, quando aparece relacionada à família Terra e ao major Rafael Pinto Bandeira em trecho já citado neste artigo.

O vento mais característico do Rio Grande do Sul, prenunciador das baixas temperaturas, é o minuano, conforme registrado no *Dicionário da terra e da gente do Brasil*: “(...) nome de um vento frio e seco, vindo do Sudoeste, e que sopra violentamente no inverno. É oriundo dos Andes, e, por passar na região primitivamente habitada pelos ameríndios minuanos, tomou esta designação” (SOUZA, 1939, p. 257). A convivência dos gaúchos com esta manifestação atmosférica é capaz de gerar *Stimmung*, tendo em vista que ela pertence a uma determinada região geográfica e representa um desafio perene, durante os meses de inverno, todos os anos, moldando, orgânica e psicologicamente, os habitantes daquele local. Trata-se de um vento que desafia o gaúcho, conforme o trecho a seguir: “O inverno entrou e houve horas, longas horas, em que o minuano arrepelou as macegas e cortou o ar como uma navalha. (...) Muitas vezes pela manhã seus pés pisavam a geada do caminho. E na água gelada seus dedos ficavam roxos e entanguidos” (VERISSIMO, 1999, p. 69).

A adaptação do corpo ao frio, e do olhar ao céu cinzento do inverno e ao nevoeiro que se instala no horizonte por muitos dias afeta não só o físico, mas também o emocional e o psicológico, de forma que o vento minuano acaba por interferir na vida das pessoas. Assim é com Ana Terra, cujo sobrenome é uma marca de resistência gravada em sua identidade. O sobrenome *Terra* remete à capacidade do solo de renascer, de conviver com as intempéries, de modificar-se a cada estação, o que acontece com a protagonista, que possui capacidade de resistir às intempéries de sua história, transformando-se em uma heroína. Conforme define Silva, “o conceito de herói está estreitamente ligado aos códigos culturais, éticos e ideológicos, dominantes numa determinada época histórica e numa determinada sociedade.” (SILVA, 1996, p.700). Ana Terra é genuína e proativa, como, aliás, cabe a uma heroína: “E agora ela tinha enterrado o pai e o irmão e ali estava, sem casa, sem amigos, sem ilusões, sem nada, mas teimando em viver. Sim, era pura teimosia. Chamava-se Ana Terra.” (VERISSIMO, 1999, p. 103).

Tanto Ana Terra quanto Scarlett O’Hara de *E o vento levou*, guardadas as devidas proporções, são heroínas e protagonistas cuja força, determinação e resistência fazem parte de sua essência. As duas têm o vento como uma metáfora da transposição, como se percebe ao se analisar o termo pelo viés simbólico: “Por ser impalpável e mudar rapidamente de direção, o vento simbolizava a fugacidade, a instabilidade e a vaidade; por produzir a tempestade, é também símbolo dos poderes divinos ou das paixões humanas (...)” (LEXIKON, 1994, p. 202).

2 A STIMMUNG NA RELAÇÃO ENTRE ANA TERRA E O VENTO

A fim de compreender *Ana Terra*, é importante retomarmos alguns aspectos de *A Fonte*, primeiro episódio de *O Continente*, considerando que o personagem Pedro Missioneiro faz a conexão entre os dois episódios. Em *A Fonte*, Pedro chega à colônia dos jesuítas e indígenas nos Sete Povos das Missões no ventre de sua mãe, uma indígena. Ao dar-lhe à luz, ela morre e o filho é criado pelos padres moradores da missão. Apesar de ter jeito de índio, Pedro Missioneiro é mestiço, conforme observa o irmão de Ana Terra: “Mas não é índio puro – observou Antônio em voz baixa. – É muito alto para ser índio, e a pele é mais clara que a dos bugres” (VERISSIMO, 1999, p. 18). É esse mestiço quem segue para o segundo episódio onde conhece Ana, filha dos descendentes de portugueses e paulistas de Sorocaba Henriqueta e Maneco Terra.

Com vinte e cinco anos no início da narrativa e vivendo na estância com os pais e os dois irmãos Antônio e Horácio, Ana Terra é representada como uma moça da roça sem estudo formal: “na estância onde Ana vivia com os pais e os dois irmãos, ninguém sabia ler, e mesmo naquele fim de mundo não existia calendário nem relógio” (VERISSIMO, 1999, p.7). Durante o desenrolar da narrativa, a personagem parece, em alguns aspectos, afastar-se do modelo feminino representado por sua mãe, mulher submissa e escravizada pelo marido. Um exemplo deste distanciamento se observa em suas atitudes quando a estância onde mora é destruída em um ataque dos castelhanos: “Ergueu-se e caminhou na direção da cabana. Lembrava-se agora de que o pai, ao saber da aproximação dos bandidos, enterrara todo o dinheiro que havia em casa. Tomou da pá e começou a cavar a terra bem no lugar onde estivera uma das camas.” (VERISSIMO, 1999, p. 100). Ana, ao contrário de sua mãe, que se destaca pela resignação, herdou a personalidade do pai: “sim, era pura teimosia. Chamava-se Ana Terra. Tinha herdado do pai o gênio de mula.” (VERISSIMO, 1999, p. 103). Apesar de terem a sua função nas tarefas domésticas, as mulheres acabavam acompanhando os homens em suas tarefas na roça:

Acordava e pulava da cama, mal raiava o dia. Ia aquecer a água para o chimarrão dos homens, depois começava a fazer a diária: ajudar a mãe na cozinha, fazer pão, cuidar dos bichos do quintal, lavar a roupa. Por ocasião das colheitas ia com o resto da família para a lavoura e lá ficava mourejando de sol a sol. (VERISSIMO, 1999, p. 9)

Mesmo assim, ainda cabia aos homens governar as ações das mulheres: “nem ao Rio Pardo o Maneco consentia que ela fosse. Dizia que mu-

lher era para ficar em casa, pois moça solta dá o que falar.” (VERISSIMO, 1999 p. 16). As histórias contadas na região alimentavam um imaginário de violência em relação à figura feminina: “Ouvia contar histórias horríveis de mulheres que tinham sido roubadas e levadas como escravas pelos índios coroados (...)”. (VERISSIMO, 1999 p. 15). A *Stimmung*, por sua vez, transpore a partir da construção entre uma relação entre a alma dos personagens e a natureza física que os rodeia: “parecia que a terra ia se entranhando não só na pele como também na alma deles” (VERISSIMO, 1999 p. 15).

As ações das personagens que compõem o episódio *Ana Terra* são intermediadas por um narrador heterodiegético, conforme terminologia de Gérard Genette, utilizada para designar um narrador que não participa da história, ou diegese, “(...) Genette considera que a *persona* do narrador não deve ser caracterizada e definida em função de formas gramaticais, mas em função do seu estatuto narrativo.” (SILVA, 1996 p. 761). É importante frisar que este narrador, cuja perspectiva é onisciente e onipresente, narra as ações, sentimentos, sensações e pensamentos das personagens que vivem na estância da família em uma área rural do sul do Brasil. Percebe-se que a narração contribui para a constituição da *Stimmung*, proporcionando ao leitor conhecer as personagens pelo ângulo externo e interno: “E ali deitada no chão, a olhar para as estrelas, ela se sentia agora tomada por uma resignação que chegava quase a ser indiferença. Tinha dentro de si uma espécie de vazio: sabia que nunca mais teria vontade de rir nem de chorar.” (VERISSIMO, 1999, p. 102). Nesta passagem, observa-se que o narrador usa o verbo “sentir” a fim de desvendar o estado interno da personagem. Em relação a essa questão, Gumbrecht afirma: “Para que a exigida densidade de sensações seja articulada nos textos, mais do que no nível da representação – ou seja, para que as formas e os tons sejam “carregados”, como se de carga elétrica –, é necessário que ocorra a habitualização.” (GUMBRECHT, 2014, p.31). A *Stimmung*, portanto, contribui para o conhecimento ou reconhecimento da profundidade interna da personagem. As representações do espaço também sofrem o impacto do narrador heterodiegético, pois ele traz as especificidades das relações entre as personagens e o lugar onde estão inseridos: “Eles guardavam na memória os dias da semana; viam as horas pela posição do sol; calculavam a passagem dos meses pelas fases da lua; e era o cheiro do ar, o aspecto das árvores e a temperatura que lhes diziam das estações do ano.” (VERISSIMO, 1999 p. 7).

A *Stimmung* é criada no texto a partir do impacto psíquico das relações entre Ana Terra e os elementos da natureza como colinas, plantas, animais, sol, lua, vento, nuvens no horizonte, o combinado de cores do pôr do sol, a seca ou a abundância de chuva, e com a temperatura: “Por essa época

os ventos da primavera tinham amainado, e pelo cheiro do ar, pelo calor que começava, pelo aspecto dos campos e das árvores, os Terras sentiram que entrava o verão.” (VERISSIMO, 1999 p. 27). O vento, principalmente, é, para Ana Terra, uma presença viva: “quando um novo inverno chegou e o minuano começou a soprar, ela o recebeu como a um velho amigo resmungão que gemendo cruzava por seu rancho sem parar e seguia campo fora. Ana Terra estava de tal maneira habituada ao vento que até parecia entender o que ele dizia.” (VERISSIMO, 1999 p. 142).

Ana Terra possui uma forte intimidade com o vento, o que reforça a ideia de impacto psíquico que subsidia a construção da *Stimmung*: “Ana ficava acordada debaixo das cobertas, escutando o vento, eterno viajante que passava pela estância gemendo ou assobiando, mas nunca apeava do seu cavalo; o mais que podia fazer era gritar um – ‘Ó de casa!’ – e continuar seu caminho campo em fora.” (VERISSIMO, 1999, p. 8). A expressão “Ó de casa!” constitui uma personificação que traz para o texto a conversa informal de dois vizinhos ou companheiros. E a conversa continua: “E dentro daquela casa aquela noite só se ouviu a voz do vento, porque ninguém mais falou. (VERISSIMO, 1999, p. 68).

Vento e solidão são os constituintes por excelência de uma ambiência que funciona como uma das principais configuradoras da *Stimmung*: “E Ana só via a seu redor quatro pessoas: o pai, a mãe e os irmãos. Quanto ao resto, eram sempre aqueles coxilhões a perder de vista, a solidão e o vento (...).” (VERISSIMO, 1999, p. 8). O afastamento da estância em relação aos centros urbanos também representa, por sua vez, o isolamento experimentado pelos habitantes do Continente de São Pedro, abandonados pelo governo. “E me contou muito em segredo que faz quase dez anos que a Corte não manda pagar os soldados do Rio Grande. “Vosmecê sabe melhor do que eu, major” - ele me disse, - “o que esses pobres-diabos passam. Nem uniforme têm (...).” (VERISSIMO, 1999, p. 136).

A solidão de Ana Terra parece terminar no dia em que encontra o mestiço Pedro Missioneiro, sendo que o vento sinaliza o rito de passagem da moça da roça para a mulher madura: “Ana Terra fez alto, depôs o cesto no chão e suspirou. O vento impelia as palmas dos coqueiros na mesma direção em que esvoaçavam seus cabelos.” (VERISSIMO, 1999, p. 9). Ao descrever que os cabelos da protagonista iam para certa direção, o narrador demonstra, simbolicamente, que os desejos da personagem apontavam para lá. Nesse momento, observa-se a emoção de Ana diante da própria imagem refletida no espelho da água na sanga:

Ana aproximou-se da pedra onde sempre batia roupa, e depôs o cesto junto dela. Deu alguns passos à frente, ajoelhou-se à beira do poço fundo, fez avançar o busto, baixou a cabeça e mirou-se no espelho da água. foi como se estivesse enxergando outra pessoa: uma moça de olhos e cabelos pretos, rosto muito claro, lábios cheios e vermelhos. (VERISSIMO, 1999, p. 10).

Este trecho poderia ser interpretado como a iniciação da protagonista no universo feminino. Assim como acontece com as sementes, que ganham vida com a água, Ana Terra, ao tocar na água da sanga, relembra o único homem que lhe pode servir de referência masculina: “Ana Terra guardava lembrança daquele dia como quem entesoura uma joia. Estava claro que ventava também na manhã em que o Maj. Pinto Bandeira e seus homens passaram pela estância, a caminho do forte de Santa Tecla, onde iam atacar o inimigo.” (VERISSIMO, 1999, p. 10).

Em meio a este devaneio quase erótico, Ana Terra se depara com o mestiço Pedro Missioneiro caído desacordado e ferido na beira da água. Esse encontro mudará para sempre sua vida. Em seguida, ela corre ao encontro do pai e dos irmãos para contar sobre o forasteiro. “Ana agora tinha diante de si três caras morenas, curtidas pelo vento e pelo sol.” (VERISSIMO, 1999, p. 14).

O mestiço é, então, levado para a casa de Maneco Terra e lá é cuidado pela protagonista. O tempo cicatriza as feridas do rapaz e abre imensas brechas em uma Ana Terra desconfiada e arisca, mas pronta para o despertar sexual. Enquanto Pedro se recupera, o inverno abre caminho para o sol e o calor da primavera. Há um colorido e perfume que vêm com as flores fazendo um ciclo novo acontecer dentro da própria natureza de Ana Terra: “No momento em que ele abriu a porta, Ana Terra por um instante viu, ouviu e sentiu a chuva, o vento, a noite e a solidão” (VERISSIMO, 1999, p. 33). Ela, de repente, permite-se sentir. E no uso do verbo *sentir* está implícito o “ser tocada por dentro”, o que reforça a existência da *Stimmung* surgido a partir da subjetividade da protagonista e de suas descobertas na implacável ação do tempo e das manifestações da natureza.

Certa noite, Pedro Missioneiro tira uma flauta do bolso e enche a casa dos Terra de melodia: “A chama da lamparina dançava, soprada pelo vento que entrava pelas frestas do rancho. As sombras das pessoas refletidas nas paredes cresciam e minguavam. Com a cabeça apoiada nas mãos, Maneco Terra escutava.” (VERISSIMO, 1999, p. 32). A música, que sai da flauta de Pedro Missioneiro, provoca em cada personagem sua dose de nostalgia. Dona Henriqueta chora, os irmãos distraem-se. Ana tem seus pensa-

mentos levados pelo vento:

De repente Ana Terra descobriu que aquela música estava exprimindo toda a tristeza que lhe vinha nos dias de inverno quando o vento assobiava e as árvores gemiam – nos dias de céu escuro em que, olhando a solidade dos campos, ela procurava dizer à mãe o que sentia no peito, mas não encontrava palavras para tanto. Agora a flauta do índio estava falando por ela (...). (VERISSIMO, 1999, p. 32-33)

De repente, a música se cala e o silêncio retorna: “Agora só ouvia o ruído da chuva e o chiar da chama da lamparina batida pelo vento.” (VERISSIMO, 1999, p. 33). Pedro Missioneiro abre a porta e se vai deixando a protagonista mergulhada em sua própria melancolia.

O vento estabelece um paralelo com os sentimentos da protagonista, sendo companheiro e, ao mesmo tempo, testemunha: “Aquele verão foi seco e cruel. Quando o áspero vento norte soprava, Ana Terra ficava de tal maneira irritada, tão brusca de modos e palavras, que D. Henriqueta murmurava: ‘O que essa menina precisa mesmo é casar duma vez...’” (VERISSIMO, 1999, p. 53).

O verbo *casar*, para além de seu significado literal, apresenta significados simbólicos que ampliam sua interpretação:

Núpcias, em muitas religiões, é símbolo da união dos poderes divinos entre si (quase sempre personificados), ou entre o homem e Deus ou deuses, ou entre a alma e o corpo; ou especialmente na alquimia, é símbolo da união dos opostos. A Antiguidade, por exemplo, conhecia o casal de deuses, Júpiter (Zeus) e Juno (Hera), mas também inúmeras relações do pai dos deuses com mulheres mortais. O Antigo Testamento fala do casamento de Javé com o povo de Israel; no Novo Testamento, encontram-se muitas vezes referências à Igreja cristã como a noiva de Cristo. (LEXIKON, 1994, p. 48).

O que Dona Henriqueta quer dizer é que, se a mulher não se casa, ela pode perder-se, ou seja, pode relacionar-se livremente com homens e se tornar uma mulher “perdida”. A sexualidade dos filhos era percebida como um tabu e Dona Henriqueta já sabia da astúcia que tinha o verão. O calor cumpriria o que a primavera já anunciara, o que se confirma pela febre sentida por Ana Terra, febre esta que lhe penetrava pelas entranhas: “Cigarras rechinavam lá fora. E mesmo sem ouvir o barulho do vento Ana sabia que estava ventando, pois seus nervos adivinhavam... Era um vento quente do

norte a levantar uma poeira seca (...). (VERISSIMO, 1999, p. 54). Assim, no meio de uma noite quente a personagem sentiu o corpo apontar um “norte”, mesmo que não compreendesse. “Agora, sim, ela ouvia o vento.” (VERISSIMO, 1999, p. 54).

O calor dilata os corpos, deixando-os maleáveis; assim também o calor do verão vai flexibilizando a resistência da protagonista, e ela segue o impulso do vento quente que sopra numa constância avassaladora, de forma que a *Stimmung* se concentra na atmosfera de sensualidade e atração. Nessa noite, Ana Terra segue até a sanga e lá se deita à beira d’água para refrescar-se, encontrando-se com Pedro Missioneiro e entregando-se a ele por desejo no mesmo lugar em que o encontrara ferido: “aquele momento que passara com o índio à beira da sanga lhe havia ficado na memória duma forma confusa. Lembrava-se duma exaltação tocada de horror, dum doloroso dilaceramento misturado de gozo, e também do desespero de quem faz uma coisa que teme só para se livrar da obsessão desse temor.” (VERISSIMO, 1999, p. 57).

E assim o mestiço de alma virgem encanta a moça com alma de vento. Nesta união, ela concebe um filho. Os dias passam até ela contar sobre a gravidez à mãe, ao pai e aos irmãos. A notícia atinge Maneco Terra como um tronco desgovernado por um vendaval. Ele orienta os filhos para que lavem a honra da família com o sangue de Pedro Missioneiro:

Agora, deitada no chão, tomada duma invencível canseira, Ana Terra, sem compreender bem o que via, seguia com os olhos os movimentos dos irmãos que montaram nos seus cavalos e, levando um terceiro a cabresto, seguiram a trote na direção da sanga. Ouviu quando o pai lhes gritou: - Bem longe daqui... (VERISSIMO, 1999, p. 62).

A gravidez, a frustração e a impotência diante da morte de Pedro Missioneiro puseram Ana Terra a ouvir o vento lhe avisar sobre o destino de seu filho: “Mas uma nova sensação de desalento gelado a invadiu quando ela imaginou o filho vivendo naquele descampado, ouvindo o vento, tomando chimarrão com os outros num silêncio de pedra, a cara, as mãos, os pés encardidos de terra, a camisa cheirando a sangue de boi (ou sangue de gente?).” (VERISSIMO, 1999, p. 66).

No texto bíblico de Eclesiastes; Capítulo I; Verso 6; “O vento vai para o sul, e faz o seu giro para o norte; continuamente vai girando o vento, e volta fazendo os seus circuitos.” O vento é como a vida, tudo vai e volta, não há nada no mundo que permaneça estático. Assim, a ambiência de solidão e desalento gerada pelo sopro implacável do vento minua auxi-

lia na construção das sensações psíquicas que configuram a *Stimmung*. E, ao ouvir as primeiras manifestações da proximidade do parto, o pai e os irmãos se ausentam da casa: “Ao ouvirem os gemidos da rapariga, os três homens encilharam os cavalos, montaram e se foram, sem dizer onde. D. Henriqueta viu-os partir e não perguntou nada.” (VERISSIMO, 1999, p. 71).

O nascimento de Pedro Terra introduz nova alteração no clima da narrativa a partir do capítulo treze. Ana Terra, ao contrário do que acontecia antes, pouco se apercebe do vento: “Os anos chegavam e se iam. (...) deixando sua marca nas árvores, na terra, nas coisas e nas pessoas.” (VERISSIMO, 1999, p. 77-78). O filho, como era de se esperar, ocupa física e emocionalmente a protagonista.

Observa-se um descompasso em relação à menção do vento. Se há vinte e uma menções ao vento entre o capítulo um ao capítulo quatorze, nas ações desencadeadas entre o décimo quinto e vigésimo primeiro capítulo há apenas cinco menções ao vento. Tal alteração pode ser justificada pelas inúmeras modificações na vida da protagonista: a morte da mãe, a invasão da estância, que é dizimada por castelhanos, o assassinato do pai, do irmão e de dois escravos e o brutal estupro coletivo pelo qual passa Ana Terra, outro clímax do episódio. A violação brutal de Ana Terra dá sequência à segunda grande alteração na vida da protagonista. Ela, o filho, a cunhada e a sobrinha fogem da estância com uma comitiva que segue para Santa Fé. O foco de atenção a partir do capítulo vinte e um se desloca para a sobrevivência independente de Ana Terra. A viagem da estância até Santa Fé é longa e Ana Terra gasta o tempo digerindo suas memórias recentes, no passo lento do carro de boi.

Quando a personagem chega em Santa Fé, a atmosfera altera-se, de maneira que a *Stimmung* passa a se concentrar na ânsia pela sobrevivência:

“Ouvira dizer que um homem na vila do Rio Grande tinha aberto uma aula para ensinar a ler, escrever e contar. Mais tarde, quando Santa Fé fosse povoado, talvez o coronel mandasse abrir uma escola, se bem que no fundo ela achasse que uma pessoa podia viver muito bem e ser honrada sem precisar saber as letras.” (VERISSIMO, 1999, p. 119).

Santa Fé é o espaço em que a protagonista consolida sua autonomia. Compra um trecho de terra, constrói uma casa, constitui uma lavoura e torna-se parteira, sempre acompanhada pela tesoura da mãe, que cortou muitos cordões umbilicais. As ações agora são velozes e partem da protagonista, ela toma as rédeas da vida, enquanto o narrador vai trazendo informações sobre o lugar e sua gente. A natureza não é mais observada, não

há um “estar na natureza”, mas uma “luta com a natureza” em busca pela sobrevivência.

Ao final do capítulo vinte e três, Ana está sentada à frente de seu rancho, admirando os muitos meninos e meninas que ajudou a nascer. O vento soprara para longe os muitos dias de medo e ansiedade. Pedro crescerá. Nesse momento, a protagonista retoma sua percepção acerca do vento: “O vento minúano às vezes parecia prender a noite e afugentar o dia que tentava nascer. Tudo era mais comprido, mais triste e mais custoso no inverno.” (VERISSIMO, 1999, p. 121). Pedro Terra faz vinte anos. A menção ao vento na narrativa faz acreditar que a relação entre este elemento e a protagonista é retomada.

Quando os castelhanos invadem novamente o Rio Grande, os homens são convocados para a guerra: “Dias depois o Cel. Ricardo apareceu montado no seu cavalo (...) e expôs a situação. Chegara à sua estância um próprio trazendo um ofício em que o governador do Continente lhe comunicava que na Europa, Portugal e Espanha estavam de novo em guerra.” (VERISSIMO, 1999, p. 124). Ana Terra se despede do filho, que segue para a luta. Nessa hora, ela apoia-se no vento. “Longe, quando já começava o declive da grande coxilha, Pedro fez estacar seu cavalo, torceu o busto, e acenou tristemente com a mão. As mulheres responderam ao aceno. Foi só então que Ana Terra percebeu que estava ventando.” (VERISSIMO, 1999, p. 127).

Muitos não retornam da guerra, mas Pedro Terra volta para Santa Fé, casa-se com Arminda Melo e retoma o trabalho na lavoura. Tempos depois nasce seu filho Juvenal. Em 1806, nasce a filha: “No inverno de 1806 Ana ajudou a trazer para o mundo seu segundo neto, uma menina que recebeu o nome de Bibiana. Ao ver-lhe o sexo, a avó resmungou: ‘Mais uma escrava.’ E atirou a tesoura em cima da mesa num gesto de raiva e ao mesmo tempo de alegria.” (VERISSIMO, 1999, p. 138). Bibiana será a protagonista do próximo episódio, *Um certo capitão Rodrigo*.

Ana Terra aprecia o povoado de Santa Fé crescer. Há rumores de uma nova guerra. O vento novamente torna-se presença, encontrando-se no último parágrafo da narrativa. A frase emblemática que encerra o parágrafo ecoará na mente de sua neta Bibiana, quase um século depois, durante o cerco do Sobrado da família Terra-Cambará, às portas da Proclamação da República:

E quando um novo inverno chegou e o minúano começou a soprar, ela o recebeu como a um velho amigo resmungão que gemendo cruzava por seu rancho sem parar e seguia campo afora. (...) E as noites de ventania ela pensava principalmente em sepulturas e naqueles que tinham ido para

o outro mundo. (...) Era por isso muito mais tarde, sendo já mulher feita, Bibiana ouvia a avó dizer quando ventava: “Noite de vento, noite dos mortos (...)”. (VERISSIMO, 1999, p. 142).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A natureza, marcadamente as plantas, os animais, o sol, a lua, o vento, o clima e as estações embalam a vida e as ações em *Ana Terra*, de forma que sua relação com as personagens cria sensações físicas e psíquicas que configuram a *Stimmung*. Das manifestações da natureza envolvidas nesta configuração, escolheu-se o vento, devido ao forte paralelismo apresentado em relação aos estados de ânimo da protagonista. Percebe-se que o vento é companheiro de Ana Terra, que partilha de suas percepções sensoriais, lhe faz companhia e é presença em eventos marcantes, como o encontro com Pedro Missioneiro, a descoberta da sexualidade, a morte da mãe e a percepção da própria força. A partir da definição de *Stimmung* como um catalisador de sensações interiores, Ana Terra aparece representada como em estreita comunhão com a natureza, com raízes na terra em que pisa, escolhendo, ao mesmo tempo, o vento como companheiro de sua jornada. E se no princípio o vento lhe faz companhia, ao fim da narrativa ela se refere a ele chamando-o “velho amigo resmungão”. -

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *Iracema*. Edição didática. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1974.
- ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: DCL. 2005. Coleção Grandes nomes da Literatura.
- BRONTË, Emily. *O Morro dos Ventos Uivantes*. Tradução: Ana Maria Chaves. São Paulo: Lua de papel, 2009. Título original: *Wuthering heights*.
- CHEVALIER, Jean.; GHEERBRANT, Alan. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Tradução: Vera da Costa e Silva et al. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ...E O VENTO LEVOU (*Gone with the Wind*). Direção: Victor Fleming; George Cukor; Sam Wood. Intérpretes: Vivien Leigh; Clark Gable; Leslie Howard. Roteiro: Sidney Howard. Música: Max Steiner. EUA: Selznick Internacional Pictures, 1939. 1 DVD (238 minutos).

- GRUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung*: sobre um potencial oculto da literatura. Tradução Ana Isabel Soares. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC Rio, 2014.
- LEXICON, Herder. *Dicionário de Símbolos*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- MENEZES, Adélia Bezerra de. *Do poder da palavra: ensaios de literatura e psicanálise*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1995.
- MITCHELL, Margaret. *E o vento levou*. Tradução de Marilene Tombini. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- MOISÉS, Massaud. *História da Literatura Brasileira*. Modernismo. 3. ed. ver. e aum. São Paulo: Cultrix, 1996.
- SILVA, A. da S. As noções de *Stimmung* em uma série histórica: entre disposição e atmosfera. *Revista Trans/Form/Ação*, Marília, v. 39, p.53-74, 2016, Edição Especial. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/trans/v39ns-pe/0101-3173-trans-39-spe-0053.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2020.
- SILVA, V. M. de A. E. *Teoria da Literatura*. 8. ed. Coimbra: Almedina, 1996.
- SOUZA, B. J. de. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- STIMMUNG. In: *DICIONÁRIO Michaelis* alemão-português. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/escolar-alemao/busca/alemao-portugues/stimmung/>>. Acesso em: 05 maio 2020.
- VERISSIMO, Erico. *Ana Terra*. 50. ed. São Paulo: Globo, 1999.

Recebido em 26/05/2020

Aprovado em 09/11/2020

SOMBRA FRESCA E ROCK NO QUINTAL: A IDENTIDADE CONTRACULTURAL DA BANDA ALMÔNDEGAS

FRESH SHADOW AND ROCK IN THE BACKYARD: A CONTRACULTURAL IDENTITY OF THE ALMÔNDEGAS BAND

Edemilson Antônio Brambilla¹

Alexandre Saggiorato²

RESUMO

Tal como ocorreu nos principais centros urbanos do país, como o eixo Rio-São Paulo, o Rio Grande do Sul caracterizou-se, durante a década de 1970, pela emergência de um ideário jovem rebelde e contestatário que, orientado pelos ideais contraculturais, influenciou de modo significativo o cenário cultural do Estado, especialmente no que se refere ao aspecto musical. Nesse sentido, este trabalho busca analisar a trajetória da banda de rock pelotense Os Almôndegas, e sua relação com os ideais contraculturais que chegavam ao Rio Grande do Sul durante aqueles anos. Mesclando influências regionais com características da música popular brasileira, somadas às referências sonoras e comportamentais internacionais, Os Almôndegas construíram uma identidade própria, bastante distinta das demais bandas do período, em especial, devido às opções estéticas feitas pelo grupo nos aspectos poético e sonoro de suas composições.

Palavras-chave: Rock brasileiro. Contracultura. Os Almôndegas.

ABSTRACT

As occurred in the main urban centers of the country, such as the Rio-São Paulo axis, Rio Grande do Sul was characterized, during the 1970s, by the emergence of a young and rebellious ideology that, guided by countercultural ideals, it significantly influenced the state's cultural scene, especially with regard to the musical aspect. In this sense, this work seeks to analyze the trajectory of the rock band from the city of Pelotas, Os Almôndegas, and their relationship with the countercultural ideals that arrived in Rio Grande do Sul during those years. Mixing regional influences with characteristics of Brazilian popular music, added to the international sound and behavioral references, Os Almôndegas built their own identity, quite different from the other bands of the period, especially due to the aesthetic options used by the group in the poetic and sound aspects of their compositions.

Keywords: Brazilian rock. Counterculture. Os Almôndegas.

1 Pós-graduando no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - PPGL/UPF.

2 Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo - PPGH/UPF, e professor do Curso de Música na mesma instituição.

INTRODUÇÃO

Distante dos principais centros urbanos do país, como o eixo Rio-São Paulo, as influências culturais que chegavam ao Estado do Rio Grande do Sul durante a década de 1970 eram, em grande medida, um reflexo tardio do ideário assumido pelo importante circuito econômico e cultural brasileiro. Ainda que tardias, por conta da considerável distância geográfica, tais características passaram a influenciar também o cenário sul-rio-grandense durante aqueles anos.

Com a emergência de um cenário jovem rebelde e contestador que aos poucos se formava, respaldados pelo movimento contracultural que chegava ao Brasil, alguns grupos de artistas do Rio Grande do Sul passaram a aderir a essas características, retratando em suas criações o movimento que se firmava. Somadas ao ideário tropicalista, e à contestação aos valores e costumes das classes dominantes, as criações musicais das bandas de rock impactaram de modo significativo a produção musical gaúcha do gênero. Apesar de incipiente quando comparado ao rock produzido nos principais centros urbanos do país, o rock gaúcho assumiu um papel fundamental para a consolidação da representatividade jovem no Estado.

Se, na década de 1950 e 1960 o rock produzido no Sul era representado apenas por bandas que se apresentavam em pequenos bailes e reuniões dançantes organizadas por clubes sociais ou desportivos, grêmios estudantis, centros acadêmicos e salões paroquiais, onde o repertório era formado, em sua grande maioria, por covers de grupos internacionais como Beatles e Rolling Stones, no fim dos anos 1960, têm-se a emergência das primeiras bandas de rock com trabalhos autorais, que acabaram por popularizar suas criações divulgando-as em festivais de música, geralmente organizados em conjunto com outros artistas gaúchos.

Essa aproximação dos roqueiros rio-grandenses com outros artistas da região, principalmente voltados ao universo musical nativista e da música popular, acabou por delinear um importante percurso estético traçado pelas bandas de rock do Sul. Enquanto bandas como Os Mutantes, Secos & Molhados, Rita Lee, O Terço, entre outras, eram diretamente influenciadas pelos ideais da contracultura, do tropicalismo e da Música Popular Brasileira (MPB), os poucos artistas que despontavam no cenário gaúcho, muito por conta de sua distância geográfica, mesclaram essas influências que chegavam tardiamente ao Estado, com aspectos culturais típicos da região Sul do Brasil e de países fronteiriços, como a Argentina e o Uruguai,

É a partir desse cenário cultural que surgem, especialmente na capital rio-grandense, bandas como Liverpool (posterior Bixo da Seda), Saudade Instantânea, Inconsciente Coletivo, Utopia, e, em meados da década

de 1970, Os Almôndegas, cujas composições assumem um caráter basilar para as bandas de rock posteriores. Isso se deve, entre outros fatores, a um estilo composicional bastante particular assumido pelo grupo, abarcando de forma exitosa as características musicais das principais bandas do eixo Rio-São Paulo, misturando-as com elementos da cultura sulina e de países que fazem fronteira com o Estado.

Nesse sentido, este trabalho busca analisar a trajetória da banda de rock pelotense Os Almôndegas, e sua relação com os ideais contraculturais que chegavam ao Rio Grande do Sul durante a década de 1970. Mesclando influências regionais com características da música popular brasileira, somadas às referências sonoras e comportamentais internacionais, Os Almôndegas construíram uma identidade própria, bastante distinta das demais bandas de rock do período, e isso se deve, segundo o que defendemos neste trabalho, às opções estéticas feitas pelo grupo nos aspectos poético e sonoro de suas composições musicais. Nas seções subsequentes, portanto, em um primeiro momento buscaremos discorrer sobre o movimento contracultural brasileiro e seus reflexos em meio à classe artística, para posteriormente compreender como esses ideais marcam o percurso composicional da banda Almôndegas.

1 A CONTRACULTURA NO CENÁRIO BRASILEIRO

Em meio ao conturbado cenário político e social brasileiro da década de 1970, o meio artístico foi um dos poucos espaços onde os jovens puderam expressar de forma mais concreta os ideais que os influenciavam, em grande medida oriundos dos Estados Unidos e de alguns países da Europa, que exportavam, para países como o Brasil, seu ideário cultural. No caso musical, com a popularização do rock no exterior, o gênero passou a ganhar espaço também na mídia brasileira.

Assim, tal como ocorreu nas grandes capitais do meio musical brasileiro, várias outras cidades dos Estados presenciaram a emergência de um cenário roqueiro que, por conta do pouco acesso à mídia se tornou *underground*. Em sua grande maioria, essas bandas de rock não conseguiam amplo acesso aos meios de comunicação, o que acabou fazendo com que esses artistas se colocassem à margem do sistema, ainda que não de forma completa, pois, os músicos precisavam de tais meios de comunicação para divulgação de seus trabalhos, e a condição de submissão destes com relação às mídias era fundamental para sua veiculação mercadológica.

Apesar de não representar a grande parcela musical brasileira veiculada na mídia, a crescente popularização do rock auxiliou na difusão dos

ideais do movimento contracultural que se estruturavam em torno do gênero e deu seus praticantes. A contracultura, de acordo com Pereira (1986, p. 08), caracterizava-se por seus sinais mais evidentes: cabelos compridos, roupas coloridas, misticismo, um tipo de música, drogas e assim por diante. Um conjunto de hábitos que, aos olhos das famílias de classe média, tão ciosas de seu projeto de ascensão social, parecia, no mínimo, um despropósito, ou um absurdo. No entanto, aos poucos, começava a ficar mais claro que aquele conjunto de manifestações culturais novas não se limitava a estas marcas superficiais, significando também novas maneiras de pensar, modos diferentes de encarar e de se relacionar com o mundo e com as pessoas, ou seja, outro universo de significados e valores, com regras próprias. Ainda nesse sentido, Hall (1970, p. 56-57) afirma que:

[...] primeiramente se forjou uma crítica ao sistema - pobreza no meio da opulência, o poder do complexo industrial-militar, a obscenidade da guerra e o neoimperialismo americano em escala global, a grande mentira da manipulação dos meios de massa, o crescente absurdo de amplos setores da juventude americana, a educação errônea e compulsiva dos estudantes nas enormes e impessoais estruturas das multiuniversidades dependentes das corporações. Porém, em segundo lugar, à medida que os problemas se ampliaram e começaram a se complicar, forjou-se também um novo estilo de ativismo político: as marchas pela liberdade, a organização das comunidades, ocupação dos campi, o *"teach-in"*, as manifestações de massa, os levantes urbanos caracterizados pelo saque e incêndio, os vários tipos de confrontação. Nesta matriz, uma geração inteira, um continente, uma era de convencionalismo político, evasões, ideologias e agrupações foram descongeladas.

Essas características que aos poucos emergiam no cenário brasileiro, encontraram nos jovens, em especial na classe artística, um importante veículo expressivo. No caso da música, o rock funcionou como catalizador dessa ideologia, e os músicos passaram a expressar, cada um a seu modo, tais atitudes comportamentais. É claro que, no caso da contracultura brasileira, além de pregar os valores tradicionalmente aceitos pelo movimento, havia um grande embate político e ideológico com algumas esferas políticas e sociais, já que, durante os anos em que a contracultura despontava no cenário nacional, o Brasil vivenciava uma intensa ditadura militar, que se estendeu entre os anos de 1964 e 1985.

Nesse sentido, os roqueiros que acabavam por aderir aos ideais do movimento contracultural, também encontravam grande resistência dian-

te da repressão e censura impostas pelos militares no comando do país, especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), promulgado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva. O Ato, entre outras medidas, atribuía quase que poderes absolutos aos militares no comando do país, instaurando a censura prévia aos meios de comunicação e às artes em geral. Desse modo, conforme Fico (2004, p. 95) “as novelas, os programas de auditório, os shows musicais etc. eram ciosamente acompanhados pela censura de diversões públicas”. Com resposta a esse cenário, conforme Ridenti (2003, p. 143):

Após o golpe de 1964, os artistas não tardaram a organizar protestos contra a ditadura em seus espetáculos. Ainda mais porque os setores populares foram duramente reprimidos e suas organizações praticamente inviabilizadas, restando condições melhores de organização política especialmente nas camadas médias intelectualizadas, por exemplo, entre estudantes, profissionais liberais e artistas. Esse período testemunharia uma superpolitização da cultura, indissociável do fechamento dos canais de representação política, de modo que muitos buscavam participar da política inserindo-se em manifestações artísticas.

Mesmo que tardiamente, esses embates políticos e sociais influenciaram também a atuação artística das bandas de rock da região Sul do país, a exemplo dos Almôndegas, que não ficaram alheios ao cenário à sua volta, passando a expressar em suas criações musicais muitos desses traços identitários, revelando, tanto um posicionamento político bastante distinto, quanto a identificação, ao seu modo, com alguns ideais oriundos do movimento contracultural que se instalava. Nesse sentido, nas seções subsequentes buscaremos compreender como as questões expostas acima influenciaram o processo criativo do grupo.

2 A IDENTIDADE CONTRACULTURAL DOS ALMÔNDEGAS

Formada na cidade de Pelotas, no ano de 1975, pelos irmãos Kleiton Ramil (voz, violino e violão) e Kledir Ramil (voz e violão), Quico Castro Neves (voz e viola de 12 cordas), Pery Souza (voz e percussão), e Gilnei Silveira (bateria e percussão) – posteriormente, ainda integraram a banda os músicos João Baptista (contrabaixo), Zé Flávio (guitarra), e Fernando Pezão (bateria) –, os Almôndegas figuraram na cena do rock gaúcho como uma das pioneiras e principais bandas da região Sul.

Caracterizados por uma demarcação estilística nem sempre fa-

ilmente identificável em suas criações, o grupo, segundo Souza (2006), dialogava diretamente com outros músicos da região, voltados à MPB e ao nativismo, e tinham como palco para divulgação de seus trabalhos os programas da Rádio Continental, os saraus musicais no Teatro de Arena e no Clube de Cultura, ou então a participação em festivais de música, como a *Califórnia da Canção*, o *Musipuc*, e o festival *Vivendo a vida de Lee*, organizado pelo radialista Júlio Fürst (Mr. Lee) da Rádio Continental. Sobre o cenário de formação do grupo, Kleiton Ramil (*apud* SILVA, 2012, p. 131) afirma:

Houve realmente nos anos 70 uma mudança profunda na música que se fazia em Porto Alegre/RS que por sua vez gerou uma nova atitude diante de tudo. Essas duas transformações na verdade andaram de mãos dadas, sendo difícil dizer o que veio antes: se nós estávamos mordidos pelo maravilhoso poder de saber transformar, ou se nós nos transformamos embalados pelas músicas e eventos que surgiam. O folclore onde nos apoiamos, em algumas realizações, era fluido e indefinido.

Apesar do acesso aos meios de divulgação regionais, as dificuldades enfrentadas pelos grupos musicais do Rio Grande do Sul foram imensas, tal como acontecera com outras bandas de rock do Brasil, que buscavam ganhar espaço no cenário nacional sem o apoio dos principais meios de comunicação em massa do país. Sobre esse cenário, Kleiton Ramil (2019), integrante dos Almôndegas, afirma:

[...] a vida não era fácil para nenhum de nós, mas também não tínhamos vivido situações graves socioeconômicas, e fazer música por si só era um grande prazer, e durante alguns anos ninguém sonhava em ser profissional, um desafio quase impossível na época. Ninguém em Porto Alegre ambicionava gravar um disco, fazer carreira, shows.... Tudo vinha pronto e empacotado do centro do país, e era isso que as rádios tocavam. Não havia música urbana do Sul tocando em lugar nenhum. Essa foi a grande conquista do Almôndegas. Abrir um espaço que não existia antes para execução nas rádios ou shows em teatros da capital gaúcha.

Ainda segundo Kleiton Ramil (2019):

[...] não havia meios de comunicação que se oferecessem ou procurassem uma nova música no sul. O que aconteceu é que o grupo resolveu, depois um certo tempo fazendo apre-

sentações em lugares alternativos, gravar uma fita com 4 músicas e enviar para uma gravadora de São Paulo para quem sabe gravar um disco. Essa gravação foi feita em uma tarde, em um estúdio da *Rádio Continental*, que cedeu gentilmente o estúdio para isso. As composições eram boas, a gravação tocada ao vivo dentro do estúdio ficou interessante e foi isso que mudou a história toda. O pessoal da rádio ao escutá-las resolveu incluir na programação da rádio os temas gravados, o que teve um resultado surpreendente para todos, inclusive para nós que não contávamos com aquela boa surpresa. Com o resultado positivo dessas execuções – pois acredito que o povo do Sul estava carente de algo seu, original, inovador – logo se identificaram com o que acabou gerando um movimento cultural de música transformador e conscientizador, muitas outras bandas e eventos começaram a pipocar e lembro que a banda até se apresentou na televisão, num daqueles programas apresentados ao vivo, e transmitidos para todo o estado. Mas como falei, isso foi depois... decorrência de uma atitude vencedora de pessoas que acreditaram naquilo que estávamos fazendo, de forma pioneira.

É em meio a este cenário de emergência e consolidação de uma cena musical gaúcha que estes grupos passaram a despontar e a buscar espaço, mesmo que limitado, para projetar suas criações musicais. Durante os anos em que esteve em atividade, a banda Almôndegas gravou quatro discos, quais sejam: *Almôndegas* (1975); *Aqui* (1975); *Alhos com Bugalhos* (1977); e, *Circo de Marionetes* (1978). Abarcando boa parte das influências musicais que chegavam ao Estado, essas composições notabilizam-se por um hibridismo de gêneros que acabaram por conferir características bastante particulares às composições do grupo, tanto no aspecto sonoro ou poético de suas criações.

Cabe-nos agora, portanto, buscar compreender de que forma as influências contraculturais podem ser evidenciadas nesse processo composicional. Não pretendemos aqui fazer uma análise cronológica das composições da banda, mas sim, traçar caminhos estéticos feitos pelo grupo que respaldam a perspectiva defendida neste estudo, de que, apesar de distante dos grandes centros urbanos, onde as características contraculturais estiveram em voga e foram mais facilmente perceptíveis, a banda Almôndegas também assimilou, a seu modo, tais traços identitários, mesclando-os com as características culturais sul-rio-grandenses.

2.1 A contracultura no aspecto poético

Lançado no ano de 1975 pela gravadora Continental, o primeiro disco do grupo, intitulado *Almôndegas*, traz em sua construção poética algumas referências marcadamente semelhantes aos ideais do movimento contracultural em voga no país. Em faixas como *Sombra fresca e rock no quintal*, por exemplo, composta por Zé Flávio, a letra parece aludir, mesmo que implicitamente, ao anseio por parte dos roqueiros de viver em um lugar sossegado, longe das turbulências dos grandes centros urbanos, vejamos:

Quero sentir o sol batendo nas minhas pernas / minha boca
/ eu quero ver a cor do céu ao natural / eu quero um beijo
que não seja de alumínio / e os edifícios longe das bananas
do quintal / e continua dando fruta e sombra fresca / no
meio do banheiro universal / no fim do mundo na beira da
roça eu tinha / o tempo todo, todo o espaço pra viver ao na-
tural / bem no centro da mesa de refeições / a sinaleira diz
que pode o caminhão atravessar / dentro de casa não é casa
é qualquer coisa dissonante / acompanhada de cimento e
um quintal / Rock tchu tchuba.

Em meio ao conturbado cenário político e social em que essas bandas se inseriram, conforme Capellari (2007) e Ridenti (2003), a busca por um lugar maravilhoso, diversas vezes retratado em suas criações musicais, em grande medida se assemelhava ao sossego e à tranquilidade encontradas na vida interiorana do Estado. A opção pelo estilo de vida comunitário, característica marcadamente *hippie*, era o meio pelo qual esses jovens experimentavam livremente o misticismo, a liberdade sexual, e o uso de drogas, que, aos olhares mais conservadores, eram atitudes consideradas um atentado à moral e aos bons costumes da época.

Os integrantes dos Almôndegas, mesmo distantes geograficamente do centro contracultural do país, não estiveram alheios a esses ideais, conforme aponta Kledir Ramil (*apud* SILVA, 2012), vejamos:

[...] Aquela coisa de coletividade, paz e amor.... Havia uma característica muito forte, nesse início de década de 1970, que era a vida em comunidades: nas repúblicas, com seus grupos de amigos... uma coisa meio *hippie*. Um tempo de experimentação de tudo, tanto de sexo quanto de drogas, de música ou uma vida nova mesmo, diferente.

Também destacam-se neste primeiro disco as faixas *Quadro negro*, *Amargo* – regravação marcadamente regionalista feita pelo grupo –, e *Vento negro*, esta última um possível retrato de esperança, representado através

da metáfora comum em canções da época, onde novos ventos trariam o sossego e a tranquilidade tão sonhados em meio à repressão e à censura do período ditatorial brasileiro.

Lançado também no mesmo ano, pela gravadora Continental, o segundo disco do grupo, denominado *Aqui*, também possui, do ponto de vista poético, características que podem ser entendidas como uma identificação por parte dos integrantes do grupo Almôndegas com os ideais contraculturais presentes no período. Em faixas como *Em meio aos campos*, a banda parece retratar em sua letra como era para músicos como eles estarem situados geograficamente distante dos grandes centros urbanos do país. A letra ainda parece aludir ao que esses jovens vivenciavam frente ao cenário político e social brasileiro, há anos sob uma ditadura militar. Sua letra original, por exemplo, fora censurada pelos órgãos fiscalizadores militares, já que, conforme Silva (2012, p. 45), ao invés de “Desperte banhada em seu pranto”, a frase cantada era “Desperte banhada em seu sangue”. Vejamos:

Em meio aos campos tudo parece estar bem / Inocente a
gente tenta estancar o sangue / Um vento frio nos corta a
garganta, nos lembra o deserto / E mostra, atrás da porta, a
ferida aberta, / Sangrando / Você não sabe, a vida em nosso
tempo / É um incrível pesadelo / Você não sabe, mas ten-
tando sorrir / Esquece que a esperança é uma asa negra /
Em nosso ombro / Em meio a tempestade, quando chove /
Você vira o rosto / E vai ser assim até que a aurora / Desper-
te banhada em seu pranto / E vai ser assim até que a aurora
/ Desperte banhada em seu pranto

Em outra faixa do disco, denominada *Haragana*, letra composta por Quico Castro Neves, percebe-se novamente a influência regionalista do grupo, seja em seu ritmo (vaneira) ou em sua letra, colocando, assim, o grupo ainda mais à margem das tendências musicais vigentes nos grandes centros urbanos do país e nos meios de comunicação em massa. Vejamos:

Meu cigarro de palha / Joguei com meu laço no fundo do
poço / Prometi a São Pedro / Não jogar a sorte no jogo do
osso / Me desfiz do lombinho / Vendi o tordilho ainda meio
bagual / Pra buscar a morena / Que tinha ido embora pra
capital / Ah, morena, moreninha / Morena má, haragana /
Volta comigo, morena / Deixa essa vida cigana / Bem dizia
o compadre / A felicidade é que nem passarinho / Mal des-
ponta a invernada / Ela foge apressada e abandona o ninho /
Pra matar a saudade / Que entrou no meu peito e me pealou
/ Fui buscar a morena / Que jurou voltar e ainda não voltou

Ao comentar a letra, Quico Castro Neves (*apud* SILVA, 2012, p. 42) afirma:

Nunca me ocorreu classificar o ritmo de Haragana. [...] O tema da música ocorreu quando terminava de ler “Contos gauchescos e Lendas do Sul”, de João Simões Lopes Neto (meu conterrâneo pelotense). Ao final do livro havia um glossário onde encontrei o termo *haragano* significando arisco, fugidio, que não se deixa pegar. Aí fiquei imaginando um vivente a procura do amor que fora embora. Com a ajuda do glossário do Sr. J. S. Lopes Neto, música e letra saíram de um arranco só.

Lançado em 1977 pela gravadora Polygram, o terceiro disco da banda, denominado *Alhos com bugalhos*, marca uma nova fase na carreira dos Almôndegas, já que, por conta do crescente sucesso dos discos anteriores, este álbum é responsável pela ida do grupo para o Rio de Janeiro, com o intuito de projetar seu trabalho a nível nacional. Dentre as letras do disco, pode-se destacar *Há um pouco do meu coração em Portugal*, composição que parece fazer referência a questões políticas, temática recorrente também em outras faixas dos discos anteriores. Neste caso, conforme Silva (2012, p. 60):

Num momento em que, consciente ou inconscientemente, vários artistas brasileiros começaram a compor fados (no caso dos conscientes, o mote era a Revolução dos Cravos, que em 1974 acabara com quatro duras décadas de ditadura em Portugal), a dupla Kleiton e Fogaça repete o ímpeto politizado de canções como *O piquete do caveira*. Ornado pelo violão de 12 de Zé Flávio, que agora se transforma numa quase perfeita guitarra portuguesa.

Em músicas como *Em palpos de arranha*, por sua vez, tem-se um possível retrato do cerceamento ao rock e aos roqueiros durante aqueles anos. A letra ainda parece fazer referência às dificuldades encontradas em um ambiente urbano, em contraponto à liberdade e tranquilidade oriundas de um cenário interiorano. Vejamos:

Este apartamento me sufoca / as paredes me calam a voz /
a língua ao lado, eu sei / reclama se a minha guitarra / es-
panta as moscas do ar / não é fácil respirar / apesar dos dois
pulmões que eu tenho / eu já não posso mais cantar o rock
que fiz / no último dia três de primavera / sob este céu su-
burbano, só me resta chorar / realmente estou em palpos de

aranha / moço, venha me ajudar / seja você o Super-Homem
/ Kit Carson ou até mesmo Búfalo Bill / me tire do aperto,
alivie o cerco / deixe o ar entrar / mesmo que o meu rock
sirva só pra espantar

Quarto e último disco gravado pelo grupo, *Circo de Marionetes* foi lançado no ano de 1978, pela gravadora Philips. Dentre os álbuns produzidos pelos Almôndegas, este parece ser o trabalho em que as referências regionais feitas pelo grupo possuem menos destaque, e isso se deve ao fato de o disco ter sido produzido no centro do país, fazendo com que as influências regionalistas dos discos anteriores fossem, em grande medida, suprimidas, juntamente com a liberdade criativa da banda, agora mediada pela estreita relação com as intenções mercadológicas impostas pela gravadora. A esse respeito, Kleiton Ramil (*apud* SILVA, 2012, p. 52) afirma:

Quando chegamos no Rio de Janeiro, ficamos vulneráveis diante de tantas questões diferentes na vida de todos e, na hora de bater o martelo em relação ao que ia ser gravado, entraram então os “entendidos de tudo” da gravadora que interferiram de forma nefasta no material. Lembro bem que um dos argumentos apresentados era: “Vocês agora moram no Rio de Janeiro, não venham com esse negócio de falar de cavalos e de campo...”.

Destacam-se neste álbum letras como *Androginismo*, uma possível crítica aos padrões sociais dominantes no período, e, por conta disso, uma identificação direta com o anseio por liberdade sexual, ideário basilar para o movimento contracultural durante aqueles anos. Vejamos:

Quem é esse rapaz que tanto androginiza? / Que tanto me
convida pra carnavalizar / Que tanto se requebra do céu de
um salto alto / E usa anéis e plumas pra lantejoulizar / Que
acena e manda beijos pra todos seus amores / E vive sempre
a cores pra escandalizar / A minha mãe falou que é um
tipo perigoso / Que vive sorridente fazendo quá, quá, quá /
O meu pai me contou que um dia viu o cara / Num cabaré
da zona dançando tchá, tchá, tchã / Quem é esse rapaz que
tanto androginiza? / Que tudo anarquiza pra dissocializar /
Com mil e um veados puxando seu foguete / Que lembra um
sorvete pra refrescalizar / Cuidado aí vem ele, é um circo,
é um cometa / Abana, abana, abana, que é o Papai Noel /
Cuidado aí vem ele, é um circo, é um cometa / Abana, abana,
abana, que é o Papai Noel / Eu pensei que todo mundo fosse
filho de papai Noel

Também pode-se destacar a letra de *Alô, buenas*, que parece versar sobre o Estado do Rio Grande do Sul, e o fato de se viver geograficamente distante dos principais centros urbanos do país. Novamente é retratado aqui o anseio por se viver em regiões interioranas, princípio estruturante da contracultura enquanto fuga da turbulência dos grandes centros urbanos. Vejamos a letra da música:

Você diz alô, e eu digo buenas / Você diz alô, eu digo buenas
 / Eu sou do fim do sul / Do fundo do quintal do país / Llorar
 solo puede acalantar la muerte / Vamos lutar ahora e hacer
 la suerte / Rio Grande do Sul / Das guerras de Sepé Tiaraju /
 E lendas / Luz de boitatá / E a bruxa moura teiniaguá / Vou-
 me embora, vou-me embora prenda minha, tenho muito o
 que fazer

Em sua letra, percebe-se várias referências ao imaginário cultural sul-rio-grandense, a exemplo da referência às guerras lutadas por Sepé Tiaraju, guerreiro indígena Guarani, líder dos Sete Povos das Missões, importante personagem na luta contra o Tratado de Madri, acordo assinado entre os reis de Portugal e Espanha em 1750. A canção também faz referência ao mito indígena do *Boitatá* – mito simbolizado por uma cobra de fogo ou de luz com dois grandes olhos –, e à lenda gaúcha da *Teiniaguá* – Princesa Moura, transformada em lagartixa pelo Diabo Vermelho dos índios, *Anhangá-Pitã*.

Tal referência à lenda gaúcha da *Teiniaguá* ainda pode ser encontrada em duas das principais obras da literatura gaúcha, quais sejam: sua primeira menção é atribuída a João Simões Lopes Neto, no ano de 1973; enquanto a segunda é atribuída a Erico Verissimo, em seu famoso romance *O tempo e o vento*. Além disso, ainda há nesta letra outra referência ao imaginário sulino: nos versos finais da música, os dizeres: *Vou-me embora, vou-me embora prenda minha, tenho muito o que fazer*, remetem a uma canção folclórica do sul-rio-grandense, denominada *Prenda Minha*.

2.2 A contracultura no aspecto sonoro

No cenário nacional, durante as décadas de 1960 e 1970, tornou-se comum incorporar ao rock outros elementos musicais oriundos de diversas regiões do Brasil. Tal atitude era vista como transgressora para o período, já que consistia em agregar à música estadunidense e inglesa outros ritmos tradicionalmente brasileiros, como o baião e o frevo, além de outros gêneros e instrumentos musicais. Essa perspectiva é fundamental para o entendimento da sonoridade enquanto manifestação contracultural no Brasil, tendo em vista que o rock, durante àqueles anos, questionou de forma

direta tanto os valores estabelecidos pelas classes mais conservadoras, que, por meio da censura e da repressão buscaram conter as manifestações contraculturais no país, quanto os ideias das classes minoritárias, geralmente identificadas com a esquerda, que delegavam à reflexão e ao engajamento artístico o papel de questionar os ideais militares.

No caso do Rio Grande do Sul, e mais especificamente das criações da banda Almôndegas, esse hibridismo sonoro também esteve marcadamente presente nas suas composições. Desde o primeiro disco do grupo, intitulado *Almôndegas*, o destaque para o aspecto sonoro é amplamente evidenciado, ao incorporar, em algumas canções, influências da música regional e de sonoridades oriundas dos países vizinhos. O breve texto contido na contracapa do disco já anuncia essas características, vejamos:

Conjunto vocal-instrumental. Como o próprio nome indica; o estilo é uma mistura de sons e ritmos variados, com instrumentos de bambu, bongô, banjo, flauta-doce e os tradicionais violões, viola, timba, reco-reco etc. Repertório que vai do romântico ao folclore gaúcho, do samba de bossa até baião e rock.

Em faixas como *Quadro Negro*, por exemplo, o grupo mistura o rock ao ritmo do vanerão e do candombe – ritmo africano de forte influência na cultura uruguaia. Essa hibridização de gêneros musicais deu origem a um ritmo diferenciado, chamado pela banda de “tunga-taca”. A esse respeito, Kledir (*apud* SILVA, 2012, p. 27) comenta:

[...] sem sabermos como classificar, apelamos pra onomatopeia – o primeiro momento em que ele aparece é em *Quadro Negro*, onde fica explícito, no jogo poderoso da levada de Gilnei e Pery. É mais ou menos o mesmo ritmo por trás da música *Almôndegas* e outras que fomos criando pelo caminho, como por exemplo *Com seus botões* do Quico, que foi censurada. Todos nós éramos muito ligados nesse ritmo, que sentíamos como uma coisa nossa, original – talvez tenha sido um dos primeiros momentos de consciência de que estávamos fazendo algo original e “gaúcho contemporâneo” – o “tunga-taca”, na verdade, é uma mistura de vanerão com elementos do pop/rock, do candombe e dos ritmos afro-latinos.

Destacam-se também nesse primeiro disco, do ponto de vista sonoro, faixas como as milongas estilizadas *Teia de aranha*, e, *Clô*, ambas fortemente influenciadas pelo gênero originário da Argentina e do Uruguai,

executado em compasso 6/8, frequentemente utilizado na música sulina. Além disso, na faixa intitulada *Amargo*, uma regravação feita pelos Almôndegas de um xote do músico gaúcho Lupicínio Rodrigues, tem-se a utilização do acordeon, conferindo também uma característica tipicamente regionalista ao disco. Sobre a sonoridade de *Teia de aranha*, Silva (2012, p. 24) afirma que a música:

[...] é mais uma daquelas milongas estilizadas do repertório do grupo que começam ou terminam num ritmo agitado em 6/8 (neste caso, termina). Com letra tipicamente pós-Tropicalista, urbana e universal, o arranjo detalhadamente primoroso ressalta suas pequenas surpresas harmônicas usando uma formação de quase indigência instrumental: flauta doce, violão, violão de 12 cordas, agogô e bongô.

O segundo disco do grupo, intitulado *Aqui*, também aponta para esse percurso sonoro assumido pela banda, ao conferir especial destaque ao ritmo da milonga. Assim, toda a influência fronteiriça presente no primeiro disco também é evidenciada neste segundo trabalho. Em faixas como *Coisa miúda*, e, *Elevador*, têm-se o hibridismo entre a milonga e ritmos caribenhos. Kledir (*apud* SILVA, 2012, p. 41) comenta essa mescla de gêneros, e o importante papel que isso assumiu no processo composicional do grupo, vejamos:

[...] *Elevador* e *Coisa miúda* é a levada latina que chegava pela fronteira e pelo pop/rock de Santana e The Doors (*Light my Fire*). Por trás [...] está a “clave cubana”: uma espécie de divisão do compasso 4/4 em uma acentuação 3/3/2. Essa pulsação atravessa muitas de nossas músicas, especialmente as canções/baladas que sempre trazem um certo sabor de milongas aboleradas. Isso contaminou nossa maneira de compor e nos acompanha até hoje, passando por todas as fazes da banda (*Vento negro*, *Teia de aranha*, *Clô*, *Mi triste Santiago*, *Feiticeira*, *Harmonia*, *Androginismo*...) e continua com K&K: *Fonte da saudade*, *Paixão*, *Deu pra ti*, *Tô que tô*, *Nem pensar*...

Seguindo essa mesma influência sonora, destacam-se neste álbum faixas como: as milongas intituladas *Em meio aos campos*, *Mi triste Santiago: tributo a Pablo Neruda*, escrita em portunhol, e, *Gaudêncio sete luas* – canção vencedora da terceira edição da *Califórnia da Canção*, realizada dois anos antes, evento centrado nas inovações propostas pelo tradicionalismo gaúcho; uma valsa-folk denominada *Canção da meia noite* – que acabou sendo o maior sucesso nacional da banda, tornando-se tema da novela *Saraman-*

daia, da Rede Globo; a sulista em compasso 6/8 intitulada *Vida e morte*, e o pot-pourri de temas regionalistas intitulado *Velha gaita / felicidade / pezinho / prenda minha*; além disso, ampliando os experimentalismos sonoros feitos pelo grupo, destaca-se a faixa *Séria festa*, um cateretê, dança rural brasileira com características indígenas, cuja origem remonta ainda à presença jesuítica no Estado do Rio Grande do Sul.

O terceiro disco da banda, denominado *Alhos com bugalhos*, caracteriza-se, como vimos na seção anterior, como uma nova fase na carreira dos Almôndegas. Dentre as faixas do disco, destacam-se composições como: *Em palpos de aranha*, um rock rural com toques regionais em compasso 6/8; o xote intitulado *Gaúcho de passo Fundo*, música regravada pelo grupo, originalmente lançada pelo cantor e compositor gaúcho Teixeirinha; além de faixas como *Futurismo*, e, *Cavalgando*, músicas levemente influenciadas pelo chamamé, ritmo ternário de origem argentina, e bastante difundido nos países do Cone Sul, especialmente Brasil e Paraguai.

Em *Alhos com bugalhos*, têm-se novamente a opção pelo gênero híbrido criado pela banda, chamado “tunga-taca”; as faixas denominadas *Feiticeira*, e, *Piquete do caveira*, são milongas com influências de ritmos caribenhos, enquanto *Canção americana* é um bolero escrito em portunhol. Neste último caso, o experimentalismo sonoro se dá, além da diferenciada escolha do gênero, pelos instrumentos que executam a canção, já que, além de bongôs, o grupo utiliza um trompete com surdina, corinho, um violão de 12 cordas emulando um “três cubano” – instrumento de origem cubana com seis cordas, semelhante ao bandolim, executado com palheta, e usado como solista em vários ritmos da sua região, a exemplo do mambo.

Ainda sobre o álbum, conforme Silva (2012, p. 57), das seis músicas que compõem o lado A do disco, cinco tem compassos ternários, uma raridade na música brasileira do período. Isso se deve, conforme entendemos, em grande parte, à opção estética feita por seus integrantes em compor utilizando essa variada gama de ritmos fronteiriços que chegavam ao Estado do Rio Grande do Sul.

No último disco gravado pelo grupo, *Circo de Marionetes*, lançado em 1978, os experimentalismos sonoros feitos pelos Almôndegas parecem ganhar menos destaque do que nos trabalhos anteriores, e isso se deve, conforme afirmamos na seção anterior, à supressão das influências regionais em comparação aos discos anteriores, uma imposição feita pela gravadora.

Ainda assim, do ponto de vista sonoro, destacam-se as faixas intituladas *Harmonia*, e, *Androginismo*, milongas com forte influência da música caribenha. Além disso, tem-se o hibridismo entre o rock e os ritmos e costumes do Cone Sul presentes na faixa denominada *Alô, buenas*, onde, tanto

introdução quanto a primeira parte da composição são divididas em um ritmo de compasso quaternário, semelhante à maioria dos rocks produzidos durante aqueles anos, enquanto a segunda parte da canção é construída com base em um arranjo onde o ritmo é dividido em um compasso de seis tempos, semelhante à chacarera, gênero oriundo da Argentina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pretendemos aqui, através desta breve análise, esgotar todas as possibilidades de interpretação acerca da influência contracultural no processo composicional da banda Almôndegas. Procuramos, no entanto, lançar luz ao percurso estético tomado pelo grupo em suas criações, atentando para como estes traços se assemelham aos ideais basilares do movimento contracultural em voga no país.

Percebe-se, portanto, que o aspecto poético das criações da banda Almôndegas possui características estruturantes do movimento contracultural brasileiro, a saber: a crítica direta às questões políticas e sociais; o questionamento aos padrões da classe média e da sociedade de consumo; e a busca pela vida comunitária, distante da turbulência dos grandes centros urbanos – no caso dos Almôndegas, ligada ao interior do Estado rio-grandense. Sobre esse processo composicional, Kleiton Ramil (2019) afirma:

Acredito que o tempero do regionalismo, somado a energia do rock em alguns temas e o compromisso de escrever letras bem feitas foi fundamental. Havia desejo de compor uma música urbana, com elementos regionais diferente do que vinha de outras regiões do país e sobretudo do exterior. Era uma luta consciente contra a colonização cultural. Quando essa música chegou no centro do país (apesar do grande sucesso ter vindo através de Kleiton & Kledir - que deu continuidade a esse trabalho) percebemos que tínhamos vencido uma tarefa gigante. Dedicção, enorme, talento e sorte propiciaram a conquista nacional.

Assim como o aspecto poético, as características sonoras também se mostram identificadas com o que concebemos aqui como sonoridades contraculturais, a saber: a mescla de gêneros musicais; utilização de instrumentos musicais de natureza distinta; relação entre sonoridades populares e eruditas; e, sonoridades destoantes dos padrões radiofônicos. Desse modo, ao utilizar instrumentos de bambu, banjo, flauta-doce, viola, reco-reco, violão de 12 cordas, bongô, etc., e incorporar ao rock gêneros musicais oriundos de outros países da América Latina, em especial da Argentina e do Uruguai, no caso da milonga, da vaneira, e do xote, associando-os a

ritmos nacionais como o samba, a bossa nova, e o baião, a banda subverteu, ao menos em partes, os padrões musicais do período, estipulados pelos principais canais de comunicação em massa do país.

REFERÊNCIAS

- ALMÔNDEGAS. Alhos com Bugalhos, Philips, 1977.
- ALMÔNDEGAS. Almôndegas, Continental, 1975.
- ALMÔNDEGAS. Aqui, Continental, 1975.
- ALMÔNDEGAS. Circo de Marionetes, Philips, 1978.
- CAPELLARI, Marcos Alexandre. *O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel* (c. 1970). Teses (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História/FFLCH – Universidade de São Paulo, 2007.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004, 392p.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Trad. De Adelaide La Guardia. Belo Horizonte: UFMG, Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. 440p.
- PEREIRA, Carlos A. M. *O que é contracultura*. 4 ed. Brasília: Ed. Brasiliense, 1986. 100p.
- RAMIL, Kleiton. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <kleitonramil@gmail.com> em 04 fev. 2019.
- RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do séc. XX*. FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003, 432p.
- SILVA, Arthur de Faria. “Nóis sêmo umas almôndega”: *os Almôndegas e a gênese da moderna canção urbana Porto-alegrense*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- SOUZA, Marilene Nascimento de. Longe demais das capitais - *MUSIPUC: um (novo) movimento musical em Porto Alegre na década de 1970*. 2006. 117f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

Recebido em 08/06/2020

Aprovado em 09/11/2020

NOVO MUNDO, NOVOS PATRIMÔNIOS

NEW WORLD, NEWS HERITAGES

Ana Lúcia Goelzer Meira¹

RESUMO

A trajetória da preservação do patrimônio cultural edificado relacionado às imigrações alemã e italiana, no Rio Grande do Sul, reflete diversas fases das políticas públicas relacionadas ao tema, e permite identificar as motivações e dos agentes envolvidos nos processos de tombamento em nível federal. As escolhas recaíram, no início, sobre edificações isoladas e, posteriormente, sobre conjuntos urbanos. Os bens tombados não representam uma transposição de padrões arquitetônicos dos países de origem. Simbolizam a construção de novos lugares em um novo país, implementando novas tipologias, novas técnicas construtivas, novas implantações. As escolhas oficiais nem sempre coincidiram as escolhas locais. No caso da arquitetura popular, as imagens se relacionam, no senso comum, com o enxaimel para a influência alemã e a técnica mista com porão de pedra para a italiana. No caso da arquitetura erudita, são obras encontradas em diversas regiões do estado, extrapolando as regiões tradicionais de imigração. A análise dos bens já protegidos mostra que se deve aprimorar as escolhas em relação às edificações em áreas rurais. E estender a análise para outras correntes imigratórias com vistas a preservar uma diversidade maior das referências de culturas formadoras do país para as futuras gerações.

Palavras-chave: IPHAN. Arquitetura da Imigração. Rio Grande do Sul. Tombamento.

ABSTRACT

The path of preservation of the cultural heritage built by German and Italian immigrants in Rio Grande do Sul allows to identify different phases of public policies, the motivation and agents involved in the processes of landmarking at the federal level. Isolated buildings were chosen first, then urban complexes. The assets landmarked do not represent a transposition of architectural patterns from the countries of origin. They symbolize the construction of new places in a new country and the implementation of new types, new construction techniques, new deployments. Official choices did not always coincide with local choices. In general, the images relate to the half-timbered architecture from Germany and to the mixed technique with stone basement from Italy. Regarding erudite architecture, these works are found in different regions of the state, extrapolating the traditional regions of immigration. The analysis of assets already protected shows that the choices concerning buildings in rural areas should be improved. In addition, the analysis should be extended to other immigrant currents with a view to preserving for future generations a greater diversity of references of the cultures that

¹ Professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unisinos e no Pós-Graduação em arquitetura e Urbanismo na mesma Universidade.

shaped the country.

Keywords: IPHAN. *Immigration Architecture. Rio Grande do Sul. Landmarking.*

INTRODUÇÃO

O processo das imigrações europeias ocorrido nos séculos XIX e XX, no Brasil, atendeu a vários objetivos de natureza política e econômica que já foram e continuam sendo estudados pelas Ciências Humanas. No entanto, são pouco estudadas as construções de novas referências culturais que os imigrantes ergueram no seu novo mundo, particularmente aquelas relacionadas com o patrimônio arquitetônico e urbano. Por refletir componentes simbólicos, o reconhecimento como patrimônio atua na construção das identidades culturais e, particularmente, no caso dos imigrantes, nos sentimentos de autoconfiança e de pertencimento.

No Rio Grande do Sul (RS), o mais meridional dos estados brasileiros, as principais correntes migratórias foram de alemães,² cujos contingentes começaram a chegar, oficialmente, em 1824, e de italianos, que aportaram, também oficialmente, a partir de 1875. Eram provenientes de regiões diversas dos seus países de origem. A eles se juntaram imigrantes de outras origens como espanhóis, poloneses, letonianos, franceses, libaneses, sírios, uruguaios, judeus e outras, que se estabeleceram em diversos municípios. O objeto de estudo deste artigo são os bens patrimoniais representativos das duas correntes imigratórias principais.

O reconhecimento de um bem patrimonial ocorre a partir da atribuição de valor a determinados bens por parte da sociedade ou das instituições. A partir dos anos 1930, os valores históricos e artísticos com caráter excepcional preponderaram durante décadas. Nos anos 1970, o entendimento sobre o tema foi ampliado, e valores antropológicos, paisagísticos, afetivos e outros passaram a ser considerados. As referências culturais imateriais passaram, pouco a pouco, a ser inseridas nas políticas públicas. A Constituição de 1988 consolidou esses avanços conceituais e reforçou a necessidade da preservação do patrimônio cultural brasileiro compartilhada entre o poder público e as comunidades (BRASIL, 1988). Trata-se de um processo de disputas, pois o que tem valor para um grupo social pode não ter para outro. E esses valores também podem mudar com o tempo. Assim, os artefatos e manifestações que tiveram valor em uma determinada época podem não mais serem reconhecidos algumas décadas depois. No centro

2 Cabe esclarecer que a Alemanha não havia sido unificada em 1824, portanto, os imigrantes deveriam ser denominados de germânicos. Porém, vai ser adotada aqui a denominação mais difundida que se refere a alemães.

dessa disputa se encontram as instituições que zelam pela preservação, às quais compete oficializar as escolhas dos bens a serem protegidos.

A nomeação oficial de um patrimônio é atribuição do Estado (BOURDIEU, 1989). No Brasil, a nomeação principal se dá por meio do tombamento³, que compete às três instâncias de governo – municipal, estadual e federal. Nesta última, os tombamentos são realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Aqui serão verificadas as solicitações de tombamento em nível federal dos bens representativos das imigrações alemã e italiana no RS. O objetivo é compreender a trajetória da preservação do patrimônio cultural edificado representativo das duas correntes imigratórias, identificar as motivações e os atores das solicitações de tombamento, e verificar as escolhas que foram realizadas para proteger como patrimônio cultural as evidências edificadas pelos imigrantes. A compreensão desse processo é relevante para auxiliar no aprimoramento de ações das instituições de preservação e para detectar eventuais lacunas em relação aos bens já tombados.

Para desenvolver este estudo foi realizada revisão bibliográfica e pesquisa nos processos de tombamento e nas ações relacionadas ao projeto “Preservação e valorização dos núcleos urbanos nas áreas de imigração alemã e italiana no RS”. Esses documentos se encontram no Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro e no Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul.

É importante reconhecer a necessidade da preservação do legado cultural dos diferentes grupos sociais que ajudam a conformar a diversidade cultural brasileira, incluindo aqueles que se deslocaram de outros lugares para construir uma nova vida longe do país de origem. No que se refere aos patrimônios edificados, são recursos não-renováveis que se encontram em risco de extinção, uma vez que os processos social e econômico que lhes deram origem também já se extinguíram. As áreas de imigração no RS apresentam um crescimento econômico que não se reflete na valorização patrimonial, o que coloca em risco as edificações e lugares urbanos e rurais representativos dos processos imigratórios no Estado.

3 Tombamento é um ordenamento jurídico que sobrepõe o interesse público ao particular ao proteger bens culturais de natureza material, impedindo que sejam destruídos ou mutilados.

1 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DAS IMIGRAÇÕES ALEMÃ E ITALIANA NO SUL DO BRASIL

A primeira iniciativa com vistas ao reconhecimento de um patrimônio, nas áreas de imigração, está relacionada ao lugar de chegada dos alemães, no município de São Leopoldo, próximo à capital Porto Alegre. Ao se aproximarem as festividades dos 120 anos da chegada dos imigrantes, propôs-se uma homenagem por meio do tombamento, em nível federal, da casa onde eles ficaram hospedados provisoriamente. A segunda movimentação ocorreu nos 75 anos da imigração italiana. Como marco das comemorações foi construído, em Caxias do Sul, o Monumento ao Imigrante, em relação ao qual foi solicitado o tombamento em nível federal. Essas duas escolhas marcam o início da trajetória da preservação dos bens representativos dos legados culturais dos imigrantes que, ao longo do tempo, almejavam terem seus bens reconhecidos como patrimônio histórico e artístico nacional.

O Estado Novo, nos anos 1930, buscou a construção de uma identidade nacional. Uma das estratégias foi a proteção ao patrimônio cultural, que iniciou, oficialmente, em 1937, com a organização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e a promulgação do Decreto-Lei nº 25 - a lei de tombamento federal (BRASIL, 1937).⁴ Ao mesmo tempo, eram reprimidos os símbolos estaduais e as manifestações de culturas consideradas estrangeiras.⁵ Essa orientação teve um impacto forte no Rio Grande do Sul, onde as relações sociais ocorriam nos dialetos de origem dos imigrantes. É sabido que mesmo nas escolas não se falava o português. As perseguições aos imigrantes se agravaram durante a Segunda Guerra Mundial e deixaram traumas profundos nas regiões coloniais.

Segundo Ortiz (1994), a identidade é uma construção simbólica e não cabe juízo de valor sobre sua autenticidade ou falsidade, ou seja, não é possível eleger uma identidade em detrimento da diversidade de identidades, construídas por variados grupos da sociedade em diferentes lugares e diferentes momentos históricos. Nesse contexto, cabe ressaltar o lugar privilegiado que o patrimônio ocupa como legitimador das identidades individuais e coletivas.

4 O Decreto-Lei nº 25 definiu quatro livros-tombo para inscrição dos bens nacionais tombados: Belas Artes, Histórico, Artes Aplicadas e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Também definiu a atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto (IPHAN).

5 O Estado Novo foi um regime instaurado pelo presidente Getúlio Vargas, por meio de um golpe de estado, que durou de 1937 a 1945. Caracterizou-se pela centralização do poder, autoritarismo e nacionalismo (BRAGA, [2020?]).

1.1 Os primórdios da preservação do patrimônio nas áreas de imigração

A primeira iniciativa de reconhecimento do patrimônio representativo das imigrações, já mencionada, ocorreu em 1938. Recaiu sobre uma casa luso-brasileira que, inadvertidamente, tornou-se referência da imigração alemã: a Casa da Feitoria Velha, em São Leopoldo. A casa fazia parte da antiga Feitoria Real do Linho Cãnhamo, mais conhecida como Feitoria Velha, um empreendimento da Coroa Real do século XVIII. Foi edificada com técnica construtiva tradicional luso-brasileira (Fotografia 1). Após seu abandono, a edificação foi usada como abrigo dos primeiros imigrantes que chegaram ao RS e, a partir desse fato, sofreu um forte processo de resignificação, sendo considerada um símbolo da imigração germânica. A solicitação de tombamento, que teve origem no estado, buscava representar uma tentativa de apaziguamento institucional, por parte do Governo Federal, em relação à cultura teuto-brasileira. Mas acabou desencadeando uma reação oposta.

Houve um comunicado ao SPHAN de que a casa se encontrava em ruínas. Foi então designado um arquiteto da administração central do Serviço, sediado no Rio de Janeiro, para fazer uma vistoria. Ele acabou desaconselhando o tombamento devido à falta de valor arquitetônico (CHUVA, 1998). No entanto, em seu parecer, alertou para a importância do reconhecimento da casa devido à necessidade de integração das colônias alemãs, que tinham por ela “verdadeiro culto” (BARRETO apud CHUVA, 2009, p.286). O imóvel havia sido adquirido em conjunto pelos católicos e protestantes da região, em 1938. Era provável que a compra da “reliquia”, como foi por ele classificada, fosse para livrá-la da jurisdição do Governo Federal, mais especificamente, do SPHAN. Essa atitude se explica devido às relações traumáticas entre o governo central e as áreas de imigração que já foram referidas.

**Fotografia 1 – Edificação remanescente da antiga sede da
Feitoria Velha em São Leopoldo**



Foto: Autor desconhecido. Arquivo Central do IPHAN-RJ.

O Governo do Estado sugeriu arquivar o processo de tombamento, pois a integridade do imóvel estaria assegurada,⁶ já que o Prefeito de São Leopoldo havia providenciado a reconstrução da casa. Nesta operação, teria sido fiel a uma fotografia antiga, transformando-a em um “centro do mais são nacionalismo”.⁷ No entanto, apesar dessa afirmação, o arquiteto que realizou a obra – Theo Wiederspahn, foi acusado de tê-la transformado em uma casa de enxaimel – a tradicional técnica construtiva trazida pelos alemães, o que não corresponde à realidade (MEIRA, SILVA, 2017). E o tombamento não foi efetivado. Atualmente, funcionando como Museu, e apresentando graves sinais de deterioração física e um desabamento parcial, a Casa compõe uma das identidades importantes de São Leopoldo. Mas, apesar da diversidade cultural que a Casa representa, vinculada à presença dos negros escravizados e dos portugueses da época em que funcionou como Feitoria do Linho Cânamo, sobrepõe-se o simbolismo da Casa dos imigrantes. Resignificá-la é um desafio que se impõe, atualmente.

Em relação à cultura da imigração italiana, a primeira solicitação de tombamento ocorreu em 1983, em relação ao Monumento ao Imigrante,

6 Ofício do Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, expedido em 19 de abril de 1941 e dirigido ao Dr. Rodrigo. Arquivo Central do IPHAN-RJ.

7 Ofício do Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, expedido em 29 de julho de 1941 e dirigido ao Dr. Rodrigo. Arquivo Central do IPHAN-RJ.

⁸ que foi concebido a partir de um concurso realizado na cidade de Caxias do Sul, em homenagem aos 75 anos da chegada dos imigrantes. Uma cripta serviu de base à escultura de Antônio Caringi, vencedor do concurso com a obra intitulada “Nova Pátria” (MONUMENTO, 2020?). O complexo monumental foi declarado Monumento Nacional ao Imigrante em 1953, passando a homenagear todos os imigrantes que aportaram no Brasil e a inauguração contou com a presença do presidente da República Getúlio Vargas. Segundo a diretora do Arquivo Histórico Municipal, o reconhecimento do país “[...] representou uma reconciliação do Brasil com as demais etnias europeias que imigraram para a região” (MONUMENTO, 2014).

A solicitação de tombamento foi encaminhada pela Câmara Municipal, buscando o reconhecimento como patrimônio e artístico nacional que, no final, não foi aprovado. A justificativa do IPHAN foi a relevância restrita ao âmbito regional, porque as imigrações foram maiores no sul, “marcando-o com traços bastante característicos desses novos contingentes culturais”.⁹

A imagem do Monumento representava a variada cultura da imigração italiana no país e o que estava em jogo era reconhecer os imigrantes como parte da diversidade cultural brasileira, apesar de se concentrarem no sul. Essas duas primeiras solicitações de tombamento buscavam, na origem, o reconhecimento da contribuição dos imigrantes para a construção do país, e ambas não foram atendidas. Ou seja, as imigrações não possuíam atribuição de valor em nível nacional.

1.2 A institucionalização do patrimônio nas áreas de imigração

Nos anos 1970, já havia iniciativas que alertavam sobre a importância dos patrimônios da imigração. O tema foi desencadeado pela carta de uma cidadã, encaminhada ao IPHAN, a propósito de uma visita ao RS e à SC, onde ela encontrou “muitíssimo menos arquitetura típica do que esperava”.¹⁰ E perguntou sobre a possibilidade de preservação dos prédios representativos da imigração europeia, devido à sua importância no desenvolvimento brasileiro. Na mesma época, um conhecido jornalista escreveu no O Globo, alertando quanto à preservação do conjunto arquitetônico da cidade de Garibaldi (TÁVOLA, 1975). Essas manifestações fizeram com que o IPHAN acionasse o Governo do Estado do RS para tomar providências.

8 Processo 1081-T-83.Arquivo Central do IPHAN - RJ.

9 Informação Técnica 03/83, assinada por Dora Alcântara e dirigida ao presidente do IPHAN Renato Soeiro.

10 Carta manuscrita com data de 25/02/1975 pela Sra. Maria Odete G. de Andrade endereçada ao IPHAN. Arquivo Central do IPHAN - RJ.

Então, entre 1982 e 1983, começou a atuar um grupo de trabalho com representantes da instituição nacional e diversas secretarias estaduais. O projeto foi intitulado “Preservação e valorização da paisagem urbana em núcleos da imigração alemã e italiana no RS”. Participaram representantes da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas – SDO, Secretaria do Turismo – SeTur, Secretaria da Educação e Cultura – SEC e Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore – IGTF.¹¹

Cabe ressaltar que nessa época alguns pesquisadores arquitetos já se debruçavam sobre o tema das arquiteturas nas áreas de imigração no estado. Günter Weimer (2005) detalhou a arquitetura popular nas áreas de imigração alemã, identificando as transformações que ela sofrera ao se adaptar ao novo ambiente. Posteriormente, realizou pesquisa sobre os arquitetos alemães com formação acadêmica. Júlio Posenato (1983) registrou a arquitetura nas áreas de imigração italiana, estabelecendo características, períodos de construção e técnicas construtivas. O projeto de pesquisa dos Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas do Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS), desenvolvido na Universidade de Caxias do Sul, contava com equipe de arquitetos que também registrou e analisou um conjunto significativo de edificações (BERTUSSI, 2004). Todos observaram que não se tratava de uma arquitetura europeia transplantada para o novo país, mas sim de uma nova arquitetura em termos de implantação no terreno, particularmente nas áreas rurais que apresentavam grande disponibilidade de espaço. Desenvolveram-se novas tipologias arquitetônicas, novas técnicas construtivas que aproveitaram a disponibilidade de materiais abundantes e novas linguagens arquitetônicas.

Em relação à preservação e valorização das paisagens urbanas, foram percorridos mais de 30 municípios nas duas áreas de imigração. Foram realizadas palestras, exposições e reuniões com as prefeituras municipais e grupos locais interessados no tema do patrimônio cultural. Relevante foi a realização de inventários de reconhecimento da arquitetura e, a partir daí, estabeleceram-se as prioridades para tombamentos, inserção das edificações em planos diretores e outras ações de valorização.

Os primeiros tombamentos efetivados foram da Casa da Neni, em Antônio Prado, devido à solicitação do proprietário,¹² e da Casa Sch-

11 Os relatórios do projeto registram as participações dos arquitetos Júlio N. B. de Curtis, Luiz Carlos Pitta Pinheiro, Eduardo Martinez, Nestor Torelly Martins, Beatriz Polydoro, Marilice Costi e, em uma das viagens, consta a participação da arquiteta Briane Bicca. A partir de 1984, a ação foi coordenada por Ana Lúcia Meira e tinha como técnicos participantes Beatriz Polydoro, Marilice Costi, Lia Lunardi Raffainer e Maria Cristina Hoffer, sendo todas arquitetas. Nota-se, particularmente, a ausência de historiadores na equipe.

12 Processo 1145-T-85. Arquivo Central do IPHAN - RJ.

mitt-Presser em Novo Hamburgo. As duas casas foram tombadas como patrimônio histórico e artístico nacional no mesmo dia, no ano de 1985. A Casa da Neni, edificação em madeira com lambrequins nos beirais, era propriedade da empresa Moinho do Nordeste, que patrocinou a restauração e utilizou a imagem dos lambrequins como elemento de divulgação nas embalagens dos seus produtos. A partir daí, foi priorizada a instrução do tombamento do conjunto arquitetônico na área central de Antônio Prado, ampliando a proteção na cidade.

O pedido de tombamento da Casa Schmitt-Presser (Fotografia 2) decorreu de uma solicitação da sociedade civil para que fossem reconhecidos exemplares da arquitetura representativa da imigração alemã que “[...] além de um valor local, possuam significação mais ampla. No caso presente, a cultura dos imigrantes que, a partir do século XIX, trouxe uma contribuição à brasileira”.¹³

Fotografia 2 – Casa Schmitt-Presser em Novo Hamburgo



Foto: Ana Meira, 2019. Acervo pessoal.

A Casa Schmitt-Presser, construída com a técnica de enxaimel, traz a imagem representativa da imigração alemã. Foi adquirida pela Prefeitura

13 Processo 1113-T-84. A solicitação foi realizada em 1983, pela professora Ângela Sperb e pelo artista plástico Ernesto Frederico Scheffel. Arquivo Central do IPHAN-RJ.

Municipal e restaurada. Marcou o início da participação da comunidade nos processos de preservação no IPHAN-RS. Ensejou a restauração dos laços afetivos da comunidade com a casa que estava interditada há anos, devolveu um espaço de sociabilidade para o Bairro Hamburgo Velho e incentivou outras obras de recuperação do patrimônio local.¹⁴ O IPHAN iniciou, então, outro processo relevante: o tombamento do Centro Histórico de Hamburgo Velho (Fotografia 3).

Fotografia 3 – Centro Histórico de Hamburgo Velho



Foto: Ana Meira, 2019. Acervo pessoal.

Dois anos após o tombamento da Casa da Neni, foi concluído o processo referente ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado, aprovado pelo Conselho Consultivo do IPHAN (Fotografia 4).¹⁵ Constituído por quarenta e sete edificações de madeira, de alvenaria de tijolos e pedra, foi definitivamente tombado após três anos de debate com os proprietários.¹⁶ As casas de madeira, singelas representantes da cultura da imigra-

14 Sobre o processo de restauração da Casa, ver Meira (1996). Quanto ao Centro Histórico de Hamburgo Velho, até agora não foi inscrito nos Livros do Tombo.

15 A repercussão nacional que teve o tombamento do conjunto urbano de Antônio Prado fez com que fosse considerado, no senso comum, pioneiro em relação às áreas de imigração no Brasil. Mas as casas Schmitt-Presser e da Neni, no Rio Grande do Sul, e a escola e casa do professor de Rio dos Cedros, em Santa Catarina, antecederam esse reconhecimento.

16 O processo de tombamento do Conjunto de Antônio Prado foi aprovado pelo Conselho Consultivo do IPHAN em 1987, sofreu impugnação por parte de muitos proprietários e foi inscrito nos Livros-Tombo em 1990, quando efetivamente foi protegido.

ção, representam de maneira clara a ampliação do conceito de bem cultural, que entendeu o valor “não somente pelos seus aspectos históricos ou artísticos, porém, fundamentalmente pelo que elas traduzem com a força coesiva da identidade social.”¹⁷

A partir desses exemplos pode-se perceber que a administração central do IPHAN se manifestou no sentido de reconhecer os valores da arquitetura nas áreas de imigração a partir dos anos 1980. A informação técnica da arquiteta Dora Alcântara, chefe do departamento central do IPHAN responsável pelos processos de tombamento, reconhece que, apesar de apresentarem características modestas quanto aos materiais e linguagem formal, as edificações possuem valores presentes na arquitetura luso-brasileira. Uma das hipóteses levantadas seria a existência de uma simbiose cultural, o que tornaria a arquitetura da imigração uma construção inédita em relação ao Brasil e aos países de origem.¹⁸

Fotografia 4 – Conjunto Arquitetônico e Urbano de Antônio Prado



Foto: Ana Meira, ca. 1990. Acervo pessoal.

17 Ofício 237/10ª Diretoria Regional, de 1º de novembro de 1984, assinado pelo arquiteto Júlio N.B de Curtis. Arquivo Central do IPHAN - RJ.

18 Informação nº 42/85 da DTC, assinada pela coordenadora do Setor de Tombamento, Dora Alcântara. Arquivo Central do IPHAN - RJ.

Em 1988, foi realizado o tombamento da Ponte do Imperador, uma ponte de pedra construída pelos imigrantes alemães em Ivoti.¹⁹ No século XXI, o processo de tombamento do Centro Histórico de Hamburgo Velho, já citado, foi aprovado pelo Conselho Consultivo do IPHAN, mas ainda não chegou à fase final de inscrição no livro-tombo. E concluiu-se o tombamento do Núcleo Urbano de Santa Tereza, representativo da imigração italiana (Fotografia 5).

Fotografia 5— Núcleo Histórico de Santa Tereza



Foto: Ana Meira, 2019. Acervo pessoal.

No caso da arquitetura popular, a imagem que as edificações transmitem para o senso comum é inequívoca: enxaimel para a influência alemã e técnica mista com porão de pedra para a italiana. Porém, os conjuntos preservados demonstram que a complexidade é maior, inclusive quanto à natureza da preservação. Mais de vinte anos separam os tombamentos em Antônio Prado e Santa Tereza e é notória a diferença da abordagem nos dois casos. As edificações pradenses foram protegidas individualmente, e a somatória resultou no conjunto.

Em Santa Tereza foi protegido o núcleo urbano por meio de um perímetro, resultando na preservação do conjunto arquitetônico e dos seus componentes paisagísticos. A área de proteção do entorno das edificações

19 Processo 1165-T-85. Arquivo Central do IPHAN - RJ.

tombadas é restrita, no caso de Antônio Prado, e se estende aos morros circundantes e a municípios vizinhos no caso de Santa Tereza. Neste caso, nota-se uma transição na direção do conceito de paisagem cultural cuja construção estava iniciando no país na época.²⁰ A preocupação com lugares urbanos pode ser observada também em outro processo de tombamento que se refere à Praça do Imigrante, em São Leopoldo, que se encontra em fase de instrução.

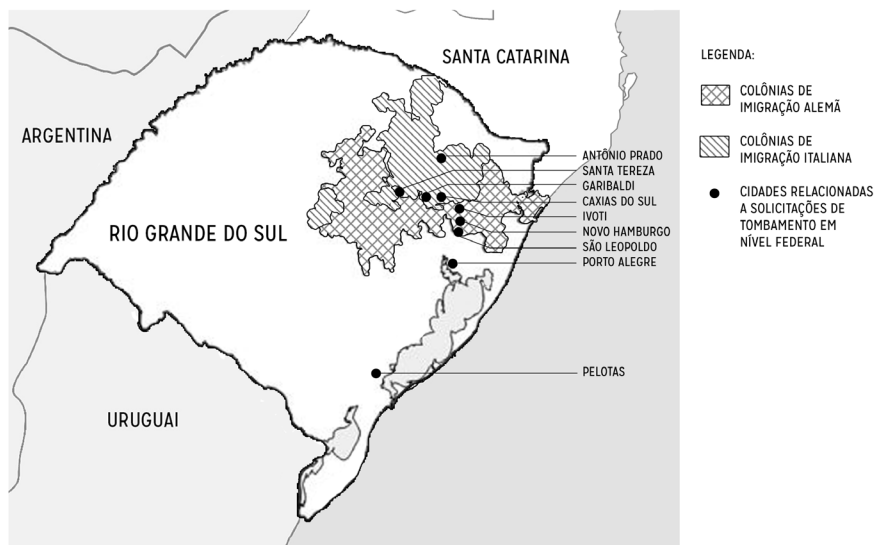
1.3 A preservação das obras dos arquitetos alemães e italianos com formação acadêmica

O tombamento das edificações, conjuntos e lugares representativos das imigrações alemã e italiana como patrimônio histórico e artístico nacional incidiu, basicamente, sobre exemplares de produção popular. Traçou-se, nas justificativas dos processos, do reconhecimento à contribuição dos imigrantes para a construção do país. Porém, alguns tombamentos, desde os anos 1970, contemplaram edificações cujos projetos se devem a arquitetos imigrantes com formação acadêmica. Nestes casos, as razões dos tombamentos nem sempre se voltaram ao reconhecimento da imigração em si. São obras encontradas em diversas regiões do estado, extrapolando as regiões tradicionais de imigração. Os tombamentos incidiram sobre edificações eruditas em Pelotas e Porto Alegre (Figura 1). Foi incluída no mapa a cidade de Garibaldi por ter sido a imagem emblemática a que se referiu Artur da Távola (1975), no jornal O Globo, que conferiu visibilidade pública ao tema da preservação nas áreas de imigração.

Pode-se citar como exemplo, o tombamento do conjunto de casações na praça Cel. Pedro Osório, em Pelotas, cujos projetos são atribuídos ao arquiteto italiano José Isella (CHEVALLIER, 2002). A solicitação de tombamento se referia ao “maior conjunto arquitetônico renascentista do país”, conforme o prefeito Ary Alcântara (apud MEIRA, 2019, p. 103), apesar de não ter ocorrido o Renascimento no país. A antiga sede dos Correios e Telégrafos em Porto Alegre, atual Memorial do RS, tombada na década de 1980, foi projetada pelo mais reconhecido arquiteto alemão que atuou no RS: Theo Wiederspahn. Na solicitação de tombamento, o arquiteto Júlio N. B. de Curtis (apud MEIRA, 2019, p. 108) diz que “[...] o edifício credencia-se como precioso ‘documento’ de cultura regional, neste estado desenhada por notável parcela de imigrantes alemães”.

20 Porém, não se pode caracterizar o tombamento de Santa Tereza como sendo um tombamento de paisagem cultural, pois conceitualmente está equivocado. Paisagem cultural não é passível de tombamento, e sim de chancela.

Figura 1- Localização das cidades com solicitação de tombamento pelo IPHAN no RS



Fonte: BRUM NETO; BEZZI, 2008. Modificado pelas autoras.

No ano 2000, foram tombadas duas edificações integrantes do Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Uma delas, a Faculdade de Direito, foi projetada pelo arquiteto alemão Hermann Otto Menschen. Na solicitação encaminhada pela instituição, pretendia-se o reconhecimento do Campus como um todo, e a ênfase se concentrou na importância histórica do lugar. Contudo, no final do processo, só duas edificações foram tombadas, isoladamente. Finalmente, no tombamento do Sítio Histórico das Praças da Matriz e da Alfândega, em 2003, encontram-se destacadas algumas edificações, sendo duas projetadas por arquitetos alemães: o Theatro São Pedro, de Phillip von Normann, e a Delegacia Fiscal, hoje Museu de Arte do RS, de autoria de Theo Wiedersphan (WEIMER, 2004). O parecer favorável ao tombamento das Praças se baseou, principalmente, na importância histórica para a formação da capital e na qualidade dos projetos urbanísticos, cujo valor ultrapassa o dos projetos arquitetônicos isolados, segundo o relator - professor Nestor Goulart Reis Filho (ATA, 2000).

As edificações projetadas por arquitetos alemães, italianos e de muitas outras nacionalidades teve um efeito modernizador, na virada do século XIX para o século XX, em relação à paisagem urbana de muitas cidades no Rio Grande do Sul. Consolidaram o ecletismo, o *art-nouveau* e o *art-decô*, que substituíram as edificações com influência do período colonial.

Algumas dessas edificações foram tombadas como patrimônio histórico e artístico nacional, outras em nível estadual e municipal. Esses tombamentos representam a atribuição de valores à arquitetura erudita embora, no senso comum, não sejam tão visíveis os seus laços com os processos de imigração. No caso da arquitetura popular, a imagem que transmite é inequívoca: enxaimel para a influência alemã e técnica mista com porão de pedra para a italiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os séculos XX e XXI, foram tombados, como patrimônio histórico e artístico nacional, exemplares arquitetônicos e conjuntos urbanos representativos das culturas das imigrações alemã e italiana no RS. Ambas as áreas de imigração tiveram bens recusados para integrar o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a Casa do Colono Alemão e o Monumento Nacional ao Imigrante, entre as décadas de 1930 e 1950. Quanto aos bens que foram tombados nas áreas de imigração alemã, tem-se a Casa Schmitt-Presser e a Ponte de Pedra - monumentos tombados isoladamente, e um conjunto arquitetônico e urbano – o Centro Histórico de Hamburgo Velho em processo final de tramitação.

Nas áreas de imigração italiana, foram tombados a Casa da Neni, complementada pelo tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado, e o Núcleo Histórico de Santa Tereza. Esses tombamentos representam não uma transposição de padrões culturais, particularmente arquitetônicos, mas sim uma construção de novos lugares em um novo país: novas técnicas construtivas, novas implantações, novos símbolos. Possivelmente a maioria dos bens protegidos não seja produto da primeira geração de imigrantes, mas das gerações que os sucederam, ou seja, são patrimônios teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros.

Trata-se de acervos importantes que estão protegidos. Mas ainda há muito mais exemplos significativos de arquiteturas, lugares e traçados a serem preservados para as futuras gerações, especialmente nas áreas rurais, tarefa que compete às novas gerações de preservacionistas. Para uma avaliação mais aprofundada sobre as lacunas a serem preservadas, seria necessário estender o levantamento aqui realizado para os tombamentos realizados em nível estadual e nos municípios que compõem, atualmente, as regiões de imigração e, também, entender as relações que foram se construindo nas gerações sucessivas e como se refletiram na arquitetura e no urbanismo. Outros campos do conhecimento poderiam ampliar esse universo, já que aqui se tratou apenas dos bens arquitetônicos e urbanos. E, finalmente, os estudos poderiam se estender a outras correntes migratórias

que aportaram no RS mas não tiveram o reconhecimento devido, com a finalidade de identificar as lacunas no acervo a ser preservado para o futuro.

Assumindo a diversidade de tempos e de escalas proposta neste artigo, não se pode deixar de fazer referência aos dramáticos fluxos migratórios que ocorrem no mundo atualmente. Chama-se atenção para o fato de que alguns dos países que rejeitam os fluxos de imigrantes são, justamente, aqueles que enviaram imigrantes no século XIX e início do século XX ao Brasil e a outros países, quando enfrentavam situações semelhantes às que se apresentam para outros povos que hoje aportam em seus territórios.

REFERÊNCIAS

- ATA da 25ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. In: Portal IPHAN. Rio de Janeiro, 9 nov. 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2000_05_25a_reuniaoordinaria_09_de_novembro.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.
- BERTUSSI, Paulo. Elementos de arquitetura da imigração italiana. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza; POZENATO, José Clemente (org.). *Cultura, imigração e memória: percursos & horizontes*. Caxias do Sul: EducS, 2004. p. 401-425.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1969.
- BRAGA, Suely. *Estado Novo*. In: FGV CPDOC. Rio de Janeiro, [2020?]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/EstadoNovo>>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 05 set. 2020.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 5 ago. 2020.
- BRUM NETO, Helena; BEZZI, Meri Lourdes. *Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha*. Soc. nat. (Online), Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 135-155, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132008000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2020.

- CHEVALLIER, Ceres. *Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2002.
- CHUVA, Márcia R. Romeiro. *Os arquitetos da memória*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- MEIRA, Ana Lúcia. Casa Schmitt-Presser: uma experiência participativa. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Org.). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996. p. 34-37.
- MEIRA, Ana Lúcia; SILVA, Leonardo Corá. A preservação da casa do colono alemão em São Leopoldo: germânica ou nacional? In: ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA 5., 2017, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: IAB/Ba, UFBA, 2017. 1 CD-ROM.
- MONUMENTO Nacional ao Imigrante completa 60 anos de fundação. In: Portal Radio Caxias, 28 fev. 2014. Disponível em: <<https://radiocaxias.com.br/portal/noticias/monumento-nacional-ao-imigrante-completa-60-anos-de-fundacao-35655>>. Acesso em: 05 jul. 2020.
- MONUMENTO Nacional ao Imigrante. In: Portal Prefeitura de Caxias do Sul. Caxias do Sul, [2020?]. Disponível em: <<https://caxias.rs.gov.br/servicos/cultura/museus/monumento-nacional-ao-imigrante>>. Acesso em: 01 ago. 2020.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- POSENATO, Júlio. *Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.
- TÁVOLA, Artur da. Garibaldi. *O Globo*, Rio de Janeiro, s.p., 25 fev. 1975.
- WEIMER, Günter. *Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, EST, 2004.

Recebido em 13/09/2020

Aprovado em 11/12/2020

DA COLÔNIA AO COLONIZADO: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

DE LA COLONIA AL COLONIZADO: UNA ANALICE DEL SISTEMA DE TUTELA DEL PATRIMONIO CULTURAL IN EL BRASIL E IN PORTUGAL.

Michael Schneider Flach¹

RESUMO

Considerando-se o histórico e as relações decorrentes da colonização, o artigo analisa as conexões entre os sistemas de proteção do patrimônio cultural no Brasil e em Portugal, em especial dirigidas ao bem material edificado, verificando as disposições legais em favor da tutela do bem jurídico em pauta. Tomamos por base o art. 216 da Constituição Federal Brasileira e os artigos 9º e 78 da Constituição da República Portuguesa, nos valores e princípios por eles representados e irradiados. No campo penal, são analisados os principais delitos previstos nas respectivas normas, de modo a se verificar se efetivamente cada sistema está cumprindo com o mandamento constitucional de proteção do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Legislação. Delito. Proteção.

RESUMEN

Considerando el histórico y las relaciones que van a discurrir de la colonización, el artículo analiza las conexiones entre los sistemas de protección del patrimonio cultural in el Brasil e in Portugal, in especial dirigidas al bien material edificado, verificando las disposiciones

1 Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1996/7), cursou a Escola Superior da Magistratura (AJURIS) e a Escola Superior do Ministério Público (FMP). É Especialista em Direito Penal Contemporâneo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Mestre e Doutorando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É Diretor da Revista do Ministério Público/RS, Professor do Curso Preparatório às Carreiras Jurídicas da Fundação Escola Superior do Ministério Público desde 2009. Professor Convidado do Curso de Especialização em Direito Ambiental Nacional e Internacional da UFRGS. Professor dos Cursos de Especialização em Direito Ambiental e Urbanístico, em Direitos Difusos e Coletivos, e em Direito Penal e Processo Penal da Fundação Escola Superior do Ministério Público. Associado Fundador do Instituto Eduardo Correia (IEDC: Ciências Criminais, Direito Constitucional e Filosofia do Direito). Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Membro Associado da ABRAMPA (Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente). Ingressou no Ministério Público em 1998 como Promotor de Justiça. Possui experiência teórica e prática nas áreas de Direito Penal, Processo Penal, Tribunal do Júri, Princípios Constitucionais, Direitos Fundamentais, Direitos do Idoso, da Pessoa com Deficiência, Infância e Juventude, bem como Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural.

legales in favor da tutela del bien jurídico in pauta. Tomamos por pase el art. 216 de la Constitución Federal brasileira y los artículos 9º e 78º de la Constitución de la Republica Portuguesa, en los valores e principios por ellos representados e irradiados. En el campo penal son analizados los principales delitos previstos en las respectivas normas, de modo a se verificar se efectivamente cada sistema está cumpliendo con col el mandamiento constitucional de protección del patrimonio cultural.

Palabras-clave: *Patrimonio Cultural. Leyes del Brasil e de Portugal. Deberes de Protección. Bien Jurídico. Constitución e Derecho Penal.*

INTRODUÇÃO

Em seu art. 216, a Constituição Federal brasileira conceitua o patrimônio cultural, determina a sua proteção e ordena que os ataques e ameaças contra eles sejam punidos na forma da lei. Por sua vez, o art. 9º, alínea “e”, da Constituição Federal portuguesa preconiza como tarefa fundamental do Estado proteger e valorizar o seu patrimônio cultural.

A tutela penal é exercida em ambos os ordenamentos, sendo que o lusitano possui catálogo legislativo próprio de proteção do bem jurídico em pauta, contando com previsões no seu Código Penal e em leis especiais. A partir do que, e dentro de uma abordagem de pesquisa bibliográfica, será realizada uma breve análise do sistema jurídico e penal de proteção do Patrimônio Cultural no Brasil e em Portugal, aferindo se o poder público fornece uma tutela eficiente para tal bem jurídico, se os níveis protetivos estão de acordo com o mandamento constitucional e se os mesmos revelam-se proporcionais frente a outras categorias, como o tipo de proteção conferida ao bem jurídico “patrimônio”.

1 BREVE HISTÓRICO NACIONAL

Ao longo da trajetória mundial dos sistemas legais, desde os idos do Código de Hamurabi e das Leis das XII Tábuas, observamos vários dispositivos preocupados com a proteção dos patrimônios público e privado,² enquanto os institutos ligados aos bens culturais possuem uma existência bem menos antiga.

Na época do Brasil Colônia, sob a égide do Código Filipino, das Ordenações do Reino, encontramos nos títulos 64, 86 e 87 tipos que preveem

2 SARONI Fernando; DARÓS Vital. *História das civilizações*. São Paulo: FTD, 1979, p. 18, apontam o Código Hamurabi como, provavelmente, o mais antigo do mundo, o qual já sancionava o dano patrimonial. Ainda, ROLIM, Luiz Antonio. *Instituições de direito romano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 252, anota que a Lei Romana punia o crime de dano patrimonial por dolo e culpa.

as condutas e as penas do dano praticado contra o patrimônio. Por sua vez, durante o período expansionista, por meio do Alvará de 28 de agosto de 1721, da lavra de D. João, Rei de Portugal, identificamos uma das primeiras medidas de zelo para com o patrimônio histórico e cultural, consistente em proibir que fosse desfigurado ou destruído, no todo ou em parte, qualquer edifício ou monumento que se mostrasse ser dos tempos dos Fenícios, Gregos, Persas, Romanos, Godos ou Arábicos.³

Com efeito, um dos primeiros e mais importantes atestados de zelo para com o nosso patrimônio cultural foi a missiva subscrita por D. André de Melo e Castro em 1742, e enviada ao então Governador de Pernambuco, no qual expõe sobre os temores as necessidades para com a preservação de alguns edifícios históricos, entre eles o Palácio das Duas Torres, obra do Conde Maurício de Nassau.⁴

Após a independência, surge em 1830 o Código Criminal do Império do Brasil, o qual previa entre os crimes contra o “Thesouro Publico e a propriedade publica”, ao tipificar: “Art. 178. *Destruir, abater, mutilar, ou danificar monumentos, edificios, bens públicos ou quaesquer outros objetos destinados à utilidade, decoração, ou recreio publico*”.⁵

Entretanto, tais questões sofreriam uma notável alteração no seu rumo, a partir dos movimentos de valorização da arte e da cultura brasileira, desencadeados pela Semana da Arte Moderna de 1922; o advento do Decreto nº 15.596/1922, o qual instituiu o Museu Histórico Nacional, com a finalidade de angariar, classificar e expor objetos de importância histórica, e o Decreto nº 22.928/33, o qual erigia a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, a categoria de “Monumento Nacional”, firmando importante marco significativo na área.⁶

3 CARVALHO, Paulo. *Patrimônio cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 18, aduzindo ter sido articulado pela Real Academia de História, fundada em 1720, para retratar a história secular e zelar pelos monumentos, estando aí a gênese do sistema luso de proteção do patrimônio cultural.

4 PIRES, Maria Coeli Simões. *Proteção ao patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 29.

5 ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro. Parte geral*. 5ª ed., São Paulo: RT, 2004, p. 257, de acordo com a grafia original. Igualmente o Código Penal de 1890 que, nos artigos 326 a 329, arrola o dano entre os Crimes contra a Propriedade Pública e a Particular.

6 RODRIGUES, José E. Ramos, *Evolução da proteção do patrimônio cultural*. Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, *Revista de Direito Ambiental*, ano 3, nº 11, São Paulo: RT, jul.-set. 1998, p. 28; e FLACH, Michael Schneider, *Panorama sobre a evolução histórica dos mecanismos de proteção do patrimônio cultural*, *Revista do Ministério Público RS*, Porto Alegre, nº 80, mai.-ago., 2016, p. 44.

Após a Revolução de 1930, e diferente das Constituições de 1824 e 1891, preocupadas em consagrar o direito à propriedade privada, a Carta de 1934 estabelecia no art. 10, III, a competência comum da União e dos Estados de “proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão das obras de arte”.

Porém, os instrumentos mais importantes seriam instituídos no ano de 1937. Primeiro, a nova Constituição Federal determinava no seu artigo 134 que os “monumentos históricos artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios”. E mais, que os “atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional”.

A seguir, em 30 de novembro de 1937, era promulgado o Decreto-lei nº 25, o qual “Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, que logo no art. 1º determina que constitua o “patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público”, em virtude do seu vínculo a fatos memoráveis da história do Brasil, ou pelo “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”⁷ Exemplo vivo no Rio Grande do Sul de aplicação prática, ocorreu em 1938, quando foi tombado pelo IPHAN o Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões, remanescente dos chamados “Sete Povos das Missões”, o qual em 1983 foi declarado pela Unesco como Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Humanidade.

Complementando o fim repressivo contido na parte final do art. 134 da norma constitucional então em vigor, é editado o Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 1940, com tipo específico no art. 165 para o dano em coisa tombada: “Art. 165. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada [...] em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico [...]”.

Após o incêndio que devastou a maior parte do acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, antigo Museu Real fundado por Dom João VI em 1818, o IPHAN editou a Portaria nº 366 de 4 de setembro de 2018, dispondo sobre diretrizes para projetos de prevenção e combate ao incêndio e pânico em bens edificadas tombados, nas áreas do seu entorno e nos bens inscritos na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário.

7 Sobre o tema, BORGES, Marco Antônio. O tombamento como instrumento jurídico para a proteção do patrimônio cultural. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo: RT, 2001, nº 22, p. 261; e MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Lei do tombamento comentada*. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

2 PROTEÇÃO NO SISTEMA BRASILEIRO

Em termos de instrumentos de direito civil e administrativo para a proteção do patrimônio cultural, temos o “tombamento” (artigos 4º a 21 do Decreto-lei 25/1937); a “desapropriação” (art. 19, § 1º, do DL 25/1937, art. 5º, “k”, do Decreto-lei nº 3.365/41 e art. 2º, VIII, da Lei nº 4.132/62); o “registro” (Lei nº 3.924/1961 e Decreto nº 3.551/2000), e o “inventário” (art. 1º, I, da Lei nº 6.513/1977), além de mecanismos previstos pelo Estatuto da Cidade (art. 2º, XII, da Lei nº 10.257/2001), como o “zoneamento cultural”, a função social do propriedade no art. 1228 do Código Civil e o Decreto Legislativo nº 74/1977.⁸

Para viabilizar o manejo dos referidos institutos, a Lei nº 7.347/1985 disciplina o inquérito civil e a ação civil pública, como forma de proteger o meio ambiente e “bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”.⁹ Contudo, a previsão mais importante decorre do art. 216 da Constituição:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. [...]

8 O DL 74/1977 recepciona a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural aprovada pela Conferência Geral da Unesco, aprovada em Paris em 1972, cujo art. 4º prevê a obrigação estatal de “identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às futuras gerações o patrimônio cultural e natural”.

9 Para aprofundar, vide MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Tutela do patrimônio cultural brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006; MARCHESAN, Ana Maria Moreira. *A Tutela do Patrimônio cultural sob o enfoque do direito ambiental*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007; e PAULO, Laura Dias Rodrigues. *A Participação popular no processo de eleição de bens culturais*. Limeira: Conhecimento, 2020.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

A partir disso, a tutela do nosso patrimônio cultural aproxima-se de padrões internacionais, abrangendo bens materiais e imateriais, seja de modo individual ou coletivo. Não se restringindo apenas a conceitos de história e cultura, mas vislumbrando o valor sociológico. Não mais exigindo que o objeto seja de excepcional valia, mas observando a sua condição de portador “de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores” da sociedade. Igualmente, fora ampliado o leque dos meios de proteção,¹⁰ não mais restritos só ao tombamento, mas ora integrados por “inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação” e “outras formas de acautelamento e preservação”.

Tais inovações bem demonstram o espírito do constituinte em prestigiar os bens culturais por via de vários instrumentos de tutela, cercando-os do máximo zelo e consciência possíveis. Ademais, a missão de promover e proteger o patrimônio cultural agora cabe tanto ao Poder Público como à comunidade, o que inclusive vem ao encontro do disposto no art. 23, III, IV e V, da CF, o qual estabelece ser comum a competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico ou cultural, e proteger o meio ambiente (art. 225).¹¹

Por sua vez, do ponto de vista penal, tal proteção encontra-se atualmente contemplada na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dentro do Capítulo V, que cataloga os delitos ambientais, na sua Seção IV “Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural”, nos artigos 62 a 65, destacando-se o seguinte:

10 Preocupante são o Projeto de Lei do Senado 236/2012, no novo Código Penal, art. 163, IV, no qual se exige para configurar crime de dano que o bem seja tombado, com pena de 6 meses a 3 anos, e o atual PL 2396/2020. Ver FLACH, Michael Schneider. Considerações sobre a proteção do patrimônio cultural no projeto do novo código penal brasileiro. *Revista do Ministério Público do RS*, Porto Alegre, nº 78, set.-dez., 2015, p. 10-11.

11 FLACH, Michael Schneider. A intervenção estatal no direito de propriedade e a salvaguarda de bens culturais. *Revista Juris Plenum de Direito Administrativo*, ano V, nº 18, jun., 2018, p. 138-40; FLACH, Michael Schneider. Patrimônio cultural, proteção e meio ambiente. *Revista Internacional de Direito Ambiental*, Caxias do Sul: Plenum, nº 12, set.-dez., 2015, p. 218-31.

Art. 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;

II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime for culposos, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.

Trata-se de crime de ação múltipla, com três verbos nucleares alternativos (destruir significa demolir; inutilizar é tornar inútil, e deteriorar é danificar), punido na modalidade dolosa e culposa, podendo ser praticado pela realização de um fazer ativo, assim como pela inação do garante, o que caracterizará a omissão imprópria.

Assim, comete o delito não apenas quem diretamente destrói o bem, como também o proprietário que se omite em realizar obras de reparo e conservação da coisa tombada, abandonando-a às intempéries, acarretando sua deterioração. Aqui, o objeto jurídico tutelado é preservar o patrimônio cultural nas suas várias formas e o fito penal é o bem protegido.¹²

Entretanto, salienta-se que, para configurar o delito, o bem objeto de dano deverá estar especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial. Trata-se aqui de uma norma penal em branco, cujo comportamento proibido está enunciado, mas a conduta punível necessita ser complementada por outra fonte, trazendo como vantagens a sua fácil adaptação a questões temporais e estruturais, no que diz respeito ao órgão ou ao instrumento do qual emanará o respectivo ato de proteção.¹³

No caso, podem servir de fonte de integração todas as manifestações normativas, sejam elas oriundas dos Poderes do Estado, em qualquer dos níveis em que se reparte a estrutura federativa, de acordo com as respectivas competências (artigos 24, VII, VIII, e 30, IX, da CF), além da

12 FERREIRA, Ivete Senise. *Tutela penal do patrimônio cultural*. São Paulo: RT, 1995, p. 89; PRADO, Luiz Regis. *Direito penal do ambiente*. São Paulo: RT, 2005, p. 496; FREITAS, Vladimir Passos; FREITAS, Gilberto. *Crimes contra a natureza*. 6ª ed., São Paulo: RT, 2000, p. 199-200; COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro. Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural – Alguns Aspectos. *Anais do 1º Encontro Nacional do Ministério Público da Defesa do Patrimônio Cultural*, Goiânia, 2003; COSTA JÚNIOR, Paulo José; MILARÉ Édís. *Direito penal ambiental*. Comentários à lei nº 9.605/98. Campinas: Millenium, 2002; p. 179; MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 7ª ed., São Paulo: Malheiros, 1999, p. 771; e SIRVINSKAS, Luís Paulo. *Tutela penal do meio ambiente*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 208.

13 FLACH, Michael Schneider. *Dos delitos contra o patrimônio cultural e o ordenamento urbano na lei dos crimes ambientais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2019, p. 55.

própria decisão do Poder Judiciário.¹⁴ Fazendo com que mesmo leis municipais, decretos estaduais e sentenças de primeiro grau que conferirem proteção já integrem a norma para fins de caracterizar o delito.

Ainda, tutela arquivo, registro, biblioteca, pinacoteca, instalação científica, museu e outras estruturas *similares*, mas desde que protegidos por lei, ato administrativo ou decisão judicial (art. 216, III, IV e IV, da CF), numa ampla forma de proteção, que passa por objetos, edificações, áreas naturais, documentos, espaços, obras, etc. Aqui, também representada está uma modalidade de interpretação analógica *intra legem*, um critério permissivo dado pelo Legislador, o que é diverso da analogia, cuja fórmula genérica permite a extensão da norma incriminadora às hipóteses semelhantes às expressamente mencionadas no mesmo tipo penal.¹⁵

Em termos práticos, podemos visualizar o exemplo de um prédio tombado por lei municipal e que vem a ser destruído para a construção de outro mais moderno, por ordem de seu proprietário, cansado da sua conservação e ansioso por obter lucros. Ou mesmo o dono que vem a demolir imóvel protegido em virtude de decisão judicial.¹⁶ Quanto ao elemento subjetivo, pode decorrer da forma dolosa, que se revela tanto no seu modo direto como no eventual, oriundo da vontade livre e consciente de causar dano ao bem que sabe ser protegido, ou assumindo o risco de produzi-lo. Também é possível que o ilícito ocorra de forma culposa, não intencional,

14 DESTRUIÇÃO DE IMÓVEL ESPECIALMENTE PROTEGIDO POR DECISÃO JUDICIAL. Acusada que, após receber ordem judicial – expedida nos autos de ação civil pública movida pelo Ministério Público com vistas a preservar imóvel de interesse histórico e arquitetônico, de sua propriedade – impedindo a alteração das características do imóvel, cuida de providenciar imediatamente a demolição do prédio [...] A proteção estabelecida pela Lei n° 9.605/98 tem por objetivo resguardar o bem objeto de interesse enquanto a questão não é solucionada definitivamente, daí porque o descumprimento de qualquer decisão judicial, mesmo aquela de natureza cautelar, basta para caracterizar o tipo previsto no artigo 62, inciso I, da Lei n° 9.605/98. (Tribunal de Justiça de São Paulo, Ap. Crime 990.08.078392-0, 5ª Câmara Criminal, Relator: Pinheiro Franco, j. 12/02/2009).

15 Como por exemplo, um centro cultural. Nessa linha, ver TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios básicos de direito penal*. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 27, sobre a “interpretação extensiva ou analógica”; e HASSMER, Winfried. *Introdução aos fundamentos do direito penal*. Porto Alegre: SAFE, 2005, Trad. Pablo Alflen, p. 356.

16 Aqui, o sujeito ativo é o proprietário que determinou a destruição, o qual poderá ser um particular, ou uma pessoa jurídica (direito privado ou público), dependendo da titularidade sobre o imóvel. Também será possível o concurso de agentes, como o proprietário e terceiro, que unindo esforços e vontades pretendem demolir o prédio para edificar um novo; o que ainda poderá envolver o concurso entre pessoas física e jurídica. Já o sujeito passivo, o qual não pode se identificar com o ativo, poderá ser um coproprietário (desde que sem qualquer participação, nem ciência dos atos demolitórios), o possuidor, o Poder Público que tombou o imóvel, além da sociedade que estará privada do objeto, do qual o significado e a importância foram reconhecidos no ato de tombamento.

por conta de negligência, imprudência ou imperícia do causador do dano.

O delito é de natureza instantânea, consumando-se com a deterioração, inutilização ou destruição do bem protegido. É possível a tentativa na forma dolosa, quando o autor não consegue causar o dano próprio do tipo por fatores alheios à sua vontade. Como na hipótese de iniciada a ação ocorrer a intervenção do Poder Público, momento no qual os atos já estejam em curso e o bem protegido esteja sendo atacado, mas ainda não tenha sido destruído, inutilizado ou deteriorado, indo além dos atos preparatórios e desistência ou arrependimento.¹⁷

Por fim, importante destacar que o incêndio do Museu Nacional no Rio de Janeiro, ocorrido em setembro de 2018, configura o delito do art. 62, pois tanto a edificação quanto partes do acervo, são tombadas pelo IPHAN desde 1938. Assim, independente das suas causas envolverem dolo ou culpa, ação ou omissão, tal crime deve ser apurado na esfera Federal, responsabilizando-se pessoas físicas e jurídicas.¹⁸ Na medida em que causaram, contribuíram ou se omitiram nos deveres e cuidados, daí decorrendo a destruição de bens materiais protegidos por tombamento.

3 PROTEÇÃO NO SISTEMA PORTUGUÊS

A questão da tutela dos bens culturais já figurava na Constituição portuguesa de 1911, sendo reprisada na atual Carta de 1976, no artigo 9º, como *tarefa fundamental do Estado* a de “proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território”; o que é reforçado no seu art. 78:

Artigo 78º – Fruição e Criação Cultural

1. Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.
2. Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais: [...]
- c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum;

17 FLACH, Michael Schneider. O delito do art. 62 da lei dos crimes ambientais enquanto dano ao património cultural. *Revista Internacional de Direito Ambiental*, Caxias do Sul: Plenum, v. 9, n° 25, jan.-abr., 2020, p. 201-5.

18 FLACH, Michael Schneider. Crime e dano ao património cultural por omissão. *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*, Porto Alegre, v. 85, ago.-set., 2019, p. 87-93.

Tal preceito constitucional vincula o poder público, inclusive por força do próprio art. 18 da sua Carta Magna¹⁹, de modo que o sistema jurídico deve estar conformado com o objetivo de cumprir o mandamento da lei maior.

Entre os principais instrumentos para adimplir tal dever, temos o Decreto-Lei nº 209/2009, referente ao procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural e ao regime das zonas de proteção, bem como a Lei nº 107/2001, a qual estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural.

Esta prevê, no seu art. 3º, alínea 2, o dever de o Estado proteger e valorizar o patrimônio cultural como *“instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais”* (sic).

Por sua vez, a conceituação deste patrimônio é fornecida pelo art. 14, considerando-se bens culturais os móveis e imóveis que “representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura”, sendo extensível, naquilo que for compatível, “aos bens naturais, ambientais, paisagísticos ou paleontológicos.”

Para fins de maior proteção, a Lei 107/2001 previu a aplicação do Código Penal e dos crimes específicos enumerados nos seus artigos 101²⁰, 102²¹ e 103º como a seguinte:

Artigo 103º – Crime de Destruição de Vestígios

Quem, por inobservância de disposições legais ou regulamentares ou providências limitativas decretadas em conformidade com a presente lei, destruir vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 360 dias.

19 Artigo 18º. Força Jurídica. 1. Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são diretamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas. 2. A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.

20 Artigo 101º. Crime de deslocamento. Quem proceder ao deslocamento de um bem imóvel classificado, ou em vias de classificação, fora das condições referidas no artigo 48.º, é punido com pena de prisão até 3 anos [...].

21 Artigo 102º. Crime de exportação ilícita. 1 - Quem proceder à exportação ou expedição de um bem classificado como de interesse nacional, ou em vias de classificação como tal, fora dos casos previstos nos n.os 2 ou 3 do artigo 65.º, é punido com pena de prisão até 5 anos ou com pena de multa até 600 dias. 2 - Em caso de negligência, o agente é punido com pena de prisão até 1 ano ou com multa até 120 dias.

Analisando-se este, verifica-se tratar de crime punível a título de dolo e que encerra uma norma penal em branco, na qual é necessário recorrer a outros dispositivos “para concretizar a previsão típica e dotar os seus conceitos de significado normativo-prático”. A conduta pode ser praticada tanto por ação como por omissão – aqui, nas hipóteses de o agente possuir dever de proteção ou de agir frente a uma fonte de perigo.²²

Contudo, a tutela penal não se limita apenas a tais dispositivos, sendo impulsionada pelo Código Penal, ao prever as formas de crimes de dano, cujas penas são majoradas²³ caso sejam praticados com violência ou ameaça contra a pessoa:

Art. 213º – Dano Qualificado.

1 - Quem destruir, no todo ou em parte, danificar, desfigurar ou tornar não utilizável: [...]

d) Coisa pertencente ao património cultural e legalmente classificada ou em vias de classificação; ou [...]

é punido com pena de prisão até 5 anos ou com pena de multa até 600 dias.

2 - Quem destruir, no todo ou em parte, danificar, desfigurar ou tornar não utilizável coisa alheia:

a) De valor consideravelmente elevado;

b) Natural ou produzida pelo homem, oficialmente arrolada ou posta sob protecção oficial pela lei;

c) Que possua importante valor científico, artístico ou histórico e se encontre em colecção ou exposição públicas ou acessíveis ao público; [...]

é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

Aqui, não se trata propriamente de uma proteção ao direito de propriedade, mas, sim, ao patrimônio cultural e de forma direta, frente aos bens classificados ou em vias de classificação (o que demonstra o zelo do legislador ao antecipar o uso das barreiras penais).²⁴ Trata-se de delito do-

22 NEVES, Antônio Brito. Tutela Penal do Patrimônio Cultural. *Revista Anatomia do Crime*, Lisboa, nº 4, 2016, p. 155-8.

23 Art. 214º Dano com Violência. 1 - Se os factos descritos nos artigos 212º e 213º forem praticados com violência contra uma pessoa, ou ameaça com perigo iminente para a vida ou a integridade física, ou pondo-a na impossibilidade de resistir, o agente é punido: [...] b) No caso do artigo 213º, com pena de prisão de 3 a 15 anos;

c) Se do facto resultar a morte de outra pessoa, com pena de prisão de 8 a 16 anos. 2 - As penas previstas no número anterior são aplicáveis a quem utilizar os meios nele previstos para, quando encontrado em flagrante delito de dano, continuar o acto criminoso.

24 Na lei 107/2001, os artigos 20 e 21 preveem os direitos e deveres especiais dos detentores. O dever de comunicação das fontes de perigo e das medidas para a salvaguarda constam dos artigos 32 e 33. E o art. 31 determina que *tudo o bem classificado como de interesse nacional fica*

loso, cometido por ação ou omissão, como na hipótese do proprietário que viole o seu dever de conservação e cuidado.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O BEM JURÍDICO

A relevância da questão ambiental na ordem jurídica presente e a urgência de intensificar-se a conservação e a defesa do amplo patrimônio natural justificam a tutela penal dos bens culturais.²⁵ A partir disto, o meio e o ambiente cultural foram reconhecidos como bens jurídicos de caráter supraindividual, difuso e adequados ao livre desenvolvimento do ser humano, visando à proteção e à melhora de sua qualidade de vida, mormente pelo fato de que a degradação ambiental e a perda do patrimônio cultural atingem incontável número de pessoas, enquanto a preservação de ambos beneficia tantas outras.²⁶

De onde, formou-se o aparato protetivo em torno do patrimônio cultural, inserido em decorrência dos seus valores ligados à memória, à identidade nacional, à soberania, à construção da cidadania ao futuro do homem, às formas de expressão deste e inclusive aos componentes estéticos. Na espécie, a legitimação da tutela penal dos bens culturais não está dirigida para o enfoque da *propriedade* (individual), mas, sim, para a *função social* (coletivo) do objeto e a sua representatividade, a qual assume caráter imaterial e suprapatrimonial, versando sobre bens jurídicos de teor fundamental e que requerem tal intervenção.

Em virtude disso, a importância das citadas categorias conduziu os bens culturais ao reconhecimento e à previsão específica na Carta Magna, vindo a outorgar-lhes formas mais amplas de reconhecimento e de tutela, indo muito além do tradicional tombamento. Como um dos principais efeitos das circunstâncias referidas, tem-se que agora os objetos culturais de caráter especial passam a gozar de uma proteção mais larga e especificada, de modo a contar com tipos penais próprios mais específicos, os quais su-

submetido a especial tutela do Estado.

25 PIRES, op. cit., p. 279, “o patrimônio cultural brasileiro constitui-se das riquezas absorvidas pelo universo cultural, seja de forma material ou imaterial, seja de domínio público, privado ou eclesástico, apresentando-se tanto individualmente como em conjunto, em virtude do seu valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, etnográfico ou bibliográfico, com formas de proteção definida em lei.”

26 MILARÉ, op., cit., p. 180-6; PRADO. Luiz Regis *et al.* Crimes contra o patrimônio cultural. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, vol. 4, p. 165, jan., 2006. Para HASSEMER, Winfried. A preservação do ambiente pelo direito penal. Trad. Carlos Vanconcelos, *Revista da Fundação Escola Superior do MPDFT*, Brasília, ano 6, n° 12, p. 213-28, 1998, “é indiscutível que o direito penal deva continuar a garantir a tutela dos bens jurídicos clássicos, cuja integridade é também alvo de ameaça por força dos atentados contra o meio ambiente.”

peram as pretéritas e já defasadas figuras inscritas no Código Penal.

Portanto, não resta dúvida sobre a legitimidade e a exigência da proteção penal, de todo adequada, necessária e proporcional na forma com que está contemplada. E, tudo, para que haja uma tutela suficiente e eficiente de tais categorias, cujo largo valor e interesse absoluto não são apenas do tempo presente, mas vêm projetados por meio do passado e se irradiam para o futuro. Para melhor compreender o bem jurídico que a norma penal tutela, ao proteger o patrimônio cultural, cumpre explanar alguns conceitos e lições. Contudo, adverte-se que o rol ora apresentado se inscreve a título expositivo, sem a pretensão de esgotar a matéria, ou mesmo preterir, de forma direta e terminativa, algum conceito em relação a outro.

Para Mir Puig, o bem jurídico será só aquilo que mereça ser protegido pela lei penal; que o seu conceito capaz de limitar o legislador não deve ser buscado na realidade naturalística, nem na valoração subjetivo-moral; mas no terreno do social, para o correto funcionamento dos sistemas sociais e as concretas possibilidades de participação dos indivíduos. E, por fim, no fundamento funcional dos limites do *jus puniendi* está a defesa da sociedade, de modo que ele não pode ser exercido além do absolutamente necessário, dentro dos princípios da natureza subsidiária e fragmentária do direito penal, bem como a proteção penal só pode se estender a bens jurídicos.²⁷

Sendo que para Roxin a matriz do bem jurídico repousaria nos princípios da lei fundamental.²⁸ O que, aplicado à Constituição, importa numa ligação com o próprio direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, contemplando-o como bem jurídico-penal de natureza supraindividual para cuja tutela o Direito Penal criou tipos próprios, estabeleceu crimes e cominou sanções a serem aplicadas na hipótese de violação da norma protetiva.²⁹

27 MIR PUIG, Santiago. *Introducción a las bases del derecho penal*. Buenos Aires – Montevideo: Editorial B de f, 2002, p. 112-24. Para TOLEDO, op. cit., p. 15-6, o bem jurídico é tudo o que for “digno, útil, necessário, valioso”, e os bens jurídicos “são valores ético-sociais, que o direito seleciona, com o objetivo de assegurar a paz social, e coloca sob sua proteção para que não sejam expostos a perigo de ataque ou a lesões efetivas.”

28 ROXIN, Claus. *Derecho penal parte general. fundamentos. la estructura de la teoría del delito*. Tomo I, Trad. Diego-Manuel Luzón Penã et al., Madrid: Civitas, 1997, p. 45-6, define os bens jurídicos como fatores e “finalidades que son útiles para el individuo y su libre desarrollo en el marco de un sistema social global estructurado sobre la base de esa concepción de los fines o para el funcionamiento del propio sistema”.

29 GARCIA DE PAZ, Maria Isabel. *El moderno derecho penal y la anticipación de la tutela penal*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1999, p. 15-6 e 73, ao classificar o meio ambiente e o patrimônio cultural como bens supraindividuais, esclarece que “la protección de bienes jurídicos constituye el fin último del Derecho Penal”.

Na verdade, nestas situações o legislador está a elevar oficialmente à categoria de bem jurídico aquilo que na realidade social já se mostra como valorado. Assim, tal circunstância é intrínseca à norma constitucional, que está a retratar no que se constituem os fundamentos e os valores de determinada época, os quais não são propriamente criados por ela, mas proclamados em lei, dando-lhes a proteção jurídica. Então, aplicando-se tais conceitos ao *meio ambiente cultural*, teremos neste um objeto que é digno de proteção, que possui a necessidade de ser tutelado e que detém a capacidade de ser protegido penalmente.

Com efeito, após o longo percurso evolutivo já apreciado, a Lei nº 9.605/98 inaugura um sistema penal-ambiental que desponta como ramo específico a tipificar as condutas mais afrontosas contra o bem jurídico meio ambiente. De modo a proteger as parcelas desses objetos que, por serem fundamentais, rogam tal espécie de tutela, enquadrando-se no desiderato de realizar o princípio constitucional da prevenção pela tônica do Direito Penal, ora utilizado como um instrumento a mais, e o de maior força, para efetivar dita proteção.

Assim, a previsão da tutela penal está em harmonia com os objetivos perseguidos pelo direito ambiental, no qual os tipos da lei em pauta protegem como bem genérico o próprio meio ambiente, na sua função tuteladora de valores fundamentais e sancionadora das condutas lesivas aos bens mais caros.³⁰ Aqui, ela passa a ser invocada e determinada a partir do momento em que as barreiras de ordem civil e administrativa não mais revelam o devido juízo de suficiência e de eficácia na prevenção e repressão de ataques ao meio ambiente, mormente diante da finitude dos seus recursos, os quais são imprescindíveis para a humanidade.³¹

Neste sentido, com propriedade adverte Silva Sánchez que o “Direito Penal é um instrumento qualificado de proteção de bens jurídicos especialmente importantes”, de modo que sua expansão está alinhada à aparição de novos objetos e também à “deterioração de realidades tradicionalmente abundantes”, mas que agora começam a escassear (como o meio ambiente). Além da própria evolução social e cultural que conduz a reanálise de certos bens já existentes, mas não tão estimados, como no caso do

30 COSTA NETO, Nicolao Dino C. e; COSTA, Flávio Dino C.; BELLO FILHO, Ney Barros. *Crimes e infrações administrativas ambientais*. Brasília: Brasília Jurídica, 2001, p. 15-6, 161-2 e 352; e PRADO, op. cit., p. 493.

31 MARCHESAN, Ana Maria Moreira. Alguns aspectos sobre a lei dos crimes ambientais, *Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, nº 42, 2000, p. 227, ao arguir que devem ser redobradas as cautelas com a preservação ambiental, pela sua finitude e necessidade para a sobrevivência humana.

patrimônio cultural.³²

Com efeito, não se trata da banalização do direito penal, da criação de novos tipos e sanções ou de excessos. Mas, sim, da realização do preceito constitucional de tutelar os direitos fundamentais, perante o Estado, por meio dele e, inclusive, pelas vias punitivas. Já que o cidadão também tem o direito de ter os seus bens jurídicos de caráter fundamental protegidos em face da violência de seus pares.³³ Afinal, a lei não tem somente a função de zelar pelo indivíduo diante das opressões estatais, mas também possui a finalidade de proteger os direitos fundamentais. Mesmo que para tanto por vezes tenha de empregar o direito penal para exercer tal tutela, a qual deverá ser efetivada atenta aos princípios da proporcionalidade.

É nesse contexto que a ciência criminal é invocada, diante da importância, da gravidade e da universalidade dos objetos em questão, estando em consonância com o princípio da *ultima ratio* e justificada a sua intervenção em face das agressões a valores fundamentais que envolvem bem de uso comum do povo a rogar preservação. E que, no presente caso, revela-se por via do meio ambiente cultural, na sua conjuntura de bens culturais materiais e imateriais relevantes para a sociedade e para o direito, e cujo bem jurídico tutelado é, em suma, a própria preservação do patrimônio cultural.

Portanto, o objetivo aqui é o de proteger a identidade cultural de determinada comunidade, grupo ou nação por meio dessa categoria de bens, em sentido amplo. Além de assegurar seu desfrute pela coletividade, possibilitando-lhe o acesso, o desenvolver da personalidade e demais manifestações, cabendo ao Estado o dever de garantir a todos o exercício de tais direitos. Ademais, outros tipos de benefícios são aferíveis, em especial para os bens edificados, à estética urbana, ao direito coletivo à paisagem, desfruto turístico e uso.³⁴

Por tais razões, concebendo o meio ambiente como direito fundamental, que se constitui num exercício de cidadania e num direito-dever *erga omnes*, podemos classificar o bem jurídico que tutela o patrimônio cultural como autônomo, de natureza difusa e material ou imaterial, sendo o seu titular a sociedade como um todo (função social). Assim, deve pre-

32 SILVA SÁNCHEZ, Jesús-Maria. *A expansão do direito penal. aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. São Paulo: RT, 2002, p. 27, referindo-se expressamente ao “patrimônio histórico-artístico”.

33 STRECK, Lenio Luiz. A dupla face do princípio da proporcionalidade e o cabimento do mandado de segurança em matéria criminal: superando o ideário liberal-individualista-clássico, *Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, nº 53, 2004, p. 242-3.

34 SCHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: RT, 2004, p. 168-76, cita os bem sucedidos casos de Puerto Madeiro e do Pelourinho, que depois de revitalizados se tornaram locais de atração turística.

valecer o aspecto axiológico (cultura), em detrimento do econômico, para que se proteja o valor imanente ao bem cultural, cujo objeto lesado (v. g. a edificação) é apenas a *res* material sobre a qual recai a ação típica. De modo que os cânones penais do presente estão a garantir a proteção da cultura e dos valores oriundos do pretérito, preservando-os para a apreciação coletiva das gerações contemporâneas e futuras.

5 O DEVER DE PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL

O Direito Penal possui amplo vínculo com a Constituição, em especial por sua função de tutelar interesses e valores de relevo constitucional, cujo cerne fundamenta e delimita a atuação criminal e os poderes públicos, desempenhando duplo papel: limitador e protetivo das liberdades. Aqui, os bens jurídico-penais despontam como concreção real dos interesses pessoais e coletivos, diretos e indiretos, os quais, por sua importância, rogam uma proteção que seja máxima, mas proporcional. Essa que será exercida pela lei penal em face das condutas mais graves, enquanto risco ou lesão à subsistência do indivíduo e da sociedade.³⁵

Conforme Häberle, a Constituição opera como “a ordem jurídica fundamental de um Estado e de uma sociedade”, tanto limitando quanto autorizando o poder estatal; “regula não somente o Estado, mas também a sociedade em sua estrutura fundamental, transformando-a em ‘sociedade constituída’.”³⁶ E, aqui, alia-se a ela o Direito Penal que, segundo Paulo da Cunha, desempenha o papel de “braço armado da Constituição. Não armado para servir a ela, mas para, imbuído dos seus princípios, servir à sociedade” e estruturar a ordem jurídica.³⁷

A Constituição, como estatuto político e lei maior de um Estado, representa sua primeira manifestação de política criminal, em torno da qual

35 CARBONELL MATEU, Juan Carlos. *Derecho penal: concepto y principios constitucionales*. Valencia: Tirant lo Blanch, 1999, p. 83-6.

36 HÄBERLE, Peter. Jurisdição constitucional como força política. *Justiça constitucional pressupostos teóricos e análises concreta*. TAVARES, André Ramos (Org.), Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 66-7.

37 CUNHA, Paulo Ferreira da. *A constituição do crime. da substancial constitucionalidade do direito penal*. Coimbra: Coimbra, 1998, p. 89-90. Na mesma linha, PALAZZO, Francesco. *Valores constitucionais e direito penal*. Porto Alegre: SAFE, 1989, p. 23; CUNHA, Maria C. Ferreira da. *Constituição e crime. uma perspectiva da criminalização e da descriminalização*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1995, p. 118; REALE JR., Miguel. *Instituições de direito penal*, v. 1, Rio de Janeiro: Forense, 2004; e MACHADO, Pedro Sá. Dos limites à política criminal no contexto jurídico-penal português: algumas questões fundamentais. *Direito penal e constituição. Diálogos entre Brasil e Portugal*, ANTUNES, Maria João; SANTOS, Cláudia; D'AVILA, Fábio Roberto e GIACOMOLLI, Nereu (Org.), Porto Alegre: Boutique Jurídica, 2018, p. 358.

se estruturará a legislação penal. Já o Direito Penal funda-se naquela, por ser formado por normas que ou são formalmente constitucionais ou são autorizadas ou delegadas por outras normas constitucionais. Embora não contenha normas penais completas, a Constituição possui disposições que determinam, em parte, o conteúdo penal a ser seguido pelo legislador no momento de configurar condutas e sanções, como no mandado expresso de criminalização do art. 216, §4º, da CF.

Numa concepção de Estado Democrático de Direito, a Constituição tanto deve estabelecer limites ao poder punitivo como assegurar direitos fundamentais, para cuja consecução, por vezes, torna-se necessário o uso dos instrumentos penais, os quais devem se pautar de acordo com os valores constitucionais, a fim de que haja a devida correspondência entre o mal advindo pela prática do delito e o gerado pela restrição penal.

Com propriedade, anota Feldens que o discurso sobre a legitimidade do Direito Penal é, antes de tudo, “o discurso sobre a sua adaptação material à Constituição”, em que ambos compartilham uma relação axiológico-normativa. Aqui, ao mesmo tempo em que ela “garante o desenvolvimento dogmático do Direito Penal a partir de estruturas valorativas que lhe sejam próprias, estabelece, em contrapartida, limites materiais inultrapassáveis pelo legislador penal”. Contudo, tal natureza tem caráter duplo, pois tanto para a criminalização como para a descriminalização o legislador estará vinculado em certa medida, de modo que transita ele entre dois termos, o da plena liberdade e o das pautas que lhe são conferidas pela Constituição, sendo, pois, relativa e não total a sua discricionariedade.³⁸

Assim, a criminalização de condutas deve estar conformada à Constituição, diante dos reflexos daí advindos para os direitos fundamentais, na medida em que tanto os excessos como as ineficiências penais repercutem sobre o exercício das liberdades, já que estas não devem ser restringidas além da conta pelo rigor da intervenção, nem protegidas aquém do que deveriam por uma intervenção estatal deficiente ou omissa.

Dessa forma, o ônus do Estado em medir o âmbito da intervenção devida manifesta-se duplamente: nos direitos de defesa e nos deveres de proteção. De modo que a incidência penal deve estar orientada pelos valores constitucionais e pelo princípio da proporcionalidade, para tutelar objetos relevantes, frente a graves ofensas e com medidas que sejam adequadas, necessárias e proporcionais ao fato.³⁹ De onde, a Constituição opera

38 FELDENS, Luciano. *A constituição penal. A dupla face da proporcionalidade no controle das normas penais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 38-40.

39 PRIETO SANCHÍS, Luis. El constitucionalismo de los derechos, in: *Teoría del neoconstitucionalismo, ensayos escogidos*. CARBONELL, Miguel (Org.), Madrid: Trotta, 2007, p.

sobre o Direito Penal o que Canotilho denomina de “função garantística” de direitos e liberdades, os quais, inseridos no catálogo daquela, lograram subtrair da livre disposição do soberano a titularidade e o exercício dos direitos fundamentais, vinculando o Estado nos elos político e jurídico.⁴⁰

Por sua vez, esta obrigação será adimplida pelo Direito Penal quando seus meios forem adequados e necessários, incorrendo outro meio de tutela eficaz para tais valores. Aqui, os direitos fundamentais acabam por exercer uma influência que legitima, mas também limita o direito penal. Esta, dentro de um patamar máximo; e aquela, como um padrão mínimo irrenunciável para incidir uma proteção eficiente.⁴¹

Assim, o modelo constitucional também reflete no penal, seja de forma *negativa*, ao limitar o legislador ordinário em determinado âmbito (v. g. vedando penas cruéis), como *positiva*, ao ordenar a criminalização de dadas condutas (v. g. os danos e as ameaças ao patrimônio cultural). Estabelece, pois, certas pautas para o Estado no seu direito de punir, vindo estas a adquirem a categoria de princípios constitucionais-penais que se irradiam pelo sistema e vinculam seus operadores. Diante do que, a formatação dos crimes e das penas não pode se constituir num ato de todo discricionário, pois recebe os influxos da Lei Magna e dos seus princípios; fazendo com que, apesar de amplo, o poder de legislar não seja pleno e esteja sujeito ao controle constitucional.⁴²

Conforme Roxin, a questão de saber quais qualidades uma conduta deve reunir para ser submetida à sanção penal é um problema que atormenta não apenas o legislador, mas também a ciência penal, assim como o princípio da proteção do bem jurídico como critério para a legitimação dos tipos criminais. Ocorre que o “conceito de bem jurídico não é uma varinha mágica, através da qual se pode separar, desde logo, por meio de subsunção e dedução, a conduta punível daquela que deve ficar impune”. Mas é apenas uma denominação “daquilo que é lícito considerar digno de proteção na perspectiva dos fins do direito penal”.⁴³

Portanto, partindo-se da premissa de que a Constituição abarca os postulados máximos de justiça que irradia e pretende impor, a categoria

229; CUNHA, Maria, op. cit., p. 127; e LOPERA MESA, Patricia, *Principio de proporcionalidad e ley penal*, Madrid: CEPC, 2006, p. 329-37.

40 CANOTILHO, Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. Coimbra, Almedina, 2003, p. 1440.

41 FLACH, Michael Schneider. A estreita vinculação entre direito penal e constituição. *Revista Ibero-Americana de Ciências Penais*, São Paulo, ano 10, nº 18, 2010, p. 205.

42 STRECK, Lenio Luiz; FELDENS, Luciano. *Crime e constituição. A legitimidade da função investigatória do ministério público*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 34-6.

43 ROXIN, Claus. *Problemas fundamentais de direito penal*. Lisboa: Vega, 1993, p. 61.

de bem jurídico protegido penalmente deve ser cotejada com os princípios constitucionais no seu quadro de valores de maior relevância, mormente pela sua superioridade normativa no sistema. Afinal, como tal Carta é a “expressão concentrada do direito existente” numa determinada ordem social, na qual se insere a “concepção do direito que deverá informar toda a legislação subjacente”, a partir dela poderão ser abstraídos os principais bens a serem tutelados, o que em dadas circunstâncias será exercida pela lei penal.⁴⁴

Ocorre que a Constituição não é apenas rol dos principais bens que serão criminalizados, mas também abriga princípios básicos da vida em sociedade, que consagram os direitos fundamentais e que se constituem em cláusulas pétreas não derogáveis. Daí derivam limites que, em matéria penal, o legislador ordinário não poderá romper (para mais ou menos), de onde a Constituição opera como a base e o topo do processo criminalizador, o qual tem como sua fonte principal os bens constitucionais, colhidos após uma filtragem valorativa.

Para tanto, o princípio da proporcionalidade figura como garantidor do exercício dos direitos fundamentais, de modo duplo e equilibrado, norteador do legislador para que o cidadão esteja imune aos exageros e deficiências da lei penal, no tocante aos objetos mais relevantes. Aqui, a ferramenta orientadora na “caracterização dos bens merecedores de tutela penal será a Constituição, índice primário, ainda que não exclusivo” de relevo dos bens, para cuja defesa de agressões cabe a sanção, caso outros meios de controle sejam inexitosos.⁴⁵

Assim, como nenhum campo do direito é imune à Constituição, o ordenamento constitucional desponta como referencial obrigatório e critério “regulativo da atividade punitiva do Estado”, do qual os bens jurídicos adquirem a devida tutela do direito penal por serem “concretizações dos valores constitucionais expressa ou implicitamente ligados aos direitos e deveres fundamentais”.⁴⁶ A referência na Constituição é marco fundamental da necessidade de tutela do objeto, mas tal não se traduz em ônus de que

44 CARVALHO, M. Dometila Lima de. *Fundamentação constitucional do direito penal*. Porto Alegre: SAFE, 1992, p. 33-48. Ver LUISI, Luiz. *Os Princípios Constitucionais Penais*. Porto Alegre: SAFE, 2003, p. 173-7.

45 DOLCINI, Emilio; MARINUCCI, Giorgio. Constituição e escolha de bens jurídicos. *Revista Portuguesa de Ciências Criminais*, n° 4, 1994, p. 197-8.

46 DIAS, Jorge de Figueiredo. *Questões fundamentais de direito penal revisitadas*. São Paulo: RT, 1999, p. 66-7. Ver D'ÁVILA, Fábio Roberto. *Ofensividade e crimes omissivos próprios. contributo à compreensão do crime como ofensa ao bem jurídico*. Coimbra: Coimbra Ed., 2005, p. 70-2; e ANTUNES, Maria João. Novos desafios da jurisdição constitucional em matéria penal. In: *Direito Penal e Política Criminal*. D'ÁVILA, Fábio Roberto e SANTOS, Daniel Leonhardt (Org.), Porto Alegre: EdUPUCRS, 2016, p. 62-3.

esta proteção se efetive por meio penais. Porém, observado o filtro da proporcionalidade e vencidos os requisitos que limitam a intervenção penal, a especial valia do bem somada à ofensividade do ataque são circunstâncias determinantes do dever de protegê-lo penalmente.⁴⁷

Na espécie, entendemos ser exatamente este o caso do patrimônio cultural, o qual foi previamente demarcado como de valor substancial pela Constituição de Portugal e do Brasil, sendo que aqui ainda recebeu o reforço de mandado expresso de criminalização, como forma de determinar a adequação e necessidade de sua tutela pelo instrumento de maior rigor, consistente no direito penal.

6 ANÁLISE COMUM DOS SISTEMAS

Alguns pontos em comum podem ser verificados, em especial que estamos diante do mesmo bem jurídico, enquanto objeto de proteção. Contudo, parece despontar que os níveis de proteção fornecidos pelo sistema português são mais fortes e, portanto, tendem a ser mais eficientes para cumprir a sua finalidade.

Primeiramente, em termos de direito civil e administrativo, o Brasil ainda tem como seu principal instrumento um decreto de mais de oito décadas, aliado a outras previsões em legislação esparsa. Contudo, não conta com estatuto de proteção do patrimônio cultural, a exemplo das leis de bases portuguesas, ou de outras fontes de direito local que protegem determinadas categorias de indivíduos e bens jurídicos.

A existência de três tipos penais na Lei 107/2001, ainda que com objetos diversos, aproxima-se em alguma medida das quatro figuras da Lei nº 9.605/1998. Porém, as fontes de tutela não estão restritas à lei extravagante e a nota diferencial parece ser a forma com que o Código Penal Português protege um dos principais atentados ao patrimônio cultural, consistente no crime de dano.

Na espécie, a sanção pode chegar até 8 anos, enquanto no Brasil quem destruir bem especialmente protegido estará sujeito à pena máxima de apenas 3 anos.⁴⁸ Em que pese a aparente incidência de uma proteção de-

47 FLACH, Michael Schneider. A relação entre bem jurídico-penal e constituição. *Revista Sistema Penal e Violência*, SOUZA, Paulo Vinícius Sporleder, D'ÁVILA, Fábio, GIACOMOLLI, Nereu, Editor: AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.), Porto Alegre, vol. 2, nº 1, jan./jun. 2010, p. 50-1.

48 Por óbvio que não se está a defender que a mudança passaria simplesmente pelo aumento da sanção penal, já que entendemos que a questão depende de uma atuação mais ampla no campo jurídico e legislativo.

ficiente no sistema local, o quadro chama mais atenção se verificarmos as sanções impostas aos crimes contra o patrimônio e que atingem o direito de propriedade.

Basta ver que o furto simples, a apropriação indébita ou a receptação possuem sanção de até 4 anos, enquanto as figuras qualificadas de furto são punidas com pena de 2 a 10 anos, e a de receptação de 2 a 8 anos de reclusão. Assim, parece evidente a desproporção frente à tutela penal dos bens culturais.⁴⁹ Ainda, considerando-se a baixa densidade sancionatória em relação aos crimes contra o patrimônio cultural, cuja maior pena reside no art. 62 da Lei nº 9.605/1998, o qual comina reclusão de 1 a 3 anos, para quem destruir patrimônio cultural, quer nos parecer inafastável uma incidência de tutela eficiente.

Afinal, todos os quatro delitos culturais⁵⁰ são passíveis, em tese, de suspensão condicional do processo, acordo de não persecução penal, substituição da pena por medida restritiva e até mesmo de transação penal. Ou seja, o aniquilamento de um importante bem histórico e arquitetônico, como o de um casario em Ouro Preto/MG ou de parte das Ruínas de São Miguel/RS, tombados e até mesmo reconhecidos pela Unesco como patrimônios culturais da humanidade, pode ter o seu âmbito processual e penal solucionado por simples acordo, sem outras consequências. Enquanto os delitos menores, com menos repercussão nos interesses da sociedade, como simples furto e receptação, acabam por receber proteção penal muito maior, diante do nível de punição previsto em lei.

Em sentido oposto, a lei portuguesa conferiu proteção similar àquela dos crimes patrimoniais e ainda agregou a tais tipos previsões específicas no caso de atingirem bens integrantes do patrimônio cultural. Pelo seu Código Penal, o furto qualificado de bem móvel com valor artístico ou histórico é punido com prisão de 2 a 8 anos, já na hipótese de roubo de objeto deste nível a pena será de 3 a 15 anos de prisão.⁵¹

49 O dano qualificado tem pena de 6 meses a 3 anos. Mas furtar ou receptar um semovente tem a pena de 2 a 5 anos. Se o veículo furtado for para outro Estado, a pena é de 3 a 8 anos. Já a destruição de importante objeto cultural, bem mais valioso que o automóvel ou um bovino, é punido com sanção máxima de 3 anos. Mesma pena mínima do art. 311 do CPB, delito contra a fé pública: “adulteração de sinal de veículo automotor”, e que também interessa e envolve direito e bem patrimonial, com reclusão de 3 a 6 anos, agravável em 1/3 nos §§ 1º e 2º. Ainda, no furto de explosivos ou com o uso destes a pena é de 4 a 10 anos. Mas se um bem cultural for destruído por explosão?

50 Artigos 62, 63, 64 e 65 da Lei nº 9.605/1998, crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural.

51 Artigo 204º. Furto qualificado. 2 - Quem furtar coisa móvel alheia: a) De valor consideravelmente elevado; [...] d) Que possua importante valor científico, artístico ou histórico e se encontre em colecção ou exposição públicas ou acessíveis ao público; é punido

Portanto, verifica-se que no ordenamento lusitano o patrimônio comum e o cultural possuem grandezas simétricas, no tocante ao tipo de proteção penal. E, ainda, que os demais instrumentos legislativos de tutela dos bens culturais estão estruturados de forma suficiente, em atenção ao comando maior da sua Constituição. Exemplo este a ser estudado e adaptado à nossa legislação penal pátria, para que possam cumprir o mandamento constitucional da devida e eficiente proteção do patrimônio cultural brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que, tanto no sistema brasileiro como no português, o constituinte passou a proteger o meio ambiente, o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, destacando a importância e mesmo a ligação entre tais valores, os quais ostentam especial grau de proteção, por meio do emprego de diversos mecanismos, inclusive os de direito penal.

A questão a ser determinada é se o âmbito protetivo conferido pelos ilícitos dos artigos 62 a 65 da Lei nº 9.605/1998 e pelo conteúdo da legislação esparsa é suficiente o bastante para entregar uma tutela eficaz, nos termos requeridos pelo art. 216 da Constituição Federal, ao grifar a especial valia do patrimônio cultural. Também deve ser verificado se a dimensão sancionatória conferida pelo legislador é proporcional em relação às grandezas envolvidas, quando colocamos o bem jurídico “patrimônio” lado a lado com o “patrimônio cultural”. E, isso, tomando por base as sanções cominadas para esta categoria de crimes, em relação àquela espécie de delitos previstos no Código Penal do Brasil, como furto e receptação.

Por sua vez, pode-se perceber que além de possuir um estatuto próprio para proteção de bens culturais, inclusive com tipos penais, Portugal também mantém previsões próprias no seu Código Penal, destacando-se o patamar das penas atribuídas no caso de dano contra objeto cultural, a qual não é inferior aos bens comuns, acrescido de tipos de furto e roubo contra bem móvel cultural.

Importante observar que o patrimônio privado se trata de bem individual e o público é do ente estatal, enquanto o patrimônio cultural se

com pena de prisão de 2 a 8 anos.

Artigo 210º. Roubo. 1 - Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair, ou constranger a que lhe seja entregue, coisa móvel alheia, por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física, ou pondo-a na impossibilidade de resistir, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos. 2 - A pena é a de prisão de 3 a 15 anos se: [...] b) Se verificarem, singular ou cumulativamente, quaisquer requisitos referidos nos nºs 1 e 2 do artigo 204º [...].

trata de bem difuso, coletivo e transindividual, interessando a cada um dos membros da sociedade⁵², além da própria função memorativa⁵³ que encerra, conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça.⁵⁴ Portanto, era de se esperar, no mínimo, uma equivalência no nível de proteção penal dos bens culturais, frente ao zelo legislativo demonstrado para com o patrimônio.

Tanto é que, assinala Nabais, por ser uma tarefa fundamental do Estado, a sua proteção acaba sendo tanto um direito como um dever fundamental de todos, de acesso, fruição, preservação, defesa e valorização do patrimônio cultural, o qual vem a se conectar à própria realização da dignidade da pessoa humana, e cujo exercício deve ser assegurado, ponderando-se eventuais interesses em conflito.⁵⁵ Acrescenta Canotilho, tratar-se de direito “com a mesma dignidade subjetiva dos direitos, liberdades e garantias”, cujo âmbito de proteção não pode ser vulnerado nem pelo Estado, nem por particulares.⁵⁶

Assim, parece-nos que o sistema lusitano é mais eficaz e atende de maneira correta ao comando constitucional de tutela de tais valores, nas várias áreas de direito envolvidas. Mas quanto ao ordenamento pátrio, o que esperar ou modificar? Por certo, deve ser aperfeiçoado como um todo, podendo, para tanto, valer-se do catálogo português e de outros ordenamentos que logram o objetivo fundamental de proteger tão importante bem jurídico.⁵⁷

52 SOUZA, Miguel Teixeira. A tutela jurisdicional dos interesses difusos no direito português. *Novos Estudos de Direito do Patrimônio Cultural*, T. I. RAMOS, José Luís Bonifácio; CLARO, João Martins (Org.), Lisboa: Petrony, 2018, p. 102, explica que os “interesses difusos pertencem, na feliz expressão de CAPPELETI, ‘a todos e a ninguém’, por que os bens jurídicos a que se referem – como, por exemplo, o meio ambiente, o patrimônio cultural [...] – são de todos [...] ‘todos têm direito a fruição dos valores que integram o patrimônio cultural’.”

53 O “direito à memória” é reconhecido enquanto princípio orientador pelo art. 1º, VI, da Lei nº 12.343/2010, que institui o Plano Nacional de Cultura e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

54 PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL. Art. 1.228, § 1º, do Código Civil. Art. 19, Caput e § 3º, do Decreto-Lei 25/1937. Função Memorativa do Direito de Propriedade. Obrigações do Proprietário e do Estado. Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO. Cidade do Rio de Janeiro. Imóvel Tombado. Limitação Administrativa. Ônus da Prova da Falta de Condições Financeiras para a Restauração. (REsp 1791098/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 02/08/2019).

55 NABAIS, Casalta. *Introdução ao direito do patrimônio cultural*. Coimbra: Almedina, 2010, p. 105-8.

56 CANOTILHO, op. cit., 2003, p. 476. Idem MIRANDA, op. cit., p. 471-8, sobre o meio ambiente.

57 Da mesma forma, é fundamental a reflexão e o engajamento neste sentido e em termos do Rio Grande do Sul, daqueles que defendem as pautas ligadas ao patrimônio cultural, seja material ou imaterial, e a sua conexão com a nossa história, geografia, literatura, artes e os costumes.

O que nos remete a uma reflexão final: de tantas influências capturadas por nossa cultura, modo de vida e sociedade enquanto colônia multissecular, bem que poderíamos, e ainda poderemos, valer-nos dos feitos e efeitos positivos irradiados pelo sistema do nosso outrora colonizador. De modo que urge e está em boa hora de espelharmos e adaptarmos ao contexto nacional um modelo que tem se mostrado bem sucedido em cumprir a sua função constitucional de tutela dos valores culturais, missão esta que a nós toca adimplirmos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Maria João. Novos desafios da jurisdição constitucional em matéria penal. direito penal e política criminal. In: *Direito Penal e Política Criminal*. D'ÁVILA, Fábio Roberto e SANTOS, Daniel Leonhardt (Org.). Porto Alegre: EdIPUCRS, 2016.
- BORGES, Marco Antônio. O tombamento como instrumento jurídico para a proteção do patrimônio cultural. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, n.22, 2001.
- CANOTILHO, Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. Coimbra: Almedina, 2003.
- CARBONELL MATEU. Juan Carlos, *Derecho penal: concepto y principios constitucionales*. Valencia: Tirant lo Blanch, 1999.
- CARVALHO, Maria Dometila Lima de. *Fundamentação constitucional do direito penal*. Porto Alegre: SAFE, 1992.
- CARVALHO, Paulo. *Patrimônio cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- COSTA JÚNIOR, Paulo José; MILARÉ Édis. *Direito penal ambiental. Comentários à lei nº 9.605/98*. Campinas: Millenium, 2002.
- COSTA NETO, Nicolao Dino Castro e; COSTA, Flávio Dino Castro; BELLO FILHO, Ney Barros. *Crimes e infrações administrativas ambientais*. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.
- COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro. Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural – alguns aspectos. *Anais do 1º Encontro Nacional do Ministério Público da Defesa do Patrimônio Cultural*, Goiânia, 2003.
- CUNHA, Maria Conceição Ferreira da. *Constituição e crime. Uma perspectiva da criminalização e da descriminalização*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1995.

- CUNHA, Paulo Ferreira da. *A constituição do crime. Da substancial constitucionabilidade do direito penal*. Coimbra: Coimbra Ed., 1998.
- D'AVILA, Fábio Roberto. *Ofensividade e crimes omissivos próprios. Contributo à compreensão do crime como ofensa ao bem jurídico*. Coimbra: Coimbra Ed., 2005.
- DIAS, Jorge de Figueiredo. *Questões fundamentais de direito penal revisitadas*. São Paulo: RT, 1999.
- DOLCINI, Emilio; MARINUCCI, Giorgio. Constituição e escolha de bens jurídicos. *Revista Portuguesa de Ciências Criminais*, n° 4, 1994.
- FELDENS, Luciano. *A Constituição Penal. A dupla face da proporcionalidade no controle das normas penais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- FERREIRA, Ivete Senise. *Tutela penal do patrimônio cultural*. São Paulo: RT, 1995.
- FLACH, Michael Schneider. A intervenção estatal no direito de propriedade e a salvaguarda de bens culturais. *Revista Juris Plenum de Direito Administrativo*, ano V, n° 18, jun., 2018.
- FLACH, Michael Schneider. Panorama sobre a evolução histórica dos mecanismos de proteção do patrimônio cultural. *Revista do Ministério Público RS*, Porto Alegre, n° 80, mai.-ago., 2016.
- FLACH, Michael Schneider. Patrimônio cultural, proteção e meio ambiente. *Revista Internacional de Direito Ambiental*. Caxias do Sul: Plenum, n° 12, set.-dez., 2015.
- FLACH, Michael Schneider. A estreita vinculação entre direito penal e constituição. *Revista Ibero-Americana de Ciências Penais*, São Paulo, ano 10, n° 18, 2010.
- FLACH, Michael Schneider. A relação entre bem jurídico-penal e constituição. *Revista Sistema Penal e Violência*, SOUZA, Paulo Vinícius Sporleder, D'ÁVILA, Fábio, GIACOMOLLI, Nereu, Editor: AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.), Porto Alegre, vol. 2, n° 1, jan.-jun., 2010.
- FLACH, Michael Schneider. Considerações sobre a proteção do patrimônio cultural no projeto do novo código penal brasileiro. *Revista do Ministério Público do RS*, Porto Alegre, n° 78, set.-dez., 2015.
- FLACH, Michael Schneider. Crime e dano ao patrimônio cultural por omissão. *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*, Porto Alegre, v. 85, ago.-set., 2019.
- FLACH, Michael Schneider. *Dos delitos contra o patrimônio cultural e o ordenamento urbano na lei dos crimes ambientais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2019.

- FLACH, Michael Schneider. O delito do art. 62 da lei dos crimes ambientais enquanto dano ao patrimônio cultural. *Revista Internacional de Direito Ambiental*, Caxias do Sul: Plenum, v. 9, nº 25, jan.-abr., 2020, p. 195-212.
- FREITAS, Vladimir Passos; FREITAS, Gilberto. *Crimes contra a natureza*. 6ª ed., São Paulo: RT, 2000.
- GARCIA DE PAZ, Maria Isabel. *El moderno derecho penal y la anticipación de la tutela penal*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1999.
- HÄBERLE, Peter. Jurisdição constitucional como força política. *Justiça Constitucional Pressupostos Teóricos e Análises Concreta*. TAVARES, André Ramos (Org.). Belo Horizonte: Fórum, 2007.
- HASSEMER, Winfried. A preservação do ambiente pelo direito penal. Trad. Carlos Vanconcelos, *Revista da Fundação Escola Superior do MPDFT*, Brasília, ano 6, nº 12, p. 213-28, 1998.
- HASSEMER, Winfried. *Introdução aos fundamentos do direito penal*. Trad. Pablo Alflen da Silva. Porto Alegre: SAFE, 2005.
- LOPERA MESA, Patricia. *Principio de proporcionalidad e ley penal*. Madrid: CEPC, 2006.
- LUIZI, Luiz. *Os princípios constitucionais penais*. Porto Alegre: SAFE, 2003.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999.
- MACHADO, Pedro Sá. Dos limites à política criminal no contexto jurídico-penal português: algumas questões fundamentais. *Direito Penal e Constituição. Diálogos Entre Brasil e Portugal*, ANTUNES, Maria João; SANTOS, Cláudia; D'AVILA, Fábio Roberto e GIACOMOLLI, Nereu (Org.). Porto Alegre: Boutique Jurídica, 2018.
- MARCHESAN, Ana Maria Moreira. *A Tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do direito ambiental*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- MARCHESAN, Ana Maria Moreira. Alguns aspectos sobre a lei dos crimes ambientais. *Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, nº 42, 2000.
- MIR PUIG, Santiago. *Introducción a las bases del derecho penal*. Buenos Aires – Montevideo: Editorial B de f, 2002.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Lei do tombamento comentada*. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Tutela do patrimônio cultural brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

- NABAIS, Casalta. *Introdução ao direito do patrimônio cultural*. Coimbra: Almeida, 2010.
- NEVES, Antônio Brito. Tutela penal do patrimônio cultural. *Revista Anatomia do Crime*, Lisboa, nº 4, 2016.
- PALAZZO, Francesco C. *Valores constitucionais e direito penal*. Porto Alegre: SAFE, 1989.
- PAULO, Laura Dias Rodrigues. *A participação popular no processo de eleição de bens culturais*. Limeira: Conhecimento, 2020.
- PIRES, Maria Coeli Simões. *Proteção ao patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- PRADO, Luiz Regis. *Direito penal do ambiente*. São Paulo: RT, 2005.
- PRADO. Luiz Regis *et al.* Crimes contra o patrimônio cultural. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, vol. 4, p. 165, jan., 2006.
- PRIETO SANCHÍS, Luis. El constitucionalismo de los derechos. In: *Teoría del Neoconstitucionalismo, ensayos escogidos*. CARBONELL, Miguel (Org.), Madrid: Trotta, 2007.
- REALE JÚNIOR, Miguel. *Instituições de Direito Penal*, v. 1, Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- RODRIGUES, José E. Ramos. Evolução da proteção do patrimônio cultural. crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural. *Revista de Direito Ambiental*, ano 3, nº 11, São Paulo: RT, jul.-set., 1998.
- ROLIM, Luiz Antonio. *Instituições de Direito Romano*. São Paulo: RT, 2000.
- ROXIN, Claus. *Derecho penal parte general. Fundamentos. La estructura de la teoría del delito*. Tomo I, Trad. Diego-Manuel Luzón Penã *et al.* Madrid: Civitas, 1997.
- ROXIN, Claus. *Problemas fundamentais de direito penal*. Lisboa: Vega, 1993.
- SARONI Fernando; DARÓS Vital. *História das civilizações*. São Paulo: FTD, 1979.
- SCHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: RT, 2004.
- SILVA SÁNCHEZ, Jesús-Maria. *A expansão do direito penal. aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. São Paulo: RT, 2002.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. *Tutela penal do meio ambiente*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- SOUZA, Miguel Teixeira. A tutela jurisdicional dos interesses difusos no direito português. *Novos Estudos de Direito do Patrimônio Cultural*, Tomo. I. RAMOS, José Luís Bonifácio; CLARO, João Martins (Org.), Lisboa: Petrony, 2018.

STRECK, Lenio Luiz. A dupla face do princípio da proporcionalidade e o cabimento do mandado de segurança em matéria criminal: superando o ideário liberal-individualista-clássico. *Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, nº 53, 2004.

STRECK, Lenio Luiz; FELDENS, Luciano. *Crime e constituição. A legitimidade da função investigatória do ministério público*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios básicos de direito penal*. São Paulo: Saraiva, 2008

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro. Parte geral*. 5ª ed. São Paulo: RT, 2004.

Recebido em 29/05/2020

Aprovado em 11/12/2020

RESENHAS

RESENHA DO LIVRO “IHGRGS: 100 ANOS DE PRODUÇÃO HISTÓRICA E CUSTÓDIA DE ACERVOS”

Jefferson Teles Martins¹

O livro **IHGRGS: 100 anos de produção histórica e custódia de acervos** reúne seis capítulos que abordam diferentes perspectivas das contribuições que o IHGRGS deu (e segue dando) à produção do conhecimento histórico e à comunidade de pesquisadores interessados pelo Rio Grande do Sul.

Em “*Homens de letras, homens de armas, homens políticos: os especialistas do passado e o Instituto Histórico Provincial*”, Luciana Fernandes Boeira segue a trilha historiográfica aberta por Manoel Luiz Salgado Guimarães que, no seu conhecido artigo “*Nação e Civilização dos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional*”, delineou o processo de construção do edifício da memória nacional a partir de um lugar de produção historiográfica inspirado em academias letradas europeias: o IHGB – instituição criada sob a proteção do império e com o propósito explícito de defender o projeto nacional bragantino.

Boeira remonta a busca de filiação do Instituto Histórico Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP) ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e as dificuldades encontradas pela associação provincial em obter o reconhecimento dos pares do Rio de Janeiro. As dificuldades e a resistência advinham do fato dos letrados nacionais verem com desconfiança o surgimento de uma instituição que reivindicava o direito de escrever parte da história nacional em uma província que há menos de vinte anos havia sido palco de uma revolta que desafiara a monarquia e ameaçara o pacto nacional. A autora diz que naquele momento os homens de armas da província de São Pedro desejavam se aparelhar de “pena e tinta” para escreverem a história da parte mais meridional do Brasil e, assim, mostrarem o seu valor, não apenas na defesa das fronteiras pelas armas, mas também através dos “plácidos valores da inteligência”. Esse aspecto reaparece no século seguinte entre os intelectuais locais, ou seja, a busca pelo reconhecimento das virtudes morais e da inteligência dos sul-rio-grandenses como forma de habilitação para a liderança nacional.

Na busca pelo reconhecimento pelo IHGB, uma das estratégias usadas pelos letrados da província foi a colaboração de Pereira Coruja, radicado no Rio de Janeiro, junto ao Instituto nacional. A autora lembra que Sandra Pesavento (2003) apontou Coruja como sendo o “desterrado per-

1 Doutor em História, membro efetivo do IHGRGS.

manente” que mais contribuiu para a afirmação da Província de São Pedro como parte pertencente a nação brasileira. Na mesma linha, Alexandre Lazzari (2004) o descreveu como “embaixador intelectual” rio-grandense no Rio de Janeiro.

Vale destacar que, para Boeira, a filiação ao IHGB representava a garantia de que o Rio Grande do Sul “teria assegurada e reconhecida a sua colaboração para a formação da nação” (p. 21). Nesse sentido, a autora destaca a defesa do pertencimento dos rio-grandenses ao todo nacional destacando a atuação de José Antônio do Valle Caldre e Fião, orador do IHGPSP, que, apesar das ideias políticas ligadas ao Partido Liberal Progressista – que fazia a defesa da autonomia da província em relação ao centro do país – era monarquista (p. 28). Boeira cita o discurso inaugural da revista do IHGPSP, no qual Caldre e Fião destaca que a intenção do instituto provincial era estudar “os feitos dos heróis rio-grandenses nos episódios em que estiveram envolvidos como defensores da monarquia, das fronteiras do país e das lutas nacionais” (p. 30).

Por fim, a autora avança estabelecendo uma linha de continuidade entre o IHGPSP, o Partenon Literário e o IHGRGS, este último fundado em 1920. Para Boeira, o Partenon Literário, herdeiro do IHGPSP, optou pela construção da identidade regional atrelada ao nacional “via consagração da Revolução Farroupilha como grande evento que coroa essa escolha pela nacionalidade”. O IHGRGS seguiu os “rastros” do antigo instituto provincial com o “objetivo de colaborar para a afirmação da identidade nacional” (p. 48). Nas primeiras décadas do século XX, o Rio Grande do Sul tinha dificuldades de ser representado como parte do Brasil. Nesse contexto, no qual o IHGRGS foi criado, buscou-se através da afirmação do pertencimento do Rio Grande do Sul aos quadros da nacionalidade, garantir aos intelectuais sul-rio-grandenses a possibilidade de contribuírem na construção da identidade nacional, e aos políticos do estado um lugar de liderança na política nacional (Gutfreind 1989; Nedel 1999). Portanto, a ideia que levou os homens de letras e armas do século XIX a criarem o IHGPSP permaneceu latente e viva até o surgimento da associação centenária – o IHGRGS – que deu corpo e forma àquela ideia.

Em “De pária a sentinela: o gaúcho da historiografia brasileira”, Leticia Borges Nedel faz a análise dos processos implicados na produção da identidade regional calcada na figura do “gaúcho”, destacando o papel da história enquanto instância disciplinadora da memória social a partir do exame das condições pelas quais passaram a seleção dos repertórios identitários. Nos anos 1980 já havia surgido trabalhos críticos sobre a temática do processo de nobilitação do gaúcho, de pária social a herói. A preocupa-

ção desses estudos era desmitificar a figura do gaúcho-herói revelando a origem marginal do tipo social habitante dos pampas, como o artigo “*As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura*”, de Sergius Gonzaga, na conhecida obra *RS: Cultura e Ideologia*. O objetivo de Nedel não é o de produzir um desmentido sobre a heroicidade do gaúcho ou descrever o processo de apropriação nobilitante do tipo gentílico dos pampas, mas a atenção da autora se volta para as “escalas em que se opera com o mesmo personagem” esse processo de nobilitação dentro de diferentes tradições intelectuais que perpassa três países e distintos campos ou áreas de atuação intelectual.

Letícia Nedel parte da contatação da “homologia entre os repertórios nacionais” que permite pensar em um “paradigma transnacional” (p. 56) de formalização dos atributos nacionais. Assim, assinala que diferentes tradições gauchescas emergiram no Brasil, Argentina e Uruguai concentrando a atenção de diferentes linhagens de escritores sobre a cultura de um grupo marginalizado e alicerçando diferentes identidades territoriais “sobre uma mesma alegoria – a do centauro dos pampas” (p. 60).

Seu exame explora, em especial, a atuação dos eruditos em história no processo de formalização da identidade regional através do “desenvolvimento da história enquanto forma de conhecimento e instância disciplinadora da memória social”. Nesse sentido, os historiadores do IHGRGS tiveram papel primordial na constituição do discurso nobilitante do gaúcho, através de estratégias discursivas que o ligavam ao tronco lusitano, separando-o do seu irmão bivitelino: o gaúcho platino. O gaúcho que emergiu da “memória histórica elaborada pelos intelectuais ‘animados pelo conforto moral’ do ‘emérito’ governo do Rio Grande” serviu “de âncora ao domínio português sobre a ponta austral da América do Sul”. Surgindo assim o “sentinela do Brasil”. A autora mostra que a história sul-rio-grandense fez um percurso inverso à literatura do estado. Enquanto esta partiu de um afastamento inicial da gauchesca platina rumo a uma aproximação crescente, a primeira partiu de uma aproximação inicial com o Prata e rumou para o distanciamento.

Esse capítulo de Letícia Nedel faz parte de sua tese “*Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*”, de 2005, que trouxe enorme contribuição para os estudos de historiografia e intelectuais sul-rio-grandenses. Hoje distantes várias décadas daqueles eruditos em história local podemos olhar para eles e seus trabalhos sem a preocupação laudatória tampouco depreciativa, mas buscando entendê-los no seu tempo e dentro de suas tradições de formação intelectual e geracional.

Zélia Guareschi Fioreze, no capítulo “*Uma leitura geográfica da produção do IHGRGS*”, traz uma contribuição à história do pensamento geográfico no Rio Grande do Sul através do IHGRGS. Para isso, a autora analisa o papel do IHGRGS como instituição histórica e geográfica na construção e representação do território e da identidade regional, privilegiando os debates e discursos veiculados na revista do Instituto sobre os temas de território e geografia. Aliando análise qualitativa e de conteúdo e detendo-se sobre 40 **títulos da revista do IHGRGS, a autora resgata as discussões e contribuições do IHGRGS à produção do conhecimento geográfico no estado.** A autora delimitou sete temas que nortearam sua análise: a descrição do espaço natural; a cartografia e a representação do território; as questões territoriais e a demarcação de limites; a formação e a ocupação do território; a toponímia indígena; a estrutura de transporte e comunicação e; a visão do homem gaúcho. Zélia Fioreze é uma das poucas pesquisadoras acadêmicas que se dedicou à leitura geográfica da produção do IHGRGS, por isso sua importância do seu trabalho.

No capítulo “*Republicanos e dissidentes: usos e potencialidades de acervos do IHGRGS para a compreensão da política rio-grandense*”, Tassiana Maria Parcianello Saccol centrando sua análise sobre políticos dissidentes do PRR e a partir de documentação composta por correspondências, telegramas e jornais – documentação que faz parte dos arquivos pessoais presentes no IHGRGS - formula reflexões sobre o “PRR enquanto partido de oposição e situação, as dinâmicas intrapartidárias e as constantes disputas entre suas lideranças”. A autora pontua as limitações de interpretações de trabalhos que apresentaram o PRR como um partido “disciplinado, homogêneo e coeso”. Através do cruzamento de fontes públicas e privadas percebeu uma série de fatores não puramente ideológicos que estavam presentes nas rupturas partidárias, tais como “disputas facciosas, possibilidades de beneficiamento de amigos e correligionários, querelas ligadas ao prestígio e à honra familiar, rivalidades acerca de lugares na estrutura partidária e governamental” (p. 134). Esses fatores às vezes ficam subsumidos naqueles trabalhos. Desta forma, Saccol relativiza as interpretações de autores já consagrados como Célio Pinto (1979) e Héliog Trindade (1979).

Analizando a correspondência de Apolinário Porto Alegre, a autora traz esclarecimentos sobre as estratégias eleitorais empregadas pelos agentes políticos nas últimas décadas do século XIX, cujo sucesso demandava o apoio dos líderes locais que eram “peças-chave” nas eleições. Também reflete sobre outras razões decisivas nas lutas e rupturas intrapartidárias para além das motivações ideológicas, entre elas as disputas em torno da honra e do prestígio. Pela análise da correspondência de Aparício Mariense da Silva, Tassiana Saccol expõe outra ordem de questões que incidiam so-

bre as rupturas dentro do PRR: o benefício ou prejuízo dos correligionários em decorrência de alguma ação do partido ou governo. Saccol propõe que tanto as questões da “pequena política” como da “grande política” merecem atenção do investigador histórico no processo de escrutínio da política regional do final do século XIX e início do XX.

Tassiana Saccol se coloca em meio ao debate historiográfico com a confiança de quem conhece as fontes, os arquivos e as discussões de um dos campos mais produtivos e consagrados da historiografia sul-rio-grandense, a história política. Suas reflexões trazem contribuição ao qualificado debate historiográfico da área.

No capítulo “*Cartografia histórica e o acervo do IHGRGS*”, Daniela Marzola Fialho, José Daniel Craidy Simões e Clarissa Maroneze Garcia apresentam a mapoteca do IHGRGS ressaltando sua “relevância histórica e documental singular” para a produção do conhecimento no estado em diversas áreas como história, geografia, arquitetura e urbanismo. Primeiramente, oferecem ao leitor uma visão geral do acervo da mapoteca que reúne centenas de mapas originais impressos e alguns manuscritos, e, depois, fazem a acurada análise de alguns mapas do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre presentes no acervo. Destacam-se entre os mapas apresentados o “*Mappa da Província de San Pedro*” de José Pedro César, anexo de “*Annaes da Província de São Pedro*” (1839), do Visconde de São Leopoldo, e a “*Planta da Cidade de Porto-Allegre*”, de Luiz Pereira Dias, de 1839.

Por fim, no capítulo “*A revista do IHGRGS: o mais belo sintoma de vida do Instituto*”, Jefferson Teles Martins demonstra o papel central da revista do IHGRGS como suporte material que ajudou a organizar e divulgar a agenda intelectual proposta pelos historiadores reunidos no IHGRGS e, ainda, como a revista se tornou “atestado de benemerência” da instituição. Também analisa as relações e as hierarquias dos membros do IHGRGS, utilizando como índice desta avaliação a revista do IHGRGS. O autor inspirado na proposição teórico-metodológica de Jean Pierre Sirinelli de que as revistas devem ser analisadas como “estruturas elementares de sociabilidade” dentro dos estudos intelectuais, analisa as posições dos agentes intelectuais dentro da hierarquia institucional através da sua participação na redação da revista e nas publicações.

DOCUMENTAÇÃO

AS REVISTAS DO IHGRGS

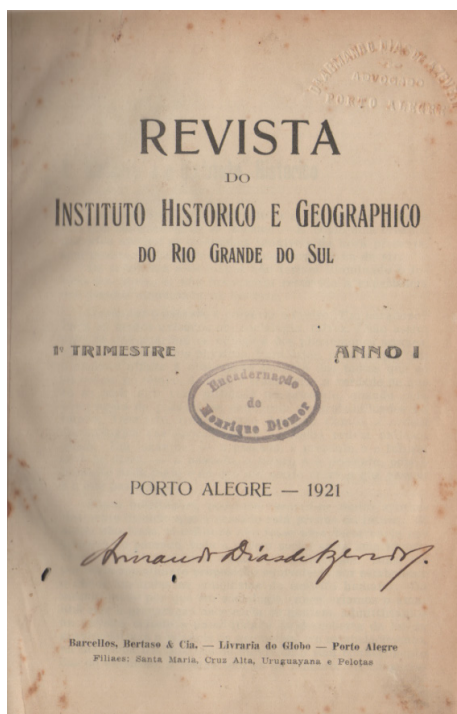
Alexandre Veiga¹

Simone Steigleder Botelho²

Neste final de um ano tão difícil como este de 2020, quando nosso Instituto esteve impedido de comemorar seu centenário com toda a dimensão que merecia, é com grande satisfação que informamos, aos nossos leitores, que foram disponibilizadas, em formato digital, todas as edições das Revistas do IHGRGS. Este trabalho, que há tempos vinha sendo cogitado, foi realizado ao longo do ano graças aos membros de nossa equipe técnica, que de modo gratuito dedicaram horas de labuta para chegar a esse resultado. A todos, nosso agradecimento.

As revistas científicas têm sido, durante muito tempo, um dos mais relevantes canais de informação do mundo científico. Foi através desse formato de divulgação que dezenas de descobertas, relevantes questões e temas fundamentais vieram a público. A proposta de se divulgar o resultado de uma pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento pelas páginas de uma revista corrobora os princípios elementares do método científico, que tem no debate, na análise por pares e na divulgação ampla ao público em geral uma forma de garantir que o conhecimento, tão caro ao mundo moderno, seja plenamente disponibilizado para que se torne um bem comum.

Ao longo dos anos, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tem publicado artigos que contemplam variadas dimensões dos temas relacionados às áreas que lhe são caras: história, geografia, antropologia, filologia e seus campos correlatos. Foram



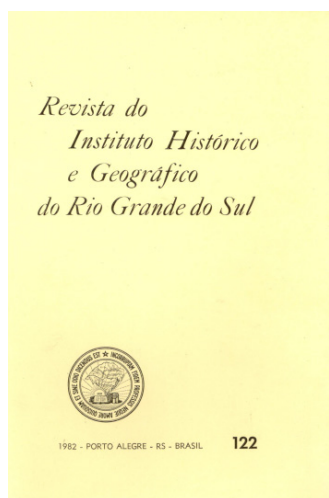
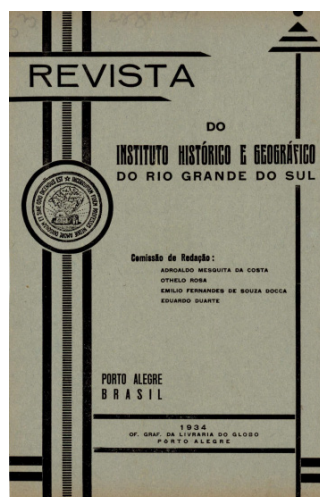
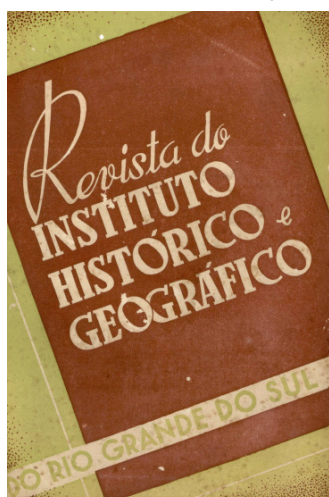
CAPA DA PRIMEIRA REVISTA

1 Historiador, arquivista, Mestre em Comunicação e Informação e Doutor em História pela UFRGS, é servidor público do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

2 Conservadora e Restauradora de Bens Culturais, especialização em Arqueologia Brasileira e Membro Pesquisador do IHGRGS.

mais de 800 artigos, em sua maioria textos originais, mas também divulgando documentos históricos, imagens raras e discursos pronunciados por seus membros em momentos importantes ou pelos visitantes ilustres que estiveram na sede da associação para discorrer sobre temas de interesse à comunidade científica.

A possibilidade de divulgar essa massa expressiva de informações através da Revista do IHGRGS sempre mobilizou a instituição. Embora tenha tido lacunas expressivas, não tendo sido editada no período de 1951 a 1974 e posteriormente em alguns períodos específicos, desde seu início, em 1921, procurou manter uma cuidadosa dinâmica editorial, cuidando principalmente com a qualidade dos textos, sempre observando critérios qualificados de avaliação dos artigos que publicou.



CAPAS DE DIVERSAS EDIÇÕES DA REVISTA DO IHGRGS

Destacaram-se, ao longo dos anos, produções de seus sócios. Souza Doca, Adroaldo Mesquita da Costa e Arthur Ferreira Filho foram alguns dos muitos membros que se dedicaram à pesquisar temas importantes e divulgar na revista. Walter Spalding, Sergio da Costa Franco e Manuel Duarte foram os autores com mais artigos publicados – 29, 28 e 24 artigos, respectivamente. Além deles, outros membros e intelectuais valeram-se desse espaço relevante para discorrer sobre questões relacionadas à história e à formação do Rio Grande do Sul, sobre a flora e a fauna, descobertas arqueológicas e a produção artística de nossas terras.

Poetisas riograndenses

Conferencia realizada no salão de honra do Clube Renascença, da cidade de Taquari, a convite da respectiva diretoria, sob a presidência do Ilustre dr. Osvaldo Caminha, pelo nosso confrade João Maia.

A qualidade distintiva de nossas letras foi o lirismo — afirmou-o eminente crítico brasileiro, num justo e irrecusável conceito.

Bastante comum, principalmente na primeira fase da revista, foram os registros das dezenas de palestras e conferências realizadas no Instituto.

Num período em que a preservação de tais eventos era restrita, o trabalho de reunir esses conteúdos e apresentá-los impressos foi altamente meritório, permitindo que hoje tenhamos acesso às informações. Os discursos proferidos em homenagem a um membro que ingressava no “seio” do IHGRGS – como se dizia à época – ou para algum visitante ilustre, também permitem vislumbrar as dimensões do que se compreendia, naquele contexto, sobre os temas abordados.

É toda essa riqueza de conteúdos que hoje podemos acessar, permitindo que se abra um espaço de estudo, que permita compreender o processo científico produzido no Rio Grande do Sul, ao repensarmos as premissas que orientavam tais análises, registradas nas páginas da Revista do IHGRGS. As múltiplas temáticas abordadas, bem como os documentos históricos divulgados pela revista, compõem um mosaico robusto para conhecermos a produção científica de que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul vem sendo parte expressiva.

Ao chegar a esse momento histórico, em que estamos colocando à disposição a possibilidade de acesso de todos os textos reunidos pelas diversas equipes que a Revista do IHGRGS manteve ao longo dos

anos, colocamo-nos um novo desafio: a reedição, em separado, de todos os artigos produzidos e publicados nesses cem anos de existência. Desse modo, será possível buscar temas específicos, bem como cruzar registros anteriores que certamente devem potencializar os conteúdos analisados.



EXEMPLO DE IMAGEM REPRODUZIDA PELA REVISTA DO IHGRS

Além desse processo vigoroso, pensamos que será importante discutirmos outras metodologias de trabalho que tenham esse conjunto de documentos em foco, pois já fazem parte de nosso acervo documental e, com isso, servem como objeto de análise para futuras atividades. Podemos pensar em vincular documentos e livros citados nos artigos e que façam parte de nosso acervo, através da digitalização desses itens, ou desenvolver linhas de pesquisa que tenham como objetivo discorrer sobre o processo científico de construção de um tema. Com isso, entendemos que haverá um incremento ainda mais relevante na pesquisa e na elaboração de novos textos, permitindo que nossa Revista, além de se consolidar como um meio fundamental para a divulgação científica – o que já vem fazendo, como se disse anteriormente – ainda possa seguir sendo relevante no meio em que atua.

Entendemos que tais proposições vêm ao encontro do que foi apresentado pelos fundadores de nossa instituição, em 5 de agosto de 1920, quando se reuniram para discutir, estudar e registrar temas e questões do Rio Grande do Sul, além de se constituir como um espaço para a preservação de documentos, livros, mapas e itens tridimensionais que propiciassem essas análises. Desde então, os diversos integrantes do IHGRGS envolvidos nas dezenas de projetos realizados buscam atender ao desafio de perenizar essa instituição centenária, que ainda tem muito a contribuir para o progresso da humanidade.

Boa leitura!

**Acesse a Seção de Índices no site da
Revista do Instituto Histórico e Geográfico
no endereço <https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs>**

À GUIA DE COMENTÁRIO DO QUADRO “SÓCIOS FUNDADORES” DO IHGRGS

Jefferson Teles Martins¹



Quadro de Sócios Fundadores do IHGRGS.

O rol de fundadores do IHGRGS compreende 51 notáveis que abraçaram a ideia da criação de uma instituição que fosse a legítima expressão da intelectualidade sul-rio-grandense no início dos anos 1920. A representação desse rol na forma de quadro é significativa, pois explicita de forma imagética certas nuances que também estão presentes em outras documentações como atas e correspondências institucionais. No quadro, aqui sumariamente comentado, aparecem 34 desses notáveis do universo político e intelectual do Rio Grande do Sul das primeiras décadas do século passado.

A simples disposição de figuras em 5 linhas horizontais parece coincidir com o grau de participação desses homens na fundação do Instituto. No alto, na primeira fila superior do quadro aparece a imagem de cinco personalidades que foram fundamentais desde antes das reuniões preparatórias para a criação do IHGRGS. O primeiro (da esquerda para a direita) é o desembargador Florêncio Carlos Abreu e Silva, primeiro presidente e aquele que acolheu a ideia da criação do Instituto numa das salas do Arqui-

1 Doutor em História, membro efetivo do IHGRGS.

vo Público, quando era diretor dessa repartição. O segundo é o escritor Alcides Maia, na época, o mais reconhecido intelectual sul-rio-grandense no Brasil, que na imagem aparece trajando o uniforme da Academia Brasileira de Letras, da qual era membro desde 1914, quando ingressou para o lugar deixado vago por Aluísio Azevedo. A partir de 1925 foi diretor do Museu Júlio de Castilhos, instituição pública que sediou o IHGRGS até 1943. O terceiro é Eduardo Duarte, intelectual-burocrata cuja trajetória se confunde com a do IHGRGS. Desde a segunda reunião preparatória foi secretário do Instituto, recebendo mais tarde a distinção de “Secretário Perpétuo”. O quarto da primeira linha é o prestigiado professor de geografia Afonso Guerreiro Lima, que também recebeu o título de “Tesoureiro Perpétuo” do Instituto. Por fim, nessa primeira linha superior, aparece o tenente do Exército Emílio Fernandes de Souza Docca, que desde a fase preparatória foi um dos principais agentes da agremiação, juntamente com Eduardo Duarte, Octávio Augusto de Faria e José Paulo Ribeiro, burocratas que trabalhavam em repartições dentro do Arquivo Público, e mais os padres João Batista Hafkemeyer e Carlos Teschauer, que eram assíduos pesquisadores e costumavam se encontrar nas salas de pesquisa do Arquivo. Ali criaram um microcosmo de sociabilidade intelectual que permitiu a fermentação da ideia e foram feitos os primeiros esforços para a concretização da nova instituição.

Na segunda linha da esquerda para a direita, aparece em primeiro lugar o presidente do estado Antônio Augusto Borges de Medeiros que foi patrocinador do IHGRGS já na fase preparatória das atividades. Permitiu que a instituição fosse hospedada dentro de repartições públicas e estabeleceu uma relação oficiosa entre o Instituto e o estado. Para Borges de Medeiros, o IHGRGS servia à atualização do Rio Grande do Sul, no plano da intelectualidade, para que se apresentasse como estado apto ao lugar de liderança na política nacional. Vale ainda destacar, a presença do secretário dos negócios do interior Protásio Alves nessa galeria de fundadores (na terceira fila), pois permitiu que o Instituto fosse acolhido, primeiro no Arquivo Público e, depois, no Museu Júlio de Castilhos, ambas repartições submetidas a sua secretaria.

Além dos citados acima, aparecem no quadro os seguintes fundadores: os distintos professores Alfredo Clemente Pinto, Otávio Augusto de Faria, Artur Candal e Aquiles Porto Alegre; os padres Carlos Teschauer, João Batista Hafkemeyer e Luís Mariano da Rocha; os engenheiros Rodolfo Simch e Antão de Faria; os prestigiados burocratas filósofo João Maia, crítico literário João Pinto da Silva, Aurélio Porto, Amaro Batista, José Vieira Rezende da Silva e José Paulo Ribeiro; os jovens advogados católicos Adroaldo Mesquita da Costa e Armando Dias de Azevedo; os respeitados jorna-

listas Francisco Leonardo Truda, Lindolfo Collor, Augusto Daisson e Roque Callage; os militares Manuel Joaquim Faria Correa, Oscar Miranda, Manuel Teófilo Barreto Vianna e Miguel Pereira; e o fazendeiro Delfino Riet.

Outra forma de olhar para esse quadro é buscar compreender as características sociais desse conjunto de agentes a partir da análise propopográfica. Do ponto de vista dos atributos sociais coletivos, destaca-se a expressiva presença de bacharéis em direito. Levando-se em conta os 51 sócios fundadores, 17 deles tinham formação em direito. A simples posse do diploma nessa área abria portas em muitos setores da vida pública. Por outro lado, atentando para a ocupação profissional, verifica-se que 19 sócios eram ligados aos ramos da alta e média burocracia estatal, sem contar aqueles que tinham como principal ocupação a política ou os que faziam parte das forças de segurança pública, Exército e Brigada. Assim, pode-se dizer que havia predominância de burocratas, ou de forma mais genérica indivíduos cuja atuação profissional estava ligada aos poderes públicos, e eram, principalmente, oriundos de setores médios urbanos.

ATAS DAS REUNIÕES DA DIRETORIA DA UNIÃO OPERÁRIA DE ALEGRETE (1940 - 1941)

Anderson R. Pereira Corrêa¹
Vanessa Gomes Campos²

APRESENTAÇÃO

Apresentamos a transcrição dos registros do Livro de Atas nº 08, da União Operária de Alegrete, anos de 1940 e 1941. A União Operária era uma associação pluri-profissional e mutualista. No trabalho que segue, optamos pela atualização da ortografia, por entendermos que tal procedimento facilita a compreensão do leitor. O presente livro traz o registro de dez (10) atas do ano de 1940, dez (10) atas do ano de 1941 e duas (02) atas do ano de 1961 e é custodiado pela entidade, na secretaria da sede, em Alegrete, juntamente com outros documentos.

A União Operária 1º de Maio, que existe até hoje, localiza-se na rua Vinte de Setembro, em Alegrete tendo sido criada em 25 de abril de 1925 com o nome União Operária. Por volta de 1950 recebeu o complemento 1º de Maio ao nome. (CORRÊA, 2020.p.147)

A transcrição do livro Atas foi realizada por Anderson Romário Pereira Corrêa em 2004, durante a gestão do presidente Sr. Emílio Thomas de Moura Cruz. Na mesma ocasião, em 2004, foram encontrados no acervo da União Operária 1º de Maio algumas fotografias e outros livros de Atas, ordenados do seguinte modo: nº 8 (de 1940); nº 13 (de 1970); nº 14 (de 1975); sem numeração (de 1969). Havia também dois livros de Sócios, datados de 1928-1929 e 1940. Todos os livros de Atas foram digitalizados, sendo entregue uma cópia à diretoria da sociedade. (CORRÊA, 2010)

No momento em que estes registros (Atas da União Operária de Alegrete) foram feitos o movimento sindical brasileiro passava por algumas transformações. Mudanças na legislação trabalhista, sindical e previdenciária. Em 1931 ocorreu a criação do Ministério do Trabalho (MT) e o decreto nº 19.770, *de 19 de março de 1931*, que versa sobre a lei de sindicalização (estatutos padrão, controle das finanças pelo MT, exigência de atestado ideológico para os dirigentes sindicais, proibição de propaganda e atividade

1 Graduado em História, Especialista em Gestão Escolar, Mestre em História. Professor Assistente na Universidade Federal do Pampa, Curso de Ciências Humanas/São Borja. Membro Correspondente do IHGRGS.

2 Graduada em Arquivologia (UFRGS) e em História (PUC-RS), Especialista em Gestão de Arquivos (UFSM), mestranda em História (UPF). Coordenadora técnica do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Membro Pesquisador do IHGRGS.

político-ideológica nos sindicatos, direito de intervenção do Estado, sindicato passa ser órgão de colaboração com o Estado), foram criadas Juntas de Conciliação. Em 1932 aconteceu a criação da Justiça do Trabalho. Em 1937, através de um golpe de Estado, Getúlio implantou o Estado Novo. Em 1939, por decreto, impõe a Lei Orgânica da Sindicalização Profissional (Lei Nº 1.402, de 5 de Julho de 1939) onde instituiu o sindicato único por base de trabalhadores e proíbe os sindicatos livres que teimavam em existir. Em 1940 veio o decreto do Salário mínimo e do imposto sindical. Em 1943 Getúlio promulga a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). (ROSSI, 2009.p.33)

LIVRO ATA Nº 08, 1940

“UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO” Sessão de Assembleia Geral

Ata nº 01

Ao 1º dia do mês de maio de 1940, nesta cidade de Alegrete, estado do Rio Grande do Sul, República dos Estados Unidos do Brasil, Estado Novo, sendo seu chefe nacional o sr. Getúlio Dorneles de Vargas, interventor federal neste estado o Coronel Cordeiro de Farias e prefeito interino neste município o Dr. Heitor Galant. Presente e precisamente às 11 horas da manhã foi por ele e perante grande número de operários de ambos os sexos, particulares e sócios desta sociedade dado início aos trabalhos da sessão solene que foi realizada em comemoração à data, e para dar posse à junta governativa eleita a 07 de abril do mesmo ano. De início foi pelo 1º secretário procedida a chamada geral dos associados, e estes conhecendo o número legal declarou aberta a sessão e transmitiu a palavra ao Dr. Heitor Galant convidado especialmente para presidir os trabalhos da mesma. Tomando a palavra o Dr. Galant passou ao sr. Joaquim Rodrigues Teles, presidente da União, que este fez larga exposição do que receberá ao assumir a presidência e do que entregará naquele momento.

A seguir falou o sr. Pedro Ramires em nome do tesoureiro da diretoria que terminara o mandato sr. Salvador Bianchi que revelou aos presentes a situação financeira da União, após fez uso da palavra o sr. Manuel da Silva, ex-secretário desta sociedade, que procedeu a leitura da ata lavrada a 07 de abril último, que na qual foi aclamada por unanimidade a comissão executiva que naquele momento tomara posse. Feito isto o sr. Manuel historiou rapidamente aquele acontecimento; passada a palavra ao Dr. Heitor Galant que deu como empossado o novo corpo administrativo da União Operária, convidando a seguir os elementos que o compunham para tomar assento na mesa na seguinte ordem: Presidente – Brasileiro Lara; 1º

Secretário – Euclides Braz; 2º dito – João Mario dos Santos; 1º tesoureiro – Salvador Bianchi; 2º dito – Joaquim R. Teles; Conselho Fiscal – João Pare, Pedro Ramires e Marcelino Traçante. Logo após o presidente da comissão em longo discurso salientou a gestão fecunda da diretoria que naquele momento terminava o seu mandato e expôs aos presentes parte do programa administrativo que pretendia por em execução durante a sua administração, e por fim usou a palavra o jovem Pedro R. Paré, tesoureiro do Centro Esportivo Operário, que em magnífico discurso alusivo bastante satisfez a assembleia; ainda a seguir o secretário, por determinação do presidente, fez a leitura de um telegrama de felicitação pela passagem do grande dia do operário, transmitido pelo ardoso companheiro Manoel Carvalho Portela. O telegrama em apreço continha os seguintes dizeres: “No grande dia em que se comemora a data universal do operariado envio aos beneméritos da União Operária e demais membros diretores da agremiação da qual ufano de ser um dos fundadores o meu efusivo abraço assim. Manuel Carvalho Portela”. E nesta altura dos trabalhos o Sr. Heitor Galant, dando como encerrada a sessão comemorativa ao dia do operário, pronunciou com sua peculiar elegância belíssimo discurso em o qual salientou o papel do operário no progresso das coletividades e o esforço que os membros administradores da União Operária 1º de Maio despendido com o fim de elevar o nome desta já prestigiosa organização de classe; e ao terminar convidou aos operários não sócios da União a inscreverem-se num livro organizado especialmente para aquele fim, que uma vez assinado no referido livro ficava o operário considerado sócio desta entidade e ciente da joia que em cujo livro assinou-se o Dr. Heitor Galant doando à caixa beneficente a importância de 50\$000. E nesta hora, de nada mais tendo a tratar, deu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e não havendo convidou os presentes a passarem a outra dependência aonde foram para serem servidos com finos doces e bebidas e deste modo deu por encerrada a presente sessão.

Eu que esta ata lavrei assino-me Euclides Braz, Brasileiro Lara, Pedro Ramires, Salvador Bianchi, Joaquim R. Teles, João Pare, Hortêncio Rodrigues, Maria B. de Freias, Eulália Pare, Emilio Ferreira de Souza, Manuel A. Emiliano, Mariano de Oliveira, Alberto L. dos Santos, Luis Alves Machado, Mariano Pires Barros, Mario F. Fortes, Brasil.

“UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO”

Sede Própria Rua 20 de setembro

Ata nº 02

Aos 12 dias do mês de Maio de 1940, reunidos os membros da comissão executiva da União Operária seriam 10 horas da manhã quando o sr. Brasileiro Lara Presidente da comissão ordenou-me a dar início aos trabalhos o que fiz, procedendo a chamada dos membros da comissão e não encontrando falta declarei aberta sessão e transmiti a palavra ao presidente que ordenou-me a proceder a leitura do rascunho da ata da assembleia do dia 1º assim como do expediente, e não havendo outro em discussão, diversos assuntos, a começar pelos novos associados escritos no livro ouro em número de 67 e este considerado encerrado, e nomeada uma comissão composta dos membros Joaquim R. Teles e João Pare, a fim de procurarem entendimento com os inscritos, recebendo a importância correspondente ao mês, dando ciente a junta até o último dia do corrente mês.

Tomando a palavra o sr. Salvador Bianchi comunicou à comissão ter recebido do tesoureiro da quermesse sr. João P. Mario dos Santos a importância de 695\$200 inclusive 94\$000 réis em notas de contas de despesas pagas para a sessão de 1º de maio, cuja importância que corresponde à caixa beneficente, ficou aguardando solução para ser depositada no Banco.

E não tendo a comissão se conformado com as notas dos boletins de convite para a sessão de 1º de maio, por estar alterado o preço combinado, ficou designado para o sr. Salvador e João P. Mario para tomarem entendimento com a livraria a este respeito em continuação foi entregue pelo sr. Joaquim Teles ao tesoureiro a importância de 50\$000 réis doada pelo sr. Heitor Galant. Ainda prestou contas dos fundos que corresponde ao pecúlio perante a comissão o sr. Manoel Emiliano acusando um total de 246\$000 réis.

Entrando-se na parte beneficente, o sr. presidente propôs o seguinte: que de ora avante fica sem efeito a importância de 100\$000 réis que vinha sendo fornecido à família do sócio por ocasião de falecimento deste, e sim a parte que corresponde ao pecúlio que ficara também em obrigatória a todo ao associado; e goza ainda o sócio o direito no crédito de 100\$000 réis para medicamentos em qualquer farmácia, isto uma vez o estado de saúde do sócio, justificado pelo médico, não permita que ele trabalhe e nem esteja recebendo o seu ordenado, e neste caso ainda fica estabelecido uma diária de 3\$000 réis ao sócio, esta ao critério de uma comissão nomeada para este fim, e não podendo nunca ser dada de uma só vez para mais de 10 dias, ainda todos estes direitos baseados no artigo 6 de nossos estatutos. Ficou ainda nomeada uma comissão composta pelos srs. Brasileiro Lara,

Salvador Bianchi e Pedro Ramires para darem andamento na fase impressa da beneficente nos moldes da presente ata, fazendo entrega ao associado o mais tardar a 19 do corrente e dando publicidade pela imprensa que esta de avante fica em vigor.

Ficou ainda definitivamente acertado que todas as entradas de verbas correspondentes a festivais, bailes e outros seriam diretamente à caixa beneficente, ficando o patrimônio só com 50 por cento entre joia e mensalidade; deu entrada em caixa o sr. João Pare com a importância de 40\$000 réis correspondente a um baile na sede realizado a 11 do corrente; ainda o mesmo sr. propôs à comissão que a parte que corresponde ao Centro Esportivo Operário no valor de 110\$000 réis, que é a metade das despesas da comemoração da sessão de 1º de maio, conforme combinado fica; para terminar, por ocasião das entradas da Rifa do terreno, o que de acordo com a maioria, não se conformando o sr. Pedro Ramires e Salvador Bianchi. Antes de encerrar os trabalhos coube-me apresentar os prêmios que se acham depositados na sede como saldo das quermesses e são os seguintes: um estojo de xicaras grandes, este vendido 6 números não foi possível correr a rifa; um estojo de xicaras para cafezinho, à disposição do possuidor do nº 29; um fino par de vasos à disposição do nº 14; um fino estojo para cafezinho, à disposição do nº 35; uma caixa de percevejos; 5 tintas de 1 litro; e 101\$000 réis correspondentes às cautelas vendidas por ocasião da quermesse para a rifa do terreno doado pelo Dr. Rui Ramos, o qual foi pelo presidente encarregado de nomear comissão para passagem das mesmas, dando conta às sociedades ligadas para este fim o mais tardar no último dia do corrente mês.

E nesta altura o presidente não tendo nada a tratar deu por encerrada a presente sessão.

Alegrete, 12 de maio de 1940. Euclides Braz – 1º secretário, Brasília-Mota, Salvador Bianchi, Joaquim R. Telles, Pedro Ramires, João Pare, Manoel Emiliano.

“UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO”

Sede própria: Rua 20 de Setembro – Alegrete R.G. do Sul

Ata nº 03

Aos 16 dias do mês de junho de 1940, precisamente às 11 horas da manhã reuniram-se os membros da comissão executiva desta sociedade e sendo por mim procedida a chamada que notei a falta sem justificção dos membros João Mario dos Santos e Marcelino Traçante, e mesmo assim eu reconheci número legal, e declarei aberta a presente sessão e transmiti a palavra ao sr. presidente que em seguida ordenou-me a proceder a leitura

da última ata, que lida e aprovada foi por todos assinada; logo após foi lido o expediente que contou de diversos ofícios de agradecimento pelas comunicações da posse da comissão executiva e duas circulares expedidas pela diretoria, uma dirigida ao sócio Isidro V. Pombal, comunicando que a diretoria tomou providência sobre a nossa reclamação com referências a um empregado da Viação Férrea, e outra de pêsames ao consócio Astremamo Falcão.

Em continuação aos trabalhos foi dado o recebimento dos cargos correspondente à carga que foi assim discriminada: secretaria, 3 armários (sendo 2 bastante usados e um novo); a biblioteca, contendo 178 volumes de diversos autores, uns 15 a 20 livros usados com atas e outros fins, 2 livros novos sem uso; 1 campainha; 1 tinteiro; um furador de papel; 2 carimbos; 1 caixa de giz; 3 ganchos para papel; 1 arquivo de ofícios velhos; balancetes e outros papéis; uma quantidade de envelopes de circular papel de ofícios. propostas em branco, memorandos e 2 cadernos de verbos.

Carga da tesouraria existente na sede: 3 bandeiras, sendo uma brasileira e 2 da sociedade; 1 coberta de mesa; dois quadros negros; um lampião velho; 2 mesas, sendo uma de cavaletes; 2 cabides para chapéu; 2 quadros de retrato, sendo um do Dr. Alexandre da Silva Lisboa e outro de uma antiga diretoria; duas hastes de bandeiras; 38 cadeiras coloniais, sendo 3 sem guardas; 7 bancos mochos; 1 copeiro para água; 26 copos de vidro; 2 bicos de luz; 1 talha para água; um espanador.

Em poder do tesoureiro: 2 cadernetas com depósito no Banco da Província; 1 conta corrente credora com 1:389\$100; 1 promissória assinada por Mariano P. de Oliveira em 10-05-1939 no valor de 600\$000, entregou por conta 350\$000 resta 250\$000; 1 promissória assinada por Versando L. dos Santos, no valor de 304\$000 entregou por conta 200\$000, resta 104\$000, 1 título da construtora Dilar Ltda. de São Paulo de Plano C. Nº 15.281; 1 livro caixa; 1 livro grande; diversos talonários servidos com os nomes dos associados; escrituras de compras do terreno que corresponde à sede; verba na tesouraria por ocasião da passagem da tesouraria 195\$000.

Ainda a comissão dando continuação do seu trabalho, aprovou o regulamento que passou a vigorar na parte do pecúlio. A comissão teve conhecimento de que foram atendidos nestes dois meses, de maio para cá, com parte que corresponde a caixa beneficente, os sócios Francisco R. Martins e Reinaldo M. de Oliveira, cada um com importância de 100\$000 réis; e com medicamentos na farmácia e visitas médicas os seguintes: Manuel da Silva, Justo Silveira e João Tavares. Quanto ao Livro de Ouro aberto para inscrição de associados, deram entrada como quites na tesouraria em número de 45, de ambos os sexos. E na mesma ocasião foram propostos e

aceitos para sócios os seguintes: Etágibe Mota dos Santos; Edegar da Silva Lima; Athaualpa Pereira e a sra. Santa Costa. Por iniciativa do sr. Manuel A. Emiliano foi comunicado ter sido aberta uma lista, a fim de arrecadar algumas pequenas contribuições em favor do nosso consórcio gravemente enfermo, Reinaldo Marques de Oliveira, da qual já tinha sido entregue ao mesmo a importância de 50\$000 réis; sobre a porcentagem do cobrador, ficou à cargo do sr. presidente para ter entendimento com o cobrador e dar a solução à comissão; e sobre os melhoramentos da sede, ficou para resolver na próxima reunião; e ainda sobre os sócios em atraso, ficou a cargo do sr. Pedro Ramires, dando solução em uma outra reunião, a comissão resolveu encerrar o prazo que dava direito aos prêmios de sobra das quermesses, para resolver de outro modo.

Ainda o presidente comunicou termos recebidos em nossa sede a visita da Caravana Gabrielense; e antes de encerrar foi entregue ao tesoureiro pelo sr. Joaquim R. Teles a importância de 100\$000 réis por conta da duplicata assinada em favor desta sociedade pelo Sr. Versando L. dos Santos; e nesta altura dos trabalhos o sr. presidente de nada mais tendo a tratar deu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e não havendo deu por encerrada a presente sessão.

Eu que esta lavrei dou fé e assino-me 1º Secretário Euclides Braz, Brasiliano Lara, Salvador Bianchi, Joaquim Telles, João Pare, Manoel A Emiliano, Pedro Ramires.

“UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO”

Sede Própria: Rua 20 de Setembro – Alegrete

Ata Especial

Sendo decorrido hoje às 2 horas da madrugada o falecimento do humanitário clínico Dr. Alexandre da Silva Lisboa, a comissão executiva da União Operária 1º de Maio, num gesto de profundo pesar pelo desaparecimento do número dos vivos daquele médico que sempre se mostrou pronto de quase a totalidade da classe Trabalhadora de nossa terra, resolveu suspender a sessão de assembleia geral que estava marcada para aquele dia e nomeou uma comissão composta dos membros: Brasiliano Lara, Salvador Bianchi, Joaquim R. Teles e Pedro Ramires para representar, em nome desta sociedade, nas cerimônias fúnebres que deviam realizar-se no mesmo dia, e determinou que fosse lavrada a presente Ata.

Sala das seções da União O. 1º de Maio em Alegrete 07 de julho de 1940

Secretário Euclides Braz, João M. dos Santos, Salvador Bianchi, João Pare, Pedro Ramires.

UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO
Sede Própria: Rua 20 de Setembro – Alegrete – R. G. Sul
Sessão Ordinária da Comissão

Ata nº 04

Aos 21 horas do dia 1º de Agosto de 1940, reunida a comissão executiva desta sociedade em sessão ordinária. Em falta do sr. Brasileiro Lara, presidente desta comissão que por motivos justificados deixou de comparecer, eu 1º secretário tomei a palavra em nome do sr. presidente. Expus aos companheiros de comissão a necessidade que existe das reuniões quinzenalmente. E nesta ocasião, embora notando as faltas dos membros Joaquim R. Teles e Marcelino Traçante, em companhia dos demais, dei início aos trabalhos.

Que iniciou pelo expediente da secretaria que constou das apresentações de 9 propostas de novos associados, sendo 5 masculinas e 4 femininas, ambas aceitas por unanimidade.

Feito alguma exposição da tesouraria por tratar-se de uma reunião trimestral, o sr. tesoureiro expôs o seguinte: que no momento tinha recebido do cobrador sr. Emilio F. de Souza, correspondente às cobranças feitas dentro de 40 dias, a importância de 448\$000 réis, e que as despesas feitas durante o trimestre, só na parte que corresponde à caixa beneficente, estava assim discriminada: medicamento fornecido ao sócio Alberto L. dos Santos 100\$000 réis; a Francisco R Martins, 50\$000 réis; a Manuel da Silva 60\$000 réis; a João Tavares da Conceição 32\$000; a Reinaldo Marques de Oliveira 22\$000 réis; e a Justo Silveira 20\$000 réis; ainda pela tesouraria foi fornecida uma relação dos associados de ambos os sexos que acham-se com mais de 5 meses de atraso, o que ficou resolvido a serem comunicados e dando 15 dias para solucionarem-se, esgotado este prazo a comissão terá que agir de acordo com os estatutos. Os sócios incursos nas penas citadas são os seguintes: João G. Madeira, Manuel Rocha, Felisberto Rodrigues, Glicério Ferreira, Antonio R. da Rosa, Eduardo M. Ávila, Sérgio Carvalho, Alfredo Moura, José C. Moreira, Antonio Chaves Cantilhano da Rosa, Antonio dos Santos, Adão B. Corrêa, Hildebrando Rodrigues, João Paulo de Souza, Lucas da Rosa, Quirino Gomes, Amador Pahim, e Antônio Lara. Femininos: Rosa Brás, Maria J. de Abreu, Maria N. Machado, Araci M. dos Santos, Raquel de Souza, Petrocina Duarte, e Joaquina S. da Costa.

Em continuação aos trabalhos e falando-se sobre o pecúlio, ficou acertado que continuaria em poder do consócio Manoel Emiliano, para entrar em vigor em poder do tesoureiro na próxima chamada.

E ainda com referência à lista aberta em favor do consócio Reinaldo M. de Oliveira, e atualmente em poder do consócio Hildo Dorneles,

ficou para ser consolidado por uma circular a comparecer na sede para dar algum esclarecimento.

E quanto aos aumentos que deverão ser feitos em nossa sede ficou determinado a serem convidados a comparecerem na sede domingo próximo, a fim de fornecerem orçamento para a construção de um avarandado e aumento do contrafeito os sócios: Valdemar de Oliveira, Manuel Emiliano e Emílio F. de Souza.

E antes de encerrar os trabalhos a comissão fechou definitivamente as sessões ordinárias todos os dias 1º e 15 de cada mês; considerando em virtude ao resumido número da comissão desnecessário. Aviso: sendo que esta próxima será dia 14, pelo encerramento das cautelas. E nesta ocasião de nada mais tendo a tratar eu 1º secretário dei por encerrada a presente sessão.

Alegrete 1º de Agosto de 1940, Euclides Braz, Brasiliano Lara, Salvador Bianchi, João Pare, Pedro Ramires, Manoel A. Emiliano.

“UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO”

Sede Própria: Rua 20 de Setembro – Alegrete R. G. do Sul

Ata Especial

A comissão executiva reunida domingo 11 do corrente mês com o fim definitivo de acertar as bases como devia decorrer a marcha dos trabalhos que deverão ser iniciados em nossa sede, resolveu o seguinte:

1º Fazer um avarandado do portão da frente aos fundos, no alinhamento do contrafeito de tábuas, este declara as seguintes dimensão: 14 m de fundos por 2,60 m de frente.

2º Por parte do pedreiro será levantada a frente e levantada uma parede de tabique com pilares de frente a fundos, o alicerce de pedras; cuja parede levará 3 bandeiras, este ao nível do da sede, esta área ficará rebocada por dentro.

3º A parte de carpinteiro fazer uma porta compartilhada para a frente; 3 bandeiras com portaladas, madeiramento, assoalhar com tiras de 13 as modificações na parede de tábua, uma pequena porta nos fundos.

Orçamento para este plano feito pelo sr. Manuel Emiliano e Euclides Braz atinge um total de 2:500\$000 réis, sendo mão de obra: pedreiro 455\$000; carpinteiro 380\$000; e o mais e material.

A comissão resolveu o seguinte: aprovar o orçamento e dado início o trabalho confia este por um lado ao sr. Manuel Emiliano e, pelo outro, Euclides Braz, sendo aproveitado na execução deste trabalho sócios da sociedade.

Modo para custear o trabalho, na parte financeira: por parte do sr. tesoureiro, ficando depositado 1 conto de réis para este fim e fica designada uma comissão composta dos membros: Brasileiro Lara, Salvador Bianchi e Euclides Braz para terem entendimento na prefeitura e na barraca sobre o fornecimento de material e condições do pagamento. Todo material será fornecido mediante o pedido do encarregado do serviço que corresponde ao pedido assinado pelo presidente e o tesoureiro.

Para efetuar a compra do tijolo e da pedra necessária para o trabalho está afeta ao sr. Manuel Emiliano e João Pare, de preferência; o tijolo, do consócio Amador Pahim. A areia, em virtude de um preço conveniente de 7\$000 réis o metro, ficou a cargo de sr. Marcelino Traçante. Euclides Braz, Brasileiro Lara, Salvador Bianchi, João Pare, Pedro Ramires, Manoel Emiliano.

UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO

Ata nº 05

Aos 15 dias do mês de setembro de 1940. Reuniu-se a comissão executiva desta sociedade procedendo à chamada dos membros. Notam-se as faltas sem justificação dos sr.es Joaquim R. Telles, e Marcelino Traçante e João Mario dos Santos, mesmo assim eu secretário reconheci número legal e declarei aberta a sessão e transmiti a palavra ao sr. Brasileiro Lara, presidente da comissão, que em seguida determinou-me proceder à leitura da última ata, que lida e aprovada foi por todos assinada. Lido o expediente que constou de um ofício do consócio Manoel da Silva, solicitando sua eliminação do quadro social. Como no conteúdo do seu ofício não expunha as razões, a comissão designou o membro Pedro Ramires para ter entendimento com o referido associado, solicitando deste um esclarecimento mais perfeito dos motivos que deram causa à sua atitude. E ainda no expediente foram apresentadas 8 propostas de novos associados, sendo 7 masculinas e 1 feminina, das quais 7 aceitas, ficando 1 na ficha para melhor esclarecimento; tratando-se dos sócios em atraso, que aos quais foram enviadas circulares de comunicação de seu atraso, diversos desses procuraram a legalizar-se com o cobrador, ficando incursos no artigo 7 de nossos estatutos. Outros foram licenciados até se reabilitarem, os seguintes: Eduardo Martins Ávila, Sergio Carvalho, Felisberto Rodrigues, Antonio P. da Roza, Alfredo Mora, Antonio Chaves, Antonio dos Santos, Lucas da Roza e Patrocina Duarte.

Ainda em continuação aos trabalhos, ficou resolvido a oficializar-se a sr.ita Aldema Pereira, agradecendo o seu esforço prestado para apresentar a sua aula na formatura da parada cívica. E ao sr. Antonio da Roza, solici-

tando o pagamento do aluguel da sede por ocasião de um baile particular; ao sr. Marcelino Traçante, solicitando a apresentação no prazo máximo de 15 dias, apresentação da cautela 032 que dá direito ao terreno sorteado em benefício à caixa desta sociedade e pedindo o reembolso de um seu débito com a tesouraria. Ainda foi entregue o trabalho do aumento feito em nossa sede, que depois de muito bem controlado, as despesas atingiram um total de 3:225\$200; e antes de encerrar os trabalhos da presente sessão, achava-se presente o consócio Mário J. Gomes que se dirigindo à comissão congratulou-se com a mesma: transmitindo os seus sinceros parabéns pelo grande melhoramento apresentado em nossa sede em tão curto espaço de tempo. O sr. presidente, em nome da comissão, sensibilizado agradeceu as referências do consócio.

E ainda nesta altura dos trabalhos o sr. Salvador Bianque declarou ter sido requerido e entregue ao consócio Manoel Conceição, por achar-se doente e impossibilitado de trabalhar, a importância de 30\$000 réis correspondente a 10 dias de diária. E propôs o que foi aceito: que a próxima sessão devia ser de assembleia geral, a fim de apresentar o trabalho feito em nossa sede, assim como as despesas feitas. E nesta ocasião o sr. presidente de nada mais tendo a tratar determinou que os aluguéis da sede para baile elevariam-se para 80\$000 réis por noite, e nesta altura deu por encerrado os trabalhos da presente sessão.

Eu que esta lavrei assino-me Euclides Braz, secretário, Brasileiro Lara, Pedro Ramires, Joaquim R. Telles, João Pare, Salvador Bianchi.

UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO

Sede Própria: Rua 20 de Setembro A . Rio G. do Sul

Ata Nº 06

Aos 3 dias do mês de novembro de 1940 às 11 horas da manhã. Reuniu-se a comissão executiva desta sociedade, com o fim de tratar de diversos assuntos de interesse social; e nesta ocasião notava-se a falta sem justificação do membro da comissão fiscal Marcelino Traçante e com justificação do 2º secretário João Mário dos Santos.

Dando início aos trabalhos foi lida e assinada a última ata. Do expediente, que constou de 2 propostas, que as quais foram aceitas: Olímpio S. da Silva e Salome Labrea dos Rios. O secretário comunicou que lhe foi solicitado pelo sócio Hortêncio Rodrigues 60 dias de licença para ausentar-se da localidade. Em virtude de não ter se realizado por falta de número a assembleia geral, conforme aviso pela imprensa, a comissão resolveu fazer a 2º comunicação pessoalmente por comissões que ficaram designados os

seguintes: 1ª Zona - Emílio F. de Souza, Euclides Braz; 2ª Zona - Alexandre A. de Oliveira e Luiz B de Freitas; 3ª Zona - João Pare, Nabor Emiliano; 4ª Zona - Justo Silveira e Ingracio Nunes. E ainda por achar-se enfermo o membro da comissão sr. João Mario dos Santos que exercia as funções de 2º secretário, ficou resolvido a convidar-se para substituí-lo interinamente o sócio Alexandre R. de Oliveira. Tomando a palavra o sr. Pedro Ramires como incumbido em ter entendimento com o consócio Manoel da Silva, com referências a um seu pedido de eliminação, de cujo entendimento descrevemos o seguinte resultado: o sr. Manoel da Silva, revogando o seu pedido, resolveu a continuar como sócio desta entidade. O sr. presidente expôs que, atendendo um convite da Associação Rural para se fazer representar esta sociedade na inauguração da exposição realizada em outubro, na qual se fez representar por uma comissão composta pelos membros Brasiliano Lara, Salvador Bianchi e Joaquim R. Telles. E na mesma ocasião esta comissão, para atender uma informação dada pelo consócio Justino Oronã, operário este que trabalha na charqueada local. Com referências aos operários que estavam ali, estavam trabalhando 11 e 12 horas no dia e pelos mesmos 7\$000 réis que correspondem às 8 horas de trabalho. A comissão procurou ouvir o sr. Maurício Aprato, dirigente dos trabalhos da referida firma, o que mais tarde foi forçado a dirigir-se ao sr. Simplicio Jaques Dornelles, gerente da mesma, o que a referida comissão conseguiu solução satisfatória, passando os mesmos operários a receberem os 7\$000 dentro das 8 horas de trabalho e 900 réis a hora em de excesso.

O sr. presidente expos que, em virtude de ainda não ter sido apresentada a cautela 032 que dá direito ao terreno sorteado por esta sociedade e já publicado pela imprensa há mais de 60 dias, ficava pela assembleia de hoje definitivamente resolvido. E ainda determinou que fosse oficiado ao Sr. Simplicio Dornelles agradecendo a decisão satisfatória que deu à comissão em nome desta sociedade. Tomando a palavra o sr. tesoureiro, comunicou ter sido entregue ao sr. Verando L. dos Santos como saldo de conta uma sua promissória assinada em favor desta sociedade. E ainda o sr. presidente, antes de encerrar, comunicou à comissão que acham-se em Porto Alegre, e dentro em breve aqui, as cadernetas profissionais requeridas por esta sociedade a dois anos atrás; e também comunicou, por ter sido excluída do número de sócia por ter falecido repentinamente, a sra. Paulina Prates Ferreira. Em continuação tomou a palavra o sr. tesoureiro que apresentou à comissão fiscal o balancete da tesouraria correspondente ao trimestre que o qual acha-se assim discriminado, conforme exposto no quadro negro. E nesta altura de nada mais tendo foi dada como encerrada a presente sessão. Euclides Braz, 1º secretário, Brasiliano Lara, Pedro Ramires, João Pare, Salvador Bianchi, Manoel A Emiliano.

UNIÃO OPERÁRIA – 1º DE MAIO
Sede Própria: Rua 20 de Setembro. Alegrete
10 de novembro de 1940

Ata nº 07

Sessão de Assembleia Geral Ordinária

Às 10 horas da manhã do dia acima citado, reunidos os associados de ambos os sexos da União operária, a fim de assistirem a sessão de assembleia geral ordinária.

Correspondente ao 1º semestre da administração da comissão. Às 10 horas, por ordem do sr. presidente. Eu secretário dei início aos trabalhos. A começar pela chamada dos associados, que reconheci número legal.

De acordo com o aviso pessoal feito por comissões. Declarei aberta a presente sessão e procedendo a leitura da ata nº 06. E o expediente da secretaria: que constou de um ofício do sócio Francisco H. Martins, solicitando seis meses de licença. Que foi concedida; um dito, da 2ª divisão, convidando a Sociedade para tomar parte nas festas militares que se realizariam de 10 a 15 do corrente; 6 propostas de novos associados, sendo 5 aceitas e 1 recusada pelo proposto (ter atingido a idade de 65 anos). Ainda nesta ocasião foi apresentado à assembleia o movimento da secretaria correspondente ao semestre que constou o seguinte: 6 atas lavradas; 17 ofícios; 85 sócios de ambos os sexos – incluídos 12 licenciados por atraso de mensalidade, uma sócia por falecimento. Total de associados em atividade – 240, sendo masculino 160 e 80 feminino.

E logo em seguida tomou a palavra o sr. presidente que procedeu à leitura do balancete correspondente ao semestre apresentado pelo o tesoureiro, conforme final da ata anterior. Esta assim discriminada: saldo em caixa recebido pela administração anterior 195\$200; depósito em duas cadernetas do Banco da Província 3:902\$200; arrecadações correspondentes à mensalidade, joias, aluguel do salão, doação quermesse, sorteio do terreno, verba por conta de duas duplicatas assinadas em favor desta sociedade, retirada do banco 200\$000 réis, dinheiro de caixa 195\$200. Total 3:719\$000.

Despesas correspondentes ao mesmo semestre, conforme notas em poder do sr. tesoureiro, exposto no quadro negro: 4:728\$850. Contas a pagar relativas a despesas 1067\$250. Saldo em caixa 57\$400. Depósito no banco 3:702\$300. Tratando-se ainda da cautela 032 que dá direito ao terreno sorteado por esta sociedade, que ainda não foi apresentada: a assembleia resolveu dar mais 10 dias de prazo e publicar na imprensa. Findando este prazo e não apresentada a referida cautela a União tomará posse definitivamente do referido terreno. Continuando os trabalhos e dando a palavra

a quem dela quisesse fazer uso, o consócio Mariano Pires da Rosa, em seu nome e em nome da família da ex-consócia Paulina Prates: agradece a Sociedade pelo auxílio prestado àquela consócia por ocasião de seu falecimento, que embora a mencionada consócia não tendo concorrido com a parte que correspondia ao pecúlio, mas de acordo com a situação, a sociedade concorreu com o que esteve na altura de suas posses.

E usando da palavra também o sr. Manoel Emiliano, propôs à comissão a organização de delegados de ambos os sexos, por cada zona, que tomarão entendimento com os associados para todos os fins necessários.

E nesta altura o sr. presidente de nada mais tendo a tratar deu por encerrada presente sessão.

Eu que esta lavrei dou fé e assino-me. Euclides Braz – 1º Secretário, Brasiliano Lara, João Pare, Alexandre Ribeiro e Oliveira.

UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO

Sessão Ordinária da Comissão

Ata nº 08

Às 10 horas da manhã do dia 22 de dezembro de 1940. Reunida esta comissão, notava-se as faltas sem justificação dos membros Joaquim Telles, Marcelino Traçante. Pela maioria, eu secretario declarei aberta a sessão e transmiti a palavra ao presidente; lida e assinada última ata. Expediente: 2 propostas aceitas Olivério Nilo Rodrigues Deus e João Rodolfo Esquevel; um ofício do consócio Clemencor Benites da Silva, justificando a sua falta na assembleia. Por mim foi dado à comissão, como encarregado dos funerais do ex-consócio João Tavares, o esclarecimento de sua exclusão por falecimento e recebimento do tesoureiro pelo pecúlio, Sr. Manoel Emiliano, da importância de 200\$000 réis para atender às referidas despesas, sendo que montaram a 226\$000 mil réis, entrando com o excesso a tesouraria da Banda União Operária.

E nesta altura o presidente determinou-me que fizesse constar em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento de tão esforçado consócio. E de conformidade com o regulamento do pecúlio em vigor e com o grande número de sócios em atraso de mensalidades, a comissão resolveu agir de acordo com o artigo 6 parágrafo 8 dos nossos estatutos, e assim como iniciar rigorosamente a primeira chamada obrigatória do novo regulamento. Para tais fins ficou nomeada uma comissão: a direção do sr. João Pare que tem como auxiliares os consócios Alex R. de Oliveira e Antonio da Rosa. E esta comissão no compromisso de dar conta de seu mandato na próxima sessão ordinária. E ainda ao sr. João Pare cabe o direito de dispor de 10 por

cento sobre a cobrança do pecúlio. Dada a palavra ao sr. Manoel Emiliano ex-tesoureiro do pecúlio que, de conformidade com o novo regulamento, fez a entrega ao sr. Salvador Bianchi, tesoureiro desta sociedade, de todos os documentos dos pecúlios pagos durante a sua gestão e ainda um saldo em dinheiro de 42\$000 réis rubricado o livro pelo sr. presidente.

Ordenou-me a deixar em ata os sinceros agradecimentos da comissão pelo esforço e dedicação demonstrados pelo consócio Manoel Emiliano no desempenho da árdua missão que acaba de desincumbir-se. O sr. presidente propôs, o que foi aceito por unanimidade, a transmitir pela imprensa local aos nossos associados as nossos felicitações pela entrada do Novo Ano, e assim como às sociedades coirmãs das vizinhas localidades. Foi entregue o tabuado feito no pátio desta por ocasião da visita da caravana Rosariense com o material no valor de 97\$000 réis. E antes de encerrar a sessão ainda foi remetido à apreciação as faltas que vem tendo nas sessões o membro do conselho Marcelino Traçante. Ficou então resolvido a oficializar-se o mesmo, chamando-lhe atenção e, no caso de reincidência, será severamente punido de acordo com os nossos estatutos.

E antes de encerrar o sr. presidente determinou uma comissão para receber do sr. João Bicca de Freitas o terreno doado a esta sociedade a 1º de maio próximo passado, a qual ficou assim constituída: Brasiliano Lara, Salvador Bianchi e Pedro Ramires.

E nesta altura de nada mais tendo a tratar deu por encerrada a presente sessão.

Eu que esta lavrei dou fé assino-me Euclides Braz, 1º secretário, Brasiliano Lara, João Pare, Alexandre Ribeiro de Oliveira.

UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO **Alegrete, 9 de janeiro de 1941**

Ata nº 09

Sessão ordinária da comissão as 21 horas do dia acima citado, reunida esta comissão, o presidente ordenou-me a dar início aos trabalhos que, embora notasse as faltas dos membros Salvador Bianchi, Pedro Ramires e Joaquim Telles, eu secretário reconheci número legal e declarei aberta a sessão. Transmitida a palavra ao sr. presidente ordenou-me a proceder à leitura da última ata e do expediente existente. Lida a ata e assinada, dei conhecimento do expediente que constou o seguinte: 4 ofícios recebidos, um de uma comissão de sócios solicitando o empréstimo do salão para uma reunião dançante – concedida, uma vez preenchidas as formalidades do artigo 44 dos nossos estatutos; um da Associação Comercial dos Varejistas,

convidando a se fazer representar na posse da nova diretoria – nomeados para este fim Salvador Bianchi e Brasileiro Lara; um da consócia Florinda Braz de Oliveira, solicitando uma licença por tempo indeterminado – concedido; um das consócias Maria do Carmo e Iolanda Bota, solicitando a eliminação de sócios desta sociedade – respondido concedendo conforme seu pedido. Ainda nessa sessão foram propostos e aceitos como sócios os seguintes: Timóteo Trindade Gomes, Jorge Escobar, [ilegível] Bastos da Silva, João Cantilho da Silva, Aristides Pare da Silva e Francisco Benites.

Em seguida foi pelo sr. presidente feitas as seguintes nomeações, Francisco Pereira e Almedorina Alves dos Santos para, no espaço de 90 dias, exercerem as funções de delegados desta sociedade, na 1ª zona. Alfeu B. de Freitas e Henriqueta Paula Potelino, na 2ª zona. Manoel Emiliano e Regina Ribas, na 3ª zona; e Justo Silveira e Francelina F. de Brum, na 4ª zona.

E o sr. Marcelino Traçante e Alexandre Ribeiro de Oliveira para tomarem um novo entendimento com os sócios em atraso; e o sr. Brasileiro Lara e Salvador Bianchi para terem um entendimento com o prefeito sobre a taxa de água paga por esta sociedade

Na mesma sessão a comissão executiva resolveu dar mais 15 dias do prazo para os sócios em atraso, excedido este serão os mesmos punidos na conformidade com os estatutos. Esta próxima sessão designará o dia do recebimento do terreno, na Vila Nova.

O sr. João Pare deu uma solução satisfatória da missão que lhe foi incumbida pela comissão, em ter entendimento com o associado em atraso. E nesta altura o sr. presidente de nada mais tendo a tratar determinou que que fizesse constar em ata um voto de profundo pesar pela morte do ex-consócio Nazareno Silva, e deu por encerrada a presente sessão. Eu que esta lavrei assino-me Euclides Braz 1º secretário, Brasileiro Lara, Salvador Bianchi, João Pare, Joaquim R. Teles, Pedro Ramires.

UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO **Sessão Ordinária de Comissão**

Ata nº 10

Às 10 horas da manhã do dia 2 de fevereiro de 1941, reunida a comissão, o presidente determinou abrir a sessão que, mesmo notando as faltas dos membros Marcelino Traçante e Alexandre R de Oliveira, declarei aberta a presente sessão e fiz a leitura da ata nº 09 que foi pelos presentes assinada.

Expediente: constou 2 ofícios, um do sr. Nabor Emiliano, solicitando uma licença sem tempo, por ter que entrar nas fileiras do exército; um do sr. Alfeu P. Doria, comunicando seu afastamento do corpo diretor da

Gazeta de Alegrete e ter assumido o cargo de juiz municipal como 4º suplente; e um cartão do diretor do Banco do Brasil, convidando para se fazer representar na inauguração daquele estabelecimento que ficou esta representação a cargo do sr. presidente.

Foram apresentadas e aceitas 3 propostas: Juvenal Fernandes, Francisco Telles e Mateus do Nascimento. Ficou deliberado que o secretário deveria procurar entendimento pessoal com todos os delegados nomeados e fornecer as instruções, assim como uma relação dos associados correspondentes à zona. E ainda foi nomeado para 5ª zona, considerada além da ponte, com os mesmos fins, o sr. Hortencio Rodrigues. Quanto à punição dos sócios em atraso ficou para ser aplicada logo após ouvisse o procurador com referência às últimas cobranças. E finalmente ficou nomeado o sr. João Pare para, em campanha de um outro associado, receber e avaliar o terreno, a fim de ser vendido com a máxima brevidade. E nesta ocasião de nada mais tendo a tratar ficou encerrada a sessão.

Eu que esta lavrei dou fé assino-me Alexandre Ribeiro de Oliveira – 2º secretário interino, Brasiliano Lara, Joaquim R. Telles, João Pare, Salvador Bianchi.

UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO

Sessão Ordinária da Diretoria

Ata nº 11

Era 10 horas da manhã de 30 de março de 1941, reunidos os membros da comissão, quando o sr. presidente determinou abrir a sessão. Com comparecimento dos seguintes membros: Brasiliano Lara, Joaquim R. Telles, João Pare, Salvador Bianchi – achando número legal, declarei a sessão. Fiz a leitura da ata nº 10, que foi pelos presentes assinada. E no expediente: constavam 5 propostas, que foram aceitas a de Agustinha Jobim, srta Rosa Guedes, Salvador Lopes dos Santos, Mario Peres Antonio e Candido de Melo; um ofício do Botafogo Futebol Club comunicando a posse da nova diretoria; um convite das alunas Mestras de 1940 para assistir colação de grau das alunas Mestras de 1940; uma carta da sócia Patrocina Duarte, mandando pagar mensalidade atrasada e pedir uma licença sem tempo determinado, que foi cedida; uma carta do sócio Octavio C. Machado, pedindo auxílio à comissão.

Em continuação dos trabalhos o ilustríssimo presidente ordenou ao secretário excluir o nosso consócio Otavio C. Machado desta sociedade, por falecimento. A União fez representar-se. Foi pedido o salão para sábado de aleluia para Alda Alves Santos, para um baile. Ficou resolvido a pagar

o pecúlio ao sócio Octavio C. Machado; vai se proceder à chamada para o pagamento.

Ainda ficou resolvido a comemorar a data de 1º de maio. O sr. Joaquim R. Telles solicitou uma licença temporariamente para srta. Bila Rodrigues, que foi concedida. Ainda ficou resolvido uma reunião para quinta feira, a tratar de 1º de maio.

Eu que esta lavrei dou fé assino-me Alexandre Ribeiro de Oliveira 2º secretário interino, Brasiliano Lara, João Pare, Salvador Bianchi Euclides Braz, Pedro Ramires.

UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO
Alegrete, 02 de Julho de 1941.
Sessão ordinária da Diretoria.

Ata nº 12

Precisamente às 9 horas da noite, reunida a comissão diretora da União Operária 1º de Maio em sua sede social. E pelo Sr. Brasiliano Lara, presidente da mesma, foi concedida a palavra ao 2º secretário em exercício para dar início aos trabalhos, o que foi feito embora nota-se a falta sem justificação do conselheiro Marcelino Traçante. O secretário reconheceu número legal e declarou aberta a presente sessão.

E transmitiu a palavra ao sr. presidente que, em seguida, ordenou que fosse procedida à leitura da última ata, que foi lida e por todos assinada. Em continuação foram lidos no expediente 2 ofícios, um do consócio Martimiano Tavares, solicitando sua eliminação do quadro social, motivo de não estar trabalhando e não querer ficar em débito com a sociedade - resolvido conceder uma licença até que o sócio reabilite a sua situação financeira, e queira reingressar no quadro social; um ofício do consócio Pedro R. Pare, desculpando-se por não ter comunicado sua ausência quando ingressou nas fileiras do exército, e pedindo sua reinclusão no quadro social - a diretoria resolveu conceder, conforme o pedido.

Foi na mesma reunião proposto e aceito como sócio o sr. Adolfo Fernando Crespo. O sr. João Pare deu conhecimento à diretoria que nada conseguiu sobre as contas da sociedade, as quais foi ele incumbido em receber, e pediu – o que foi aceito pela diretoria – que fizesse constar em ata a falta de [ilegível] em atender o débito correspondente ao aluguel do salão, para o seu baile de encerramento por parte da diretoria do Bloco (o nome vem depois)³.

3 Ao que tudo indica, o nome foi deixado para depois e acabou não sendo registrado.

Que a qual foi referida sobre a presidência do nosso consócio João dos Santos. Pelo conselheiro Pedro Ramires, foi transmitida à diretoria os agradecimentos por parte das famílias dos sres. Aredeu Telles e Ataliba da Rosa por terem ocupado os compartimentos da sede por ocasião da grande enchente. O sr. presidente em larga palestra expôs aos seus companheiros de diretoria a situação da sociedade no sentido em que já devia estar reconhecida. O que tendo entendimento com o Dr. João Medeiros, encarregado deste trabalho, julga ainda não ter nada encaminhado. E de acordo com necessidade que existe em legalizar a Sociedade. Neste ponto de vista a diretoria resolveu dirigir-se diretamente ao sr. Luiz Assumpção, em Porto Alegre, e isto por intermédio do Dr. Lourenço Mario Prunes; estas correspondências ficarão a cargo do sr. Brasiliano Lara, dando-nos uma solução a respeito na assembleia do dia 13 do corrente.

Ainda em continuação aos trabalhos, tratando-se do pecúlio deixado pelo ex-consócio Octavio Machado, este a ser entregue à sua família num total de 210\$000 réis, assim descriminados: armadoria fúnebre, 85\$000 réis; material fornecido por conta do pecúlio para terminação da casa deixada em para terminação da comissão, conforme convinha feito pela viúva com o presidente da União, 65\$700; entregue à viúva com saldo dos 210\$000, 59\$300.

O sr. presidente determinou que constasse em ata mais um quadro doloroso: registrou-se em nosso meio social Zildo Dornelles de Quadros, sócio há quase um ano, na manhã de 10 de junho dá cabo a vida por meio de um brutal suicídio. Dando assim a sua exclusão do número de sócio. Nesta sessão ainda entrou em atividade de seu cargo o qual vinha com licença por tempo indeterminado, o 1º secretário. Soluções que foram tomadas pela diretoria: realizar uma assembleia no dia 13 do corrente às 10 horas da manhã; reunião da diretoria no dia 7 do corrente à mesma hora; nomear diretores de mesa para auxiliarem à diretoria trimestralmente, os quais ficaram indicados os sócios Euclides Machado, Rivadávia Correia e Nilo Ribas; e para preenchimento do cargo de 2º secretário, em vista em não aceitar a efetivar-se o interino Alex R. de Oliveira, foi lembrado o sr. Pedro Ribeiro. A diretoria resolveu dar publicidade pela imprensa mensalmente todo o ocorrido durante o mês, isto em folheto especialmente para este fim. E finalmente em virtude das faltas que vem tendo o membro do conselho Marcelino Traçante: a diretoria resolveu destituir de seu cargo, sendo lembrado para o seu cargo o sr. Timóteo Trindade. E nesta altura o sr. Presidente de nada mais tendo a tratar deu por encerrada a presente sessão. Eu que esta lavrei dou fé assino-me Alexandre R. de Oliveira 1º, 2º secretário interino, Euclides Braz, Brasiliano Lara, Salvador Bianchi, Joaquim R. Telles.

UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO

Sessão Extraordinária da Diretoria

Ata nº 12

Esta diretoria reunida a 7 do corrente, às 10 horas da manhã, com o fim de empossar os consócios Pedro Ribeiro Pare e Timóteo Trindade, aquele para preencher o cargo de 2º secretário e este para preencher o cargo de membro do conselho, tendo o primeiro comparecido e tomado posse do encargo, e o segundo, não tendo comparecido, e por este motivo não tendo sido empossado. Foi incumbido de falar ao consócio referido, o companheiro Joaquim Rodrigues Telles.

Tomaram também compromisso, perante a diretoria, para desempenharem o encargo de diretores do mês, por espaço de 90 dias os consócios, Nilo Ribas, Euclides Machado e Rivadavia Corrêa, assumindo a direção da comissão diretora o companheiro Nilo Ribas, o qual tem sobre si o que consta de responsabilidade, em relação à boa marcha no que significa a ordem em nossa sede.

Foram nomeadas as seguintes comissões pelo presidente, comissão composta pelos consócios: Brasiliano Lara, Joaquim Rodrigues Teles e João Pare, para falarem ao sr. João Medeiros a respeito do registro da sociedade junto ao Ministério do Trabalho.

Comissão composta dos companheiros: Salvador Bianchi, João Pare, Joaquim Rodrigues Telles, Rivadavia Corrêa e Pedro Ribeiro Pare, para representarem a sociedade na missa de ano que será realizada em sufrágio à alma do Dr. Alexandre da Silva Lisboa. O sr. presidente expôs perante a diretoria um pedido em medicamentos para o consócio Alberto dos Santos, em exposição já feita por motivo de o regulamento não permitir e o mesmo já ter excedido ao seu direito, e ainda mais porque o referido consócio estar em pouca atividade na sua profissão, tudo isso foi-lhe comunicado por carta, fazendo mais claro as bases do nosso regulamento. Apesar disso, a diretoria resolveu ceder, visto ter havido um entendimento com o companheiro João Francisco Rodrigues, a que ficou afeto a referida receita no valor de vinte mil réis (20\$000).

A diretoria resolveu também atender a um débito feito ainda por ocasião da embaixada rosariense no valor de 136\$000, com o Dr. Florentino Irisaga. Muito embora não houvesse responsabilidade por parte da sociedade, porque a seleção foi patrocinada pela maior parte dos membros da diretoria. Serão procurados meios sociais para reembolsar à sociedade da referida importância. E nesta altura nada mais havendo a tratar o presidente deu por encerrada a sessão. Eu que esta lavrei assino Euclides Braz.

UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO

Assembleia Geral Extraordinária

Aos doze dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e um às 10 horas, na sede social, perante grande número de sócios e operários em geral, teve lugar importante reunião de assembleia geral extraordinária, para tratar assuntos de interesse da classe.

Dando início aos trabalhos o companheiro presidente, declara em rápidas palavras que o fim da reunião era informar que a União Operária 1º de Maio estava tratando em Porto Alegre do seu registro como associação profissional no Ministério do Trabalho, em acordo com decretos elaborados pelo nosso governo. 1º e 48 D. Lei 1402 de 5/7/1939, modificado pelo último pelo de 2.353 de 29/6/1940.

Disse que essa medida era tomada em virtude de mudanças das leis trabalhistas do país.

E para que os trabalhadores tivessem uma ideia concreta sobre o palpitante assunto, apresentava aos operários o sr. Ismar Campelo, convidado especial, para falar sobre a legislação trabalhista.

Tomando a palavra, o sr. Ismar Campelo enalteceu a pessoa do nosso presidente, tendo este agradecido. O Dr. Campelo demonstrou com todas as precisões em que consiste o operário unido, com todos os direitos ditados pela nossa constituição. Salientando também assunto a respeito do salário mínimo, com todos os pormenores.

Tratando do assunto, para meios de registro da sociedade, o sr. Dr. explicou que era muitíssimo necessário, que só assim o operário desenvolveria satisfatoriamente todos os entraves para o bom funcionamento para o social, com organizações diversas no que concerne a todos os meios para desenvolver quer moral ou material os operários, que não devem somente viver para o trabalho material, que devem trabalhar o mais possível pelo desenvolvimento cultural da classe.

Disse que um sindicato não deve ser organizado com diversas profissões e sim, que cada classe de profissão, constitua seu núcleo para assim, em número admissível, conseguir registros como federação.

Falou que cada operário deve ser um batalhador constante pelo desenvolvimento da sociedade, fazendo ver quão desfavorável é a crítica de desmoralizar a classe operária, cuja é constituída por elementos para coadjuvar e auxiliar os bons desejos da classe.

Discerniu a respeito do patrão e empregado no que consiste as oito horas de trabalho; explicando, também que o operário não deve trabalhar aos domingos e que o empregador consciencioso não deve permitir o está-

gio do empregado no serviço em dia domingo.

Fez os que constituem a classe verem todas as necessidades, que para sindicalizar a classe sobrevirá visto a forma como é constituída nossa organização.

Mas que, unindo cada núcleo de profissão, mesmo com elementos de fora, mas da mesma profissão, poderão assim levar a efeito o desejo dos operários.

Terminando o Dr. Campelo, concitou ao operariado para trabalhar no interesse de elevar a classe, a conseguir o bom intento. Uma salva de palmas ecoou no salão, abafando as últimas palavras da demonstração do sr. Dr. que demonstrou sua estima e vontade em ver o operário alegretense conhecedor dos estatutos do Ministério do Trabalho, para devido reconhecimento e registro. Eu que esta lavrei, dou fé assino Pedro Ribeiro Pare, Brasiliano Lara, Timoteo Trindade, Pedro Ramires, Hortêncio J. dos Santos, Alberto dos Santos, Caetano Falcão, Pedro Olimpio Soares, David Luca, Lafaete Macedo, Julio Candido Almeida, Joaquim Rodrigues Telles, Antonio de Oliveira, Felício Trindade Gomes, Eleodoro Blanco, Hildebrando Conceição Rodrigues, Antonio Braga de Oliveira, Mariano Pires da Rosa, Ingracio Nunes, João Paré, Francisco Araújo, Rivadavia Correia, Sabino Prado, Romário Abreu Universino Marques da Silva, Aristides Bercira da Silva, Maria Antonia Silveira, Anna da Silva, Pedro Alves, Salvador Lopes dos Santos, Odete Marinho, Caetana Alves da Cruz, Maria Francisca Silveira, Alvorino Machado, João Paré.

**Imagens 1 a 3 - Ata da União Operária 1º de Maio
de 11 de outubro de 1941**

União Operária 1º de Maio
Assamblea geral extraordinaria

Aos doze dias do mês de Outubro de mil novecentos e quarenta e um, as 10 horas, na sede social, perante grande numero de sócios e operários em geral, teve lugar importante reunião de assamblea geral extraordinaria, para tratar assuntos de interesse da classe.

Dando inicio aos trabalhos, o companheiro (e companheiro) presidente, declara em rapidos palavrões que o fim da reunião era informar que a União Operária 1º de Maio estava tratando em Porto Alegre do seu respectivo registro como associação profissional no Ministério do Trabalho, em acordo com decretos elaborados pelo novo governo. 648 do D. lei. 1402 de 11/11/1938

notificação pelo 1.º ultimo pelo de 2.º 13 de 29/6/1940 Disse que esta medida era tomada em virtude de exigencia das leis trabalhistas do país.

O para que os trabalhadores tivessem uma ideia concreta sobre o palpitante assunto, apresentava aos operários o Sr. Jomar Campelo, convidado especial, para falar sobre a legislação trabalhista.

Tomando a palavra o Sr. Jomar Campelo ^{malteceu} ^{uma} ^{pessoa} ^{uma} ^{palavração} ^{do} ^{moço} presidente tendo este agradecido. O Sr. Campelo demonstrou com todas as precisões em que consiste o operário unido; com todos direitos ditados pela nossa constituição. Salientando tambem assunto a respeito do salario minimo, com todos os pormenores.

Tratando do assunto, para meios de Registro da Sociedade, o Sr. Pa explicou que era, minimissima necessaria, que só assim o operário desenharia satisfatoriamente todos os entrantes para o bem funcionamento Social, com organizações diversas, no que concerne

a todos os meios para desenvolver quer moral ou material os operários, que não devem somente viver para o trabalho material, que devem trabalhar o mais possível pelo desenvolvimento cultural da classe.

Diz-se que um Sindicato não pode ser organizado para diversas profissões e sim, por que cada classe de profissão, constitua seu núcleo para assim em número admissível conseguir ser registrado como entidade.

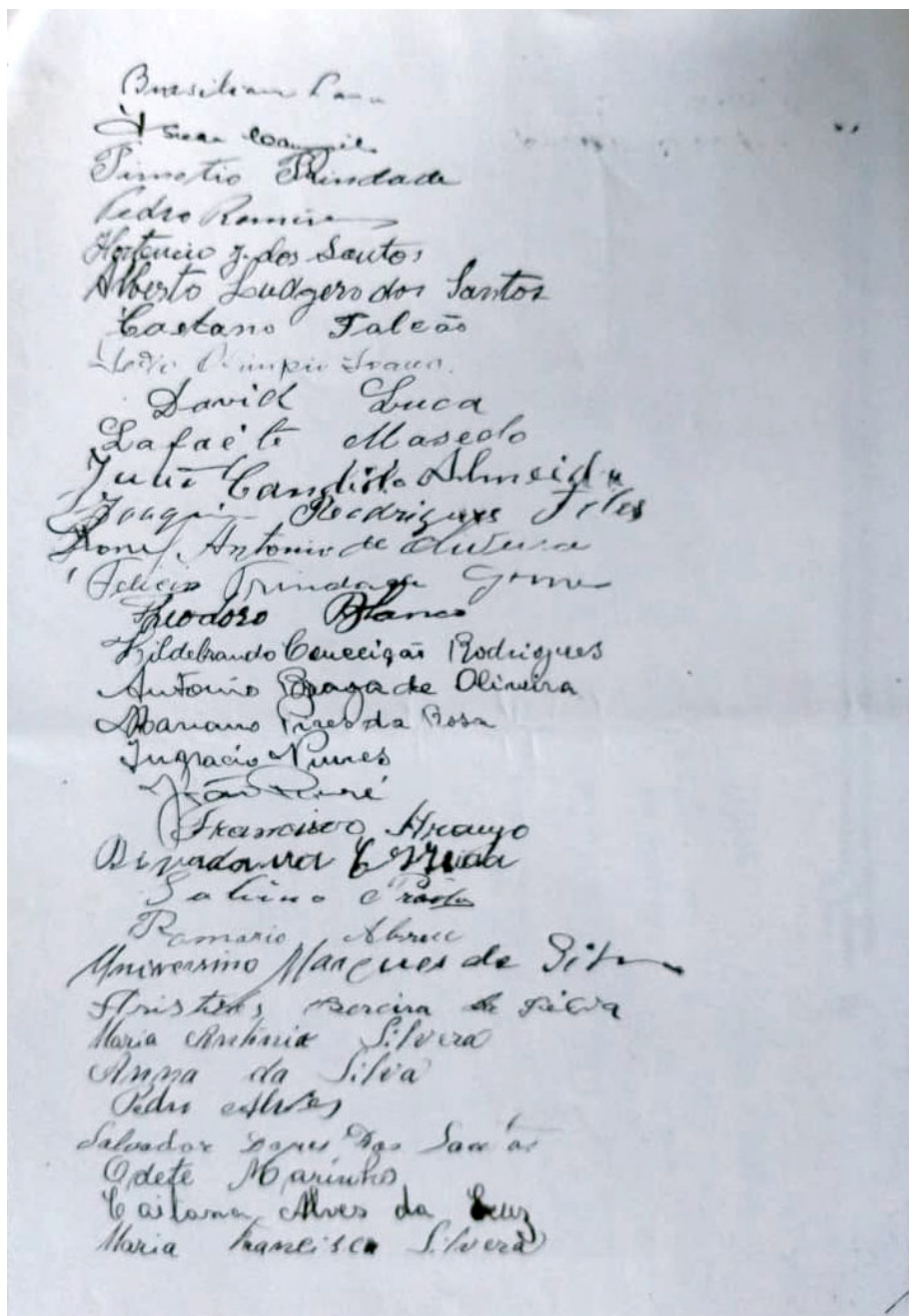
Talou que cada operário, deve ser um batizador constante, pelo desenvolvimento da sociedade, fazendo ver quão desfavorável é a crítica de desvalorizar a classe operária; cuja é constituída por elementos para coadjuvar e auxiliar os bons desígnios da classe.

Picernon a respeito, do patrão e empregado me que queriste os oito horas de trabalho, explicando, também que o operário não deve trabalhar aos domingos e que o empregador concencioso não de permitir o estágio do empregado no serviço em dia domingos.

Fer os que constituem a classe, porém todas as necessidades, que para sindicalizar a classe sobreviria visto a forma como é constituída a nossa organização.

As que, unindo-se cada núcleo de profissão mesmo com elementos de forma, mas, da mesma profissão poderão assim levar a efeito o desejados operários.

Terminando o Dr. Campelo, encucitar, ao operariado ^{para} trabalhar no interesse, de levar a classe, a adquirirem o bom intento, clama salva de palmas, ecoou no salão, abafando as últimas palavras da triphante demonstração do Sr. Dr. Que demonstrou sua ótima vontade, em ver, o operário aleg. referend. conhecido nos dos estatutos do Ministério do Trabalho, para o devido reconhecimento e registro. Ou que esta Lei, deu fe assim: Pedro Ribeiro Páez



Fotografias do autor Anderson R. Pereira Corrêa.

UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO

Assembleia Geral Extraordinária

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 1941, às 10 horas da manhã na sede da União Operária 1º de Maio, situada a rua 20 de Setembro, perante os operários que tencionam legalizar-se junto ao Ministério do Trabalho, para dessa forma gozarem as vantagens instituídas pelo governo, conforme decretos-leis elaborados.

E sendo pelo companheiro presidente, dado início aos trabalhos, foram em primeiro lugar lidos os artigos referentes ao D. L. 2.353, 3-7-40. Tendo sido explicado com minúcias os deveres do decreto.

Foram explanados os dizeres de mais uma carta de José Victorino, companheiro que se tem interessado grandemente pelo reconhecimento desta sociedade, havendo o Dr. Victorino relatado na mesma quais as profissões que poderão fazer parte de início no encabeçamento do Registro da Sociedade, cujos registros tomarão o nome de Trabalhadores na Indústria da Construção Civil. Sendo, porém, necessário a todos os que participarão do Registro da Sociedade a carteira profissional ou registro da mesma.

Foi-nos enviado também o modelo de como deve ser preparado o livro grande, para serem registrados os nomes dos associados que preencherem os requisitos exigidos pelo Ministério do Trabalho. Sendo amentado as situações de ajudantes das profissões, junto aos profissionais.

O companheiro presidente tratou e ponderou com clareza a constituição dos trabalhos para o reconhecimento da Sociedade, renovando o progresso que advirá às classes trabalhadoras da nossa terra. Assentando o que constitui o Imposto Sindical, dando a entender que esse imposto é como se fosse uma multa a ser paga a uma entidade que além de não conhecer-nos, nada fará por nós.

Então, que o Operariado Alegretense deve reunir-se seguidamente para assim chegar a um acordo decisivo em prol de seus designios.

Foi também discutido assunto a respeito da carteira social, com relação a sócios que não dispõem da mesma e os meios para adquirir.

Em aparte, o sr. Companheiro Euclides Braz fez ver que devem ser criadas delegações das profissões interessadas, para que assim haja mais interesse no assunto que ora empolga os nossos meios.

Alegrete 22 de outubro de 1941

Sessão Ordinária da Diretoria

Nesta data esteve reunida com a maioria de seus membros. Iniciados os trabalhos, foi por mim lido um ofício do Rotary Club; um dito do Círculo de Pais e Professores. Em continuação foram propostos e aceitos como sócios o sr. Leonel A. de Oliveira, por João Pare, Hortêncio dos Santos e Euclides Braz. Tratando-se da situação desequilibrada em que vem o pecúlio, ficou para resolver-se este caso na próxima sessão de assembleia geral. Diante o caso do terreno a ser escriturado em nome desta sociedade, ficou a cargo do sr. João Pare e Timóteo Trindade. O sr. tesoureiro comunicou que as comissões de cobranças prestaram suas contas num total de 395\$000 réis. Ainda tratou-se dos sócios que acham-se em atraso com mais de quatro meses, que estes totais deveriam ser recolhidos à tesouraria e comunicado aos sócios, para quando quisessem procurar. Por proposta do sr. Salvador Bianchi, que devia ser passado uma circular de profundo pesar pelo falecimento do ex-consocio, Francisco R. Martins. O sr. João Pare comunicou ter atendido aos funerais do mencionado consócio.

E nesta altura o sr. presidente de nada mais tendo a tratar deu por encerrada a presente sessão. Euclides Braz Secretário

UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO

Sede Própria rua 20 de Setembro

Sessão Ordinária da Diretoria, aos 6 dias do mês novembro de 1941.

Reunida em nossa sede os membros da diretoria: Brasileiro Lara, Euclides Braz, Salvador Bianchi e João Pare.

O sr. presidente determinou que desse início aos trabalhos, reconhecendo maioria em virtude de se achar ausente o sr. Joaquim R. Telles.

Começou pela leitura de um ofício do sr. Mário J. Gomes, agradecendo os auxílios prestados por esta sociedade, por ocasião da enfermidade e morte do nosso ex-consócio Francisco R. Martins. Uma proposta do sr. Roque Braga aceita. O sr. João Pare propôs que fosse enviado uma circular de pêsames à nossa consócia Rosália do Carmo pelo falecimento de sua progenitora. E nesta altura achava-se presente o sr. Leonel A de Oliveira que propôs à diretoria a instalação de um bufê em nossa sede, este por sua conta própria, dividindo os lucros com a sociedade, proposta esta que foi em seguida aceita pela maioria, não tendo eu Euclides Braz me conformado com a proposta pelo sr. Leonel que não ter sequer 15 dias como sócio, o que vem de encontro com os nossos estatutos, por tal eu achava que a diretoria devia seguir e procurar cumprir uma formalidade social. Chamando

assim uma corrente, entre aqueles sócios que acham-se em pleno gozo de seus direitos e em continuação declarei ao sr. presidente que ia utilizar-me por motivos financeiros do afastamento de meu cargo, que há tempos vinha solicitando.

E nesta ocasião o sr. presidente de nada mais tendo a tratar deu por encerrada a presente sessão. Euclides Braz – Secretário

A comissão presente e abaixo-assinado resolveu alterar o conteúdo desta ata, por motivos da mesma não estar de acordo com que foi deliberado.

Trata-se da parte referente do apontamento do secretário, Euclides Braz o qual não comunicou a mesa esta medida. Somente constou na referida ata o seu pedido por sua espontaneidade.

Alegrete, 7 de dezembro de 1941. Pedro R Pare – Secretário, Brasília-
no Lara, Joaquim R. Telles, Pedro Ramires, João Pare.

UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO

Reunião da Diretoria

Aos sete (7) dias do mês de dezembro do ano de 1941, às 9 e meia horas, na sede da União 1º de Maio, foi convocada uma reunião da Diretoria.

E no referido dia e hora havendo número legal, o companheiro presidente ordenou que se abrissem os movimentos de reunião e fossem lidos os expedientes, que foi feito pelo secretário com a fiscalização dos demais membros da mesa. Com relação a uma parte da ata anterior lavrada pelo sr. Euclides Braz, ainda na sua gestão, na qual pede demissão do cargo de secretário que até a data ocupava, foi revogado o pedido do demissionário, por motivo da forma pela qual foi feito ser irregular. E mesmo o sr. não ter atendido à prestação de contas, nas condições de como recebeu as importâncias dos associados. E para tratarem do assunto em relação ao desvio desta verba junto ao sr. Braz foram escalados os seguintes companheiros: srs. Pedro Ramires e Joaquim R. Teles. Em continuação foram apresentadas as propostas dos srs. André Batista e Valdomiro Moraes, pelos sócios Pedro e João Pare, sendo ambos aceitos. Ficou resolvido também que seriam expedidas circulares aos associados, concitando-os a liquidarem seus débitos até 31 de dezembro, para de essa forma figurar na relação oficial para efeito fixo no registro da sociedade, no Departamento do Ministério do Trabalho.

Havendo necessidade de ser colocado um vidro na estante da Biblioteca ficou encarregado o companheiro João Pare.

E nada mais havendo a tratar o companheiro presidente deu por

encerrada a sessão. Eu que esta lavrei dou fé e assino. Pedro Ribeiro Pare. Alegrete, 7 de Dezembro de 1941. Brasileiro Lara, Joaquim R. Teles, João Pare, Timóteo Trindade.

Reunião especial pró-natal das crianças dos associados: Alegrete, 29 - 10 - 61.

Hermínio Lima, Plínio Lopes Rodrigues, Nodario Alex, Eva da Cruz Braz, José B. da Cruz, Araci Rodrigues, Odithe D Lima, Maria Madeira Silva, Cristina Castilhos, Ildomar Nascimento, Henrique Duarte, Francisco da Costa, Euclides Braz.

Reunião da comissão pró-natal, em benefício das crianças, filhos dos operários:

Gaspar Martins, Hortêncio Santos, Candido Lopes Duro, Edgar S. Lima, Francisco da Costa, José B da Cruz, José Madruga, Eva Alves Pereira, Nilza Catarina Santos, Ana Maria Silveira Rodrigues, Eva da Cruz Braz, Denisi Maria da C. P, Maria Isabel C. Pereira, Eugenia C Pereira, Rosa Alves, Ana Andréia C Guedes, Maria Clina Madeira da Silva, Cristina Castilhos, Ildemar Nascimento, Euclides Braz.

Reunião da comissão encarregada de angariar fundos para o natal das crianças, filhos do operário alegretense. Alegrete, 10 de novembro de 1961.

Sueli Santos, Ana Andréia C Guedes, Araci Rodrigues, Eva da Cruz Braz, Maria Elnia Madeira Silva, Carmem Duarte, Elsa Duarte, Cristiano Castilhos, Rosa Alves Pereira, Eva Alves Pereira, Ana Maria Rodrigues.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Anderson R. Pereira. *Movimento operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 - 1929)*. Dissertação (História) - PUCRS, 2010.
- CORRÊA, Anderson R. Pereira. *Lugares de Memória dos Trabalhadores #37: Sede da União Operária Primeiro de Maio, Alegrete (RS)*. Disponível em: <https://lehmt.org/2020/06/11/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-37-a-uniao-operaria-primeiro-de-maio-alegrete-rs-anderson-pereira-correa/> Acesso: 08/10/2020.
- ROSSI, Wlademar. *Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista*. São Paulo: Expressão Popular; 2009.

PROJETOS

É com grande satisfação que informamos o início de mais um importante projeto de preservação de bens culturais do nosso estado. Nos próximos meses serão desenvolvidas as atividades que compõe o projeto Criação da Oficina de Restauro do Palácio Piratini (PRONAC 180938), proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul incentivado pelo Governo Federal - Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura através da Lei de Incentivo a Cultura Federal com importante patrocínio do Banrisul. A Oficina de Restauro do Palácio Piratini, visa à recuperação de pequenas peças/elementos do Palácio, como balaustradas, pavimentação de pedras portuguesas, maçanetas, mobiliário, luminárias, para a manutenção deste importante patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul e da União.

Patrocínio



Realização



SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

MINISTÉRIO DA CIDADANIA



No âmbito das comemorações do Centenário do Palácio Piratini (2021) damos início a execução do projeto de Restauração do Mobiliário Histórico do Palácio Piratini (180836) proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul incentivado pelo Governo Federal - Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura através da Lei de Incentivo a Cultura Federal e com o decisivo patrocínio do Banrisul. O projeto tem como objetivo o restauro do 1º lote do mobiliário histórico pertencente ao acervo de bens móveis e integrados do Palácio Piratini, visando deter o avanço no processo de degradação que ameaça a manutenção deste importante patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul e da União.

Patrocínio



Realização



SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

MINISTÉRIO DA CIDADANIA



Confira os releases dos projetos no site do IHGRGS:
www.ihgrgs.org.br